

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ELISABETE REGINA BAPTISTA DE OLIVEIRA

**Sexualidade, maternidade e gênero:
experiências de socialização de
mulheres jovens de estratos populares**

São Paulo
2007

ELISABETE REGINA BAPTISTA DE OLIVEIRA

**Sexualidade, maternidade e gênero:
experiências de socialização de
mulheres jovens de estratos populares**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), na linha de pesquisa Sociologia da Educação, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Profa. Dra. Marília Pontes Sposito

**São Paulo
2007**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

37.047(81.61)
O48s

Oliveira, Elisabete Regina Baptista de
Sexualidade, maternidade e gênero: experiências de
socialização de mulheres jovens de estratos populares /
Elisabete Regina Baptista de Oliveira; orientadora Marília
Pontes Sposito.-- São Paulo, SP: s.n., 2007.
232p : tab. : grafs. + anexos

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em
Educação. Área de Concentração: Sociologia da Educação) –
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

1. Gênero (Grupos sociais) (São Paulo (SP)) 2. Mulheres
(Aspectos sociais; São Paulo (SP)) 3. Sexualidade (Aspectos
sociais) 4. Jovens 5. Gravidez na adolescência 6. Sociologia
educacional I. Sposito, Marília Pontes, orient

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço de Biblioteca e Documentação da FEUSP

FOLHA DE APROVAÇÃO

Elisabete Regina Baptista de Oliveira

“Sexualidade, maternidade e gênero: experiências de socialização de mulheres jovens de estratos populares”

Dissertação apresentada à Faculdade
de Educação da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Sociologia da Educação

Aprovada em: ____ / ____ / ____.

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição _____

Assinatura _____

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição _____

Assinatura _____

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição _____

Assinatura _____

*A você, Emerson,
Meu amor, meu companheiro, meu mundo,
a razão de tudo o que eu sou...
Dedico este trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Nenhum empreendimento é possível sem a colaboração preciosa daqueles que, de uma forma ou de outra, nos estimulam e nos encorajam a nunca desistir. Foram muitas as pessoas e instituições que me acompanharam nesse caminho, e é com muito carinho que agradeço seu apoio.

Ao meu amado esposo, Emerson Bazilio Pedreira, agradeço a força, a confiança, o amor e a compreensão durante a realização desta pesquisa.

À Profª. Dra. Marília Pontes Sposito, minha orientadora, agradeço por ter compartilhado comigo com tanta generosidade seu conhecimento e sua experiência na realização deste trabalho.

Aos meus pais Udson Alves de Oliveira e Sylvia Baptista de Oliveira, pelo amor, pela confiança, e por me fazer acreditar na importância da educação para a construção de uma vida mais rica.

À minha querida sobrinha Yone Mayara Alves de Oliveira, por sua dedicação e lealdade na transcrição das fitas da pesquisa. Aos meus sobrinhos e sobrinhas Ravenna, Julinho, Santiago, Pierrinho, Vinícius e Nicole. Vocês iluminam minha vida.

A meus irmãos Pierre e Izilda, minha cunhada Adriana, minha sogra Edna e meu cunhado Edilson, pelos exemplos de esforço, luta e conquista.

A Gabriela Junqueira Calazans, da Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo, agradeço sua generosidade em prestar informações sobre os programas municipais direcionados à saúde do adolescente na cidade de São Paulo.

A Dra. Ana Lúcia Cavalcante, da Coordenadoria Especial da Mulher, que me apresentou o lindo trabalho que tem sido desenvolvido pela Coordenadoria em Cidade Tiradentes, no Centro

de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva Maria Auxiliadora Lara Barcelos, a Casa Ser Dorinha, campo da pesquisa.

A todos os profissionais da Casa Ser Dorinha, que me acolheram com tanto carinho e disposição na realização da pesquisa de campo, em especial Regina Maria Faria Gomes, coordenadora, Márcia Eleodorio, Margali Aparecida de Paula, Joel Levi Ferreira Franco, Tereza Cristina Milanezzi, Janaina Ferreira Nobre, Fabio Pereira Santana e ao segurança Leão. Obrigada, pessoal!

Aos membros da banca de qualificação, Profa. Dra. Cláudia Pereira Vianna e Profa. Dra. Maria Cecília Cortez Christiano de Souza, pelas valiosas sugestões que vieram a enriquecer este trabalho.

Aos professores Celso de Rui Beisegel, Marília Pinto de Carvalho e Flávia Schilling, por sua inestimável colaboração durante as disciplinas cursadas.

Aos meus/minhas queridos/as amigos/as do grupo de estudos de gênero Edges, pelo companheirismo, pelas sugestões e pela solidariedade durante a execução deste trabalho. Meus agradecimentos especiais à Tamara, ao Lula, à Rose, à Carol, ao Paulo e à Edna. À querida Profa. Dra. Cláudia Pereira Vianna, coordenadora do *Orienta*, que me acolheu com muito carinho em seu grupo de estudos.

Aos/às queridos/as companheiros/as de jornada do grupo de estudos de juventude, coordenado pela Profa. Dra. Marília Pontes Sposito: Carla Araújo, Maria Elena Villar e Villar, Marilena Nakano e Elmir de Almeida. Um agradecimento muito especial à Maria Carla Corrochano, pela leitura da dissertação e pelas preciosas sugestões.

Aos/às meus/minhas queridos/as amigos/as Raquel Souza, Ana Paula Corti, Maria Virgínia de Freitas, Mariângela Graciano, Carolina Marinho, Hamilton Harley e Marla Oliveira pelo carinho e apoio.

A minha querida amiga Estela Maria Vanucchi, pela amizade de longa data e pelas informações prestadas sobre educação sexual nos Estados Unidos.

À querida Cristiane dos Santos, que cuidou dos aspectos práticos do meu cotidiano doméstico, para que eu pudesse me dedicar integralmente ao trabalho de pesquisa.

Ao Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, pela autorização para a realização da pesquisa de campo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior- CAPES, agradeço a bolsa de mestrado, sem a qual não teria sido possível a realização deste trabalho.

Aos funcionários da secretaria da pós-graduação e da biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, por sua presteza e cortesia no atendimento aos pós-graduandos.

Às jovens que fizeram parte da pesquisa, dividindo comigo seus caminhos, suas vidas, suas esperanças, deixo a mensagem de que jamais deixem de acreditar e lutar por seus sonhos.

E, finalmente, a Deus, pela saúde, pela força, pelos amigos, pela felicidade e pela crença em um mundo melhor.

Fui jovem, com a sede de todos,
Em tempo de seco fascismo.
Por isso não tive pátria, só discos.
Amei, como todos pensam.
Troquei carícias cegas nos cinemas,
li todos os livros, acreditei
em quase tudo por ao menos um minuto,
provei do que pintou, adolesci.

Paulo Henriques Britto

RESUMO

OLIVEIRA, E. R. B.. **Sexualidade, maternidade e gênero: experiências de socialização de mulheres jovens de estratos populares**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007

Trata-se de um estudo exploratório empírico, de natureza qualitativa, que busca analisar, sob a ótica das relações de gênero, as singularidades das trajetórias afetivas, sexuais e reprodutivas de mulheres jovens de estratos populares do município de São Paulo, a partir de suas experiências de socialização. Por meio de entrevistas em profundidade semi-estruturadas realizadas com seis jovens, entre 16 e 20 anos, quatro das quais com experiência de gravidez na adolescência, buscou-se compreender, em primeiro lugar, o processo de aprendizagem das “regras” sociais da sexualidade modeladas e preconizadas pelos diversos agentes socializadores, bem como de que modo as jovens articulam e se apropriam desses saberes, formando seu acervo de conhecimentos sobre sexualidade. Em segundo lugar, buscou-se a identificação e a análise dos elementos que são percebidos pelas jovens como mais relevantes na concretização ou no adiamento do projeto de maternidade. Busca-se ressaltar, ainda, a importância da heterogeneidade dos perfis e a diversidade das situações vividas pelas jovens, considerando que as políticas públicas de saúde e de educação tendem a homogeneizá-las sob o critério etário, desconsiderando os significados e representações de sexualidade e de maternidade. A fundamentação teórica baseia-se, sobretudo, no conceito de socialização desenvolvido por Peter Berger e Thomas Luckmann e no conceito de gênero elaborado por Joan Scott. A pesquisa de campo foi desenvolvida no bairro de Cidade Tiradentes, da zona leste de São Paulo, entre as jovens usuárias da Casa Ser - Centro de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva Maria Auxiliadora Lara Barcelos, uma unidade de saúde especializada no atendimento às mulheres do bairro, que possui características pioneiras e inovadoras, trabalhando sob a perspectiva das relações de gênero. O período de entrevistas estendeu-se por cerca de um ano, durante o qual foi possível acompanhar alguns acontecimentos nas vidas das jovens, como por exemplo, o nascimento do/a filho/a, suas jornadas em busca de emprego e suas percepções em relação aos eventos passados, bem como suas perspectivas de futuro. Como resultados principais, foi constatado que as jovens constroem seu repertório de conhecimentos sobre sexualidade a partir de discursos e de modelos de diversos agentes socializadores, sendo todos importantes neste processo e que elas participam ativamente na busca de informações que as possibilitem fazer escolhas em relação a sua sexualidade. Foi constatado também que os modelos de gênero presentes, sobretudo na socialização familiar e nas relações afetivas agem fortemente no modo como as jovens pensam a maternidade, sendo mais relevantes do que os discursos preconizados pela família e por outros agentes socializadores.

Unitermos: juventude, socialização, gênero, sexualidade, educação sexual, gravidez e maternidade na adolescência

ABSTRACT

This is an empirical qualitative research, which purpose is to analyze, under gender relations perspective, the singularities of love, sexual and reproductive trajectories of underprivileged young women living in the city of São Paulo, Brazil, considering their socialization experiences. Six young women between the ages of 16 and 20, four among which had teen pregnancy experience, were interviewed, with the purpose to understand, first, the learning process of the social "rules" of sexuality shaped and advocated by the many socialization agents, as well as the way young women articulate and incorporate these teachings and how they build their knowledge about sexuality. Second, the investigation tried to identify and to analyze which elements are perceived by the young women as the most important in their decision-making process to become a teenage mother or to postpone this project. The study aims to emphasize the importance of the heterogeneity of the profiles and the diversity of the situations experienced by young women, considering that health and education public policies tend to homogenize them under the age criterion, ignoring the meanings and their representations of sexuality and motherhood. The concept of socialization developed by Peter Berger and Thomas Luckmann and the concept of gender elaborated by Joan Scott are applied as theoretical basis for the analysis. The field research was carried out in Cidade Tiradentes, in east São Paulo, among the young clients of the Sexual and Reproductive Health Center Maria Auxiliadora Lara Barcelos, a specialized public health unit which provide health services and counseling to women living in the neighborhood, with pioneering and innovative characteristics, working under the perspective of gender relations. The interviews were carried out for about one year, during which it was possible to follow some important events in the lives of the young, for example, the birth of their children, job hunting experiences, their perceptions about past events and future prospects. As main results, it was evidenced that the young women construct their repertoire of sexuality knowledge on the basis of discourses and models shaped by different socialization agents; all agents are important to them in the process; the young women participate actively in the search for information that help them make choices about their sexual lives. It was also evidenced that gender models, especially those in their family socialization and love relationships influence strongly the way the young women think about motherhood, and are more relevant than the discourses from families and other socialization agents.

Key words: youth, socialization, gender, sexuality, sex education, teen pregnancy and motherhood

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 14

CAPÍTULO I – A gravidez e a maternidade de mulheres jovens: considerações sobre o tema e opções metodológicas, 16

1. Considerações iniciais sobre o tema, 16

Gênero, socialização e maternidade na adolescência, 25

A produção discente sobre o tema da pesquisa: alguns indicadores, 30

Um panorama geral da gravidez e da maternidade adolescentes, 33

2. Trilhas metodológicas da pesquisa, 43

Caminhos na construção do objeto de pesquisa, 43

Educação sexual, orientação sexual e socialização para a sexualidade, 45

Etapas do trabalho de campo, 48

A abordagem qualitativa dos sujeitos entrevistados, 54

CAPÍTULO II – Trajetórias afetivas, sexuais e reprodutivas de mulheres jovens, 56

Gabriele: “Minha filha é a maior razão da minha vida”, 63

Maria Clara: “Eu tentei fazer um aborto. Graças a Deus, não deu certo”, 74

Giovana: “Meu filho me dá forças para conquistar tudo”, 83

Tamara: “Filho, agora, só quando eu tiver condição de criar”, 92

Carla: “Não quero perder a minha liberdade tão cedo”, 102

Nicole: “Não pretendo ter filhos. Quem sabe, um dia?”, 111

CAPÍTULO III – Gênero, sexualidade e socialização, 121

1. O aprendizado das “regras” da sexualidade: a bricolagem, 131

1.1 A socialização e os discursos sobre sexualidade e reprodução, 138

“A família só falava pra usar camisinha e pra não engravidar”, **140**

“Escola só ensina o básico: o homem tem isso e a mulher tem aquilo”, **144**

“As amigas? Bom, as mais velhas às vezes sabem mais”, **148**

“A televisão não ensina nada e revista eu não posso comprar”, **150**

“O posto de saúde ensina tudo, vai até o fim”, **152**

“Juntando tudo, a gente forma uma coisa só”, **154**

1.2 A socialização e os modelos de gênero, 157

2. Experiências de sexualidade e reprodução: assimetrias de gênero, 174

Iniciação sexual, paixões, descobertas e decisões, **177**

O processo de aprendizagem da prevenção à gravidez, **186**

Experiências de gravidez e maternidade, **193**

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 205

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 212

ANEXOS

ANEXO 1 Roteiro das entrevistas em profundidade

ANEXO 2 Roteiros das entrevistas em grupo

ANEXO 3 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

APRESENTAÇÃO

Este constitui um estudo exploratório, de natureza qualitativa, que busca analisar as singularidades das trajetórias afetivas, sexuais e reprodutivas de mulheres jovens de estratos populares do município de São Paulo, a partir de suas experiências de socialização, aqui compreendida como “ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela” (Berger e Luckmann, 2005, p. 175), sobretudo, enfatizando a perspectiva de gênero, na concepção de Joan Scott (1995, p.86), “elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, constituindo “uma forma primária de dar significado às relações de poder.”

Por meio de entrevistas realizadas com seis jovens, quatro das quais com experiência de gravidez na adolescência¹, buscou-se compreender, em primeiro lugar, o processo de aprendizagem das “regras” sociais da sexualidade modeladas e preconizadas pelos diversos agentes socializadores, bem como de que modo as jovens articulam e se apropriam destes saberes, que formam seu acervo pessoal de conhecimentos sobre sexualidade. Em segundo lugar, a partir dos discursos dos agentes socializadores e dos modelos de gênero presentes em sua socialização, buscou-se analisar de que modo as jovens constroem suas representações de maternidade e como decidem pela concretização ou pelo adiamento desse projeto.

Busca-se ressaltar, ainda, a heterogeneidade dos perfis e a diversidade das situações vividas pelas jovens. A quase totalidade dos programas de educação sexual promovidos pelas áreas de saúde e educação tendem a apresentar a gravidez e a maternidade na adolescência sob um ponto de vista homogeneizante, como uma ocorrência necessariamente negativa e precoce, definidas basicamente pelos critérios etário e socioeconômico. No âmbito político, por tratar-se de um evento que pode desordenar as etapas de transição para a vida adulta socialmente estabelecidas, a gravidez e a maternidade na adolescência, quando ocorridas no contexto da pobreza, trazem ônus aos cofres públicos, “pois a pobreza cobra do Estado assistência social,

¹ Dados do Banco Mundial (*World Development Indicators, The World Bank, 2005*) mostram que no Brasil, no ano de 2003, o número de nascidos vivos de mulheres na faixa etária 15-19 foi de 68 em cada 1.000. Enquanto as jovens mães significam uma minoria no total de mulheres jovens desta faixa etária, o mesmo não acontece quando são analisadas as características socioeconômicas desse grupo, considerando que a maioria dessas jovens pertence aos estratos mais excluídos da população. Do ponto de vista reprodutivo, o fato de grande parte das pesquisas sobre o tema direcionarem o foco às jovens grávidas e mães, e não às não-mães, pode indicar o quanto o comportamento reprodutivo dessas jovens é considerado desvio social.

políticas de saúde, de educação e de habitação, entre outras” (Cavasin, 1994, p. 32). Portanto, trata-se de um tema complexo que abrange dimensões sociais e políticas importantes.

Na primeira parte do Capítulo I, busca-se situar a gravidez e a maternidade de mulheres jovens nos estudos sociológicos sobre juventude, ressaltando aspectos das relações de gênero, bem como contextualizar a presente pesquisa no conjunto da produção discente dos últimos anos. Informações sobre o panorama geral da gravidez e da maternidade de mulheres jovens também serão apresentadas como suporte para a reflexão. Na segunda parte do capítulo, serão descritas as etapas de trabalho da pesquisa de campo, bem como os procedimentos utilizados nas entrevistas com as jovens, além de outras considerações metodológicas.

O Capítulo II traz os resultados do trabalho de campo. Inicialmente, serão descritos o bairro e a unidade de saúde escolhidos como campo da pesquisa, bem como os perfis das jovens entrevistadas. Em seguida, serão narradas as trajetórias de vida das jovens, com destaque para suas experiências de socialização, sexualidade e reprodução.

No Capítulo III, serão analisados os depoimentos das entrevistadas durante o trabalho de campo. Inicialmente serão aprofundadas algumas questões levantadas pelas narrativas das jovens que, para fins de análise, demandam um tratamento teórico. Na segunda parte do capítulo, serão trazidas as falas das jovens em relação às suas experiências de socialização para a sexualidade, primeiramente, por meio dos discursos dos agentes socializadores e posteriormente, pelos modelos de gênero que de alguma forma contribuíram na construção de suas representações de sexualidade e maternidade. Finalmente, na última parte do capítulo, serão apresentadas as experiências afetivo-sexuais e reprodutivas das entrevistadas, tendo em vista suas experiências socializadoras.

As Considerações Finais trarão as conclusões mais significativas extraídas dos depoimentos das jovens entrevistadas, analisadas conforme as bases teóricas selecionadas. Os anexos da dissertação trazem os roteiros de entrevistas semi-estruturadas que serviram de base para a coleta do material empírico, bem como o modelo do *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, documento exigido pelo Comitê de Ética da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Paulo para a realização da pesquisa.

CAPÍTULO I - A gravidez e a maternidade de mulheres jovens: considerações sobre o tema e opções metodológicas

1. Considerações iniciais sobre o tema

Num contexto mais amplo, a sexualidade e a reprodução adolescentes², sobretudo a gravidez e a maternidade, fazem parte de um conjunto de temas sobre juventude que tem despertado, nos últimos anos, grande interesse por parte da mídia, da academia e das instituições (Abramo, 1997). Para Camarano et al. (2004), a priorização do grupo etário jovem como objeto de análise em particular é uma marca recente dos estudos de população, tendo se intensificado nos anos 1990. Um dos motivos desse interesse está no grande contingente de jovens apurado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Censo 2000, num total aproximado de 34 milhões de pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos (Camarano et al., 2004). A parcela da população brasileira representada por jovens e adolescentes teve um pico abrupto na segunda metade da década de 1990, o que pode ser explicado por alargamentos e estreitamentos ocorridos na base da pirâmide demográfica, produzidos por mudanças nas taxas de fecundidade, mortalidade, migrações e outros fatores que influenciam a dinâmica populacional (Pirotta, 2000).

Esse grande aumento no número de jovens verificado na população brasileira traz novas demandas não só às políticas educacionais, mas também às políticas de saúde, cultura, segurança, lazer e trabalho, que devem adaptar-se para fazer face às novas necessidades sociais. Como forma de atender à demanda por essas políticas, autoridades governamentais têm criado, nos últimos anos, órgãos específicos em todas as esferas do poder. Hoje, muitas prefeituras de cidades do Brasil já contam com secretarias, assessorias ou coordenadorias de juventude que trabalham no sentido da elaboração e implantação de programas de inclusão juvenil, abrangendo as áreas do trabalho, saúde, lazer e cidadania, entre outras.

A Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU definiu juventude em 1985, por ocasião do Ano Internacional da Juventude, considerando como jovens as pessoas entre

²Embora a discussão mais presente nos estudos e nas políticas públicas sobre reprodução juvenil privilegiem a adolescência, no presente estudo, esta deverá ser compreendida como fase inicial da categoria sociológica juventude, cujos atributos e expectativas sociais transformam-se histórica, cultural e geograficamente. Para os propósitos do presente trabalho, serão utilizados tanto os termos *jovem* e *juventude* como *adolescente* e *adolescência*, bem como termos correlatos, optando-se sempre pela forma mais adequada ao contexto. O tratamento dos temas da pesquisa será feito na perspectiva dos estudos sociológicos sobre juventude, privilegiando as aproximações dos significados sociais e culturais dessa categoria.

15 e 24 anos de idade. As delimitações etárias escolhidas são baseadas em determinados períodos de transição do ciclo de vida. Enquanto o limite inferior representa a idade em que já estão desenvolvidas as funções sexuais e reprodutivas que diferenciam o adolescente da criança e repercutem na sua dinâmica física, biológica e psicológica, o limite superior marca o período em que os indivíduos concluem a educação formal, ingressam no mercado de trabalho e constituem suas próprias famílias, caracterizando, em resumo, a transição para a vida adulta (Camarano et al., 2004). A juventude seria considerada, nessa concepção, uma categoria sociológica que envolve a preparação das pessoas jovens para a vida adulta (Corti e Souza, 2005)

Com o objetivo de contemplar a juventude sob diferentes aspectos biológicos, psicológicos e sociais, bem como para efeitos práticos de análise estatística, a OMS – Organização Mundial de Saúde sugere a denominação *adolescência* para a fase que vai dos 10 aos 19 anos da vida do indivíduo, trabalhando com os subgrupos 10-14 anos, a pré-adolescência, e 15-19 anos, a adolescência propriamente dita (Corti e Souza, 2005; Calazans, 2000). Esse critério, que amplia e sobrepõe os limites etários da categoria juventude proposta pela ONU, é amplamente empregado no campo da saúde, do qual a maior parte dos dados estatísticos que dão base ao presente estudo foi extraída, sendo adotado pelo Programa Saúde do Adolescente do Ministério da Saúde no Brasil (Almeida et al., 2003).³

A utilização dos termos adolescência e juventude diz respeito à matriz disciplinar na qual o estudo se insere (Sposito, 1997). Esse ponto de vista é reforçado por León (2005), o qual observa que esta miscelânea dos termos tem reflexo nos campos de conhecimento que estudam adolescentes e jovens:

Disciplinarmente, tem sido atribuída à psicologia a responsabilidade analítica da adolescência, na perspectiva de uma análise e delimitação partindo do sujeito particular e seus processos e transformações como sujeito, deixando a outras disciplinas das ciências sociais – e também das humanidades – a categoria de juventude, em especial à sociologia, antropologia cultural e social, história, educação, estudos culturais, comunicação, entre outras. (León, 2005, p.11)

³ Ainda que o presente estudo não pretenda estabelecer fronteiras cronológicas inflexíveis para os sujeitos entrevistados, o caráter discutível da precocidade da reprodução na adolescência constitui elemento importante da discussão. Portanto, embora o foco da pesquisa esteja dirigido às idades inferiores a 20 anos, o critério etário estará sempre subordinado ao conceito mais amplo da categoria sociológica juventude. Vale lembrar que, apesar de o estatuto de maioridade das pessoas jovens no Brasil ser conquistado aos 18, para a OMS, o limite superior etário da adolescência é de 19 anos. Portanto, a gravidez na adolescência, segundo a OMS, é aquela que envolve a população de até 19 anos, ou 20 anos incompletos (Castro, Abramovay e Silva, 2004, p. 127; Peres e Heilborn, 2006, p. 1412). Esta concepção parece ter raízes na cultura anglo-saxônica, na qual, a palavra inglesa *teen*, empregada para referir-se a adolescentes e à adolescência, também é utilizada como sufixo nos números de 13 a 19, sendo considerados *teens* jovens dentro desta faixa etária.

Sobre a diferenciação das abordagens comumente utilizadas pela sociologia e pela psicologia para o estudo de adolescentes e jovens, Corti e Souza (2005) ressaltam os enfoques diferentes dados por cada disciplina à análise dessas categorias:

A juventude costuma ser uma categoria social representada pelo vínculo entre os indivíduos de uma mesma geração, que formam um segmento social específico, e a adolescência, um processo mais individual e subjetivo, ligado às transformações físicas e psíquicas dos indivíduos. Disto derivaria a maior ênfase da sociologia na categoria juventude e a maior preocupação da psicologia com o período da adolescência. Outra definição corrente entre os pesquisadores é da adolescência como uma primeira fase da juventude, o que permite considerar as peculiaridades das duas sem dissociá-las. (Corti e Souza, 2005, p.12)

Calazans (2000) ainda acrescenta que essa associação de categorias e áreas do conhecimento traz elementos privilegiados à compreensão de aspectos do processo de transição e construção de identidade relacionados a essas fases do ciclo vital:

Enquanto a sociologia tende a privilegiar questões como a configuração da juventude como categoria social, a transmissão da herança cultural, a normatização e os desvios nas relações entre jovens e adultos, a psicologia tende a estudar a adolescência considerando-a como um momento privilegiado de formação da identidade individual. (Calazans, 2000, p.24)

Conclui-se, portanto, que o recorte etário, muito útil no campo da estatística, não abrange as complexidades envolvidas na dinâmica e na diversidade das situações, indicando apenas que um certo número de indivíduos compartilha a mesma idade cronológica. Esse tipo de classificação pressupõe uma certa identidade psicológica comum associada a cada estágio de vida, mas não contempla o fato de que os sujeitos pertencentes a cada faixa etária não compartilham das mesmas condições sociais, psicológicas, culturais e materiais de existência. A juventude como categoria abstrata, por conseguinte, não corresponde à diversidade de experiências encontradas em sua existência como grupo concreto. Variáveis importantes como raça, classe e gênero acabam por imprimir diferenças marcantes nos estilos de vida juvenis. Considerando a pluralidade dos modos de ser jovem, observada tanto no espaço geográfico como na estruturação de classes sociais, entre outros fatores, muitos pesquisadores e pesquisadoras da temática utilizam o termo *juventudes*, numa tentativa de melhor abranger a diversidade deste público. Como coloca Reis (2004, p.15), “‘juventude’ é etapa de vida e ‘juventudes’ refere-se aos modos com que este ciclo se realiza, em suas multiplicidades e heterogeneidades.”

Para Debert (1999), a modernidade trouxe uma grande distância entre adultos e crianças, e com ela, uma concepção mais definida das demais gerações. A valorização do conjunto de significados que integram o que se convencionou a chamar de juventude tem sofrido

transformações tanto no espaço geográfico como na história, na cultura e no contexto socioeconômico. Nas sociedades contemporâneas ocidentais, sobretudo em segmentos médios e altos, os valores positivos associados à juventude, como beleza, frescor, saúde e vigor para a mudança e a inovação gozam de um prestígio sem precedentes, gerando uma busca crescente do mundo adulto pela apropriação dessas representações.

A juventude não é mais exclusivamente uma condição biológica, mas uma definição cultural. Somos jovens não porque temos uma certa idade, mas porque participamos de certos estilos de consumo e assumimos códigos de comportamento, vestuário, de linguagem. Isto esfumaça ou apaga a fronteira biológica e cria figuras híbridas de adolescentes envelhecidos, de adultos adolescentes, de jovens permanentes. (Melucci e Fabbrini, 1992, p. 161)

Para Mannheim (1975), existe um certo essencialismo na concepção de juventude como propulsora da mudança social. Para o autor, enquanto recurso latente na sociedade, a juventude pode ser mobilizada conforme os interesses do poder, prestando-se tanto às transformações propostas por uma sociedade dinâmica, como à conservação de uma sociedade estática. A história é rica em exemplos de ambas as ordens.

As representações sociais⁴ de juventude são ambivalentes, podendo esta ser considerada desde promessa de futuro até ameaça à ordem social, dependendo do momento histórico ou do contexto social em análise: “As representações correntes ora investem nos atributos positivos dos segmentos juvenis, responsáveis pela mudança social, ora acentuam a dimensão negativa dos ‘problemas sociais’ e do desvio” (Sposito e Carrano, 2003, p. 19). As representações sociais de juventude vigentes a cada momento também orientam a formulação de políticas públicas direcionadas a essa população. A juventude é vista como ameaça quando ocorre aumento da criminalidade praticada por jovens ou aumento nos índices de gravidez e maternidade na adolescência, por exemplo. Os estudos sobre juventude desenvolvidos pela chamada Escola de Chicago⁵, que ressaltaram o aspecto da juventude como problema social, acabaram por influenciar, segundo Camarano et al. (2004), os estudos sobre juventude desenvolvidos pelas

⁴ As representações sociais são modalidades de conhecimento prático, socialmente elaboradas e compartilhadas, orientadas para a comunicação e para a compreensão de contextos sociais, materiais e ideativos, que contribuem para a construção de uma realidade comum. Desta forma, as representações sociais são, essencialmente, “fenômenos sociais que, mesmo acessados a partir de seu conteúdo cognitivo, têm de ser entendidos a partir de seu contexto de produção, ou seja, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam.” (Jodelet, 1985, apud Spink, 1993, p. 300)

⁵ A Escola de Chicago, constituída por estudiosos das questões sociais, dedicou-se à pesquisa do surgimento das gangues juvenis americanas e da intensificação de conflitos étnicos e territoriais do espaço urbano no início do século XX (Camarano et al., 2004).

ciências sociais⁶. Como bem coloca Lenoir, um problema social não é apenas o resultado de uma disfunção social, mas inclui duas etapas essenciais para que seja considerado como tal: o reconhecimento e a legitimação:

Por um lado, seu “reconhecimento”: tornar visível uma situação particular, torná-la, como se diz, “digna de atenção”, pressupõe a ação de grupos socialmente interessados em produzir uma nova categoria de percepção do mundo social, a fim de agirem sobre o mesmo. Por outro lado, sua legitimação: esta não é necessariamente induzida pelo simples reconhecimento público do problema, mas pressupõe uma verdadeira operação de promoção para inseri-lo no campo das preocupações sociais do momento. Em suma, a essas transformações objetivas, sem as quais o problema não seria levado em consideração, acrescenta-se um trabalho específico de enunciação e formulação de políticas, ou seja, uma operação de mobilização. (Lenoir, 1996, p. 84)

O enfoque das pesquisas somado ao enfoque das políticas dão visibilidade à juventude como problema social. No Brasil, muitas políticas centradas em lazer, cultura e esporte parecem ser formuladas no sentido de “ocupar” o tempo livre da juventude pobre, ocorrendo também uma intensificação de políticas de inclusão por meio de programas de transferência de renda, ou ações voltadas à empregabilidade, cidadania e educação sexual. Algumas dessas políticas, que trabalham com a idéia de uma juventude socialmente vulnerável, aparentemente têm como objetivo a manutenção da ordem pública.

Esse temor social em relação à juventude, sobretudo a juventude pobre e “desocupada”, fundamenta-se basicamente no que Margulis e Urresti (1998) denominam de *moratória social*, que seria um período concedido por certos setores sociais à pessoa jovem, durante o qual, esta estaria desobrigada das responsabilidades do mundo adulto, podendo dedicar-se aos estudos, à capacitação e ao lazer, havendo certa tolerância social com seu comportamento em função da transitoriedade de sua situação etária. Na prática, essa moratória só é concedida por setores médios e altos a seus jovens, uma vez que jovens dos setores populares vêm-se obrigados a compartilhar mais cedo com suas famílias o custo da sobrevivência, através do ingresso no mercado de trabalho. Quanto à tolerância social, a interpretação das chamadas transgressões juvenis apresenta-se revestida de uma hierarquia de desigualdades, sendo as principais de classe, raça e gênero. Portanto, compreensão e apoio sociais mostram-se mais presentes se a violação às normas tem como protagonistas jovens brancos de setores médios e altos, por exemplo, sendo esta tendência observada também numa maior complacência estendida aos jovens do que às jovens.

⁶ O enfoque da juventude como problema não se restringe às ciências sociais. Sposito lembra que “os estudos de feitio psicológico tendem a privilegiar os aspectos negativos da adolescência, sua instabilidade, irreverência, insegurança e revolta” (Sposito, 2002, p. 9).

Esse caráter de transitoriedade conferido à juventude, ainda que esta não seja uma característica exclusiva desta fase da vida, tem sido tema de um bom número de pesquisas. Segundo Camarano et al. (2004), os primeiros estudos sobre o processo de transição para a vida adulta surgiram na Europa, referindo-se à crise do mercado de trabalho dos anos 1970. Desde então, os processos de transição da escola para o trabalho, união conjugal e reprodução têm sido abordados em muitas pesquisas. O estudo da juventude pelo eixo da transição proporciona uma melhor apreensão das mudanças nos processos através dos quais ocorre a inserção social e econômica das pessoas jovens, num momento de escolhas e decisões que repercutirão na fase adulta. Este eixo também permite a incorporação dos conceitos de processo, transformação, temporalidade e historicidade aos estudos de juventude, evidenciando a desigualdade das trajetórias nas diversas maneiras de ser jovem (Camarano et al., 2004). No entanto, para Sposito, a idéia de transição é passível de críticas em pelo menos dois aspectos:

O primeiro diz respeito a uma caracterização da transição como indeterminação – jovens não são mais crianças e também não são adultos, vivendo numa espécie de hiato (...) sendo definidos pelo que não seriam; assim, este momento cada vez mais alongado no percurso de vida continuaria, paradoxalmente, sofrendo um conjunto grande de atribuições que o desqualificam exatamente porque se trata apenas de uma passagem. O segundo aspecto incide sobre uma necessária subordinação dessa fase à vida adulta, referência normativa caracterizada pela estabilidade em contraste com a juventude, período da instabilidade e das crises. (Sposito, 2002, p. 8-9)

León, Medrano e Ghiardo lembram ainda que a perspectiva de transição da juventude deve ser entendida em seu caráter processual, que abarca mudanças importantes que estão em andamento na vida do sujeito, o qual, por sua vez, participa de forma ativa no desenvolvimento deste processo:

Que la juventud represente un período de transición no significa que sea una etapa de pura latencia, de espera inerte, de moratoria inactiva. Por el contrario, toda transición es un *proceso* lleno de cambios, en que hay algo que está en curso, que se desarrolla, que se desenvuelve, y si hay algo que define a la juventud como etapa de la vida, es la ocurrencia de cambios inscritos en el *cuero* de un sujeto. Los de orden biológico preparan su inicio y los de condición van marcando el ritmo a un proceso complejo que sólo se produce porque los jóvenes actúan, porque son sujetos en tránsito, no en trance. (León, Medrano e Ghiardo, 2005, p. 53)

A ênfase na juventude apenas como fase de transição está fundamentada na concepção social de que a pessoa adulta constitui o paradigma da versão definitiva do ser humano, colocando às pessoas jovens, portanto, o desafio de caminhar nesta direção. O percurso rumo à “adulterez” inclui determinadas etapas sequenciais de transição socialmente construídas, das quais, na sociedade brasileira contemporânea, as principais são: *conclusão da escolaridade, ingresso no*

mercado de trabalho, união conjugal e reprodução. Essas etapas não têm se mantido inalteradas historicamente, devido às grandes transformações sociais ocorridas nas últimas cinco décadas, sobretudo pela atual escassez do trabalho na economia formal e pelas novas configurações nas relações de gênero. Essa seqüência etapista concebe a escolarização como um estágio de instrumentalização das pessoas jovens para o mercado de trabalho, que por sua vez proporcionaria a autonomia financeira necessária para as duas etapas seguintes, ou seja, a união conjugal e a reprodução. Dessa forma, as diversas instâncias sociais impõem às pessoas jovens não só a noção de que devem preparar-se para o futuro, mas que devem fazê-lo em tempos também socialmente determinados:

Quando se es joven, socialmente joven, la familia, el Estado, la escuela, la sociedad, fuerzan la definición del futuro, otorgan la facultad para elaborar proyectos de vida y asignan tiempo para realizarlos. La juventud se impone como la etapa en que se debe definir el futuro, en que los sueños de la infancia se vienen encima, se vuelven problema del presente. (León, Medrano e Ghiardo, 2005, p. 55)

Nas classes mais favorecidas o processo de transição tem se mostrado cada vez mais lento, uma vez que existe um alongamento do período de escolarização em função das exigências cada vez maiores do mercado de trabalho. Heilborn (2005) ainda assevera que a seqüencialidade linear que caracteriza a chamada transição tradicional não é mais o modelo predominante. A principal característica da transição para a vida adulta moderna é a reversibilidade da situações. Muitas vezes, esta transição pode não acontecer numa única etapa, ocorrendo em idas e vindas. As pessoas jovens podem deixar a casa parental, para daí a algum tempo retornar a ela, devido a desemprego ou separação conjugal, para depois sair novamente em condições mais estáveis, e assim, sucessivamente.

Com a instabilidade do mercado de trabalho, a fragilização dos laços conjugais e a incerteza que paira sobre a vida moderna, o modelo conservador de transição já não pode ser considerado hegemônico, pelo menos para as classes populares. Esse princípio da reversibilidade também é discutido por Pais (2001) por meio da metáfora da modernidade como um complexo labirinto, uma das figuras do “caos, entendido como uma complexidade cuja ordem existe, embora de forma oculta” (Pais, 2001, p.65). A vida no labirinto é marcada por incertezas em relação ao futuro e a situações desconhecidas:

Perante estruturas sociais cada vez mais fluidas e modeladas em função dos indivíduos e seus desejos, os jovens sentem a sua vida marcada por crescentes inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém. [...] As suas vidas são labirintos de encruzilhadas e de utopias, mas as aparentes saídas do labirinto desembocam em

novos labirintos de encruzilhadas e de utopias. Há que saber viver no labirinto da vida. (Pais, 2001, p. 69)

No labirinto da vida, as pessoas jovens contemporâneas transitam, envolvendo-se em percursos denominados pelo autor de “trajetórias ioiô”, ou seja, num movimento de vaivém entre sua condição juvenil e experiências de estada na vida adulta. Esse movimento pode incluir saída e retorno à casa dos pais, entrada e saída do mercado de trabalho, abandono e retomada dos estudos, casamentos e descasamentos. Por sentir que a vida no terreno labiríntico confere um certo grau de reversibilidade às situações, as pessoas jovens assumem riscos e constroem seus projetos de vida, na expectativa de sair do labirinto “com as astúcias da razão (ou do sentido)” (Pais, 2001, p.65)

A seqüência de transição tradicionalmente estabelecida não destaca um elemento intermediário significativo, que é primordial na vida das pessoas jovens: a iniciação da vida sexual, a qual constitui um importante e irreversível passo rumo à autonomia juvenil. Melucci e Fabbrini (1992) consideram a capacidade de apaixonar-se, ou seja, de sentir intensa atração por um outro ser, o sinal mais característico da fase inicial da juventude e a mais contundente prova de saúde que a pessoa jovem pode dar de si. Assim, o início da atividade sexual constitui um rito de passagem para qualquer jovem, com significados diferentes para homens e mulheres, devido às desigualdades nas relações de gênero. Enquanto outros elementos considerados essenciais para a transição para a vida adulta (conclusão da escolaridade, inserção no mercado de trabalho e formação do próprio núcleo familiar) dependem de uma série de fatores externos, a atividade sexual parece constituir um elemento sobre o qual a pessoa jovem tem maior controle, tornando-se um componente de poder. Em outras palavras, enquanto as dificuldades econômicas estruturais acabam por deixar adolescentes e jovens pobres pairando numa espécie de limbo transicional, a atividade sexual, incluindo a reprodução, encontram-se mais próximas de concretização enquanto componentes da maturidade, do que a possibilidade de se atingir um bom nível de escolarização ou da obtenção de um bom emprego.

Na perspectiva da juventude como problema social⁷, existem diferenças nos modos como homens e mulheres jovens, sobretudo pobres, constituem-se em fontes de preocupação para a sociedade. Enquanto parte do lado masculino dessa “juventude-problema” representa ameaça à ordem social por seu envolvimento com drogas, criminalidade, violência e outros comportamentos de risco, parte do lado feminino “transgride” as regras sociais na intimidade da vivência de sua sexualidade e na concretização da maternidade. Nesta concepção, as mulheres pobres que têm filhos em idades socialmente consideradas precoces constituem o outro lado da “juventude-problema”, evidenciando dessa forma, o recorte de gênero. Uma análise mais atenta mostrará uma relação muito próxima entre esses dois lados. Existe uma tendência social à culpabilização tácita das jovens pobres que engravidam na adolescência pela perpetuação do ciclo de pobreza, miséria e marginalidade social. Essas jovens estariam, nessas concepções ideológicas, alimentando com novos contingentes os dois lados da “juventude-problema.”

Ao contrário da saída da casa parental, abandono dos estudos, inserção no mercado de trabalho e união conjugal, a chegada de um filho talvez não se enquadre no rol das situações reversíveis da vida no labirinto, constituindo, talvez, a única transição que marca a presença da pessoa jovem, sobretudo da mulher jovem, de forma definitiva no mundo adulto.

A gravidez, quando reconhecida, envolve a produção social de pelo menos duas pessoas: a criança e a mãe. Não menos importante, mas com menos frequência, envolve também a produção social de um pai – o que tem conseqüências intensas com relação à reprodução social. (Leal e Fachel, 1999, p. 109-110)

O nascimento de um filho pode constituir a única certeza de ter-se conquistado, de maneira parcial, porém definitiva, o *status* de adulto na sociedade, ainda que todos os outros elementos de transição flutuem de forma incerta no espaço labiríntico. Essa constatação pode fornecer pistas que levem à compreensão dos motivos pelos quais um certo número de adolescentes e jovens, sobretudo das camadas populares, optam ou deixam acontecer a gravidez em idades socialmente consideradas precoces. Jovens que vivem em situação de exclusão, em

⁷ Um aspecto importante destacado por Elizalde (2006) é o androcentrismo que permeia os estudos sobre juventude. Esse androcentrismo manifesta-se, segundo a autora, numa propensão tácita dos estudos a considerar o homem como referência do sujeito jovem: “En el conjunto global de trabajos, las *mujeres* permanecen invisibilizadas como productoras de prácticas y sentidos específicos de juventud, subsumidas en esta hegemónica y restrictiva representación de ‘lo juvenil-masculino.’ (...) Cuando las mujeres ‘aparecen’ como centro de atención, lo hacen casi exclusivamente de la mano de indagaciones basadas en el análisis de los *cuerpos biologizados*. (...) En los casos en que es incluido, el *género* suele concebirse y nombrarse como sinónimo de diferencia sexual, o –más llanamente– como dato demográfico ‘innegable’ de todo grupo humano, al tiempo que metodológicamente es tratado como “variable analítica” o criterio descriptivo de los ‘evidentes’ contrastes entre varones y mujeres” (Elizalde, 2006, p. 95-96).

condições precárias de trabalho ou desemprego, em dificuldades familiares, egressos de um sistema de ensino que não lhes garante inserção social, e acima de tudo, vivendo num mundo incerto, “não estão em condições de calcular riscos de vida, uma vez que a sua vida é toda ela já um risco” (Pais, 2001, p.66).

Na seqüência transicional linear anteriormente mencionada, a reprodução emerge como a última etapa de transição. O fato de esta constituir-se a primeira etapa para parte de mulheres adolescentes e jovens, sobretudo de segmentos sociais menos favorecidos, torna compreensível o interesse social em entender as razões desse fenômeno. O enfoque da fecundidade adolescente como problema, portanto, situa-se no contexto mais amplo da juventude como problema social, que permeia boa parte dos estudos sobre esse segmento da população.

Gênero, socialização e maternidade na adolescência

Melucci e Fabbrini (1992, p. 101) destacam que “masculino e feminino não são somente sexos, mas são mundos”, nos quais a feminilidade e a masculinidade são universos afetivos e relacionais construídos a partir do sexo biológico. Scott define gênero como “elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, sendo “a forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). O conceito de gênero é utilizado, portanto, para diferenciar a construção social do masculino e do feminino do sexo biológico. Utilizado praticamente pelo conjunto do feminismo, gênero é um conceito relacional, que vê um em relação ao outro, considerando as relações sociais como relações de poder e de hierarquia dos homens sobre as mulheres.

O conceito de gênero trouxe várias contribuições ao debate sobre a desigualdade entre os sexos. Ao se afirmar a existência da construção social de gênero, coloca-se que as identidades masculinas e femininas transcendem a anatomia sexual, não tendo origem em fatores biológicos, mas em construções sociais e históricas, remetendo a redes de significados que incluem diferentes dimensões da vida dos indivíduos (Traverso-Yépez e Pinheiro, 2005). Nesse sentido,

Uma vez que tais relações entre os sexos envolvem a distribuição de bens, direitos e deveres, bem como o acesso às posições de mando e obediência, as imagens e significados associados às masculinidades e às feminilidades manifestam e realizam, na prática (isto é, concretamente na vida social) os mecanismos de poder vigentes numa dada sociedade. (Ramires Neto, 2006, p. 30)

Por meio do processo de socialização, normas e valores socioculturais, que determinam como homens e mulheres devem inserir-se no mundo, são transmitidos pelas gerações mais velhas e incorporados pelas gerações mais novas desde o nascimento. Os espaços de convivência cotidiana, sobretudo a família, a escola e a mídia oferecem a meninos e meninas, por meio da observação de seus adultos de referência, oportunidades de aprendizagem e interiorização de modelos. As relações de gênero estruturam o conjunto das relações sociais e, portanto, o mundo do trabalho, da política e da cultura também se organizam conforme a inserção de mulheres e homens. As relações de poder baseadas nessas diferenças são apreendidas muito cedo pelas crianças, e sua relação com o mundo constrói-se a partir delas e se reproduz no conjunto da sociedade e de suas instituições. A socialização diferenciada para meninos e meninas estará na base da construção da identidade de gênero do sujeito, desde a primeira socialização na família de origem, fazendo eco na socialização escolar, entre os pares, nas interações afetivo-sexuais, no trabalho e na formação de seu próprio núcleo familiar.

Considerando que os indivíduos inserem-se numa estrutura social que estabelece o lugar de homens e mulheres *a priori*, e que o ser humano é o produto de sucessivos processos de socialização ao longo da vida, pode-se concluir que a dimensão de gênero da socialização nunca estará finalizada. As categorias de gênero são constantemente reconstruídas pelos indivíduos em suas interações, bem como as atribuições e normas de interação entre os sexos. Para Vianna, a construção social das diferenças apresenta forte caráter essencialista:

Em nossa sociedade, as diferenças entre homens e mulheres são comumente remetidas diretamente ao sexo, às características físicas tidas como naturais e imutáveis. Com base em definições essencialistas do que é ser homem e/ou mulher edifica-se um sistema de discriminação e exclusão entre os sexos, além de vários estereótipos. Criam-se, assim, vários estereótipos sobre homens e mulheres: agressivos, militaristas, racionais, para eles; dóceis, relacionais e afetivas, para elas. Em decorrência, funções como alimentação, maternidade, preservação, educação e cuidado com os outros ficam mais identificadas com os corpos e mentes femininas, ganhando, assim, um lugar inferior na sociedade, quando comparadas às funções tidas como masculinas. (Vianna, 2003, p. 47)

Na construção da identidade de gênero, o indivíduo reconhece a existência concreta de duas partes separadas do mundo, das quais ele, indivíduo, constitui somente uma. Essa descoberta leva à compreensão de que, para adaptar-se às normas sociais, deverá abrir mão das características socialmente atribuídas ao sexo oposto. A ambivalência das dimensões de complementaridade e de oposição não deixa de desencadear um conflito, pois “remete a todas as ambivalências” (Melucci e Fabbrini, 1992, p. 119). Portanto, na construção de identidade de

gênero, o indivíduo vê-se obrigado, simultaneamente, a adquirir as capacidades emotivas, afetivas e físicas do próprio corpo sexuado, e aprender a relacionar-se com os indivíduos pertencentes à outra metade do mundo, com os quais terá que estabelecer relações de troca. Essas duas tarefas, socialmente compulsórias, podem significar conflito quando não há a identificação do corpo sexuado com as normas que estabelecem as identidades de gênero socialmente aceitáveis.

Para Melucci e Fabbrini (1992) no processo de construção da identidade de gênero, a adolescência é um dos momentos mais importantes. O início da capacidade de procriar constitui a porta de entrada para a sexualidade adulta, sendo um evento de grande significado, de dimensão física e simbólica, que acomoda muitas outras mudanças na forma e nas funções do corpo, e desencadeia profundas transformações do mundo afetivo. Para a adolescente, a capacidade de procriar significa a capacidade de gerar e carregar vida dentro de si, em suma, o poder de produzir através de si. O significado da maternidade como produtora de vida e de transformação de si tem um grande força na socialização das meninas.

Não se pode discutir a problemática que envolve a maternidade em idades socialmente consideradas precoces sem que se debata as responsabilidades atribuídas socialmente a homens e mulheres, uma vez que grande parte das conseqüências da reprodução servem para reforçar, desfavoravelmente para a mulher, as representações sociais de gênero estabelecidas historicamente. Margulis e Urresti ressaltam que a maternidade, devido às diferenças assimétricas nas relações de gênero, acaba por gerar desigualdades que se refletem nas trajetórias das jovens mulheres:

La juventud depende también del género, del cuerpo procesado por la sociedad y de la cultura; la condición de juventud se ofrece de manera diferente al varón o a la mujer. Ésta tiene un reloj biológico más insistente que recuerda con tenacidad los límites de la juventud instalados en su cuerpo. Hay un tiempo inexorable vinculado con la juventud y la belleza, la maternidad y el sexo, los hijos y la energía, el deseo, la vocación, la paciencia necesarios para tenerlos, criarlos y cuidarlos. (Margulis e Urresti, 1998, p. 27)

Ainda que esse “relógio biológico” citado pelos autores seja socialmente construído, a maternidade pode implicar uma urgência diferenciada na vida de muitas jovens. Fatores como a socialização de gênero, condições socioeconômicas e falta de perspectivas de futuro no campo profissional podem intensificar o desejo pela concretização da maternidade em idades socialmente consideradas precoces como forma de compensar a escassez de oportunidades de realização em outras esferas.

A partir da análise histórica da tematização do discurso acadêmico sobre a gravidez na adolescência, Calazans (2000) apura que a criação do fato social de estranhamento da gravidez nessa fase da vida dá-se na primeira metade do século XX, como consequência da nova ordem econômica resultante das guerras mundiais, sendo que, a partir daí, novos discursos foram sendo acrescentados à discussão, em função das transformações sociais ocorridas ao longo do século. A representação contemporânea da gravidez na adolescência é resultado da confluência de pelo menos três tipos de discurso, que foram ao longo da história se integrando ao debate (Heilborn et al. 2002). Especialistas de diferentes campos foram trazendo novas perspectivas de consequências e riscos do fenômeno. Dessa forma, nos anos 1960 predominava o discurso médico, alertando para os riscos da gravidez considerada precoce para a saúde materno-infantil; nos anos 1970, fez-se ouvir o discurso psicológico, que enfatizava a imaturidade psicológica da gestante adolescente para cuidar de seu bebê; na década seguinte, as ciências sociais alertavam para os riscos sociais da gravidez na adolescência:

A estas perspectivas soma-se, a partir dos anos 1980, um arrazoado sobre as consequências nefastas acarretadas pela gravidez na adolescência no contexto social. Argumenta-se que o incremento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres implica o agravamento da pobreza dessas unidades domésticas, redundando no aumento da delinquência e da criminalidade. O abandono escolar por parte das adolescentes e sua decorrente inserção precária no mercado de trabalho são também invocados para caucionar a tese de que, se a gravidez na adolescência não instaura uma situação de marginalidade social e econômica, ela certamente a agrava. São esses discursos que informam a percepção da gravidez na adolescência no senso comum e na mídia.” (Heilborn et al., 2002, p. 19).

Portanto, a tônica dos discursos homogeneizantes dessas áreas de conhecimento tem veiculado informações e posições que contribuem para que a percepção sobre a gravidez e maternidade na adolescência sejam vistas como problemas. O discurso sobre a precocidade do fenômeno, tão propagado pelos estudos e pelos meios de comunicação traz em seu bojo valores que fazem parte do estilo de vida das classes privilegiadas, como o ideal da família nuclear tradicional, por exemplo, além ser reflexo de estilos de vida da contemporaneidade. Quando a atuação de grande parte das mulheres restringia-se ao espaço doméstico, a gravidez e a maternidade na adolescência e na juventude, dentro dos laços matrimoniais, eram consideradas normais e até mesmo desejáveis. O advento dos métodos contraceptivos, bem como as conquistas do movimentos feministas, sobretudo a partir da década de 1960, deu um grande impulso ao acesso das mulheres ao mercado de trabalho, aos espaços públicos e à educação. Como consequência dessas transformações, a fecundidade juvenil, mais especificamente a fecundidade

adolescente, passou a ser vista como problema, uma vez que, teoricamente, dificulta a fruição dessa nova condição por jovens grávidas e mães. Essa concepção parece supor que tais conquistas estão amplamente disponíveis na sociedade, sendo acessíveis a todas as mulheres jovens, o que não reflete a realidade de desigualdades vigente em nosso país.

As expectativas sociais depositadas sobre as jovens em relação às oportunidades de escolarização e inserção profissional conquistadas historicamente pelas mulheres também constituem elementos que contribuem para uma nova perspectiva quanto à idade ideal para ter filhos. Heilborn et al (2002) afirma que as jovens que têm sua trajetória pontuada pela maternidade em idades socialmente consideradas precoces caminham na contramão de duas tendências gerais: a das transformações demográficas e da emancipação feminina. Com o crescimento das oportunidades educacionais e profissionais, novas perspectivas redesenharam as expectativas sociais em relação ao papel reprodutivo da mulher:

A gravidez na adolescência desponta como um desperdício de oportunidades, uma subordinação - precoce – a um papel do qual, durante tantos anos, as mulheres tentaram de desvencilhar. Esta argumentação subestima o fato de esse leque de oportunidades sociais não ser igualmente oferecido para jovens de diferentes classes, e além disso, supõe como universal o valor ou o projeto de um novo papel feminino. (Heilborn et al., 2002, p.18).

Enquanto muitas jovens de camadas populares não dispõem de acesso a outros meios de realização pessoal, de construção de identidade e de transição para a vida adulta além da reprodução, o mesmo não acontece com as jovens de setores altos e médios. Essas últimas contam com uma gama mais ampla de possibilidades de escolarização e de construção de carreiras profissionais, o que lhes pode conferir uma visão de futuro mais estruturada em etapas, das quais a maternidade seria a última, após a solidificação da independência financeira e a união com um parceiro. Isto não quer dizer que jovens de classes médias e altas não engravidem na adolescência. No entanto, essas jovens possuem maior acesso ao aborto seguro e dispõem de mais recursos para que a maternidade, caso venha a ocorrer, tenha um impacto menor em suas trajetórias educacionais e profissionais.

Apesar de todas as transformações históricas pelas quais tem passado as representações de maternidade, a concepção do instinto maternal e do amor materno como sendo inerentes à condição de mulher subsiste no senso comum. E este fato certamente tem um grande peso nas decisões de jovens mulheres que vêem a gravidez e a maternidade como um cumprimento de uma função, a realização de um desejo compulsório e, no caso das jovens de classes desfavorecidas, uma forma de inserção social e de passagem para o mundo adulto.

A gravidez e a maternidade na adolescência, tornam-se, neste contexto, tópicos de preocupação, não só do poder público, mas também da academia, na qual um bom número de trabalhos tem sido produzido nos últimos anos. A maioria desses trabalhos, provenientes das mais diferentes áreas, tende a alocar o tema no rol dos problemas sociais causados pela juventude. Algumas pesquisas, porém, já caminham na direção do questionamento, reflexão e desconstrução da idéia de jovens e adolescentes como problemas, elevando estes indivíduos à condição de sujeitos de direitos.

A produção discente sobre o tema da pesquisa: alguns indicadores

No conjunto da produção dos programas de pós-graduação de universidades brasileiras sobre reprodução adolescente entre 1988 e 2003⁸, observa-se que as pesquisas concentram-se majoritariamente na área de saúde (59%), em seguida, psicologia⁹ (19,8%), educação (7,5%), ciências sociais (4,2%) e outras áreas (9,5%). Apresento brevemente, a seguir, alguns indicadores observados na produção discente dessas áreas, bem como algumas das conclusões às quais cheguei a partir desse trabalho, destacando desde já, que reprodução adolescente, nas pesquisas, quase sempre significa *reprodução adolescente feminina*, ou seja, a gravidez e a maternidade, sendo a produção sobre paternidade adolescente ainda pouco significativa numericamente, ainda que valiosa¹⁰.

⁸ Como parte das atividades da pesquisa, realizei um levantamento não exaustivo da produção acadêmica discente brasileira sobre o tema da reprodução adolescente, conforme o banco de dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o qual abrange trabalhos produzidos pelos programas de pós-graduação das universidades brasileiras entre 1988 e 2003. A análise foi feita através da leitura dos resumos de teses e dissertações, não tendo sido possível, portanto, um aprofundamento sobre as conclusões de tais pesquisas. É importante frisar que parte dos trabalhos (cerca de 23%) têm como eixo central a sexualidade adolescente e a educação sexual, estando a questão da reprodução subordinada a esses critérios. Os descritores utilizados no levantamento foram: *gravidez na adolescência*, *gravidez adolescente*, *maternidade na adolescência*, *maternidade adolescente*, *paternidade na adolescência*, *paternidade adolescente*, *reprodução na adolescência*, *reprodução adolescente*, *gravidez precoce* e *maternidade precoce*.

⁹ A Organização Mundial de Saúde-OMS define *saúde* como “estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de enfermidade ou invalidez” (Sá Júnior, 2004, p. 15). Nessa perspectiva, a psicologia poderia ser incluída entre as áreas do campo da saúde.

¹⁰ A gravidez na adolescência nem sempre implica o envolvimento de um pai também adolescente. Muitas adolescentes relacionam-se, engravidam e têm filhos de homens que já passaram da fase da adolescência. Entre os trabalhos sobre paternidade adolescente presentes no levantamento, estão as dissertações “Paternidade adolescente, uma proposta de intervenção” (Luiz Cardoso Lyra da Fonseca, 1997), “Ser adolescente, pobre e pai: um estudo qualitativo das repercussões na organização das famílias” (Maria de Fátima Souza de Paiva, 2003), “Paternidade na adolescência: a antecipação e reafirmação de uma identidade masculina” (Noeme Moreira Maia, 1998), “Eu, pai?!” a paternidade na adolescência e seu significado” (Ellika Trindade, 1997), “O vivido pelo adolescente frente à paternidade” (Ana Maria Nassar Cintra Soane, 2002), “Paternidade na adolescência: expectativas, sentimentos e a interação com o bebê” (Daniela Centenaro Levandowski, 2001). A maior parte desses trabalhos tem origem na área

Os trabalhos produzidos na área de saúde situam-se nas sub-áreas de saúde pública, medicina e enfermagem. Mais da metade da produção desta área (53%) trata de aspectos psicossociais do fenômeno, sendo que os aspectos médicos ou clínicos constituem somente 26%. A superioridade da área de saúde em número de trabalhos reforça a gravidez e a maternidade na adolescência como questões de saúde pública (Brandão, 2006, p. 66) e que, portanto, demandariam ações na área da saúde, quando sabe-se que a temática envolve também educação, desigualdades de gênero, trabalho e pobreza, entre outros fatores. A considerável extensão da quantidade da produção na área de psicologia, que trata em grande parte de representações e significados da gravidez e maternidade na adolescência, traz valiosas contribuições para a compreensão dos aspectos subjetivos da ocorrência do fenômeno, muito embora as causas socioeconômicas também sejam consideradas na análise em grande parte dos trabalhos.

Não obstante alguns trabalhos sobre gravidez e maternidade adolescentes provenientes da área de educação abordem as vivências das jovens fora do ambiente escolar, grande parte deles ressalta a importância da intervenção educativa da escola na prevenção da gravidez por meio de programas de educação sexual, bem como procura compreender a relação entre a trajetória escolar, profissionalização e a ocorrência da gravidez. Ainda que a relação entre gravidez na adolescência e evasão escolar feminina seja fortemente alardeada pela mídia e pelo senso comum, não são numerosos os trabalhos que abordem esta questão, constituindo-se um campo fértil para pesquisa, uma vez que pode estar mascarando outros fatores relevantes como, por exemplo, a baixa qualidade do ensino público no Brasil.

Os poucos trabalhos sobre gravidez na adolescência provenientes da área de ciências sociais tratam basicamente da construção social do fenômeno nos contextos pobres urbanos. Uma vez que a gravidez e a maternidade na adolescência, sobretudo nas camadas populares, constitui um acontecimento que pode provocar mudanças sociais importantes, parece existir uma demanda por pesquisas sobre esse tema na área de ciências sociais. Outros campos do conhecimento que se fazem presentes nos estudos sobre o tema são o serviço social, sexologia, meio ambiente, demografia, direito e economia doméstica, que tratam dos processos de exclusão no contexto de pobreza, educação sexual, desenvolvimento populacional sustentável, planejamento familiar e aspectos econômicos da reprodução adolescente.

No geral, observa-se que a produção de trabalhos sobre o tema tem crescido à medida que cresce também o interesse sobre questões relativas à juventude, sendo maior nas universidades públicas das regiões sul e sudeste do Brasil. Outro aspecto diz respeito ao número e à diversidade de campos do conhecimento presentes na produção. Esse aspecto multidisciplinar pode trazer muitas contribuições ao debate sobre as questões da sexualidade e da reprodução de jovens e adolescentes, auxiliando na sua compreensão.

O fato de mais da metade do total da produção ter origem na área de saúde talvez explique, em parte, a constatação de que 93% de toda a produção discente sobre a gravidez e maternidade na adolescência no período seja resultado do trabalho de pesquisadoras do sexo feminino, considerando que grande parte dos profissionais dessa área é composta por mulheres. Essa constatação tem raízes na estrutura social das relações de gênero. Por um lado, muitas das profissões presentes na área de saúde, por terem o caráter de cuidado com o outro, mais associado ao universo feminino, emprega um grande contingente de mulheres; por outro lado, a questão reprodutiva ainda é vista na sociedade como um “assunto de mulheres”, atraindo, portanto, um interesse maior por parte das pesquisadoras.

A constatação da pequena quantidade de trabalhos provenientes da área de educação e ciências sociais talvez também ajude a explicar o grande percentual de trabalhos na área de saúde. A escassez de pesquisas sobre o tema nas áreas de ciências humanas pode estar impulsionando profissionais de saúde à produção de conhecimentos sobre o fenômeno, por tratar-se de questão cotidiana de seu campo de atuação, o que talvez também explique o enfoque ao período da gravidez adolescente na área de saúde, sendo menos numerosos os trabalhos sobre maternidade adolescente. O fato de a reprodução juvenil estar fortemente associada à prevenção, com a emergência das doenças sexualmente transmissíveis e da Aids, também pode ser apontado como hipótese para o grande interesse da área da saúde no tema.

Prevalece nos trabalhos a perspectiva do “problema social” da gravidez e da maternidade adolescentes, estes assumindo às vezes, um tom alarmista em relação ao crescimento de sua ocorrência, sendo ainda poucos aqueles que abordam os casos em que a gravidez é desejada e planejada pela jovem ou pelo jovem. Alguns trabalhos mais recentes já tentam desconstruir esta imagem, ressaltando outras alternativas e novos olhares para a questão. Outro aspecto importante é a sobreposição interdisciplinar das abordagens, não havendo limites claros dentro de cada campo do conhecimento. Isso pode ser observado, por exemplo, pela quantidade significativa de

trabalhos que abordam os aspectos psicossociais do fenômeno produzidos pelas áreas de enfermagem e pela medicina.

Os trabalhos que incluem a perspectiva das relações de gênero no fenômeno da gravidez e da maternidade na adolescência começaram a crescer numericamente a partir da segunda metade da década de 1990. Nesse sentido, o presente estudo busca constituir uma contribuição para o preenchimento de algumas lacunas da produção discente, por meio da análise qualitativa das experiências de socialização de jovens de camadas populares urbanas, tenham elas tido ou não a experiência da gravidez na adolescência, ressaltando, sobretudo, a heterogeneidade dos perfis sociais e a diversidade das situações. Ao introduzir na problemática da pesquisa a perspectiva de jovens que não tiveram filhos na adolescência, busca-se conhecer, através de suas trajetórias, alguns indicadores que apontem para suas escolhas no campo da sexualidade e da reprodução.

Os estudos sobre gravidez e maternidade adolescentes, embora tenham acumulado muitos trabalhos ao longo dos últimos anos, ainda oferecem importantes nichos de exploração, principalmente por sua inserção na temática mais ampla da juventude, que tanto tem atraído as atenções da sociedade e do poder público.

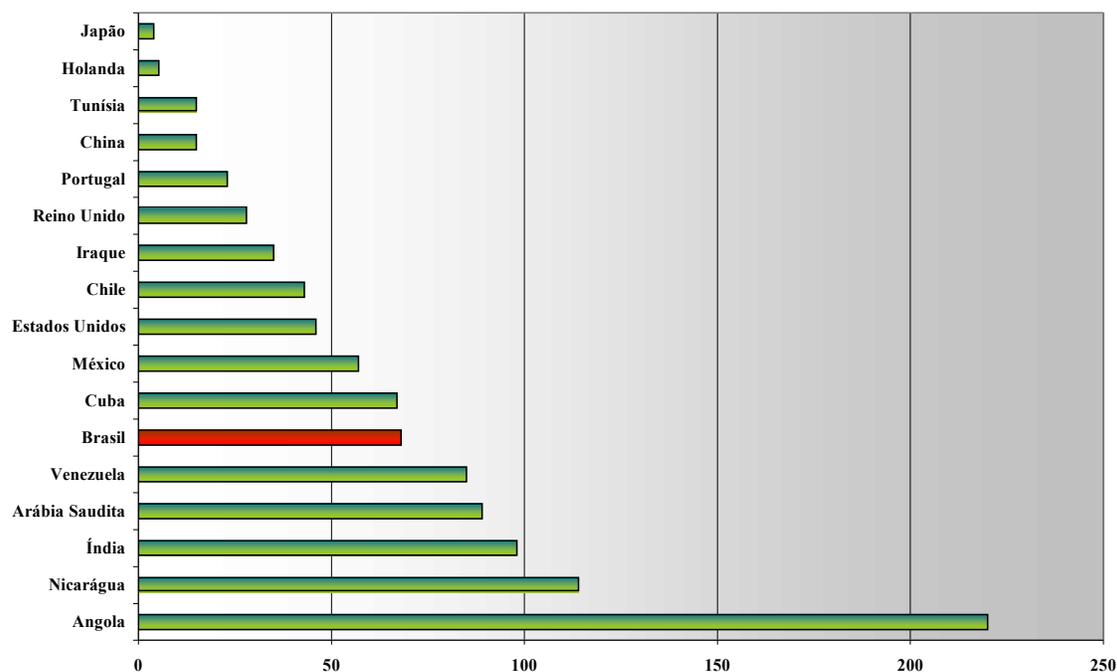
Um panorama geral da gravidez e da maternidade adolescentes

Muitos são os fatores apontados por pesquisas e estudos como responsáveis pelas alterações nos índices de gravidez e maternidade de mulheres na faixa de 15-19 anos nas últimas décadas, entre eles, a antecipação da menarca nas meninas, a liberalização do comportamento sexual, representações sobre o tema veiculadas pela mídia, e condições socioeconômicas precárias (Brandão, 2006). Vivemos um momento no qual a fecundidade do grupo abaixo dos 20 anos é considerada precoce, pois contraria a expectativa social em relação à ordem linear comumente estabelecida pela classe média para a trajetória jovem. Portanto, esta alegada precocidade não diz respeito somente a fatores biológicos e psicológicos, mas principalmente a fatores sociais, pois antecipa movimentos socialmente institucionalizados (Camarano, 1998). Ao passo que a gravidez e a maternidade em idade jovem, sobretudo na adolescência, são considerados problemas sociais, “a maternidade é um componente muito valorizado da feminilidade, o que se traduz por um ideal presente na sociedade brasileira de ter o primeiro filho bastante jovem (comparativamente à realidade encontrada em países desenvolvidos)” (Heilborn,

2006, p.37). Esta aparente contradição revela a multiplicidade de fatores que estão envolvidos na maternidade juvenil.

Longe de ser considerado problema de saúde pública somente no Brasil, a gravidez e a maternidade em idades socialmente consideradas precoces têm feito parte da agenda de preocupações das políticas públicas para jovens em governos do mundo inteiro, “havendo uma grande interferência das agências internacionais voltadas para a saúde e desenvolvimento da infância e juventude na elaboração do problema” (Brandão, 2006, p.62). O Gráfico 1¹¹ mostra o número de nascidos vivos de mulheres na faixa etária 15-19 anos em países de diferentes continentes, culturas e estágios de desenvolvimento econômico no ano de 2003. Esses índices, apurados pelo Banco Mundial, são considerados indicadores de desenvolvimento dos países.

Gráfico 1 – Número de nascidos vivos por 1.000 mulheres na faixa etária 15-19 anos em 2003, em países selecionados



Fonte: World Development Indicators, The World Bank, 2005

¹¹ Os gráficos apresentados nesta parte do presente estudo não contemplam o número de gravidezes e de abortos de jovens da faixa etária 15-19 anos, mas somente das gestações levadas a termo, por meio dos números de nascidos vivos. Não existem números oficiais sobre os índices de aborto em todos os países, por tratar-se de prática ilegal em muitos deles.

A partir de um ponto de vista puramente numérico, a impressão inicial é de que os países mais desenvolvidos detêm os menores índices de maternidade adolescente, cabendo as maiores cifras aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. No entanto, muitos outros os fatores geram impacto nessas estatísticas, como por exemplo, cultura, religião, representações sociais da maternidade adolescente e sexualidade, leis sobre o aborto, educação, relações sociais de gênero, acesso ao aborto e métodos contraceptivos, entre outros. É bom lembrar também que as jovens cidadãs de países desenvolvidos que tornam-se mães nessa faixa etária, majoritariamente fazem parte da fatia que menos tem acesso às riquezas produzidas nacionalmente, havendo, portanto, um grande recorte de classe.

Os Estados Unidos, país no qual o aborto¹² é legalizado, constituem o melhor exemplo desse conflito entre índice de desenvolvimento econômico e número de jovens que engravidam, abortam ou se tornam mães na adolescência. Detentor do maior índice de maternidade adolescente dos chamados “países ricos”, os Estados Unidos têm investido recursos significativos, principalmente a partir do início dos anos 1990, em campanhas e programas que contribuam para a diminuição dos números, sobretudo em iniciativas que apresentam a abstinência sexual até o casamento como o único estilo de vida socialmente aceitável para adolescentes e jovens¹³. Mesmo com a redução aproximada de 33,3% no índice no índice de fecundidade adolescente entre 1991 e 2004, o país ainda apresenta o índice mais elevado nessa categoria entre os países industrializados¹⁴. Semelhantemente, o Reino Unido, onde também o

¹²As informações sobre o estatuto legal do aborto nos diferentes países utilizadas neste capítulo foram extraídas de relatório publicado pela Organização das Nações Unidas – ONU, Population Division of the United Nations Secretariat, elaborado em 1999 e disponível para consulta pública em <http://www.un.org/esa/population/publications/abt/fabt.htm>. Consulta feita em 25/07/2006.

¹³ Conforme o guia *Teen Chat*, publicado pelo U.S. Department of Health and Human Services, disponível em <http://www.hhs.gov/>, consulta feita em 22/05/2006. O debate social sobre os programas de educação sexual para a abstinência tem dividido a opinião pública norte-americana, sobretudo porque tais programas majoritariamente não incluem informações sobre métodos de anticoncepção e de proteção a doenças sexualmente transmissíveis. O grande número de pesquisas existentes parece não contribuir para a avaliação do impacto de tais programas por apresentarem resultados divergentes e até mesmo contraditórios. Por um lado, os estudos financiados pelo próprio governo e por organizações de cunho conservador tendem a apontar os programas de abstinência sexual como os principais responsáveis pela queda no número de adolescentes grávidas e mães nos últimos anos. Por outro lado, pesquisas feitas por universidades e institutos de pesquisa independentes apontam o aumento na utilização de métodos contraceptivos como o fator principal para a queda dos índices. Além dos programas de educação sexual para abstinência em escolas e outros espaços, o governo norte-americano tem financiado também organizações religiosas que atuam paralelamente junto a jovens e adolescentes propondo o firmamento de um *pacto* com Deus, com seus pais e com a sociedade, no qual se comprometeriam a manter-se virgens até o casamento. Tal pacto, que pode ser feito por escrito ou pela utilização de um objeto simbólico, como por exemplo um anel, é denominado *Virginity Pledge*.

¹⁴ Dados da Campanha Nacional para a Prevenção da Gravidez na Adolescência (The National Campaign to Prevent Teen Pregnancy), disponíveis em www.teenpregnancy.org, consulta feita em 20/08/2006.

aborto é permitido, possui o maior índice de jovens mães da Europa Ocidental¹⁵, o que também tem gerado investimentos do governo, principalmente no campo da educação sexual e de serviços de saúde. Números reduzidos de mães adolescentes como os da Holanda, Suécia e Dinamarca (abaixo de 10/1.000), países nos quais o aborto também é permitido, são raros em outras partes do mundo.

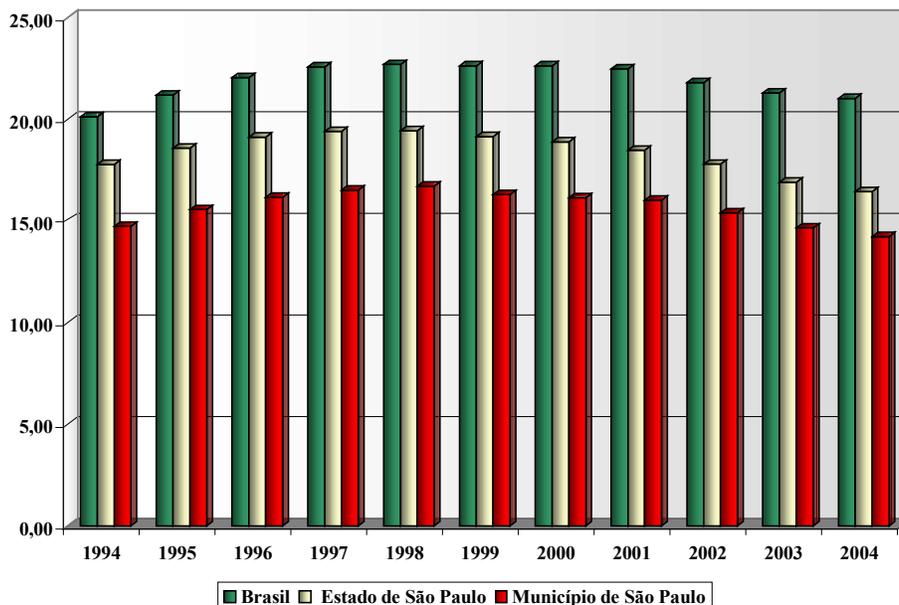
A diversidade de situações apresenta-se também nos continentes africano e asiático. Enquanto países da África sub-equatorial, como a Angola, onde o aborto é permitido somente para salvar a vida da mãe, detêm os maiores índices do planeta, a Tunísia, onde o aborto é legalizado, possui níveis de maternidade adolescente próximos aos europeus. O continente asiático também compartilha dessa diversidade nos números: Coreia do Sul, mesmo com uma política restrita de acesso ao aborto, e Japão, com política menos restrita, apresentam os menores índices. A Índia, com leis sobre o aborto mais flexíveis, e Bangladesh, com políticas bastante restritas, são alguns exemplos do outro extremo.

A América Latina e o Caribe também comparecem com situações bastante diversas. Na América Central, as cifras mais infladas localizam-se em países como Nicarágua e Honduras, nos quais o aborto somente é permitido em caso de risco de vida para a mãe, e as menos infladas estão em Trinidad e Tobago, com política restrita de aborto. Único país da América Latina a permitir o aborto seja qual for a situação, os índices de maternidade adolescente em Cuba estão bem próximos aos do Brasil, no qual o aborto é restrito. Na América do Sul, os números mais expressivos estão na Venezuela, onde o aborto é restrito aos casos de risco de vida para a mãe, e os menores, no Chile, onde o aborto é ilegal seja qual for a situação. Os demais países do continente sul-americano encontram-se numa situação intermediária entre Venezuela e Chile e não apresentam diferenças muito significativas entre si, encontrando-se o Brasil neste patamar.

Após o pico da participação de jovens de 15 a 19 anos nas taxas de fecundidade total no final da década de 1990, apurado pelo IBGE no Censo 2000, os índices nacionais começaram a decrescer, conforme mostra o Gráfico 2, queda acompanhada também pelo Estado de São Paulo e Município de São Paulo, campo da pesquisa do presente estudo.

¹⁵ Conforme dados do relatório *Teen Pregnancy – presented by the Prime Minister by Command of Her Majesty*, 1999, disponível em <http://www.socialexclusionunit.gov.uk/trackdoc.asp?id=69&pId=5>, consulta feita em 03/07/2006.

Gráfico 2 – Porcentagem de nascidos vivos de mães na faixa etária 15-19 anos, Brasil, Estado de São Paulo e Município de São Paulo, 1994-2004



Fonte: Ministério da Saúde – SVS – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC).

Gravidez e aborto são questões paralelas quando o tema é a reprodução. Por ser um procedimento ilegal no Brasil, a não ser em caso de estupro ou risco de vida para a mãe, não existem estatísticas oficiais, mas as estimativas apontam para um milhão de abortos clandestinos por ano, sendo esta a quinta causa de internação hospitalar de mulheres no SUS – Sistema Único de Saúde (Castro, Abramovay e Silva, 2004). Dados do Instituto Guttmacher (apud Castro, Abramovay e Silva, 2004) mostram que uma média de 32 em cada 1.000 jovens na faixa etária 15-19 anos realizam abortos a cada ano no Brasil. Esse índice é quase a metade do número de jovens da mesma faixa etária que deram à luz no país em 2003 (68/1.000)¹⁶.

É importante observar que muitas estimativas sobre o aborto são feitas com base nas internações para curetagens pós-aborto no sistema público de saúde, não incluindo, portanto, abortos realizados em clínicas particulares, o que pode elevar muito estes números. O que leva as mulheres, aqui incluindo as mulheres jovens, à internação por complicações decorrentes do aborto, além dos abortos espontâneos, são principalmente dois tipos de procedimentos: abortos

¹⁶ World Development Indicators, The World Bank, 2005.

induzidos realizados em condições inadequadas, muitas vezes por profissionais despreparados em clínicas clandestinas, e o chamado *auto-aborto*, no qual a jovem toma medicamentos¹⁷ ou misturas que podem incluir muitas substâncias perigosas à saúde¹⁸, ou introduz objetos pelo canal vaginal na tentativa de provocar a interrupção da gravidez. O aborto, portanto, constitui-se problema de saúde pública que implica riscos em maior proporção às jovens pobres, uma vez que jovens de setores privilegiados têm maior acesso ao procedimento de forma segura, evidenciando desta forma, as desigualdades socioeconômicas da população brasileira.

Embora não constitua o objetivo deste estudo, acredito ser oportuno, citar brevemente algumas características da população jovem feminina que se torna mãe na adolescência, verificadas a partir de dados do Ministério da Saúde¹⁹. Tais dados fazem o cruzamento dos números de nascidos vivos de mães da faixa etária 15-19 anos com as variáveis *estado civil*, *raça/cor* e *anos de estudo*. Não serão apresentados os números detalhados dos cruzamentos de estado civil e raça/cor, mas apenas a menção de alguns índices e descrição de algumas tendências indicadas pelas cifras. Entretanto, por ser esta uma pesquisa situada no âmbito da educação, serão apresentados, para fins ilustrativos, gráficos que indicam as tendências da variável *anos de estudo*, para o Brasil, Estado de São Paulo e Município de São Paulo.

Em relação ao estado civil das jovens que têm filhos na faixa etária de 15 a 19 anos, de 2000 a 2004, os números nacionais mostram um aumento progressivo no número de jovens solteiras e diminuição no número de jovens casadas e em união consensual. Enquanto no ano 2000 o percentual de jovens no Brasil que deram à luz estando solteiras era de 49,75%, este número chegou a 73,34% no ano de 2004. Semelhante comportamento das taxas é observado tanto no Estado de São Paulo como no Município de São Paulo, cujo percentual de jovens solteiras que tiveram filhos em 2004 foi de 80,42%. Os percentuais de jovens viúvas e separadas judicialmente, por serem pouco representativos numericamente, não serão citados.

A variável *raça/cor* é a que apresenta maior imprecisão dos números, apresentando elevados percentuais de respostas do tipo *ignorada*, devendo este fator ser considerado na

¹⁷Entre os medicamentos mais utilizados para a prática do aborto está o *Cytotec*, que foi lançado no Brasil em 1984 para tratamento de úlceras gástricas e duodenais e que promove contrações uterinas. Por causa dessa ação, o remédio tornou-se o mais popular dos recursos abortivos utilizados no país, embora sua venda seja restrita a hospitais credenciados. As restrições impostas à comercialização da droga, contudo, não impedem a seu uso, graças ao mercado ilegal do medicamento, contrabandeado de países onde é de livre comércio. Fonte: Jornal da Unicamp, Edição 224, 11 a 17/08/2003, disponível em <http://www.unicamp.br>, consulta feita em 05/08/2006

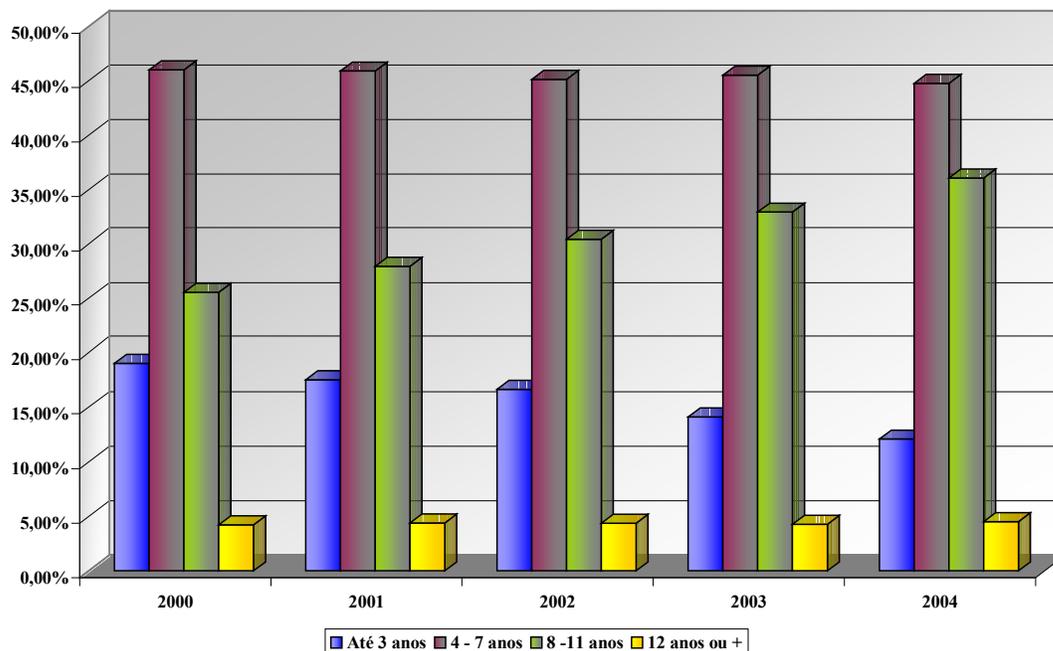
¹⁸ O Capítulo II trará a experiências de uma das jovens entrevistadas na pesquisa de campo, que tentou um auto-aborto ao saber-se grávida e de outra que sofreu um aborto espontâneo.

¹⁹ Ministério da Saúde – SVS – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC).

interpretação dos dados. Os números nacionais mostram uma discreta, porém constante, diminuição no número de jovens brancas e aumento no número de jovens negras (aqui incluindo pretas e pardas) a darem à luz entre 2000 e 2004, sendo importante observar que existem diferenças percentuais entre os dois grupos (41,92% para brancas e 49,67% para as negras, no Brasil, em 2004). Já no Estado de São Paulo e no Município de São Paulo, a superioridade numérica do grupo de jovens identificadas como brancas a darem à luz é bastante significativa em relação ao número de jovens negras, sendo que os dois grupos apresentaram elevação de seus índices entre 2000 e 2004. No Estado de São Paulo, por exemplo, o percentual de jovens brancas a terem filhos em 2004 foi de 65,43%, enquanto o de jovens negras foi de 18,41%. No município de São Paulo, também em 2004, a proporção foi de 44,58% para as brancas e de 28,86% para as negras. Por serem pouco significativos numericamente, os percentuais de amarelas e indígenas não serão apresentados.

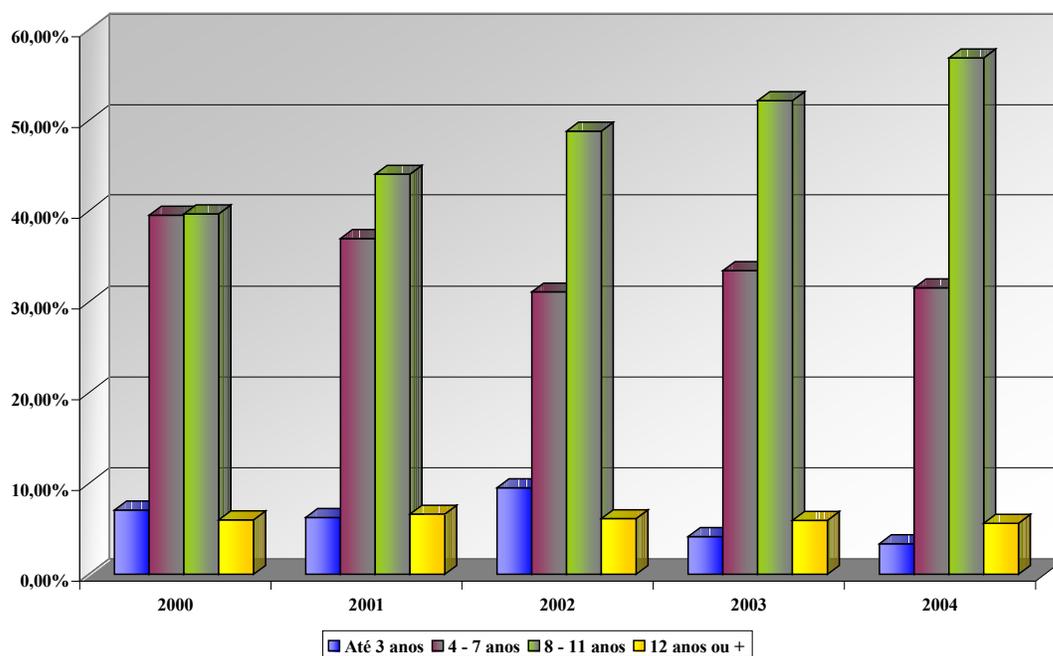
Em relação à variável *anos de estudo*, importantes mudanças ocorreram entre 2000 e 2004, segundo os números. O grupo de jovens mães com até 3 anos de estudo (analfabetas, ou com primeiro ciclo do ensino fundamental incompleto) não é muito representativo nos números estaduais e municipais, sendo mais significativo nos índices nacionais, mas apresenta queda constante no período. No outro extremo, o grupo de jovens mães com 12 anos ou mais de estudo também representa pouco no total geral nas três esferas. Portanto, a maior parte das mães jovens estão divididas no grupo de 4 a 7 anos de estudo (ensino fundamental incompleto) e no grupo de 8 a 11 anos de estudo (ensino fundamental completo, ensino médio em curso ou interrompido e ensino médio completo). É possível observar na evolução desses dois grupos a mudança mais notável nesta variável, conforme mostram os Gráficos 3, 4 e 5, a seguir (respectivamente, Brasil, Estado de São Paulo e Município de São Paulo).

Gráfico 3 – Porcentagens de nascidos vivos de mães na faixa etária 15-19 anos, por anos de estudo, Brasil



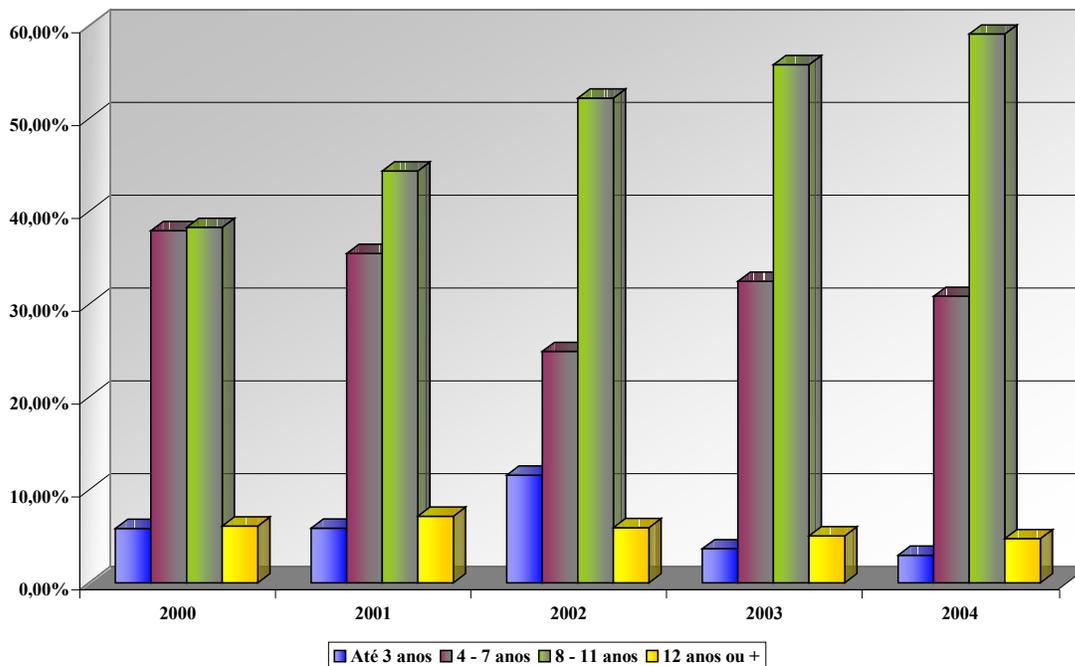
Fonte: Ministério da Saúde – SVS – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC).

Gráfico 4 – Porcentagens de nascidos vivos de mães na faixa etária 15-19 anos, por anos de estudo, Estado de São Paulo



Fonte: Ministério da Saúde – SVS – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC).

Gráfico 5 – Porcentagens de nascidos vivos de mães na faixa etária 15-19 anos, por anos de estudo, Município de São Paulo



Fonte: SINASC - *Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos* – SMS - SP

Observam-se em todas as esferas uma mudança na distribuição interna dos números, que indicam um crescimento acentuado e contínuo nos índices de jovens mães com 8 a 11 anos de estudo e uma relativa diminuição no grupo com 4 a 7 anos de estudo entre 2000 e 2004. Embora o aumento na representatividade do grupo de mães com 8 a 11 anos de estudo seja mais evidente no Estado e São Paulo e no município de São Paulo do que no Brasil como um todo, é possível perceber também nos números nacionais a mesma tendência.

Essa mudança pode ser reflexo de um conjunto de modificações introduzidas no sistema brasileiro de ensino a partir dos anos 1990, o qual pode ter influenciado no aumento da escolaridade geral da população e conseqüentemente, na representatividade do grupo de mães com 8 a 11 anos de estudo. Um exame superficial dos números poderia levar à conclusão de que não há relação direta entre o aumento nos anos de estudo e a ocorrência da gravidez na faixa etária em questão. Porém, seriam necessárias investigações que levassem em conta a curva de crescimento dos anos de escolaridade do total das jovens nesta faixa etária neste período,

considerando também o decréscimo anual no total das jovens que têm filhos para se estabelecer se existe ou não relação entre gravidez na adolescência e a escolaridade das jovens.

Esforços têm sido empreendidos em todas as esferas do poder para reduzir o número de adolescentes grávidas e mães, sobretudo na área de educação e na área de saúde. Além da ampliação do acesso a métodos contraceptivos, programas no campo da educação sexual têm sido implantados em escolas e unidades de saúde com o objetivo de prestar informações a adolescentes e jovens sobre os riscos do exercício da sexualidade sem proteção, com ênfase nas doenças sexualmente transmissíveis e na gravidez adolescente.

As iniciativas, embora importantes e necessárias, ainda são muito marcadas pelo controle da sexualidade juvenil e pouco contribuem para uma mudança cultural das representações sociais das relações de gênero, as quais estão na base de toda a estrutura social e acabam por tornar vulneráveis as mulheres adolescentes e jovens em suas interações afetivo-sexuais. Essas iniciativas tendem a caracterizar a gravidez adolescente necessariamente como indesejada, precoce e não planejada, não levando em contas seus múltiplos significados, como por exemplo a possibilidade da concretização de um sonho ou desejo e a realização de um projeto de vida (Aquino et al., 2006).

2. Trilhas metodológicas da pesquisa

Caminhos na construção do objeto de pesquisa

Constituía objetivo inicial de meu projeto de pesquisa analisar de que modo as políticas públicas de educação sexual e saúde reprodutiva desenvolvidas pelas secretarias municipais de educação, saúde e Coordenadoria de Juventude da prefeitura, e também por organizações da sociedade civil, alcançavam (ou não) as jovens paulistanas grávidas moradoras de regiões periféricas da cidade de São Paulo. No entanto, após pesquisas exploratórias realizadas na fase inicial do estudo, deparei-me com uma realidade diversa daquela concebida na elaboração do projeto inicial. Concluí que tais ações, embora existentes, eram pontuais, esporádicas e descontínuas, sobretudo no campo da educação, não atingindo o objetivo de alcançar adolescentes e jovens de forma sistemática e abrangente. Com essa constatação, decidi prosseguir a pesquisa deslocando o foco das políticas públicas diretamente para as jovens grávidas de camadas populares, a fim de conhecer suas experiências no campo da educação sexual.

Uma vez que as jovens grávidas constituem parte da clientela que comparece regularmente para consultas pré-natal nas unidades básicas de saúde, inferi que a rede pública de saúde poderia constituir a porta de entrada para o início do trabalho de campo, facilitando a localização e a abordagem dos sujeitos da pesquisa. No final de 2004, participando de um evento da prefeitura sobre gravidez na adolescência, conheci uma iniciativa da Coordenadoria Especial da Mulher (CEM), um trabalho diferenciado que estava completando, na época, um ano de existência, localizado em Cidade Tiradentes, na zona leste de São Paulo, que veio a tornar-se meu campo de pesquisa. Trata-se do Centro de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva Maria Auxiliadora Lara Barcelos, mais conhecido como Casa Ser, uma unidade de saúde direcionada às mulheres do bairro, a qual, além de serviços de atendimento médico especializado, desenvolve trabalho educativo no campo da sexualidade, numa perspectiva de gênero. Maiores detalhes sobre as atividades da Casa Ser, bem como a caracterização de Cidade Tiradentes serão explicitados no Capítulo II.

Ao entrar em contato com jovens usuárias da Casa Ser, constatei que quase nenhuma delas tinha sido alcançada por programas de educação sexual nas escolas da rede pública, mesmo porque muitas delas já se encontravam fora da escola à época da ocorrência da gravidez, seja por evasão, ou por já terem concluído o ensino fundamental ou o ensino médio. Encontrei também

adolescentes e jovens com ou sem filhos, com vida sexual ativa ou não, que buscavam informações e apoio para melhor planejar sua vida sexual, seja para a obtenção de métodos contraceptivos, atendimento ginecológico, ou esclarecimentos sobre saúde sexual e reprodutiva.

Esse encontro com jovens mulheres em diferentes situações e momentos da vivência de sua sexualidade desafiou-me a ajustar, mais uma vez, o foco da pesquisa. Desta vez, decidi incluir além das jovens grávidas, as jovens mães ou jovens sem filhos e sem planos de tê-los nos próximos anos. Esse novo olhar me permitiria analisar as diferenças nas percepções de jovens com trajetórias sexuais e reprodutivas distintas sobre o modo pelo qual a socialização que receberam dos diversos agentes contribuíram para suas decisões em relação à vivência da sexualidade, tendo em vista planos presentes ou futuros de maternidade.

Este constitui, portanto, um estudo exploratório²⁰, de natureza qualitativa, que busca analisar as singularidades das trajetórias afetivas, sexuais e reprodutivas de jovens mulheres de estratos populares do município de São Paulo, a partir de suas experiências de socialização, sobretudo na perspectiva de gênero. Busca-se analisar o modo como as jovens percebem a educação sexual que receberam e recebem dos diversos agentes socializadores e como articulam e se apropriam desses conhecimentos, sobretudo o aspecto da prevenção à gravidez. Outro objetivo é compreender de que modo os modelos de gênero presentes na socialização das jovens forjam suas representações de maternidade, contribuindo para que decidam tornar-se mães na juventude, ou colaborando para que adiem esse projeto.

Mantendo em mente estas questões, fui a campo trabalhando com duas hipóteses iniciais. A primeira, é que as jovens recorrem aos múltiplos agentes socializadores que de alguma forma contribuem para sua socialização para a sexualidade movidas por necessidades específicas distintas, construindo seu acervo de conhecimentos a partir da seleção e sintetização das informações recebidas. A segunda hipótese, é que apesar de a prevenção à gravidez na adolescência fazer parte dos discursos de praticamente todos os agentes socializadores, o comportamento reprodutivo das jovens parece ter raízes mais fortes em fatores culturais, sobretudo nos modelos de gênero presentes na socialização familiar, bem como em suas representações de maternidade, família e feminilidade. Isto significa dizer que não parece haver

²⁰Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, através do Parecer Nr. 080/2005, de 01/08/2005. O modelo do TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, exigência do Comitê a ser assinado pelas entrevistadas e seus responsáveis, constitui o Anexo 3 da dissertação.

uma relação direta entre o discurso preventivo dos agentes socializadores, apesar de este servir como suporte, e a concretização ou não da maternidade na juventude.

Educação Sexual, orientação sexual e socialização para a sexualidade

Um dos pontos importantes da discussão sobre a aprendizagem das “regras” sociais da vivência da sexualidade, um dos temas da pesquisa, é a definição de educação sexual e a diferença entre *educação sexual* e *orientação sexual* proposta por alguns autores, estudiosos do campo da sexualidade. Proponho-me a analisar algumas definições e considerações para melhor situar as escolhas na utilização dessas expressões no âmbito desta pesquisa.

Lapate (1985, apud Costa e Magno, 2002, p. 32)²¹, define a educação sexual como um “conjunto de teorias ou práticas, formais ou informais, que abordam, numa perspectiva educativa, aspectos da sexualidade humana com crianças e adolescentes”. Costa e Magno enfatizam que a educação sexual,

(...) caracteriza-se, inicialmente, por um conjunto de orientações desenvolvidas de forma assistemática sobre a sexualidade, em primeiro lugar pela família, num processo informal, global, não intencional e envolve toda a ação exercida sobre o indivíduo em seu cotidiano desde o nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre sua vida sexual futura. (Costa e Magno, 2002, p. 34)

Para Sayão (1997), a *educação sexual* acontece predominantemente na intimidade do território familiar, no qual são transmitidas ao indivíduo as primeiras noções e valores associados à sexualidade. Esses valores podem estar embutidos nas recomendações, conselhos, expressões, gestos e proibições que os pais estabelecem, e que são incorporados (ou não) pelos indivíduos. A *orientação sexual*, ainda segundo a autora, fundamenta-se num processo planejado, intencional e sistemático, que inclui o esclarecimento das dúvidas, o questionamento das posições e valores incorporados no decorrer da vida de cada indivíduo. Esse conceito de orientação sexual foi incorporado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, do Ministério da Educação, para ser trabalhado nas escolas como parte da promoção da saúde de crianças e adolescentes, sobretudo pelo risco da Aids, das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DTSs) e da gravidez adolescente. No entender do Ministério da Educação, a orientação sexual deve ser tratada no âmbito dos temas transversais, devendo ser um trabalho contínuo que deve permear todas as

²¹ LAPATE, Vagner. Educando para a vida:sexualidade e saúde. São Paulo: Sttima, 1985

disciplinas escolares, uma vez que trabalhos esporádicos não são suficientes para que as pessoas jovens incorporem uma atitude preventiva em seu comportamento sexual.

Semelhante diferenciação entre educação sexual e orientação sexual fazem Suplicy et al. (1995). Para a autora e seus colaboradores, cada indivíduo encontra-se inserido, ainda que não perceba, num processo contínuo de educação sexual, que ocorre de maneira informal na transmissão de valores, símbolos, preconceitos e ideologias no campo sexual. As vivências experimentadas por cada indivíduo vão modelando uma visão particular da sexualidade, que pode adquirir um caráter mais rígido ou liberal, severo ou lúdico, dependendo do contexto no qual a educação sexual ocorre. Na infância, a influência principal é exercida pelos pais e outros significativos em suas ações e atitudes frente à sexualidade. Para os autores, todo processo formal que visa transmitir conhecimentos adicionais sobre a sexualidade aos indivíduos deve ser denominado *orientação sexual*, cujo objetivo principal constitui preencher as lacunas de informação, ampliar e diversificar a visão sobre sexualidade, bem como questionar tabus e preconceitos.

Em relação à diferenciação das duas expressões, Werebe (1998) acredita que a expressão *educação sexual* seja mais adequada para designar a prática educativa em matéria de sexualidade, pois, além de outras razões, a expressão *orientação sexual* é ambígua, uma vez que pode ser interpretada como a orientação que a pessoa imprime à sua sexualidade e que pode ser homossexual, heterossexual ou bissexual. A autora propõe ainda que a expressão *educação sexual* seja padronizada, uma vez que, entre outros motivos, implica a participação ativa do educando no processo de aprendizagem. Outra justificativa para o emprego da expressão *educação sexual*, segundo a autora, é que a mesma está historicamente consolidada no campo educativo, sendo utilizada em praticamente todos os países.

Embora reconheça a diferença entre os dois conceitos, na visão de Werebe (1977) a expressão *educação sexual* abrange toda e qualquer ação exercida sobre o indivíduo que lhe permita posicionar-se em relação à sexualidade em geral, e à sua sexualidade, em particular. Portanto, para a autora, o sentido amplo de educação sexual inclui também a orientação sexual. Em seguida, ela afirma que educação sexual, num sentido mais restrito, possui o caráter de

intervenção deliberada e sistemática, denominada por ela de *informação sexual*²². A informação sexual seria a comunicação de conhecimentos sobre sexualidade.

Nesse ponto, a autora problematiza duas linhas de pensamento sobre esses conceitos. Uma das linhas advoga que educação sexual e informação sexual devem constituir ações distintas pelas quais são responsáveis instituições distintas (a família e a escola, respectivamente). Para os partidários dessa linha, somente a educação sexual poderia provocar posicionamentos existenciais, filosóficos e éticos, enquanto a informação sexual teria caráter neutro. Para a autora, tal posição implica a idéia de que informar não é educar e subestima o poder da informação sexual sobre a formação global do indivíduo. A segunda linha de pensamento questiona a neutralidade da informação sexual e vê na dissociação entre as duas ações um corte arbitrário, visto que na prática, elas estão indissociavelmente ligadas, pois a informação, aparentemente neutra, pode embutir valores e normas de conduta. A autora é partidária da segunda posição, concluindo que informar também é educar e que torna-se impossível delimitar as fronteiras entre as duas ações.

Isso fica mais claro quando tentamos dissociar as duas ações no contexto da escola. Embora uma escola possa promover programas sistemáticos de orientação sexual, o aluno também encontra-se imerso no ambiente escolar, que também não é neutro, que carrega em sua estrutura e na inter-relação de seus membros valores, símbolos, ideologias e modelos de gênero que também são educativos e formadores dos indivíduos, e que fazem, portanto, parte da educação sexual em seu sentido mais amplo. Por outro lado, a educação sexual, seja na família ou em outros espaços considerados não intencionais, também incorpora alguns elementos de informação, sendo portanto, difícil estabelecer um limite intransponível entre os dois conceitos.

A partir dessas considerações, parece-me que a separação e delimitação de conceitos das expressões *educação sexual* e *orientação sexual* é recente no Brasil e tem sido utilizada por alguns autores mais contemporâneos, embora já tenha sido discutida por Werebe na década de 1970. Justifico minha opção pela expressão *educação sexual* durante as entrevistas do trabalho de campo, por ser mais consagrada e mais conhecida. Em nenhum momento tive de explicar às entrevistadas o conceito de educação sexual, pois era imediatamente compreendida por todas elas em minhas perguntas sobre o tema.

²² Duas décadas mais tarde, em 1998, a autora reformulou as denominações, utilizando as expressões *educação sexual informal* e *educação sexual intencional* para referir-se à educação sexual e à orientação/informação sexual, respectivamente.

No entanto, a partir das entrevistas e diálogos com profissionais da área de saúde e educação, tive a impressão de que a expressão *educação sexual*, apesar das teorizações acadêmicas pelas quais tem passado, acabou por ter seu significado reduzido ao *conjunto de informações e orientações sobre sexo transmitidas por agentes socializadores adultos a crianças, jovens e adolescentes*. Esta acepção, que predomina no senso comum, não abrange o caráter permanente do processo, nem as especificidades nele envolvidas decorrentes das transformações nas interações sociais no processo de socialização da modernidade. Na sociedades contemporâneas, nas quais os espaços de socialização e educação se multiplicam e se complexificam, o indivíduo encontra-se imerso numa rede intrincada de fontes de informação e de diferentes agentes, cada qual contribuindo de algum modo para sua formação, sendo difícil delimitar os espaços definidos para cada agente socializador.

Por esse motivo, permito-me em alguns momentos deste trabalho empregar também a expressão *socialização para a sexualidade*, que já vem sendo utilizada nos últimos anos por Heilborn et. al (2006). Com socialização para a sexualidade refiro-me a toda e qualquer experiência de socialização vivida pelo indivíduo ao longo de seu ciclo vital, que lhe permita posicionar-se na esfera social da sexualidade. Essas experiências podem acontecer por meio de discursos ou modelos que produzam representações de sexualidade e gênero, as quais, elaboradas, avaliadas e selecionadas a partir das próprias experiências e conhecimentos do indivíduo, possam constituir para ele um acervo pessoal e ressignificado de representações. Desta forma, busco ampliar a abrangência do conceito de modo a melhor compreender e relacionar a outros conceitos teóricos as experiências de socialização colhidas durante o trabalho de campo. A expressão *educação sexual* ainda será utilizada, sempre que referir-se a programas institucionais específicos, ou ainda, na acepção geral descrita acima.

Etapas do trabalho de campo

O trabalho de campo, realizado entre janeiro de 2005 e agosto de 2006, dividiu-se basicamente em três etapas. A primeira foi de observação da dinâmica da Casa Ser, incluindo participação nas atividades promovidas pela unidade e uma primeira aproximação com as jovens que pretendia entrevistar; a segunda, incluiu a realização de entrevistas em grupo com jovens usuárias da Casa; e, finalmente, na terceira, foram realizadas entrevistas individuais em

profundidade com as jovens selecionadas a partir das entrevistas em grupo. Descreverei brevemente a primeira etapa, que foi mais de observação do atendimento e dos trabalhos desenvolvidos na Casa Ser, e procurarei aprofundar os detalhes das duas etapas posteriores, que constituíram a base do material de campo, ou seja, a coleta de informações para análise.

1ª. etapa: as atividades na Casa Ser

Para melhor conhecer o campo de trabalho, bem como as usuárias e profissionais da Casa Ser, participei de diversas atividades promovidas nos primeiros meses da pesquisa de campo, tais como oficinas de planejamento familiar, palestras sobre violência contra a mulher, capacitação em sexualidade para professores da rede pública, reunião do Conselho Gestor e palestras sobre sexualidade e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e Aids em escolas. Além dessas atividades, conversei com diversos profissionais da Casa, que me relataram aspectos de seu trabalho, sobretudo sob a minha perspectiva de interesse, a população jovem feminina.

Minha aproximação com os sujeitos da pesquisa foi feita basicamente na sala de espera da Casa Ser, na qual as jovens aguardavam atendimento médico e também nas oficinas de planejamento familiar. Nessa etapa, limitava-me a apresentar-me e a conversar com algumas jovens sobre a pesquisa e verificar seu interesse em participar, anotando seus telefones de contato. Esse período foi muito rico, pois conferiu-me a oportunidade de sondar o terreno escolhido para pesquisa, conversando com as jovens, ouvindo suas histórias, e formando uma idéia dos problemas que as afligiam na vivência de sua sexualidade. O propósito inicial era entrevistá-las individualmente, porém, percebi certa resistência por parte das jovens quando mencionava que o tema era sexualidade e reprodução, afinal, trata-se de assunto íntimo para ser discutido com uma pessoa desconhecida. Além disso, algumas jovens chamaram minha atenção para o fato de morarem em regiões mais distantes da Casa Ser, tornando-se necessária a utilização de transporte público para o deslocamento até a unidade.

A partir dessas constatações, concluí que as jovens se sentiriam mais à vontade se a primeira entrevista fosse realizada em grupo²³ de jovens mulheres, pois a exposição de suas experiências poderia ser facilitada pela identificação com as demais participantes do grupo, seja

²³Para a etapa inicial de entrevistas, selecionei jovens abaixo de 25 anos de idade, usuárias da Casa Ser, procurando reunir nos grupos perfis heterogêneos, incluindo jovens grávidas, mães ou não-mães. Posteriormente, entre as jovens que participaram dos grupos, foram selecionadas aquelas que fariam parte da etapa seguinte, as entrevistas em profundidade.

por compartilharem a mesma faixa etária, condições socioeconômicas semelhantes, ou por serem todas usuárias dos serviços da Casa Ser. Concluí, também, que a concessão de uma pequena ajuda de custo para transporte viabilizaria sua participação nos encontros. Esses dois fatores foram fundamentais para o prosseguimento dos trabalhos. Três eram basicamente meus objetivos com a realização das entrevistas em grupo ²⁴: tornar-me conhecida pelas jovens, estabelecendo, assim, uma relação de maior confiança para a etapa posterior; conhecer os perfis das jovens para selecionar as que fariam parte da etapa seguinte; e elaborar um roteiro de perguntas para as entrevistas em profundidade, a partir das questões levantadas por elas nos grupos.

2ª. etapa: a realização das entrevistas em grupo

Na segunda etapa do trabalho de campo, que ocorreu em setembro e outubro de 2005, foram realizadas duas entrevistas com dois grupos diferentes, com duração média de uma hora e meia cada uma. Do primeiro grupo, realizado em setembro de 2005, participaram cinco jovens de 17 a 21 anos, que tinham em comum o fato de estarem inscritas numa oficina de planejamento familiar da Casa Ser, sendo que somente uma delas era mãe. Originalmente, oito jovens foram convidadas, mas somente cinco compareceram. Do segundo grupo, realizado em outubro de 2005, participaram três jovens de 15 a 19 anos, todas grávidas do primeiro filho. Para o segundo grupo, seis jovens foram convidadas, porém somente três estiveram presentes. Para os dois grupos, os quais contaram com o total de 8 jovens, foi utilizado o mesmo roteiro de perguntas (Anexo 2), respeitando-se algumas diferenças em relação à condição de grávida, mãe ou não-mãe da jovem.

Quanto à escolaridade das jovens entrevistadas nos grupos, uma delas estava cursando o ensino médio, uma tinha deixado a escola na 5ª. série do ensino fundamental, duas possuíam o ensino fundamental completo e quatro tinham concluído o ensino médio. Nenhuma das jovens estava trabalhando nas datas dos encontros, sendo que somente três delas tinham algum tipo de experiência profissional e quatro declararam-se desempregadas à procura de emprego.

Para a realização das entrevistas em grupo, a Casa Ser disponibilizou uma sala com mesa e cadeiras. Como as jovens não se conheciam, procurei apresentá-las, conversar sobre assuntos

²⁴ Decidi por denominar esta etapa *entrevista em grupo*, pois a mesma não tinha como objetivo a discussão entre as participantes sobre um tema específico (como os grupos focais), tampouco, o consenso dos membros sobre uma determinada questão (como os grupos de discussão). Ver Weller (2006).

gerais e convidá-las a tomar um lanche previamente preparado, como formas de deixá-las à vontade durante a entrevista, mas era visível que estavam um pouco apreensivas no início da atividade. Com o desenrolar do diálogo, iam ficando mais soltas e falantes. No início dos encontros, explicava detalhadamente às participantes quem eu era, o trabalho da universidade no campo da pesquisa, os objetivos da pesquisa que estava realizando, os assuntos que abordaríamos e os aspectos legais exigidos pelo Comitê de Ética da Secretaria Municipal de Saúde, sempre deixando espaço para que fizessem perguntas, caso as tivessem. Explicava também os procedimentos gerais das entrevistas, como a gravação das falas, a transcrição das fitas e a redação de um relatório com os resultados obtidos.

Para a realização dos grupos, foi utilizado um roteiro de perguntas semi-estruturadas (Anexo 2) somente como base, permitindo às entrevistadas que acrescentassem o que julgassem importante a suas falas. Esse roteiro incluía perguntas gerais sobre educação sexual, vivência da sexualidade e maternidade. Outros temas trazidos por elas, como educação e trabalho, por exemplo, foram introduzidos no roteiro de entrevistas em profundidade, utilizado na etapa posterior.

Ao final das entrevistas, pedia às participantes que assinassem o recibo da ajuda de custo, bem como o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (Anexo 3), exigência do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal da Saúde. Para que estivessem bem cientes do que estavam assinando, lia com o grupo o conteúdo completo do Termo, certificando-me que não havia nenhuma dúvida antes da assinatura. Para as jovens menores de 18 anos (havia três nos grupos), o Comitê exige que o Termo seja assinado também por um responsável por elas. Por isso, além da cópia assinada que deixavam comigo, estas jovens levaram para casa vias para assinatura dos pais ou responsáveis, devolvendo-me posteriormente.

Após a leitura da transcrição das fitas das entrevistas em grupo, procedi ao trabalho de seleção das jovens que fariam parte das entrevistas aprofundadas, privilegiando a diversidade dos perfis. Dessa forma, selecionei cinco jovens. Após a realização dos grupos, pensei em acrescentar ao conjunto das que seriam entrevistadas na etapa posterior uma jovem mãe que tivesse engravidado na adolescência alguns anos antes, a fim de captar as transformações em sua vida, por meio de sua narrativa em retrospectiva, ampliando, assim, a diversidade de situações vividas pelo conjunto das entrevistadas. Desse modo, contatei uma jovem, também usuária da Casa Ser,

mãe de uma criança de 5 anos. Os perfis das seis jovens selecionadas para as entrevistas em profundidade serão descritos no Capítulo II.

Para fins de análise do conteúdo empírico, meu objetivo era dividir as jovens em duas categorias: 1) jovens que tivessem tido a experiência da gravidez na adolescência e 2) jovens que não tivessem tido a experiência da gravidez, nem desejassem tê-la nos próximos anos. O fato de as jovens terem ou não vida sexual ativa naquele momento não foi um requisito, mas todas estavam com um parceiro fixo nesta etapa, condição que veio a mudar para algumas até o fim do período de entrevistas. Embora não tenha sido critério de escolha, as experiências afetivo-sexuais narradas por pelas jovens nas entrevistas em profundidade indicam que todas são heterossexuais.

3ª. etapa: a realização das entrevistas em profundidade

A terceira etapa do trabalho de campo ocorreu entre março e agosto de 2006. Após a realização dos grupos, na segunda etapa, contatei por telefone cada jovem selecionada para convidá-la a conceder as entrevistas em profundidade, sendo que todas aceitaram. Preparei, então, um roteiro de perguntas (Anexo 1), a partir das questões levantadas nas entrevistas em grupo e dividi as entrevistas em sessões de uma hora, para que não ficasse cansativo para as jovens e também para que, nos encontros freqüentes, pudéssemos estabelecer uma relação de maior confiança. A Casa Ser disponibilizou uma pequena sala com uma mesa e duas cadeiras, na qual foram realizadas as entrevistas iniciais desta fase. Quando as jovens grávidas tiveram seus filhos, passei a entrevistá-las em suas casas.

A fase das entrevistas em profundidade ocorreu basicamente em dois períodos, sempre divididos em sessões de entrevistas de uma hora, que se estenderam de março a agosto de 2006. No primeiro período, em março e abril de 2006, foram abordadas as questões incluídas no roteiro (Anexo 1). Após a transcrição das fitas, novas entrevistas foram agendadas com as jovens, entre junho e agosto de 2006, com o objetivo de esclarecer ou aprofundar algumas questões. Este intervalo entre as entrevistas foi importante por dois motivos principais. Em primeiro lugar, para captar as mudanças ocorridas, não somente nas vidas das jovens, mas também, na percepção delas sobre os acontecimentos e sobre suas decisões passadas, havendo, por vezes, uma reorganização de suas narrativas face aos novos fatos. Em segundo lugar, o tempo e a freqüência dos encontros possibilitaram o conhecimento mútuo e o estabelecimento de uma a relação de

confiança e intimidade entre entrevistadas e pesquisadora, sem a qual o trabalho teria sido muito mais difícil.

O número de sessões de entrevistas variou bastante conforme a entrevistada. Enquanto precisei de sete horas de entrevista com uma das jovens, por exemplo, com outra o tempo total foi de três horas; na média, foram necessárias aproximadamente quatro horas de entrevista por jovem. O total de horas de entrevistas, somando-se as entrevistas em grupo e as aprofundadas, foi de aproximadamente 25 horas, cujas transcrições, somaram um total de 293 páginas. Esse material serviu de base para a análise das trajetórias.

O aspecto relacional da convivência com as jovens ficou mais evidente ao longo dos encontros, a partir de solicitações que me foram feitas por algumas delas. Uma das jovens pediu-me que a orientasse quanto à redação de seu currículo, pois gostaria de ter um documento que impressionasse potenciais empregadores. Outra, solicitou-me que a “ensinasse” como vestir-se, expressar-se e comportar-se em entrevistas de emprego, e também para que encaminhasse o currículo de seu marido desempregado a uma empresa. Outra delas, pediu-me que a ajudasse com pesquisas na *internet* para um trabalho de escola. Outra, ainda, solicitou-me informações sobre cursos na Universidade de São Paulo e orientações sobre o processo de vestibular para ingresso na universidade. Enquanto essas eram solicitações relativamente fáceis de atender, o mesmo não ocorreu com um outro pedido, completamente fora de minha área de conhecimento: insegura com o parecer de uma médica da rede pública sobre um ultra-som pré-natal, uma jovem trouxe-me o exame para que eu pudesse examiná-lo e emitir minhas impressões. Esclareci-lhe que não tinha nenhum conhecimento sobre o assunto e orientei-a a passar por uma consulta médica, que poderia ser feita na própria Casa Ser.

Atendi com prazer a todas as solicitações, dentro das minhas possibilidades, pois percebi que, para elas, naquele momento eu era uma espécie de elo entre o mundo delas e o mundo “exterior”, ou seja, o mundo dos empregados, dos escolarizados, enfim, dos incluídos. Essa experiência, contudo, fez-me perceber que tínhamos finalmente estabelecido uma relação de confiança mútua, de trocas, o que facilitou sobremaneira o andamento dos trabalhos. Ficou claro, também, que não há como nós, pesquisadores e pesquisadoras, colocarmo-nos numa posição completamente distante de nosso objeto de pesquisa, pensando que, desta forma, atingiremos a tão almejada objetividade neutra e imparcial nos resultados do trabalho. A pesquisa em ciências humanas, bem como todas as demais relações sociais, é revestida de um aspecto relacional do

qual não conseguimos escapar imunes. Acredito, contudo, que esta “contaminação” pode ser benéfica na medida em que provoca a reflexão e traz desafios no sentido de separar o quanto de nós e de nossas próprias experiências estão incorporadas na interpretação dos fenômenos pesquisados.

A abordagem qualitativa dos sujeitos entrevistados

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, que caracteriza-se, conforme Muchielli (1991; apud Motta, 2005)²⁵, pela utilização de técnicas de coleta e análise qualitativa de dados que de alguma forma privilegiam o uso da palavra na descrição do fenômeno observado, com o objetivo de chegar-se ao conhecimento de suas razões e processos. Para Martins (2004, p. 289) o método qualitativo enfatiza a “necessidade do exercício da intuição e da imaginação pelo pesquisador, num tipo de trabalho artesanal, visto não só como condição para o aprofundamento da análise, mas também para a liberdade do intelectual.”

Portanto, no jogo das subjetividades de entrevistador e entrevistado, é importante reconhecer os limites das entrevistas, considerando que a narrativa dos indivíduos é sempre uma percepção, não sendo nunca verdadeira ou falsa em si mesma, mas uma interpretação do indivíduo de sua própria trajetória, como ele vê suas experiências, como as avalia, como as interpreta naquele momento. O indivíduo, em última instância, é quem decide o que e revelar, o que ocultar, escolhe as palavras com que tentará recuperar e descrever suas experiências. Esses limites têm de ser reconhecidos e respeitados quando se tenta trabalhar com análise de trajetórias a partir de narrativas. Sendo o indivíduo ao mesmo tempo produto e produtor de sua realidade, sua narrativa capta os eventos passados recuperados no momento presente, no qual o indivíduo já não é o mesmo.

La trayectoria está puesta (...) en el plano social, de las posiciones que van ocupando los sujetos en la estructura social, o lo que es igual, en el campo de las relaciones de poder entre los grupos sociales. No es la secuencia que producen las distintas “fases” de generación de nuevos “individuos adultos” lo que importa al análisis de trayectorias, sino las posiciones estructurales y las disposiciones subjetivas que producen – el doble sentido de ser producido – en el doble sentido de ser producto de y de producir – esos cambios de condición. (León, Ghiardo e Medrano, 2005, p. 57)

²⁵ MUCHIELLI, A. Que sais-je? In: Les méthodes qualitatives. Paris: Presses Universitaires de France, 1991

A narrativa de si recupera uma lógica de auto-formação permanente. Poderemos, por exemplo, nos concentrar sobre as estruturas narrativas dos discursos sobre si e descobrir as maneiras pelas quais os indivíduos amarram suas narrativas de vida, as formas como reorganizam suas vidas a partir de um momento crucial ou verdadeiro. Através da narrativa, o indivíduo forja um sentimento de continuidade através do tempo (Martuccelli, 2002). As experiências são narradas pelos indivíduos a partir de suas percepções, ou “a narrativa não entrega os ‘fatos’, mas as ‘palavras’: a vida recontada não é a vida” (Mombberger, 2006, p. 360). Cabe ao pesquisador o exercício da reflexão, da intuição e do conhecimento teórico na interpretação das narrativas dos sujeitos.

Portanto, este estudo não tem a pretensão de constituir-se numa verdade passível de generalização, mas uma interpretação cautelosa dos fatos observados, respeitando as fronteiras estabelecidas para a produção de um conhecimento. O objetivo é, portanto, dar uma contribuição para iluminar, até certo, ponto os problemas colocados, reconhecendo a complexidade dos fenômenos e propondo novas problemáticas para pesquisa.

CAPÍTULO II – Trajetórias afetivas, sexuais e reprodutivas de mulheres jovens

Todas as jovens entrevistadas durante o trabalho de campo têm em comum o fato de morarem no distrito de Cidade Tiradentes e serem usuárias do Centro de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva Maria Auxiliadora Lara Barcelos, mais conhecido como Casa Ser. Para melhor situar o contexto socioeconômico das jovens, relato a seguir informações sobre o distrito onde moram, suas condições de moradia, bem como sobre a unidade de saúde escolhida para a pesquisa.

Conforme os dados do IBGE e da Fundação Seade²⁶, a população de Cidade Tiradentes era de 240.727 habitantes em 2005. O distrito localiza-se a 35 km do centro da capital, no extremo leste do município, e abriga o maior complexo de conjuntos habitacionais populares da América Latina, com 40.000 unidades, a maioria das quais construída na década de 1980 pela COHAB²⁷. O bairro foi planejado como um grande conjunto periférico monofuncional, do tipo “bairro-dormitório”, para a moradia de populações atingidas por obras públicas em outras regiões da cidade. A identidade dos moradores de Cidade Tiradentes está diretamente ligada ao processo de constituição do bairro, feita sem um planejamento pré-estabelecido que levasse em conta as necessidades básicas da população. Muitos dos atuais moradores vieram para o distrito em busca da realização do sonho da casa própria, embora boa parte tenha se mudado para a região simplesmente pela ausência de opções mais atraentes de moradia em outras localidades.

Além da vastidão de conjuntos habitacionais que passaram a predominar na região, que compõem a chamada “Cidade Formal”, existe também a “Cidade Informal”, formada por favelas e loteamentos habitacionais clandestinos e irregulares, instalados em áreas privadas. Existe, portanto, uma população numerosa, que vive, ainda segundo informações da prefeitura, em dois níveis de pobreza, havendo diferenças significativas de condições socioeconômicas entre estes dois níveis.

A escolha de Cidade Tiradentes como campo para a pesquisa deveu-se a dois critérios principais. Em primeiro lugar, por ser um dos distritos com maior número de jovens mães do município de São Paulo. Em 2002, a faixa etária 15-19 anos respondeu por 19,4% do total local de partos de mães residentes em Cidade Tiradentes, índice superior à taxa municipal naquele ano (15,5%) e mais alto do que os índices de distritos da região, como Ermelino Matarazzo (15,6%),

²⁶ Seade - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

²⁷ COHAB - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

Itaquera (16,1%) e Guaianases (18,3%)²⁸. Porém, a exemplo dos índices nacionais, estaduais e municipais, os índices do distrito também têm apresentado decréscimo nos últimos cinco anos: o ano de 2005 registrou a participação das mães na faixa etária 15-19 anos em 17,7% do total local de nascidos vivos, uma queda aproximada de 3,5 pontos percentuais em relação ao ano 2000. O segundo critério para a escolha do campo da pesquisa foi o fato de que o distrito de Cidade Tiradentes tem sido beneficiado com políticas públicas direcionadas a jovens implantadas pelo poder local, além de contar com atuação de grupos juvenis e organizações não governamentais que lá atuam no sentido de reivindicar, desenvolver e implantar políticas de inclusão social. Além disso, o distrito conta com um bom número de unidades básicas de saúde, o que era essencial para os fins da pesquisa, uma vez que o contato com as jovens seria feito por meio da rede pública de saúde.

Em Cidade Tiradentes, optei por fazer a pesquisa no Centro de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva Maria Auxiliadora Lara Barcelos, conhecido como Casa Ser Dorinha, ou simplesmente Casa Ser, que localiza-se na região conhecida como COHAB Prestes Maia, ligada por linhas de ônibus aos bairros de Itaquera, Penha, Guaianases e São Mateus. A Casa Ser localiza-se em frente a uma unidade do CEU – Inácio Monteiro²⁹, estando próxima também a outras escolas públicas e outras unidades de saúde.

A Casa Ser constitui-se centro de referência em saúde sexual e reprodutiva nesta parte da cidade, com características únicas e pioneiras na rede pública de saúde do município de São Paulo, sobretudo pela perspectiva de gênero e raça sob a qual desenvolve seu trabalho. A unidade foi inaugurada em 2003, sendo o resultado de um convênio firmado entre a Coordenadoria Especial da Mulher (CEM), o Consulado Geral do Japão e a Secretaria Municipal de Saúde, com o apoio da COHAB e da Coordenadoria de Saúde da Subprefeitura de Cidade Tiradentes. O objetivo era a criação de um espaço de saúde que respondesse às demandas centrais apresentadas pelas mulheres, referentes à saúde sexual e reprodutiva, considerando as desigualdades de gênero, classe, raça/etnia que têm marcado de forma profunda a vida das mulheres, sobretudo as mulheres de classes populares.

²⁸ Dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade, incluídos no relatório *Mulheres em São Paulo – Um perfil da Cidade*, 2004

²⁹ Os Centros Educacionais Unificados - CEUs são espaços que visam promover o desenvolvimento integral de crianças, jovens e adultos, por meio de experiências educacionais inovadoras, conjugadas a atividades artísticas, culturais, esportivas e de inclusão digital. (Prefeitura Municipal de São Paulo www.capital.sp.gov.br)

O funcionamento e a atuação da Casa Ser estão a cargo da Secretaria Municipal de Saúde e da CEM, a qual acompanha as atividades da unidade, em particular, os aspectos relacionados à formação e capacitação em gênero, visando garantir o cumprimento das políticas públicas regionalizadas de apoio e atendimento integral à saúde das mulheres, por meio de ampliação dos serviços de saúde sexual e reprodutiva. Cabe também à CEM acompanhar o desenvolvimento dos aspectos comunitários do equipamento de saúde, possibilitando a criação de um espaço de referência para as mulheres da comunidade, atuando prioritariamente no atendimento primário à saúde sexual e reprodutiva, na perspectiva de gênero e raça. O Plano de Trabalho-2006 da Casa Ser estabelece que o objetivo geral do equipamento é o de “contribuir na formulação e implantação de políticas públicas, visando a promoção das condições de saúde e de direitos sexuais e reprodutivos, fortalecendo políticas específicas que garantam a mulheres e homens exercerem a sexualidade de forma prazerosa, responsável e sem riscos para agravos a sua saúde física e mental.”

A estrutura física da unidade corresponde a uma área de aproximadamente 485 m², incluindo duas salas para atendimento ginecológico, uma sala para ultra-sonografia, três salas para a atendimento psicológico, serviço social, enfermagem, educação sexual e atendimento comunitário, um auditório, uma sala de reuniões e demais dependências. A equipe especializada da Casa Ser inclui um médico ginecologista, dois médicos ultra-sonografistas, uma assistente social, um enfermeiro, seis auxiliares de enfermagem, cinco agentes de apoio e uma psicóloga, a qual também ocupa o cargo de coordenadora da unidade. Além do mobiliário e equipamento básicos, o centro possui os dois primeiros colposcópicos da região, sendo referência no diagnóstico preventivo contra o câncer de colo de útero.

O trabalho educativo em saúde da Casa Ser, além de acontecer em suas dependências, estende-se a escolas da rede pública de ensino de Cidade Tiradentes, nas quais promove ações educativas no campo da sexualidade para estudantes e professoras/es. As atividades desenvolvidas com estudantes nas escolas tem trazido à unidade boa quantidade de adolescentes e jovens de ambos os sexos para esclarecimento de dúvidas, orientação, participação nas diversas oficinas sobre saúde sexual e reprodutiva e retirada de métodos contraceptivos, sobretudo preservativos. Segundo informações da coordenadora da unidade de saúde, a clientela da Casa Ser é majoritariamente feminina, jovem e afro-descendente.

Por suas atividades diferenciadas das demais unidades de saúde do município, sobretudo pela preocupação em incluir a ótica do gênero em suas atividades, e também por contar com uma equipe multidisciplinar de profissionais, avaliei que a Casa Ser seria o local ideal para entrar em contato com as jovens mulheres que pretendia entrevistar para a pesquisa. Além dos diferenciais de atendimento, outro fator decisivo para a escolha foi a disponibilidade e boa vontade dos/as profissionais ali alocados/as, bem como das responsáveis pela Casa Ser na Coordenadoria Especial da Mulher, em me acolher e disponibilizar informações e espaços para a realização da pesquisa.

Todas as jovens que participaram das entrevistas em profundidade, num total de 6, freqüentaram ou freqüentam a rede pública de educação, sendo que cinco delas concluíram ou estão cursando o ensino médio e uma deixou a escola na 5ª. série do ensino fundamental. Cinco delas são brancas e uma, negra³⁰. Contavam de 16 a 20 anos de idade na data da primeira entrevista. Todas estavam desempregadas no início da pesquisa, sendo que sua renda familiar variava de 2 a 5 salários mínimos. Duas das jovens, que estavam grávidas no início do trabalho de campo, hoje são mães; uma delas já era mãe de um filho de 5 anos na ocasião da primeira entrevista; três delas não têm filhos, sendo que destas, uma teve a experiência de gravidez na adolescência, tendo sofrido um aborto espontâneo.

Só foi possível visitar as moradias das duas jovens que deram à luz durante o período de entrevistas, pois, após o nascimento dos bebês, elas não puderam mais deslocar-se à Casa Ser para os encontros. O exterior de uma terceira moradia, bastante precária, foi avistada por mim quando tentava localizar uma das jovens para convidá-la a participar das entrevistas aprofundadas. Portanto, a breve caracterização das moradias das demais é baseada nas descrições das próprias jovens.

Uma das moradias visitadas por mim era um apartamento de um conjunto habitacional popular de cerca de 40 m², composto por sala, cozinha, banheiro e dois dormitórios. O apartamento pertence à mãe da jovem e foi comprado por meio de financiamento, o qual ainda não foi quitado. Muitos espaços deste imóvel estavam ocupados por objetos do bebê, como por exemplo, carrinho de passeio, banheira, cercadinho e berço. Um dos dormitórios é ocupado pela jovem e pelo bebê; o outro, pela mãe da jovem e seu companheiro, sendo que a sala de estar, à noite transforma-se em dormitório para o irmão mais velho da jovem. Estive nesse apartamento

³⁰ A característica *raça/cor* foi atribuída às jovens segundo a percepção da pesquisadora. Esta variável não será objeto de análise no presente trabalho.

em três ocasiões, numa das quais tive de aguardar pela jovem, que tinha ido procurar emprego, por cerca de três horas. Durante esta espera foi possível observar a movimentação de vizinhos que compareciam com bastante frequência ao apartamento, seja para pedir emprestado ou devolver empréstimos de alimentos e equipamentos domésticos, seja para ver o bebê ou conversar com a mãe da jovem.

A outra moradia visitada era uma casa térrea, cuja construção na parte de cima constituía a residência da jovem, seu marido e sua filha e na parte de baixo moravam os pais da jovem. Com o nascimento do bebê, as famílias concluíram que a parte de cima da casa era muito fria para a criança e resolveram mudar a organização familiar, de modo que a jovem, seu marido e o bebê passaram a ocupar a parte de baixo, de dois dormitórios, sala, cozinha e banheiro. Trata-se de uma residência própria pertencente aos pais da jovem. Em minha percepção, não há limites claros na divisão entre as duas famílias, a não ser nas acomodações para dormir, quando cada família ocupa seu espaço determinado. Refeições, tarefas domésticas e a convivência cotidiana são compartilhadas nas duas residências.

Uma das demais jovens vive com a mãe e o irmão caçula em um apartamento próprio (da mãe) num conjunto habitacional popular, que acredito possuir condições semelhantes às descritas anteriormente para esse tipo de moradia. Esta jovem mencionou que ocupa sozinha um dos dormitórios. Os pais de outra entrevistada possuem uma casa térrea, a qual dividem com três filhos, sendo que a jovem possui um dormitório próprio na residência. Outra jovem, em união consensual, ocupa juntamente com o marido e o filho, um dormitório na casa que pertence aos sogros. A última jovem, também em união, divide uma casa térrea de dois cômodos com o marido, o sogro (dono do imóvel), a cunhada e os dois filhos desta, sendo todos os espaços compartilhados entre os moradores.

As experiências dessas seis jovens serão descritas a seguir, mas gostaria de antecipar algumas características de cada perfil para apresentar a heterogeneidade de trajetórias na composição do conjunto das entrevistadas. Gabriele³¹, que faz parte de uma religião evangélica pentecostal, casou-se virgem e engravidou aos 16 anos. Maria Clara engravidou do primeiro e único namorado, aos 14 anos, e cinco anos depois, relembra as dificuldades pelas quais passou quando tentou um aborto, e os rumos que sua vida tomou em função do nascimento do filho. Giovana engravidou após a conclusão do ensino médio por insistência do primeiro e único

³¹ A fim de preservar a identidade das jovens, os nomes utilizados na dissertação são fictícios.

namorado, que não está mais com ela. Tamara vem de uma infância e adolescência marcadas pela violência familiar, tendo engravidado aos 15 anos por desejo próprio e sofrido o trauma de perder o bebê no sétimo mês de gestação. Carla pensa em casar-se e ter filhos somente depois de ter cursado o ensino superior, seu maior objetivo de vida no momento. Nicole afirma que não pretende ter filhos, pois tendo tido duas irmãs mais velhas que engravidaram na adolescência e tendo participado dos cuidados de seis sobrinhas, conhece bem as responsabilidades que a maternidade implica, não as desejando para si.

Com perfis tão diversos, as representações de maternidade que permeiam o imaginário das jovens, por vezes harmonizam-se com os modelos de gênero presentes em sua socialização, ou, ao contrário, apresentam diferenças significativas. Todas compartilham a preocupação com suas possibilidades de ingresso num mercado de trabalho cada vez mais competitivo e o sonho da independência financeira, seja para viver sua condição juvenil, prosseguir os estudos, ajudar os pais ou criar seus filhos.

Procurei organizar as narrativas das experiências das jovens em tópicos temáticos, conforme a seguinte ordem: família, escola, educação sexual, vivência da sexualidade, gravidez e maternidade, trabalho e planos futuros. No entanto, devido às particularidades dos acontecimentos na vida de cada jovem, em alguns casos esta ordem precisou ser ligeiramente alterada na tentativa de explorar aspectos relevantes daquele momento vivido.

A tabela seguinte mostra um resumo dos perfis das jovens entrevistadas na ocasião da primeira entrevista. Os detalhes das histórias das jovens serão descritos a seguir.

PERFIS DAS JOVENS ENTREVISTADAS (1)

Nome (2)	Idade	Estado Civil	Raça/Cor (3)	Escolaridade	Já engravidou?	Tem filhos?	Está trabalhando? (4)	Renda Familiar
Gabriele	16	Casada	Branca	Cursando EM	Sim	Grávida	Não	2 SM
Maria Clara	20	Em união	Branca	Cursando EM	Sim	Sim	Não	3 SM
Giovana	19	Solteira	Negra	EM concluído	Sim	Grávida	Não	2 SM
Tamara	18	Em união	Branca	Até 5a. Série	Sim	Não	Não	2 SM
Carla	18	Solteira	Branca	EM concluído	Não	Não	Não	5 SM
Nicole	19	Solteira	Branca	EM concluído	Não	Não	Não	2 SM

EM = Ensino Médio; SM = Salário Mínimo

Notas

- (1) Informações correspondentes à primeira entrevista
- (2) Os nomes utilizados na pesquisa são fictícios
- (3) A característica *raça/cor* foi atribuída às jovens segundo a percepção da pesquisadora.
- (4) Ao longo do período de entrevistas Nicole e Carla conseguiram empregos formais na área do comércio e *telemarketing*, respectivamente; Tamara faz “bicos” esporádicos numa chácara e Giovana passou a fazer entrega de folhetos imobiliários em semáforos nos fins de semana.

Gabriele³²: “Minha filha é a maior razão da minha vida”

Os pais de Gabriele nasceram em uma cidade do litoral paulista, na qual se conheceram e começaram a namorar às escondidas, inclusive mantendo relações sexuais. Descobertos, a família da mãe de Gabriele exigiu o casamento, que ocorreu em seguida. Na época do casamento, a mãe da jovem tinha 13 anos e tinha cursado até a 5^a. série do ensino fundamental, e o pai, com 23 anos, tinha deixado a escola na 4^a. série do mesmo nível de ensino. Depois de casados, ambos voltaram a estudar e concluíram o ensino fundamental. Deixando sua cidade natal e vindo morar na zona leste de São Paulo, o casal teve três filhos, duas meninas e um menino, ocorrendo o primeiro nascimento quando a mãe da jovem tinha 15 anos. Sua mãe trabalhou durante grande parte da vida de casada como diarista para complementar a renda do marido, mas hoje é dona de casa. O pai, hoje trabalha como motorista em uma transportadora.

Na infância, Gabriele nunca gostou de brinquedos e brincadeiras geralmente associados às meninas, ao contrário da irmã, sempre envolvida com bonecas e em brincadeiras de casinha com as amigas. Os três filhos ajudavam a mãe nas tarefas domésticas, Gabriele e a irmã assumindo a maior parte. A jovem diz que seu pai sempre ajudou sua mãe nas tarefas de casa, portanto, todos na família sempre foram responsáveis por determinadas funções. Por seu relato, é perceptível que a aprendizagem das tarefas domésticas teve grande força em sua socialização, considerando que sua mãe sempre enfatizou a importância de a mulher aprender a “tomar conta de uma casa.” Justificando o porquê dessa importância, a jovem declarou ser fundamental que a mulher deixe a casa sempre em ordem para não “estressar o homem” quando este volta do trabalho na hora do jantar.

Na adolescência, os pais da jovem eram bastante rigorosos quanto às atividades das meninas, seja quanto aos estudos, amizades ou espaços de sociabilidade, sendo que os conflitos eram sempre resolvidos na base do diálogo. Ela afirma que seus pais sempre foram modelos de vida para ela, nunca tendo sido substituídos por outras referências.

³²Quando conheci Gabriele, ela aguardava por um exame de ultra-som pré-natal na Casa Ser. A entrevistas com esta jovem, branca de 16 anos, aconteceram entre outubro de 2005 e julho de 2006. Os primeiros encontros foram realizados na Casa Ser e posteriormente em sua casa, após o nascimento do bebê. Estava casada havia sete meses e grávida de quatro meses do primeiro filho, na época da primeira entrevista. Vive com o marido e a filha na casa que construíram no andar superior da casa de seus pais, em Cidade Tiradentes. A gravidez e o parto não interromperam a trajetória escolar da jovem, que conclui o ensino médio no final de 2006. Durante o período das entrevistas, Gabriele não estava trabalhando, nem procurando emprego. Gabriele e sua família fazem parte da Igreja Congregação Cristã no Brasil.

Gabriele revela ter sido sempre muito caseira, desde os tempos de solteira e até hoje, que está casada e tem uma filha. Em seus momentos de lazer, faz hoje as mesmas atividades que sempre fez: passa grande parte de seu tempo em casa, gosta de ver televisão, principalmente novelas e filmes, tendo paixão por trabalhos manuais e leitura de romances policiais, histórias de suspense e livros de mitologia. Só sai de casa regularmente para ir à igreja e à escola. Quando necessário, vai ao posto de saúde e ao supermercado. Suas amigas na escola restringem-se ao espaço escolar. Afirma que tem amigas na igreja que frequenta, mas suas relações cotidianas circunscrevem-se na esfera familiar.

A conversão de sua família à doutrina da Igreja Congregação Cristã no Brasil, quando Gabriele tinha por volta de 12 anos, trouxe muitas mudanças à vida familiar, em especial no tocante à escolha das roupas, ao modo de se comportar, bem como os espaços de sociabilidade que frequentariam daí em diante. Conta que antes de sua conversão, gostava de namorar bastante, *ficar* com alguns garotos e era bastante “zoeira.” Hoje, arrepende-se de já ter *ficado*, pois acredita que o *ficar* não é uma boa prática, pois “a menina fica falada, mulher sempre fica, homem não fica, mas mulher fica.” Essa percepção da jovem harmoniza-se com as normas sociais tradicionais que estabelecem condutas sexuais diferenciadas para homens e mulheres.

Por volta da época da conversão da família, quando ainda não era batizada na igreja, foi morar com a avó materna por um ano na cidade litorânea de origem dos pais, pois esta precisava de ajuda com os serviços domésticos. Considera este seu período de “rebeldia”, pois descuidou-se dos estudos, não ia à igreja, cabulava aulas, andava na companhia de meninas de “má reputação” na cidade e usava roupas “escandalosas”, como calças compridas e minibusas. Alertada sobre o comportamento da jovem, a mãe de Gabriele trouxe-a de volta ao convívio da família em São Paulo, momento a partir do qual, as convicções religiosas familiares passaram a nortear sua conduta, suas decisões e seus espaços de sociabilidade.

Na igreja que Gabriele e sua família frequentam, as assimetrias históricas nas relações de gênero são naturalizadas, de modo que não são questionadas pelos fiéis. A liderança é composta por uma hierarquia constituída somente por homens, exceto as Irmãs da Piedade, que devem ser mulheres casadas, responsáveis pelas obras assistenciais da igreja e pela limpeza do templo. Para acompanhar o cânticos dos hinos, existe uma pequena orquestra na qual somente homens podem tocar. O discurso propagado pela igreja enfatiza as diferenças entre homens e mulheres, sendo função do homem trabalhar e trazer o sustento para a família e a função da mulher, cuidar da

casa, do marido e dos filhos. Como resultado dessa socialização diferenciada, Gabriele acredita que esta estrutura androcêntrica é a única aceitável por estar fundamentada em princípios bíblicos.

O controle sobre a sexualidade dos jovens da igreja ocorre principalmente por meio das regras doutrinárias. Um exemplo disso é a determinação do tempo de duração dos namoros, os quais devem ser curtos. Como a atividade sexual pré-marital é interdita, namoros longos podem significar risco à manutenção dos princípios estabelecidos pela igreja. Por conta dessa recomendação, as jovens da igreja casam-se em média aos 17 anos, e os rapazes, por volta dos 21, sendo que a reprodução, em geral, ocorre em seguida. Na percepção de Gabriele, sua igreja não fornece diretrizes sobre o comportamento sexual dos fiéis, a não ser sobre a importância doutrinária da manutenção da virgindade até o casamento e da interdição ao adultério, à homossexualidade e ao aborto. Existe também uma expectativa tácita da igreja de que as jovens se casem com membros da própria igreja, estando a família nuclear tradicional, com todas as suas assimetrias, na base da estrutura institucional.

Antes do início do namoro, o jovem casal é orientado a orar juntos a Deus, para que este confirme sua aprovação àquele relacionamento. Uma vez obtida essa aprovação, o que pode ocorrer através da leitura da Bíblia ou da revelação de algum líder, o namoro pode começar, sempre na presença dos pais ou de outros adultos. O início do namoro marca também o início da contagem regressiva para o casamento:

Assim, é porque a gente tem uma doutrina que a gente não pode passar de dois, três anos, quando começa a namorar, pra noivar e casar. É porque lá, você ter a relação antes do casamento é pecado, pecado de morte, que nem tá escrito na Bíblia, é considerado fornicação da carne. Porque os jovens sentem necessidade de mulher e homem, (...) é normal todo mundo ter desejo, mas não podem antes do casamento, (...) daí, eles preferem se casar do que ir contra as leis de Deus, né?

Segundo Gabriele, seus pais sempre participaram ativamente da rotina escolar dos filhos, comparecendo às reuniões de pais e mestres e ajudando-os nas tarefas escolares, na medida de seus conhecimentos. Ela lembra que os pais sempre enfatizaram a importância do estudo na futura inserção no mercado de trabalho, tendo sempre exigido dos filhos bom comportamento e bom desempenho na escola. Ao contrário da irmã mais velha, Gabriele sempre gostou muito de estudar e sempre teve boas notas na escola. As amigas que cultivava na escola restringem-se ao espaço escolar, pois considera-se muito caseira e são poucos os lugares que frequenta. Conta que um dos problemas que encontra em estabelecer relações de amizade na escola é porque sente-se discriminada por ser crente, por seu modo diferente de se vestir e de se comportar.

A jovem acredita na importância da escolaridade como preparação para a vida, mas pensa que, se não houver interesse do aluno, pouco a escola pode fazer. Durante o período de gravidez de Gabriele, a escola, bem como os/as professores/as e mesmo os/as colegas/as, tentaram ajudá-la a acompanhar os conteúdos escolares, de modo que a gravidez e o parto não prejudicassem o andamento de sua escolarização. Sua mãe cuida de sua filha nos momentos em que Gabriele está na escola, viabilizando, assim, o prosseguimento dos estudos.

A jovem afirma que a pessoa mais importante, que sempre a orientou nos temas relativos à sexualidade foi sua mãe, que tem hoje 34 anos, com a qual tem excelente abertura para esclarecer qualquer dúvida, pois esta sempre se dispôs a dialogar com as filhas, de modo que elas não precisassem recorrer a outras fontes. Por meio da mãe, as filhas conheciam a posição do pai em relação ao comportamento sexual esperado delas: manter-se virgem até o casamento ou a ameaça de expulsão de casa. Esta posição parental em relação ao comportamento sexual das filhas harmoniza-se com os princípios religiosos adotados pela família, os quais incluem a valorização da virgindade como forma de garantir a “pureza” da mulher. Perdê-la antes da hora poderia significar a expulsão do paraíso do convívio familiar e social.

Quando a primeira menstruação de Gabriele aconteceu, aos 12 anos, a mãe da jovem, que já tinha conversado com ela sobre o assunto, levou-a ao ginecologista para que este pudesse orientá-la melhor sobre os cuidados com o corpo daí para frente: “Minha mãe, antes de me levar no médico falou: ‘Agora você já é uma moça, agora você já sabe que qualquer coisinha errada que você fizer é perigoso, arrumar filho, gravidez indesejada’.” Esta “coisinha errada”, a atividade sexual antes do casamento, representa perigo à manutenção do estilo de vida esperado das meninas, uma vez que pode ser seguida de uma gravidez, o que tornaria pública a transgressão às regras. As conversas sobre sexualidade com a mãe após a primeira menstruação eram sempre pontuadas por conselhos sobre prevenção à gravidez. As mensagens transmitidas pela mãe da jovem traziam algumas recomendações nas entrelinhas: a atividade sexual deveria acontecer somente no contexto do casamento, sendo os filhos a consequência natural desta. A mãe de Gabriele também enfatizava a importância na escolha do futuro marido da filha, que deveria ser confiável e dispor de meios para sustentar a prole. Segundo a mãe de Gabriele, a idade de uma jovem não constitui o fator mais importante para a opção pela maternidade; o mais importante é estar casada com “um homem bom, que possa sustentar você e seus filhos.” Ela

ressaltava também a importância de a mulher ter uma ocupação que lhe permitisse certa autonomia financeira em relação ao homem, pois “não é bom depender do marido pra tudo.”

Além das informações e orientações que recebeu da mãe, Gabriele conta que a sexualidade também foi tema de discussão nas escolas em que estudou. Teve aulas sobre reprodução nas disciplinas de ciências e biologia, e lembra-se de uma ocasião na qual o tema da sexualidade foi apresentado na escola, como parte de uma semana de atividades culturais, ocasião na qual os alunos assistiram a filmes sobre doenças sexualmente transmissíveis, uso do preservativo e parto. Em outra ocasião, os alunos da escola foram convidados a participar de palestras num posto de saúde que ficava em frente ao estabelecimento de ensino. Na opinião da jovem, a escola, ao falar de sexualidade, enfatiza as doenças sexualmente transmissíveis, relegando ao segundo plano o desejo, a atividade sexual, a gravidez e o relacionamento amoroso. Para ela, a escola aborda pouco o assunto no ensino médio, quando os alunos já estão mais adultos e precisam mais de orientação. Gabriele afirma que a educação sexual dada na escola amplia o conhecimento sobre o assunto, mas não substitui a educação de casa. Portanto, para ela, os valores transmitidos pela família devem constituir a base sobre a qual outros conhecimentos sobre sexualidade serão posteriormente acrescentados por outros agentes socializadores.

Muitas informações sobre sexualidade foram obtidas por Gabriele por meio de livros e revistas. Embora seja telespectadora constante dos programas de televisão, sobretudo de novelas, não considera esse meio de comunicação confiável na educação de jovens e adolescentes. Acredita ser importante saber separar a realidade da ficção e não reconhece a televisão como um agente socializador que tenha qualquer influência sobre sua vida. Televisão, para ela, é entretenimento e nada mais.

Gabriele nunca considerou as amigas como fontes de informação confiáveis sobre sexualidade, não sendo influenciada por elas, preferindo recorrer a outras fontes. Na verdade, o mundo de Gabriele gira em torno da família e da igreja. Qualquer outra relação social fora deste contexto, que possa implicar conflitos de valores, é vista por ela com desconfiança por representar uma possível ameaça a seu modo de pensar e de viver.

Gabriele acredita ser o posto de saúde a melhor instância para informar os jovens sobre sexualidade, sempre que a família não cumpre esta função. Quando ela fala em família, refere-se, na verdade, à mãe. No caso dela, a mãe sempre esteve mais próxima dos filhos do que o pai, que ditava as regras mas mantinha-se à distância no tocante à educação sexual dos filhos. A jovem

acredita que a ética médica é muito importante no momento da transmissão de informações sobre sexualidade. Cita como exemplo o ginecologista ao qual sua mãe a levou logo após a primeira menstruação, que prestou-lhe informações sem envolver-se em aspectos morais da sexualidade. Por outro lado, afirma que gosta de consultar sempre mais de um médico para ter uma segunda opinião sobre sua saúde ou sobre a saúde de sua filha, por já ter tido experiências com orientações diferentes e até contraditórias sobre o mesmo problema. O fato de ter tanta confiança nas informações e valores transmitidos pela mãe, talvez ajude a explicar os motivos pelos quais Gabriele tem certa desconfiança em relação a outras fontes de informação.

Para ela, todos os agentes socializadores que atuaram em sua educação sexual foram importantes, porém, quando tem de tomar alguma decisão, a importância da família se sobressai entre todos. Ela dá muito valor às opiniões da mãe, que a aconselha e apóia em todas as suas dúvidas e decisões, inclusive quando decidiu casar-se e engravidar aos 16 anos. Em sua opinião, a sexualidade é um tema que tem que ser discutido publicamente em diversos espaços, pois não é todo jovem que pode contar com a família para essa tarefa. Enfatiza que a discussão em grupos proporciona uma troca de experiências que é benéfica para todos, podendo preencher certas lacunas de conhecimento e de experiências, uma vez que o caráter das informações transmitidas somente pela família tem seus limites.

Gabriele recorre aos agentes socializadores para esclarecer suas dúvidas sobre sexualidade, sempre começando pela mãe. Se a mãe consegue responder com confiança, ela não recorre a outros agentes. Se a dúvida refere-se à saúde sexual e a mãe não tem a resposta, recorre ao médico, ou às enfermeiras do posto de saúde. Para problemas relativos ao relacionamento com o marido, primeiro conversa com a mãe. Os problemas mais comuns enfrentados no relacionamento com o marido dizem respeito à interferência da família deste na vida do casal e também ao fato de que, em sua percepção, o marido quer mandar nela, não lhe dando o direito de tomar decisões nem mesmo no espaço doméstico. Se não consegue resolver os problemas com o marido através do diálogo, busca a ajuda dos líderes de sua igreja, uma vez que a instituição tem autoridade sobre seu marido. A jovem afirma também consultar a Bíblia, para conhecer a vontade de Deus sobre a direção a tomar: “Sempre que eu tenho que tomar alguma atitude, eu procuro sempre ir buscar a Palavra, que é o melhor conselho.” Essa hierarquia de fontes parece ter bastante importância para a jovem.

Gabriele conheceu seu marido na igreja, quando ela estava com 14 anos e ele tinha 21. Conforme a tradição doutrinária, buscaram a confirmação da vontade de Deus antes de começarem a namorar, sendo que antes desta aprovação, não ficavam nem de mãos dadas. Quando começaram a namorar, o casal conversava sobre ficarem noivos, mas o namorado considerava mais prudente aguardarem até que ele tivesse um emprego melhor. Porém, por sugestão da mãe da jovem, que prontificou-se a pagar pela festa de noivado, ficaram noivos no aniversário de 15 anos de Gabriele, quatro meses após o início do namoro. Seu pai, ao saber dos planos de casamento, disse à esposa: “Você que criou ela até agora, você que sabe se ela tá preparada prá casar, aconselha ela”, delegando à esposa a responsabilidade pelo futuro da filha. A jovem estava decidida a dar esse passo, apesar das recomendações de alguns membros de sua família e do espanto das colegas e das professoras da escola. Esta atitude da mãe, totalmente favorável à união dos jovens, harmoniza-se com a socialização preconizada pela igreja, segundo a qual, os namoros devem ser curtos e sempre direcionados ao casamento. Após o noivado, começaram a construir uma casa na parte superior da casa da mãe da jovem, a qual ficou pronta um ano depois, quando, então, se casaram. Na época, o marido de Gabriele estava empregado, mas dois meses após o casamento, perdeu o emprego, o que coincidiu com a notícia sobre a gravidez da jovem.

Gabriele afirma que sempre sonhou casar-se virgem. Segundo ela, acalentava o desejo de manter-se *pura* até o momento de dar este *presente* ao homem que a tornaria mãe. Diz que o fato de sua mãe ter iniciado a vida sexual antes do casamento, e de ter sido sempre muito honesta com as filhas a respeito disto, jamais pensou em fazer o mesmo. Sente-se feliz por ter se *preservado*, pois, antes do casamento, seu noivo perguntou-lhe se era virgem e ela pôde responder afirmativamente. Ela pensa que, se não fosse virgem, o noivo não teria aceitado casar-se com ela. Afirma não ter feito a ele a mesma pergunta, mas não teria problemas em aceitá-lo caso ele já tivesse tido experiências sexuais anteriores. Esta desigualdade de posições naturaliza a concepção de que o desejo sexual masculino é mais *forte* e mais *urgente* do que o feminino, portanto mais passível de compreensão e tolerância.

A história da gravidez de Gabriele só me foi sendo revelada aos poucos, ao longo de meus encontros com ela. A jovem afirmou ter começado a tomar anticoncepcionais orais antes do casamento, já prevendo a atividade sexual a partir da noite de núpcias. Na primeira entrevista, quando era recém-casada e estava grávida de quatro meses, contou-me que a gravidez tinha sido

acidental, pois esquecia-se constantemente de tomar a pílula. Seu marido não queria filhos naquele momento, uma vez que trabalhava como estagiário e ganhava pouco. Logo após o casamento, sua menstruação atrasou e ela tinha certeza de que estava grávida, o que foi desmentido por um exame médico e pela descida da menstruação. A partir desse episódio, a jovem começou a desconfiar que poderia ter algum problema de fertilidade, uma vez que, mesmo esquecendo-se de tomar a pílula, não tinha engravidado. O medo de não poder ter filhos dissipou-se ao saber-se grávida no mês seguinte.

Somente após alguns encontros ela foi esclarecendo os detalhes dessa história. Revelou-me que, apesar de dizer ao marido que estava tomando o anticoncepcional, não estava, pois desejava engravidar e sabia que ele não queria que isto acontecesse naquele momento. O fato de não ter engravidado no primeiro mês após o casamento trouxe-lhe a dúvida sobre sua fertilidade, e a partir daí, intensificou a atividade sexual sem o uso de proteção contraceptiva. Todo esse plano foi concebido pela jovem sem o conhecimento do marido: “Porque foi uma vontade minha, eu nem comuniquei a ele, entendeu?” Declara que jamais contou ao marido as verdadeiras circunstâncias da concepção. Segundo ela, a gravidez foi “vontade de Deus, porque só acontece alguma coisa na vida com a permissão de Deus.” Ela conta que, antes do casamento, pensava em conseguir um emprego, ajudar o então noivo na construção da casa e esperar pela conclusão do ensino médio para depois engravidar, mas “aconteceu, a gente não pode evitar o destino.” Logo após o casamento, o desejo de ter um filho tornou-se imediato para ela.

Em sua opinião, a mulher detém o controle da fecundidade do casal, pois cabe a ela prevenir-se, caso não queira engravidar, sendo o homem incapaz de controlar-se para que a gravidez não ocorra. Nessa concepção, isto conferiria ao homem certa vulnerabilidade em relação à vivência de sua sexualidade, uma vez que, fica alijado do processo de decisão sobre a reprodução, principalmente considerando a concepção naturalizada de que os homens possuem um desejo sexual mais forte do que as mulheres.

Apesar de gostar de estudar e de acreditar na importância da escola, Gabriele chegou a pensar em parar de os estudos quando ficou grávida, para preservar-se da discriminação da qual acreditava seria alvo por ser jovem. No entanto, atendendo à insistência do marido e da mãe para que ela concluísse o ensino médio, resolveu prosseguir. Sente-se feliz por não ter desistido dos estudos, uma vez que a existência de outras jovens grávidas no espaço escolar fez com que se sentisse menos solitária nesta condição.

Embora sinta que a gravidez e o nascimento da filha aconteceram por desejo seu, Gabriele confessa que teria adiado tanto o casamento como a maternidade se soubesse que seu marido ficaria desempregado. Pensa que as dificuldades financeiras enfrentadas pelo casal poderiam ser menores se ela estivesse trabalhando e se não tivessem a filha. Portanto, sua decisão pela maternidade foi contingente às condições presentes à época da decisão.

Eu teria esperado, se eu tivesse um bom emprego e uma boa chance de crescer nele, eu teria esperado um pouco. Eu acho que solteiro, a gente poderia conseguir muito mais do que a gente conseguiu. (...) Acho que eu teria adiado sim, tanto o casamento como a gravidez, porque se eu tivesse trabalhando, acho que a gente conseguiria ter a nossa casa, ter um carro. A gente podia ter dado uma comodidade muito maior pra a nenê.

Embora Gabriele tenha somente 16 anos, não viveu por muito tempo a condição normalmente associada à vida típica de adolescente. Ela diz que, agora que está casada e já tem uma filha, tanto para a igreja como para sua família ela já é uma adulta, assim como as demais jovens casadas de sua igreja. No entanto, em minha percepção, após visitar a casa de Gabriele e observar a dinâmica da família, a jovem vive sob intensa proteção da mãe. Como moram na mesma casa, ainda que em andares diferentes, não parece haver uma divisão clara entre as duas famílias. Gabriele e sua mãe vão à igreja juntas, fazem juntas as tarefas domésticas, compartilham as refeições, os momentos de lazer e os cuidados com a filha da jovem. O fato de haver uma relação de dependência financeira do casal jovem em relação aos pais dela parece contribuir para que o estatuto de adulta da jovem ainda não tenha sido totalmente conquistado.

A opinião da jovem sobre o aborto traz a marca de suas convicções religiosas, além de incluir as representações sociais mais comuns da maternidade, como a aceitação incondicional do filho e o sacrifício. Declara-se totalmente contra a prática, inclusive em casos de estupro e risco de vida para a mãe, situações nas quais o aborto é permitido por lei. Acredita que a mulher que faz um aborto deveria ser punida de alguma maneira. Pensa que quando uma mulher é jovem, solteira e fica grávida, é normal que fique desesperada, mas o aborto não é a solução.

Eu acho que por motivo nenhum a pessoa deve abortar um filho, eu penso assim, por motivo nenhum, porque é o filho dela, não tem motivo. O próprio sentimento já acaba com ela, porque ela nunca vai esquecer aquilo, a não ser que seja uma pessoa muito fria e calculista mesmo. Acho que momento nenhum de dificuldade justifica ela matar uma vida. A única pessoa que tem direito de tirar a vida é Deus e mais ninguém.

Dos 12 aos 14 anos Gabriele teve algumas curtas experiências profissionais, duas delas no comércio em períodos de pico, ou substituindo funcionárias em férias. Ela afirma terem sido experiências importantes, pois, pela primeira vez, passou a sair de casa para locais mais distantes,

a pegar ônibus e metrô, além de ter tido a oportunidade de desenvolver habilidades no trato com clientes e colegas de trabalho. Estas experiências informais eram sempre durante as férias escolares, de modo que em nada atrapalharam seu desempenho na escola. A jovem acredita que o grande problema dela em não conseguir um trabalho registrado na economia formal na época de seu casamento, era sua baixa idade e também o fato de não ter ainda concluído o ensino médio. Deseja fazer um curso profissionalizante no campo de enfermagem, e somente quando estiver trabalhando e ganhando o suficiente para pagar uma faculdade, pensará no ensino superior, também de enfermagem. O desejo de trabalhar na área de saúde, campo no qual a presença das mulheres nas ocupações de base é predominante, também foi citado por outras jovens entrevistadas.

Como engravidou logo após o casamento, e agora sua filha ainda é muito nova, Gabriele parou de tentar ingresso no mercado de trabalho, dedicando-se às tarefas domésticas e aos cuidados com a filha. Diz que seu marido, que a ajuda nas tarefas domésticas, não quer que ela trabalhe fora. A posição do marido, contrário ao trabalho da mulher casada e com filhos, segundo ela, vem não só de um certo tipo de criação, como também seu desejo de controle sobre a vida dela, e do medo de mudanças no relacionamento, a partir da entrada da jovem mercado de trabalho.

Essa percepção do trabalho como um espaço que difere do ambiente doméstico por ter “movimento” de pessoas diferentes, o que pode levar a mulher a questionar suas escolhas, parece ser bastante comum em certas estruturas familiares mais tradicionais do ponto de vista das relações de gênero. O trabalho feminino pode constituir-se em ameaça à ordem familiar, uma vez que expõe a mulher ao contato com estruturas menos rígidas e fora do controle masculino.

Os sentimentos de Gabriele em relação ao trabalho flutuam entre a necessidade e a realização. Ela deixou claro, desde a primeira entrevista, que acreditava ser função do homem trabalhar e prover o sustento da a mulher e dos filhos, cabendo à mulher os cuidados com a casa e com a prole. Em sua opinião, a mulher só deve trabalhar quando o salário do marido é insuficiente, ou por “esporte e prazer”, desde que isto não prejudique o andamento da estrutura doméstica. Em seu caso particular, afirmou na primeira entrevista que só entraria no mercado de trabalho se o marido continuasse desempregado por muito tempo. Numa fase posterior dos encontros, porém, além da questão da sobrevivência, o confinamento em casa tomando conta do bebê já começava a afetá-la. Ela já concebia a idéia de procurar um emprego, mas não queria

deixar a filha sem os seus cuidados. A idéia que de os cuidados com filhos pequenos não devem ser delegados a terceiros é bastante forte na representação da mãe ideal. No caso de Gabriele, pode haver também o receio de que sua mãe tome o seu lugar na vida da filha. Esta rivalidade na disputa pelos cuidados com os bebês entre mãe e avós foi observada também nas entrevistas realizadas com as outras jovens mães.

Na última fase das entrevistas, o marido da jovem tinha conseguido um emprego temporário, mas que segundo ela, não era garantido e pagava muito pouco. Era visível a irritação de Gabriele, pois, sentia-se bastante incomodada em depender dos pais para as necessidades básicas da família. Para ela, a situação estava em desacordo com o cumprimento das funções de homens e mulheres na estrutura familiar. Ela estava fazendo sua parte cuidado da casa e da filha, porém, o marido estava falhando no papel de provedor. Essa situação acabou por gerar muitos conflitos entre o casal, principalmente porque Gabriele estava pressionando o marido constantemente para que este conseguisse um bom emprego logo, como se isto dependesse somente dele. Nessa ocasião, ela já estava pensando em procurar emprego e não ficar mais esperando que o marido entrasse no mercado de trabalho formal, assumindo, dessa forma, o papel de provedora da casa. Gabriele acredita ser a qualificação o fator mais importante para o ingresso no mercado de trabalho, seguido pela rede de contatos. Reconhece que, em muitas situações, as empresas preferem contratar homens, ou mulheres sem filhos, mas acredita que esta preferência possa ser compensada por uma boa qualificação, o que em sua opinião, significa o acesso a cursos profissionalizantes.

As experiências de socialização de Gabriele, revelam a importância de dois agentes principais: a família e da igreja. Os pais sempre a incentivaram a estudar, para que pudesse ingressar no mercado de trabalho futuramente, porém a ênfase era na formação de sua própria família, dentro dos padrões estabelecidos pela igreja: casar-se virgem, tornar-se mãe e dona de casa. Os modelos de gênero presentes na família mostraram-se importantes na trajetória afetiva, sexual e reprodutiva da jovem.

O relacionamento com o marido trouxe mudanças a seu modo de ver o trabalho feminino e levou-a a questionar algumas das estruturas nas relações de gênero presentes em sua socialização familiar. Pretende ingressar no mercado de trabalho assim que possível, apesar da oposição do marido. Apesar de ter tido uma trajetória conjugal e reprodutiva semelhante à da mãe, após o aprendizado no convívio com o marido, mostra sinais de querer buscar uma inserção

social no campo profissional, o que representa uma mudança em relação a seu desejo anterior de manter-se no espaço doméstico.

Maria Clara³³: “Eu tentei fazer um aborto. Graças a Deus que não deu certo”

Os pais de Maria Clara são originários de um estado do nordeste brasileiro, onde se conheceram num baile e se casaram, quando a mãe de Maria Clara tinha 15 anos e estava grávida da primeira filha. Maria Clara desconhece a escolaridade da mãe, mas sabe que seu pai, hoje com 51 anos, estudou até a 2ª. série do ensino fundamental. O casal mudou-se para São Paulo, onde nasceram os três filhos que teriam. Maria Clara nasceu oito anos depois que sua irmã mais velha, seguida pelo nascimento do irmão caçula um ano depois. A mãe da jovem nunca trabalhou fora, e seu pai trabalha como entregador de leite. Devido a problemas com o alcoolismo, sua mãe veio a falecer aos 30 anos, quando Maria Clara tinha apenas 5 anos de idade. A jovem e seu irmão foram criados pelo pai com a ajuda de uma tia materna. Mais tarde, seu pai uniu-se a uma companheira e teve mais dois filhos.

Lembra-se que na infância gostava de brincar de amarelinha e esconde-esconde, atividades que praticava com seu irmão mais novo e com seus primos, visto que a irmã mais velha já era moça e já trabalhava nessa época. O serviço doméstico na casa era dividido entre ela e seu irmão, que se revezavam nas funções, havendo diferença nas tarefas sob responsabilidade do menino e da menina. Maria Clara estava encarregada de quase todas as tarefas dentro do espaço doméstico e o menino fazia as compras, levava o lixo para fora, lavava o banheiro e o quintal.

O pai de Maria Clara era exigente quanto ao cumprimento dos horários estabelecidos para brincadeiras fora de casa. Os cuidados paternos estendiam-se às amizades dos filhos, as quais o pai fazia questão de conhecer. Ela acredita que o pai tentou compensar a falta da mãe, dedicando-se bastante ao convívio com os filhos, sempre privilegiando o diálogo em lugar da violência. A

³³ Meu primeiro contato com Maria Clara foi feito na sala de espera da Casa Ser, quando ela aguardava uma consulta ginecológica. Os dois encontros com a jovem, branca de 20 anos, aconteceram na Casa Ser em maio e junho de 2006. Ela é mãe de um menino de 5 anos e mora com o companheiro, pai de seu filho, em companhia dos sogros e do cunhado, em Cidade Tiradentes. Por conta da gravidez e dos cuidados com o filho, interrompeu sua trajetória escolar duas vezes. Na época do primeiro encontro, estava cursando o 1º. ano do ensino médio e estava procurando emprego, não tendo experiência anterior no mercado formal de trabalho. Por ocasião da segunda entrevista, havia conseguido um “bico” noturno no campo administrativo de uma agência dos correios.

jovem diz que seu pai nunca professou nenhuma religião, aliás, em sua percepção, ele é contra as religiões, embora acredite em Deus. Nunca levou os filhos a nenhuma igreja, mas ensinou-os a rezar desde cedo. Maria Clara declara-se seguidora da doutrina espírita, mas frequenta a Igreja Católica em ocasiões especiais como casamentos e batizados.

Apesar de não ter estudado muito, o pai da jovem dava muita importância ao desempenho escolar dos filhos, acompanhando a rotina escolar, olhando os cadernos e procurando os professores para saber se os filhos estavam “bagunçando” na escola, como estava seu desenvolvimento e se precisavam de alguma ajuda. A tia e a irmã mais velha de Maria Clara compareciam às reuniões de pais e mestres para trazer notícias sobre o desempenho e comportamento de Maria Clara e de seu irmão. A irmã mais velha da jovem foi morar com o namorado aos 16 anos, mas não teve filhos, sendo que, após a união, continuou ensino médio, trabalhando paralelamente. O irmão da jovem, hoje com 19 anos, cursa o 1º. ano do ensino médio na mesma classe de Maria Clara.

A jovem entrou na escola quando já tinha 8 anos, devido à diferença entre a data de seu aniversário e o calendário escolar. Afirma que sempre gostou muito da escola e considera seu desempenho inicial mediano, pois teve uma repetência na 3ª. série do ensino fundamental. Gostava não somente das aulas, mas também das atividades promovidas pela escola, como festas e excursões: “Eu gosto de estudar, eu tentava me esforçar o máximo. Só não gosto da bagunça, os professores grita muito também.”

Maria Clara conta que seu pai sempre foi muito aberto com os filhos em relação aos problemas que em geral os jovens enfrentam, portanto, sempre conversou com eles sobre sexualidade e drogas, procurando orientá-los à medida que iam crescendo e saindo para o espaço público. Para o pai de Maria Clara, a chegada da primeira menstruação marca o momento em que a mulher começa a correr riscos. A jovem conta que, quando teve sua primeira menstruação, contou para o pai, pois não tinha muita abertura com sua madrasta.

Fora o pai, Maria Clara também esclarecia suas dúvidas com a tia materna. Segundo sua percepção, seu pai aceitava com naturalidade o fato de que um dia sua filha iria namorar e iniciar a atividade sexual, portanto, ela deveria sempre ser honesta em relação a isto, para que ele pudesse explicar melhor os cuidados necessários, à medida que as dúvidas fossem surgindo. Apesar dessa aparente liberalidade, conversava com os filhos separadamente, pois dizia que “homem é diferente de mulher; homem tem os seus riscos, mas a mulher tem mais.” Maria Clara

conta que o pai é a pessoa de referência mais importante em sua vida. Não toma decisões importantes sem antes discuti-las com o pai.

Na escola, Maria Clara também teve algumas experiências na área de educação sexual. Segundo ela, a primeira palestra que teve, na 5^a. série, aconteceu quando ela já estava grávida, e, posteriormente, nas aulas de ciências até a 8^a. série. Teve também uma palestra sobre doenças sexualmente transmissíveis e a Aids, ministrada por pessoal externo à escola. Ela fala sobre uma professora de ciências que dedicou diversas aulas ao tema da reprodução. No ensino médio, do qual ela cursa o 1^o. ano, o tema da sexualidade ainda não foi abordado entre os conteúdos escolares, mas a escola promoveu uma Semana Cultural, na qual a sexualidade era um dos itens incluídos no programa. A jovem acredita que essas oportunidades para refletir e aprender sobre a sexualidade foram válidas, pois, por mais idade que o/a jovem tenha, nunca sabe tudo. Embora pense que as iniciativas para se discutir sexualidade na escola sejam válidas, acredita que a escola só ensina “o básico”, não tratando com profundidade as questões relativas à sexualidade, o que seria importante para os/as jovens. Segundo ela, “a escola não vai até o fim.”

Maria Clara não costumava conversar com as colegas sobre sexualidade durante o ensino fundamental, mesmo porque engravidou muito cedo e teve que deixar temporariamente a escola. Já no ensino médio, embora as conversas ocorram, são superficiais, em tom de brincadeira. Ela afirma que o que suas colegas falam sobre sexualidade não tem nenhum peso para ela, que procura consultar sempre pessoas mais velhas, como o pai, a tia e a sogra, com mais experiência, ou o posto de saúde. Outro motivo para a baixa confiança nas colegas como fontes de informação é que grande parte delas já tem filhos, tendo tido uma experiência de vida bastante semelhante a dela, “cometendo os mesmos erros.” A jovem afirma nunca ter tido acesso a revistas e livros que tratassem do assunto.

Embora acredite que a família seja a instância mais importante para se discutir a sexualidade, ela pensa que é insuficiente, pois são poucas as famílias que dialogam abertamente com o adolescente e que tenham todas as informações. No caso dela, acredita ser admirável que um pai discuta este assunto com as filhas, considerando que em seu círculo de relações somente ela e uma amiga obtiveram informações sobre sexualidade com o pai. No entanto, ressalta que, embora o diálogo que o pai tentou manter com ela tenha sido importante, ele não “falou tudo,” só introduziu o assunto. Pensa que as informações transmitidas pelo pai, apesar de importantes, não foram suficientes, considerando que ela veio a engravidar na adolescência:

Porque meu pai, meu pai não falou muito, acho que ele devia ter falado mais, eu acho que hoje eu não teria filho se ele tivesse falado. E com o meu irmão, ele conversou bem mais assim, porque meu irmão é homem, mas mulher é mais delicada, ele falava. (...) Ele falava um pouco, mas é o que eu falo, ele nunca chegou nos finalmente, igual o posto chega. Faltou um diálogo maior, saber se expressar. Ele só falava que tinha que ter cuidado pra evitar uma gravidez, mas não falava como.

Para Maria Clara, o posto de saúde constitui o melhor espaço para se aprender sobre sexualidade, pois, enquanto na família e entre colegas os temas não são discutidos de forma aberta, no posto o ensino é mais aprofundado e completo. A jovem frequenta a Casa Ser para exames anuais de Papanicolau, retirar preservativos masculinos, e procura assistir às palestras sobre saúde sexual e reprodutiva promovidas pela Casa. Quando tem alguma dúvida, comparece para perguntar às agentes ou às enfermeiras.

Na percepção de Maria Clara, os agentes mais importantes em sua educação sexual foram a família (o pai e a tia), a escola e o posto de saúde. Para aconselhamento sobre decisões de vida em relação ao parceiro e o filho, confia mais em sua família, na figura do pai. Para informações sobre saúde sexual, confia no posto, pois sente que os profissionais de saúde estão melhor preparados para tratar essas questões, por ser este seu campo de trabalho. A jovem pretende transmitir informações sobre sexualidade ao filho, quando este tiver mais idade, mas tem consciência de que essa é uma tarefa que não vai conseguir desempenhar sozinha:

Com o meu filho quero tá conversando bastante, explicando as diferenças entre um homem e uma mulher, como que funciona, porque não é porque ele é homem que ele não vai ter sua responsabilidade. Ele vai ter que saber diferenciar o que pode, o que não pode, o que se deve fazer e o que não deve. Quando ele tiver uma certa idade vou até levar ele no posto pra um próprio rapaz conversar com ele sobre o que é isso.

Maria Clara teve sua primeira relação sexual aos 14 anos com o primeiro e único namorado, de 21 anos, com quem tinha começado a *ficar* semanas antes. Para ele, não era a primeira vez; para ela, este *ficar* já significava um namoro, pois não acredita que essa prática, conforme é concebida atualmente pelos/as jovens, seja aceitável para ela. A primeira relação não foi planejada, segundo ela, simplesmente “rolou”. Nas primeiras relações, o casal usou preservativo masculino, o que foi sugestão de seu próprio namorado: “Porque eu não sabia, assim, meu pai sempre falou que tinha que se proteger contra doenças, mas nunca falou o que eu ia usar.” A jovem conta que não era seu plano iniciar a vida sexual tão cedo, pois pensava curtir bastante o namoro, mas “aí, aconteceu, se eu tivesse a cabeça que eu tenho hoje, eu não tinha nem começado a namorar naquela idade, né?” O início da vida sexual foi mantido em segredo

pela jovem, que não conversou com ninguém, nem antes, nem depois da primeira relação. Ela lembrou-se que o pai tinha pedido a ela para contar-lhe quando acontecesse a primeira relação, mas, sentindo-se envergonhada, resolveu guardar o fato para si.

Embora para ela a virgindade não fosse uma coisa tão importante, sabia que era um marco em seu desenvolvimento: “Pensava assim, ah, perdi, agora vou ter que ter mais responsabilidade com meu próprio corpo. Eu pensava que eu já era uma mulher.” Ela diz que a melhor idade para uma jovem ter sua primeira relação sexual é “depois de terminar os estudos, por volta dos 18 anos, pois aí, a gente tem mais cabeça, né?”

Depois de algumas relações sexuais, tanto Maria Clara como o namorado já não queriam mais usar a camisinha. “Era ruim, os dois falava a mesma coisa, que era ruim e tinha hora que a lubrificação secava aí machucava, aí nós decidimos parar.” Ao parar de usar o preservativo masculino, a jovem começou a tomar pílula anticoncepcional. Antes de começar a tomar a pílula, Maria Clara não consultou um médico, nem falou com ninguém. Como ela sabia que a irmã mais velha fazia uso do contraceptivo oral, aproveitou um descuido desta para pegar o medicamento e ler a bula e assim, saber como deveria ser utilizado. De posse dessa informação e do nome do medicamento, foi à farmácia, comprou-o e começou a tomá-lo. O desafio seguinte foi tomar a medicação sem ninguém em casa descobrir, pois ninguém sabia que ela estava tendo vida sexual ativa. Portanto, só tomava quando estava sozinha, sempre com medo que alguém encontrasse o anticoncepcional em seu esconderijo. Por conta desses cuidados, vivia esquecendo: “Tomava um dia sim; dois dias, não; esquecia.”

A gravidez aconteceu por volta do quinto mês após o início do namoro. Quando Maria Clara começou a perceber transformações em seu corpo, conversou com o namorado e foram juntos ao posto de saúde fazer o exame, que deu positivo. Apesar do choque inicial dos jovens, Maria Clara ficou surpresa com o apoio do namorado, considerando que o namoro tinha somente cinco meses de duração. Com o resultado em mãos, bateu o desespero nos dois. “Ele falava: ‘Ai meu Deus, e agora, o que nós vai fazer?’” Maria Clara conta que para ela, as principais razões para o desespero eram três: ser muito jovem, ainda estar na escola e medo de decepcionar o pai. O desespero foi tamanho que ela resolveu fazer um auto-aborto, sem o conhecimento do namorado, pois não tinha certeza de que ele aprovaria. Conversou com uma amiga um pouco mais velha, que tinha feito um aborto com uma mistura que incluía chá de maconha e pinga, entre

outros ingredientes. A jovem diz que procurou a amiga, pois não sabia a quem recorrer. Sua amiga fez-lhe a lista dos ingredientes necessários, os quais Maria Clara comprou.

No dia combinado, foi para a casa da amiga, que a ajudou no preparo do suposto abortivo. Tomou a mistura e ficou à espera do resultado. Durante a espera, conta que seu desespero aumentava e o remorso a consumia. Então, começou a sentir dores e ter hemorragia. Assustada, a amiga contou à mãe o que tinham feito, e juntas, levaram-na ao hospital e avisaram a família de Maria Clara. Após ser medicada no hospital, a jovem ficou aliviada em saber que a mistura não tinha causado maiores danos nem a ela, nem ao bebê, mas, ainda teria de enfrentar o pai, o namorado e também o corpo médico do hospital. A reação de seu pai foi de compreensão e apoio. O namorado, contrariado por causa da tentativa de aborto, disse a ela que não a queria mais, inclusive ameaçando prestar queixa na delegacia para que ela fosse punida. O pai do namorado também ficou contrariado, mais por causa da gravidez do que pela tentativa de aborto, dizendo que “filho dele não era pra ter filho, era pra curtir a vida.” A jovem também foi repreendida por sua atitude pelos médicos e enfermeiras que a atenderam no hospital, os quais tentavam convencê-la do erro que tinha cometido, porque o aborto “é um pecado.”

Ao sair do hospital, Maria Clara e o namorado resolveram que continuariam o relacionamento para cuidar da criança, mas não se casariam, por serem muito jovens. O namorado veio buscá-la em casa para morar com ele e sua família, composta por pai, mãe e irmão. Os planos de casamento não foram completamente descartados, mas ficaram para o futuro, para quando tiverem condições de viver num domicílio independente dos pais dele. Para a jovem, o casamento oficial não é importante para se constituir uma família: “Meu pai não é casado com a minha madrasta no papel; minha irmã, ficou 12 anos com o meu cunhado e não era casada também. É o amor que importa.”

Maria Clara diz ter sido bem recebida na casa do namorado ao ter sido levada por este para morar lá. Quando seu filho nasceu, este tornou-se o centro das atenções de todos. “Quando ele chegou, foi a felicidade da família inteira. Meu sogro, hoje, é o mais bobão pelo meu filho.” A chegada do bebê trouxe mudanças até mesmo na acomodação da família, que se reorganizou para receber o recém-nascido com mais conforto. Maria Clara diz que, de vez em quando fica enciumada, pela dedicação da sogra à criança: “Ela quer proteger mais, sabe? A vida dela de mãe, ela já passou, mas ela quer tomar um pouco do meu lugar. Sinto ciúmes quando eu quero fazer uma coisa e ela não quer deixar.”

Quando engravidou, Maria Clara estava na 5ª. série do ensino fundamental. Conseguiu terminar a 6ª. série, principalmente por ter recebido a ajuda do corpo docente da escola: “Eu consegui terminar a 6ª, mesmo nascendo o bebê. As professora me deram um trabalho no finalzinho do semestre, quando passou os quatro meses, eu voltei pra escola e consegui terminar a 6ª.” Ao terminar a 6ª. série, Maria Clara não pôde prosseguir, pois não tinha ninguém que pudesse tomar conta de seu bebê para que ela pudesse ir à escola. Prosseguiu tomando conta do filho até ele ter três anos. Nessa época, fez a transferência de sua vaga para o período noturno, pois a sogra comprometeu-se a cuidar da criança à noite para que ela voltasse à escola. Desta forma, conseguiu cursar a 7ª e a 8ª. séries. No final do ensino fundamental, sua sogra também passou a estudar à noite, além de trabalhar de dia. Portanto, mais uma vez, Maria Clara teve de interromper sua escolarização por um ano, quando a família se organizou para tomar conta do menino, de modo que ela pudesse voltar a estudar. Está cursando atualmente o 1º. ano do ensino médio e diz não que pretende mais parar. Acredita na importância da escola para o futuro dos/as jovens, pois a escolarização “completa” é exigida para qualquer emprego.

O convívio com o companheiro trouxe também aprendizados das relações de gênero. As responsabilidades implicadas no convívio comum e na maternidade evidenciaram desigualdade antes não percebidas, considerando o caráter mais informal do namoro. Ela acredita que deveria existir igualdade entre o casal, que os conflitos deveriam ser resolvidos com o diálogo, mas reconhece que isto é difícil, pois “o homem sempre quer mandar.” Ela diz que lidar com os homens é uma constante aprendizagem:

Ah, você tem que saber, que homem é um bicho que você tem que saber lidar com ele, mulher não, mulher é mais fácil, bem mais delicada. O modo que ele pensa, o modo que ele age, a cabeça dele pra você tentar colocar alguma coisa dentro é muito difícil. O homem é cabeça dura. Tem que saber levar, se você souber levar e souber administrar, você leva.

Maria Clara conta que nunca se arrepende de ter tido o filho, mas que gostaria de ter esperado mais tempo para ser mãe. Na opinião dela, a melhor idade para a maternidade é “depois dos 25, quando já estiver com a vida estável, com um bom emprego.” Reconhece que sua rotina diária é bastante diferente da vida de outras jovens da mesma idade que não têm filhos. Nunca foi a “baladas”, nem a festas, pois passou quase toda a adolescência cuidando do filho pequeno, mas diz que não sente falta, pois gostava cuidar da criança. Por outro lado, diz que ser mãe tão jovem trouxe-lhe uma maior compreensão da vida e uma responsabilidade que ela não teria se não

tivesse tido o filho. O marido sempre a ajudou nos cuidados com a criança, embora reclame que sua juventude já acabou, por não dispor de tempo nem de recursos para a diversão e o lazer.

Apesar de gostar de ser mãe, Maria Clara pensa que talvez esta não seja uma boa opção para todas as mulheres, pois as responsabilidades que implicam a maternidade são pesadas e incluem a renúncia da mãe a uma parte de seu próprio ser. As representações de Maria Clara sobre a maternidade conformam-se àquelas presentes no senso comum:

Vai de cada uma, tem que pensar muito antes de você ter um filho porque é uma responsabilidade em dobro. Você vai ter que esquecer de você, pra você cuidar dele. Tem que ter bastante cabeça. Tem mulher que tem filho por ter também, às vezes, depois fica jogado. Filho você não pode esquecer que nunca mais você vai ter sossego na sua vida, nem depois que ele tiver 18 anos, você nunca mais tem sossego.

Tendo vivido na própria pele a experiência de ter tentado um aborto, principalmente pelo modo que foi admoestada por médicos e familiares, Maria Clara se diz contra a prática, que ela considera um “pecado.” Pensa que o aborto deve ser permitido nos casos previstos por lei, mas que outras concessões não devem ser feitas. No entanto, ao lembrar-se de sua própria história, faz uma ressalva, reconhecendo que a falta de orientação pode levar uma jovem a uma atitude desesperada, como foi o caso dela:

Porque você tá matando um ser, se Deus quisesse ele não deixava nenhum ser humano vivo. Por que cê tá tirando aquela criança, ela não tem culpa, ela é um ser que vai te trazer alegria (...) Talvez pra aquelas meninas que precisam mesmo, porque se não, acaba fazendo em casa ou numa clínica e acaba morrendo... Nesse caso talvez seria possível...

Quase todas as amigas de Maria Clara hoje já são mães, sendo que muitas delas têm mais de um filho. Pensa em ter outro filho, mas somente quando já tiver terminado os estudos, e ela e o marido estiverem bem empregados e vivendo em um domicílio próprio. Após o nascimento do filho, passou a usar preservativo masculino nas relações sexuais com o marido. Após um episódio de uma relação desprotegida, julgou melhor prevenir-se de uma gravidez tomando o contraceptivo de emergência, a pílula do dia seguinte, adotando o uso da pílula anticoncepcional em seguida.

Maria Clara nunca teve uma experiência laboral formal, mas já passou por duas experiências no mercado de trabalho informal. Uma delas, foi um emprego numa pizzaria de uma conhecida, na qual trabalhou por oito meses “para ganhar um dinheirinho”. A outra foi como distribuidora de folhetos imobiliários em faróis nos fins de semana. Para ela, esta última foi uma experiência degradante:

É muito cansativo, é muito humilhante. Uma das menina que tava com a gente, ela foi entregar o panfleto a mulher acelerou o carro, aí machucou a perna dela, foi horrível. Cê fica em pé o dia inteiro, pra ganhar R\$25,00, sol, chuva, o que for. É muito humilhante, ainda você olhar pra cara daquelas playboizinha, elas tá rindo de você, tá te xingando. Os cara xinga, os cara mexe. É muito humilhante, mas quando você precisa, você finge que nem vê. (...) Se é uma mulher que tem dinheiro e eu vou entregar o panfleto, ela não vai abaixar o vidro pra mim só porque eu sou da cor dela [branca]. Se é uma menina escura, elas fecha o vidro na cara da pessoa.

O marido da jovem, que é manobrista, também está desempregado, fazendo “bicos” ocasionais em festas e eventos. O sustento do casal e do filho tem sido arcado pelos sogros, com quem moram e também com a ajuda do pai de Maria Clara. A jovem tem procurado emprego através de jornais e de sua rede de relacionamentos, em especial, outras amigas que estão trabalhando. Por meio de anúncios classificados, ela tem enviado currículos, preenchido fichas, mas não tem tido retorno por parte dos empregadores. Acredita que um dos problemas é que os empregadores em geral pedem experiência comprovada na função, cursos profissionalizantes e ensino médio completo.

Em nosso segundo encontro, Maria Clara me contou que tinha conseguido um “bico” numa agência dos correios, fazendo um trabalho burocrático. O trabalho, que é ocasional e não registrado, fica longe de sua casa e é exercido durante a madrugada. Ela sente-se feliz por conseguir obter uma renda, ainda que esta seja baixa e irregular, num momento em que tanta gente está desempregada. Mas a busca por um emprego fixo e registrado continua, não só porque tem necessidade real de trabalhar para ajudar no sustento de sua família, mas também porque acredita que é importante a mulher “ter seu dinheiro.” Ela diz que seu marido prefere que ela não trabalhe, para que possa ficar em casa cuidando do filho e dedicando-se às tarefas domésticas:

Eu não gosto de ficar pedindo. Você gosta de ter o seu dinheirinho pra você fazer o que você quiser, ter sua liberdade. Hoje eu quero ir ali, e vou comprar aquilo ali, sem dar satisfação. Meu marido não gosta, ele prefere que eu fique em casa pra cuidar do filho dele. Ele fala que depois que eu saí da casa do meu pai quem tem que me sustentar é ele. Se eu arrumasse um emprego, ele não ia impedir, mas ia ficar meio assim, com ciúmes do meu contato com outras pessoas.

Maria Clara conhece muitos jovens desempregados, tanto homens como mulheres, mas que nem todos estão procurando emprego ativamente, principalmente por causa dos custos que isto implica, como condução, alimentação e vestuário, com os quais estes jovens não podem arcar. Ela acredita que o acesso ao mercado de trabalho pode ser mais difícil para a mulher que tem filhos. No entanto, lembra que tem amigas que não têm filhos, mas que também estão desempregadas. “Uma vez fui numa firma e a mulher perguntou: ‘Cê tem filho? Ah, então você

não pode ter disponibilidade de horário, né?’. Eu falei: ‘Posso’. E ela: ‘Como, se você tem filho?’ Já querendo me descartar.”

Para ela, a maior dificuldade da mulher que tem filhos e precisa trabalhar é não ter com quem deixar as crianças, por não conseguir vagas nas creches e não dispor de meios de pagar uma babá. Maria Clara sonha poder pagar um curso técnico de RX, o que, em sua percepção, poderia facilitar sua inserção no mercado de trabalho, “em hospital ou em uma clínica.” Mas ela diz que seus sonhos profissionais seriam mais ambiciosos, caso as condições fossem mais favoráveis: “Eu queria fazer o curso porque é mais assim do meu alcance, mas o meu sonho mesmo era ser pediatra. Se eu tivesse condição, eu ia fazer.”

As experiências de socialização de Maria Clara evidenciam a figura do pai como a mais importante referência. O falecimento de mãe, quando a jovem tinha 5 anos, veio a intensificar a dedicação do pai aos filhos. A socialização familiar seguiu as estruturas tradicionais de gênero na divisão das tarefas domésticas, no controle maior exercido sobre a jovem, pois como seu pai diz: “mulher é mais delicada, tem que ter mais cuidado.” O pai da jovem sempre enfatizou a importância da educação e do trabalho e ela parece ter incorporado a educação como um valor. Exemplo disso é que, apesar das dificuldades com os cuidados com o filho, o abandono da escola não foi definitivo.

A união com o parceiro, quando da gravidez, também trouxe-lhe novas experiências socializadoras, que a fizeram perceber as assimetrias nas relações de gênero, não só na divisão de responsabilidades, mas também na distribuição do poder entre o casal.

Giovana³⁴: “Meu filho me dá mais força pra conquistar tudo”

A mãe de Giovana nasceu em uma cidade do nordeste do Brasil, onde vivia com a mãe, o padrasto e os irmãos. Estudou até a 5^a. série, mas por causa da violência do padrasto, resolveu

³⁴Conheci Giovana na sala de espera da Casa Ser, quando esta aguardava um exame de ultra-som pré-natal. Os encontros com a jovem, negra de 19 anos, ocorreram entre outubro de 2005 e julho de 2006. A primeira entrevista foi realizada na Casa Ser e as demais em sua casa, após o nascimento do bebê. Na época da primeira entrevista, era solteira, estava grávida de sete meses do primeiro filho e namorando com o pai do bebê. No último encontro, o namoro havia terminado e seu filho estava com sete meses. A jovem vive com o filho, a mãe, o companheiro desta e o irmão mais velho num conjunto residencial popular em Cidade Tiradentes. Quando ficou grávida, a jovem já tinha concluído o ensino médio. Durante todo o período das entrevistas, Giovana estava procurando emprego e fazendo “bico” como entregadora de folhetos imobiliários em semáforos nos fins de semana, nunca tendo tido experiência no mercado formal de trabalho.

sair de casa quando engravidou de um namorado. Abandonada, sozinha e sem ter onde morar, foi viver num cabaré, onde se prostituía para sustentar seu bebê. Decidiu mudar-se para São Paulo com o filho, onde já moravam alguns parentes, para abandonar a vida de prostituição e procurar emprego. Em São Paulo, trabalhou como empregada doméstica e como operária em fábricas. Quando seu filho estava com 8 anos, engravidou novamente e teve Giovana, também tendo sido abandonada pelo namorado. Criou os dois filhos sozinha trabalhando como auxiliar de limpeza em um hospital.

Giovana nunca conheceu o pai. A família viveu durante muitos anos numa favela na zona sul da cidade de São Paulo. Quando a favela foi demolida para a construção de uma avenida, a família mudou-se para um conjunto residencial popular em Cidade Tiradentes. Giovana sente uma grande admiração pela mãe, por tudo o que ela passou para criar os filhos; fala o tempo todo de sua força e de sua coragem. Diz não sentir nenhuma falta do pai, pois este nunca se importou com ela. A mãe é sua referência.

A jovem conta que teve acesso a muitos brinquedos na infância, pois a mãe ganhava das patroas brinquedos usados pelos filhos destas. Porém, a mãe só permitia que ela brincasse com meninas, sendo o acesso a brincadeiras com meninos restritas à sua presença. A jovem também lembra-se de que, na infância, por ordem da mãe, as tarefas domésticas eram sempre realizadas por seu irmão, pois sua mãe queria que ela se dedicasse aos estudos.

Por conta do envolvimento com drogas, o irmão de Giovana já esteve preso duas vezes. Ela diz que, quando ele está trabalhando, seu comportamento melhora, mas atualmente está desempregado. Apesar de brigar de vez em quando com o irmão, costuma ouvir seus conselhos, considerando que ele é mais velho e que circula mais pelo espaço público. “Ele só me chama de burra né, por causa que as vezes eu não entendo as coisa, ele fala: ‘Ih, você é muito burra, viu?’. Mas ele me dá conselho, bastante conselho.” Numa ocasião, seu irmão foi violento com ela durante uma discussão:

Eu briguei com ele, e ele me bateu, eu fiquei com tanta raiva que eu chamei a polícia. A polícia veio aqui, aí eu falei assim: “Ele tava me enforcando, ele queria me matar.” Aí, minha mãe falou: “Giovana o que você tá fazendo?”. Eu falei: “Agora ele vai ver, ele vai pra cadeia, ele me bateu, eu sou de menor, sou mulher.” Eu não admito homem vim me bater, não tenho pai. Ele me bateu, eu não tenho pai. Eu já vi isso na televisão, homem não pode bater em mulher.

Ela diz que sua mãe e seu irmão são católicos, mas “não praticantes.” Giovana, que se declara católica praticante, freqüentou por muito tempo a igreja, na qual foi batizada e fez

catecismo para a primeira comunhão, que acabou não concluindo. Costumava também participar dos grupos de jovens da igreja, mas hoje não frequenta mais.

A mãe de Giovana sempre quis conhecer as amizades da filha, saber onde estava, com quem e o que estava fazendo, controlando também os programas que a filha podia ver na televisão e as amigas que podia ter. A jovem afirma que apesar dos conflitos com a mãe, as disputas eram sempre resolvidas por meio do diálogo e da negociação, sendo que raramente a mãe fez uso da violência para disciplinar a filha.

Giovana foi à escola, segundo ela, “desde sempre.” Como sua mãe sempre trabalhou fora, desde bebê a menina ficava na creche municipal próxima à favela onde morava na época. Fora o tempo de pré-escola, onde “a gente só brincava”, Giovana conta que sua relação com a escola sempre foi difícil. Já nas primeiras séries do ensino fundamental, as professoras mandavam bilhetes à mãe, informando-lhe que Giovana estava muito “fraca” na escola, principalmente porque não conseguia entender matemática e não sabia fazer redação. Outro motivo pelo qual a jovem não se identificava com a escola era sua percepção da atitude dos professores, os quais ela julgava desinteressados e arrogantes, o que muitas vezes a levou a discussões com eles.

A mãe sempre acompanhou a vida escolar dos filhos, conferindo os cadernos, notas e comparecendo às reuniões de pais e mestres. Quando o irmão de Giovana anunciou que pretendia parar de estudar, sua mãe disse-lhe que se ele parasse, teria que procurar outro lugar para morar, pois ela o expulsaria de casa. Então, o jovem resolveu permanecer na escola até a conclusão do ensino médio. Segundo Giovana, sua mãe queria um futuro melhor para os filhos, o que só seria possível se estudassem. A idéia de parar de estudar passou várias vezes pela cabeça da jovem, mas sabia que a mãe não aceitaria. Apesar de nunca ter sido reprovada, Giovana lamenta não ter se dedicado aos estudos como poderia. Se por um lado não gostava da sala de aula, por outro, a escola constituía um espaço de sociabilidade que para ela era importante. A única coisa que gostava na escola era de encontrar as amigas, bagunçar e ficar conversando, mesmo durante as aulas. Acredita que uma boa escolaridade pode aumentar as chances de ascensão social e ingresso no mercado de trabalho, desde que o aluno se esforce, o que não foi o caso dela, em sua percepção. Em vários momentos das entrevistas, a jovem declarou seu arrependimento em não ter levado os estudos a sério quando teve a oportunidade. Ela diz que na época da escola, não pensava em trabalho, pois acreditava que só deveria pensar nisso no final dos estudos. Hoje,

enfrentando o desemprego, reconhece a importância da escola até mesmo para a obtenção de um emprego precário.

Giovana diz que o tema da sexualidade nunca era discutido abertamente em sua casa, pois sua mãe sempre teve muita vergonha de falar sobre o assunto, nunca respondendo às perguntas da filha de forma satisfatória. Numa ocasião, a partir de conversas com colegas durante a puberdade, perguntou a sua mãe sobre o processo de reprodução: “Um dia eu perguntei pra ela: ‘Mãe, como é que um liquidozinho pode fazer um bebezinho?’ Ela falou: ‘Isso aí é coisa de Deus, não tem que entender porque é coisa de Deus’.” Afirma ter tentado dialogar com a mãe sobre os temas que conversava com as colegas, mas esta sempre mudava de assunto. Quando teve sua primeira menstruação, aos 11 anos, a jovem não associou de imediato os conhecimentos rudimentares que tinha sobre o fenômeno ao que estava acontecendo com ela. Por causa do sangramento, acreditou ter perdido a virgindade.

Durante o tempo de estudante, foram promovidas várias palestras sobre sexualidade por profissionais de fora da escola, que abordavam principalmente a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez na adolescência. Giovana pensa que a escola constitui um bom espaço para se falar da sexualidade, na falta de uma mãe que explique. Embora a escola disponibilizasse palestras ocasionais, Giovana diz que as dúvidas do cotidiano, no ensino médio, eram esclarecidas com o professor de física, com quem os alunos tinham bastante liberdade para conversar e fazer perguntas sobre sexualidade.

Com as amigas, as conversas giravam em torno dos namoros e também a respeito da experiência da primeira relação sexual. Trocavam informações sobre como tinha sido a primeira vez de cada uma, se sangrou ou não, se doeu ou não, como eram os carinhos dos namorados de cada uma, como se protegiam de gravidez ou doenças e exames de Papanicolau. Giovana diz que nunca teve condições de comprar revistas para adolescentes, mas algumas chegavam às suas mãos, trazidas pela mãe das casas das patroas. Das revistas, lembra-se de ter lido artigos sobre beijo e sobre desejo sexual. Na televisão, diz que assiste somente às novelas, as quais julga educativas para os jovens. Lembra-se de uma novela que abordou o tema da gravidez na adolescência, por meio de uma jovem que engravidou duas vezes em um curto espaço de tempo. Giovana acredita que a novela estava mandando uma mensagem para as jovens não engravidarem cedo, apresentando as dificuldades desta opção.

Depois que se tornou mãe, o diálogo sobre sexualidade com sua própria mãe ficou mais aberto, em sua percepção. No entanto, não nega a importância das outras fontes, como a escola e o posto de saúde. Ela pensa que o que a mãe ensina deve ser depois complementado pela escola e pelo posto. Assiste a palestras sobre saúde sexual e reprodutiva na Casa Ser e também frequenta o posto para retirar preservativos, para consultas ginecológicas e exames de Papanicolau. Diz que aprendeu um pouquinho em cada lugar: com a mãe, com a escola e com o posto e que todos foram importantes. Giovana pretende ser bem aberta com seu filho, quando ele já tiver idade para aprender sobre sexo “Não tem aquela história de... o bebê veio da cegonha, não, (...) quero falar a verdade.”

Giovana teve somente um namorado, com o qual começou a se relacionar quando ela tinha 11 anos e ele tinha 15, mas só tiveram a primeira relação sexual quando ela tinha 14 anos e ele, 18. Giovana diz valorizar a virgindade, pois esta é uma prova de que a menina não é “fácil,” mantê-la significa ter mais valor no mercado de troca das relações amorosas, segundo sua percepção. “Porque hoje os menino fala que as menina tá muito fácil. Eu acho assim, se você for um pouco mais difícil, eles dão mais valor.”

Sua primeira relação sexual aconteceu, segundo a jovem, por insistência do namorado, sendo seu próprio desejo casar-se virgem, no civil e na igreja, de véu e grinalda. Mas o namorado dizia que não iria agüentar até que pudessem se casar. Assim, ela acabou cedendo, tendo ocorrido as primeiras relações sem a utilização de nenhum método contraceptivo ou de qualquer tipo de proteção. Ela diz nunca ter conversado com o namorado sobre contracepção e prevenção porque tinha muita vergonha e também para ele não pensar que ela estava se relacionando com outros rapazes.

Confessa não ter gostado da primeira experiência sexual, principalmente por causa do pudor que sentiu em ficar nua na frente de seu namorado. Chegou a dizer a ele que não tinha gostado e que não queria fazer novamente. Outra frustração, foi o fato de sua primeira relação não ter provocado sangramento. “Eu queria que tivesse sangrado, porque às vezes, os menino pensa até que a gente não é virgem, pelo fato de não ter sangrado.” Na opinião da jovem, a perda da virgindade faz com que a mulher se sinta “diferente, mais mulher”. Giovana só contou para a mãe que tinha perdido a virgindade dois anos depois do ocorrido, mesmo assim, a mãe ficou dois dias sem falar com ela. Mesmo contrariada pela revelação da filha, a mãe tentou certificar-se de que Giovana estava se cuidando e se protegendo.

Mesmo sabendo que sua filha tinha vida sexual ativa, sua mãe jamais permitiu que o namorado dormisse na casa da família. As relações sexuais aconteciam na casa dele, onde Giovana passou a dormir com certa frequência. A jovem só começou a tomar anticoncepcional cerca de seis meses após iniciar a vida sexual com o parceiro. Reconhece que correu o risco de engravidar durante este tempo, mas só começou a se prevenir quando as ameaças da mãe de expulsá-la de casa, caso ela ficasse grávida, começaram a se intensificar: “A gente começou a namorar, eu não tomava nada; aí eu até achava estranho não engravidar, eu pensava que eu tinha problema, aí quando eu fui ver, eu tinha cisto no ovário.”

Desde a primeira relação sexual, o namorado de Giovana dizia que queria ter um filho com ela. Ela tentava “segurar a onda dele”, primeiro, porque eles eram muito jovens; segundo, porque não trabalhavam e não tinham como sobreviver sem a ajuda dos pais; e terceiro, porque ela estava estudando e não queria interromper os estudos. A insistência do namorado para terem um filho se intensificou quando este conseguiu um emprego. O jovem queria alugar uma casa para que fossem morar juntos e ter seu filho.

O desejo do namorado foi um fator de peso para Giovana, que apesar de ter outros planos para aquele momento de sua vida, não descartava totalmente a idéia da maternidade. Interrompeu o uso do anticoncepcional quando encontrava-se em tratamento para cistos no ovário. Conta que, na época, temia não poder ter filhos devido a este problema de saúde, apesar de ter sido informada pelo médico de que não teria problemas se seguisse o tratamento à risca. Descuidou-se do método contraceptivo e engravidou em seguida, aos 18 anos. Só descobriu a gravidez com as transformações corporais, pois interpretou a ausência da menstruação como efeito dos remédios que estava tomando para os cistos. Conta que a notícia da gravidez trouxe-lhe uma mistura de sentimentos. Ao mesmo tempo que ficou feliz por saber-se fértil, reconhecia que a gravidez e a maternidade colocariam em suspenso seus planos profissionais, e também temia ser expulsa de casa.

Sua mãe recebeu a notícia com resignação e seu único comentário foi que esperava que o namorado de Giovana assumisse a paternidade e a ajudasse nos cuidados com a criança. O namorado ficou feliz com a notícia da gravidez e queria alugar uma casa para morarem juntos, mas a jovem não quis, considerando que o salário dele não era alto ela não estava trabalhando. Apesar do entusiasmo inicial do namorado, ao longo da gravidez ele foi mudando. Já não ia visitá-la com a mesma frequência e passou a maltratá-la verbalmente. Quando Giovana estava no

oitavo mês de gravidez, descobriu que o namorado estava usando drogas. Indignada, confrontou-o, ameaçando terminar o relacionamento e não permitir que ele convivesse com o filho, caso ele não parasse com as drogas.

Terminou o relacionamento quando o bebê nasceu, pois o namorado não mudou seu comportamento. Em seguida, por insistência dele, resolveu dar-lhe mais uma chance. Durante o mês que ficaram juntos, tiveram uma relação sexual desprotegida e Giovana resolveu tomar contraceptivo de emergência, a pílula do dia seguinte, para não correr o risco de engravidar de novo. Com o tempo, a jovem percebeu que o namorado não tinha parado com as drogas e resolveu, então, pôr um fim definitivo no relacionamento. Diz, que, apesar de ter sido muito difícil romper uma relação de oito anos, a única que teve na vida, não queria, nem para ela nem para o filho, um companheiro que fizesse uso de drogas. Apesar de não se arrepender de ter tido o filho, Giovana diz que teria tomado cuidado para não engravidar se soubesse que o relacionamento terminaria dessa forma, mas jamais faria um aborto, por ser contrária a essa prática, exceto nos casos previstos por lei.

Na segunda entrevista, quando o bebê estava com três meses, Giovana disse que seu maior desejo era conseguir um emprego e mudar-se com o filho para longe do ex-namorado. Nas duas entrevistas seguintes, o desejo de mudança já não era tão forte, pois outra necessidade se apresentava. Como o ex-namorado não estava ajudando financeiramente no sustento do filho, além de não visitá-lo, Giovana estava planejando ir à justiça para obter o direito à pensão alimentícia. Esse plano foi reforçado quando ela soube que o ex-namorado tinha comprado um carro e já estava namorando com outra jovem.

Embora reconheça que poderia ter esperado para ter o filho numa situação mais favorável, Giovana não considera que 18 anos seja uma idade precoce para uma jovem engravidar. Pensa que o problema, no caso dela, foi o desemprego, o que poderia dar a ela melhores condições de criar o filho, e também o fato imprevisto do término da relação com o namorado. Se tivesse conseguido um emprego após o ensino médio, teria tomado todos os cuidados para não engravidar naquela época, segundo ela. Diz que a maternidade é “uma coisa única, maravilhosa”, e que toda mulher deveria passar por esta experiência: “Gostei de ser mãe. A gente se sente mais mulher, sabe?”

A jovem diz que sua mãe a ajuda no sustento no filho e nos cuidados com ele. É uma avó amorosa, que mimia demais o neto, compra o que pode para ele e passa bastante tempo brincando

com a criança. “Ela liga pra saber se eu dei a sopa, se eu dei suco, se eu dei uma fruta pra ele. Ela fala que quando ele crescer, vai chamar ela de mãe e não eu.” A chegada do filho alterou bastante a dinâmica da casa da família. Quase todos os espaços do pequeno apartamento estão ocupados com móveis e objetos do bebê.

Giovana diz que só entra numa nova relação de namoro se for para casar. Por ter um filho, não considera apropriado sair por aí “ficando com um e com outro”, pois isto comprometeria sua reputação. Embora acredite que o *ficar* seja importante para se conhecer a pessoa antes do namoro, quer estar atenta para as reais intenções do pretendente, pois tem um filho para criar, e este será o fator mais relevante quando tiver de tomar uma decisão no campo amoroso. Porém, estando ainda recém-separada do ex-namorado, não pensa em envolver-se com ninguém até que tenha resolvido o principal problema que enfrenta no momento: o desemprego. Giovana fez a inscrição do filho numa creche municipal e aguarda por uma vaga, que segundo ela, pode demorar até um ano. Em sua opinião, estes são o principais problemas da mãe que precisa trabalhar: não ter quem cuide da criança em sua ausência e também precisar faltar ou se atrasar no trabalho quando a criança fica doente.

A jovem conta que a mãe sempre a incentivou a trabalhar; sempre disse a ela que é muito importante a mulher ser independente, poder ter suas coisas e não depender dos homens. “E eu quero trabalhar, quero ser independente porque eu quero ter minha casa, quero morar com meu filho, sozinha, eu e ele. E se eu não arrumar serviço, não tem como.” Conta que o ex-namorado nunca quis que ela trabalhasse. “Minha mãe fala que não pode ir pela cabeça de homem, entendeu? Minha mãe falava assim: ‘Ele não manda em você, você tem que ser independente.’” Giovana pretende fazer um curso profissionalizante na área de enfermagem, pois deseja trabalhar em hospital. Mas este projeto só poderá ser concretizado após seu ingresso no mercado de trabalho.

Giovana nunca teve uma experiência profissional formal. Inscreveu-se no Programa Primeiro Emprego, do governo federal, aos 16 anos, mas nunca conseguiu um emprego através desse programa. Antes de engravidar, sua intenção era terminar a escola e ingressar no mercado de trabalho, mas engravidou cinco meses após concluir o ensino médio. Sempre que é informada sobre empresas que estão contratando, deixa o filho com uma vizinha e desloca-se de Cidade Tiradentes, muitas vezes para zonas distantes da cidade, para levar currículos e preencher fichas. Nessas buscas, passa o dia inteiro em filas de candidatos, sem ao menos almoçar, pois “vou só

com o dinheiro da condução”, para no fim do dia voltar para casa sem ter conseguido nenhuma colocação. A jovem diz que a maioria das empresas pede experiência profissional comprovada em carteira e cursos profissionalizantes, o que ela não pode oferecer. Seu nível de escolaridade revela-se insuficiente, pois quase todos os candidatos também têm o ensino médio completo. Outras dificuldades apontadas por ela: não sabe expressar-se numa entrevista, não sabe fazer redação e não sabe fazer contas, sendo que essas habilidades são testadas na hora da contratação. Em seu currículo, consta que mora em Guaianases, artifício que utiliza para escapar da estigmatização da região onde mora.

Enquanto busca colocação no mercado de trabalho durante a semana, nos fins de semana, Giovana faz entrega de folhetos imobiliários em faróis da zona leste. Diz que não gosta do trabalho, pois a remuneração é baixa e só é feita no final do mês, além de ter passado por experiências desagradáveis com o assédio masculino e o desprezo feminino nos semáforos. Até mesmo esse trabalho precário é concorrido por muitas jovens desempregadas. Nos fins de semana, Giovana sai de casa muito cedo e vai até o ponto de encontro das promotoras que fazem a contratação das jovens para a jornada do dia. Conta que as jovens são enfileiradas para passar pela inspeção visual da promotora, que faz a escolha daquelas que trabalharão naquele dia:

Só querem menina dos olhos verde, branca e do cabelo liso. Só pega moreninha assim da minha cor se não tiver menina de cabelo liso pra trabalhar no farol. Fica um monte de menina numa praça, aí ela fala: “Eu quero você, você e você”. Ela fala assim que só quer menina bonita pra trabalhar no farol. Teve um dia, como foi todas as menina que ela queria pegar, ela não me escolheu. (...) Uma vez, o meu professor falou assim que quando eu fosse procurar emprego, pra mim não ir de cabelo solto, tinha que ir de cabelo amarrado.

Na percepção de Giovana, a discriminação pela aparência está em todo mercado profissional. Ela pensa que a boa aparência pode influenciar na escolha do empregador, pois, para conseguir emprego bom “é preciso ser bonita.” Afirma ter uma amiga bonita que nunca fica desempregada. Numa ocasião, as duas foram juntas preencher ficha em uma empresa que oferecia diversos postos de trabalho. Sua amiga conseguiu um emprego e Giovana, não. “Ela tem cabelo liso, ela é branquinha, ela é bonita.” No momento, Giovana só quer conseguir um emprego, ainda que seja mal-remunerado e distante de sua casa:

Eu não posso escolher emprego. Eu aceito o que vier. Esses dia, meu padrasto tava querendo arrumar de auxiliar de limpeza e eu queria ir, *apesar de eu ter todos os estudos*, eu queria ir. Minha mãe falou: “Não, que é muito ruim.” Como ela trabalha na limpeza, ela sabe que é ruim. Só que eu queria, pode ser de limpeza, pode ser do que for, porque eu quero trabalhar. Só quero que seja registrado, só isso.(...) Meu sonho é ter dinheiro pra fazer a festinha de aniversário de 1 aninho do meu filho. Nem que seja só um bolinho.

A socialização familiar de Giovana mostra o desejo e os esforços de sua mãe para que a filha tivesse um destino educacional, profissional e reprodutivo diferente do dela. Porém, do ponto de vista dos modelos de gênero, sua trajetória parece seguir de perto os percursos da mãe: tornou-se mãe na juventude, está sem companheiro e com um filho para criar, a necessidade empurrando-a para a mesma ocupação de sua mãe: auxiliar de limpeza, “apesar de eu ter todos os estudos.”

No campo sentimental, Giovana disse-me que procurava agradar o namorado fazendo suas vontades: iniciou o relacionamento sexual e teve o filho por insistência dele. Mas essa submissão tinha suas tensões. Contou-me que ele não queria que ela trabalhasse, mas afirma que, se tivesse conseguido um emprego, não teria recusado, mesmo que isso significasse o fim do relacionamento. Sua decisão de não aceitar o envolvimento do namorado com drogas, apesar de ter acabado de dar à luz e de não ter condições de sustentar o filho sozinha, também pode indicar um rompimento com certos modelos de submissão.

Tamara³⁵: “Filho, agora, só quanto eu tiver condição de criar”

Tamara e sua família, composta por pai, mãe e quatro filhos, são de uma pequena cidade litorânea do sul de um estado nordestino, onde o pai dedicava-se à pesca, enquanto a mãe e o filho mais velho iam trabalhar na roça, ficando as duas meninas menores sob os cuidados da avó paterna, ajudando nas tarefas domésticas. A mãe completava a renda familiar como lavadeira. Segundo a entrevistada, sua mãe é analfabeta, mas sabe assinar o nome, o que veio aprender já adulta. O pai estudou até a 5^a. série, “mas não sabe muito, não.” Ela conta que não sabe como os pais se conheceram. Segundo ela, a mãe casou-se aos 15 anos³⁶. Hoje, o pai “deve ter uns 40 e poucos anos, quase 50” e a mãe “tem uns 37”. Da infância, Tamara não guarda boas lembranças. Diz que não brincava, nunca teve brinquedos e não se sentia querida pelos pais, além de sofrer violência física por parte do pai desde muito cedo. Aliás, a violência era constante na família,

³⁵ Meu primeiro contato com Tamara, jovem branca de 18 anos, foi feito numa oficina de planejamento familiar na Casa Ser, da qual ela participava. As entrevistas foram feitas em três etapas, todas nas dependências da Casa Ser, de setembro de 2005 e agosto de 2006. Apesar de Tamara não ter filhos, sua adolescência foi marcada por uma gravidez que não chegou a termo. Deixou a escola durante a 5^a. série do ensino fundamental, quando tinha 13 anos, a fim de trabalhar como empregada doméstica para ajudar a família. Nos primeiros encontros estava desempregada e procurando emprego. No último, havia conseguido um “bico”, mas continuava buscando colocação no mercado formal de trabalho. Vive há 1 ano com o segundo companheiro na casa da família dele, em Cidade Tiradentes.

³⁶ A contagem do tempo em anos e meses revelou-se particularmente difícil para Tamara. Em muitos casos, tive de fazer cálculos e fornecer-lhe referências de tempo na tentativa de precisar quando os eventos ocorreram.

pois sua mãe também sempre foi espancada pelo marido, o qual, segundo a jovem, sempre teve “problema de alcoolismo.” Ela conta que o irmão mais velho sempre teve mais liberdade para sair do que as meninas e nunca foi orientado a ajudá-las nas tarefas domésticas, sendo que o pai também nunca ajudou.

Quando a família mudou-se para São Paulo, Tamara tinha oito anos, até então nenhum dos filhos jamais tinha freqüentado a escola. O salário da mãe como empregada doméstica somado ao do pai, que passou a trabalhar como varredor de ruas da prefeitura, muitas vezes não era suficiente para o sustento da família. Nos períodos de maior dificuldade, as crianças eram orientadas a pedir esmolas nas ruas. O irmão mais velho, que tem atualmente 20 anos, estudou até a 5ª. série e se sustenta fazendo trabalhos esporádicos como ajudante de pedreiro; a irmã, de 14, está na 6ª. série e não trabalha; o irmão menor, já nascido em São Paulo, tem 5 anos e está na pré-escola.

Os pais da entrevistada são batizados na igreja evangélica Assembléia de Deus, mas hoje não a freqüentam mais. Ela declara-se freqüentadora da mesma igreja, embora não seja batizada. Diz não sentir-se ainda preparada para o batismo, o que implicaria um maior compromisso com a igreja e seu código de conduta. Ela acredita que a igreja “tira as coisas ruim. Quando cê tá triste, cê vai na igreja e fica alegre.”

Nos momentos de lazer, Tamara diz que assiste à televisão, sobretudo novelas, filmes e noticiários, e vai de vez em quando à igreja Assembléia de Deus. Mas conta que, quando era mais jovem, costumava freqüentar salões de baile, escolas de samba e boates para “bagunçar” com as amigas. Mas hoje não sente mais vontade de ir a esses lugares.

Na adolescência, a maior fonte de conflito com os pais era em relação aos horários que as filhas deveriam voltar para casa quando saíam. Em sua percepção, não havia por parte dos pais interesse em conhecer os amigos dos filhos e filhas, nem saber por onde andavam, desde que não chegassem muito tarde em casa. “Só quando eu gostava de ir na igreja e eles não deixava, na igreja evangélica. Eles falava: ‘O que você quer tanto na igreja?’ Desconfiavam que eu ia pra outro lugar, mas eu ia pra igreja.” Como adultos de referência, ela afirma ter tido só a mãe “batalhadora”, que sempre trabalhou para sustentar a família e ainda sofre com a violência do marido. “E ela sempre batalhou, né? Pra pôr o que comer dentro de casa, sempre ajudou nós. Já o meu pai, não, ele nunca deu nada pra nós. Como pai pra gente ele era ruim, muito ruim. Só a minha mãe era boa.”

Com as surras constantes do pai, Tamara e seu irmão mais velho fugiram de casa diversas vezes. Ela conta rindo os episódios de violência presenciados por ela. Num deles, o irmão mais velho, o pai e a mãe foram baleados por causa do envolvimento do primeiro com drogas. Após o episódio, o pai comprou uma arma, a qual disparou acidentalmente quando manipulada pelo irmãozinho de Tamara, à época com quatro anos, ferindo a criança. Tamara orgulha-se de ser a única na família, além da irmã, que nunca foi baleada. A jovem lembra-se dos conselhos que os pais davam aos filhos: “Falavam pra mim e pra minha irmã prá não sair pra salão, não fumar. Eles falava que nós tinha que ir pra escola, pra amanhã ou depois nós arrumar um serviço bom, e ter um futuro melhor.”

Apesar de mandarem os filhos para a escola, os pais de Tamara jamais compareceram a uma reunião de pais e mestres, pois ambos trabalhavam o dia inteiro, tampouco costumavam olhar os cadernos dos filhos, ou perguntar-lhes por seu desempenho escolar. Além disso, a jovem era constantemente orientada pela mãe a faltar à escola para tomar conta de seu irmão pequeno para que esta pudesse trabalhar como diarista. A exemplo do que aconteceu com seu irmão mais velho, afirma que quando decidiu abandonar a escola para trabalhar, aos 13 anos durante a 5ª. série, os pais não se opuseram:

Minha mãe falava pra eu faltar na escola, porque ela não podia faltar no serviço pra cuidar do meu irmãozinho. Um dia sim, um dia não, eu ia pra escola. Aí, eu fazia recuperação pra poder não repetir de ano. (...) Sei ler e escrever mais ou menos. Ler, eu leio só um pouco. Pra escrever, eu tenho que pensar, pra poder escrever. Não aprendi muito, não, por causa que eu tive que sair da escola pra trabalhar.

Com trajetória escolar descontínua e irregular, não é de se estranhar as lacunas de conhecimentos básicos da jovem. Ela reconhece que tinha dificuldades de aprendizagem e as faltas só agravavam sua situação escolar. O abandono da escola foi iniciativa de Tamara. Com a situação de desemprego dos pais na época, ela diz que sentia-se na obrigação de trabalhar. Afirma que não tem muitas lembranças dos conteúdos escolares da época em que estudou. Recorda-se, entretanto, com carinho da professora da 1ª. à 4ª. série: “Da professora eu gostava porque ela me ajudava. Ela falava assim: ‘Vamo lá em casa pra você passar minha roupa, que eu vou dar um dinheiro pro cê.’ Ela era boa pra mim. Ela me dava roupa... Só ia mais pra escola pela professora.”

Tamara aparentemente não desenvolveu um vínculo com a escola. Pelo menos, não ao ponto de acreditar na importância da escola para seu futuro, considerando as necessidades mais urgentes do trabalho remunerado. Para ela, a escola não prepara para o mercado de trabalho, pois

conhece muitos jovens já “formados” que não conseguem emprego. Na família de Tamara quem tem maior escolarização é sua irmã de 14 anos, que está na 6ª. série, mesmo assim, já sofreu reprovação em sua trajetória escolar. Tamara diz que tem vontade de voltar para a escola, mas, como deixou há muito tempo a instituição, tem alguns receios sobre em que condições ocorreria este retorno. “Eu penso em voltar a estudar, mas, sei lá... Não é porque a gente é burra, é porque a gente não tem o estudo, né? Às vezes, eu paro assim e fico pensando... todo mundo lá pequenininho e eu grande.”

Tamara acredita que nunca recebeu educação sexual formal por parte da família. Ela cita as amigas como principais fontes de informação em sua adolescência. “Tudo o que eu aprendi foi na rua, com as colega. Minha mãe não falava, minha mãe não é de conversar com nós.” Em sua percepção, o pai também não conversava sobre o assunto, somente ameaçava as filhas de expulsão, caso elas perdessem a virgindade.

A jovem acredita que seu irmão mais velho, por ser homem, tinha mais liberdade de circular pelo espaço público, por este motivo, teve acesso a informações sobre sexo mais cedo do que ela e sua irmã, mas este conhecimento era interdito a elas pela mãe: “Ele comentava lá em casa que os amigo dele fazia com as menina. Aí, nós ficava ouvindo. Aí, minha mãe chegava na gente e falava, ‘não fica ouvindo isso, não, pra depois vocês não desandar...’” As informações referentes à primeira menstruação, Tamara recebeu das colegas. Ela afirma que a mãe nunca tocou nesse assunto com ela ou com a irmã. Se em casa os diálogos sobre a sexualidade não aconteciam, a jovem também afirma não ter recebido nenhuma orientação na escola, considerando que deixou muito cedo a instituição. Acredita que tudo o que aprendeu (“a se prevenir de gravidez e doença”) foi com as colegas e com a mãe de uma amiga sua, que se dispunha a esclarecer as dúvidas sobre sexo de Tamara e da filha.

A jovem diz que nunca leu revistas para adolescentes porque nunca teve acesso a tais revistas, por seu alto custo, e também porque tem muitas dificuldades de leitura. Não acredita que tenha aprendido nada na televisão, “só vi campanha de Aids”. Na igreja também afirma não ter aprendido nada sobre o assunto. Enfatiza que suas principais fontes de informação eram as amigas, e posteriormente, o posto de saúde, mais precisamente a Casa Ser, onde comparece mensalmente para administração da injeção contraceptiva, anualmente para consultas ginecológicas e ocasionalmente para palestras sobre saúde sexual e reprodutiva. Em sua opinião,

o posto de saúde constitui o melhor lugar para a obtenção de informações sobre sexo para jovens, na falta da família ou da escola, como no caso dela.

Ela afirma que, hoje, recorre à Casa Ser para qualquer informação sobre sexualidade, sobretudo sobre contracepção. Segundo ela, os médicos e enfermeiras são melhores e mais confiáveis para dar informações. Se o problema é com o relacionamento amoroso com o parceiro, ela recorre às amigas. Com o atual companheiro, ela só discute a utilização de métodos contraceptivos, pois não pretendem ter filhos até que ambos estejam empregados e vivendo num domicílio próprio. Sobre desejo sexual, o aprendizado foi solitário: “Aprendi sozinha. Sentia desejo pelo primeiro cara que eu transei, aprendi na prática.” Para os pais, nunca pergunta nada, só comunica suas decisões sobre relações amorosas, uniões e reprodução, no caso, quando ficou grávida aos 15 anos. Ela diz que os conselhos que a família dá são os mais importantes quando tem que tomar uma decisão de vida importante, seja ela qual for.

A primeira experiência sexual de Tamara aconteceu aos 13 anos com um *ficante*. O rapaz, dez anos mais velho que a jovem, era dono da barraca de feira na qual ela trabalhava na época. Na primeira relação, Tamara exigiu do parceiro o uso do preservativo masculino. Sua preocupação com a prevenção, segundo ela, deve-se ao fato de ter tido uma tia que morreu de câncer por ter mantido relações sexuais sem uso de preservativo. A associação da atividade sexual desprotegida com câncer foi mencionada diversas vezes pela jovem ao longo das entrevistas, como explicação do porquê ela sempre ter exigido o uso do preservativo de seus parceiros. Em nenhum momento mencionou doenças sexualmente transmissíveis, como a Aids, normalmente mais associada ao não-uso do preservativo. Além da tia de Tamara, que tinha morrido de câncer, havia outro caso em seu círculo de amizades: “Minha ex-cunhada tem câncer até hoje. Ela tinha um marido e trabalhava na boate, saía com os cara. Perguntei pra ela como que pega, ela falou: ‘Se não usar camisinha, transar com um e com outro, aí pega’.”

Em vários momentos das entrevistas Tamara revelou que sua maior preocupação em relação à primeira relação sexual era o medo da dor da perda da virgindade. Esse era o medo imediato, seguido do medo de engravidar e de pegar câncer, apesar da camisinha: “Eu perguntei pra minha colega: ‘Dói pra perder a virgindade?’ Ela falou assim: ‘Não.’ Aí, eu falei: ‘Mas me falaram que dói’.” O que mais marcou na experiência da primeira relação sexual foi que Tamara saiu com a impressão de que não tinha perdido a “virgindade toda”, pois não permitiu ao parceiro a introdução completa do pênis. Uma amiga, ao saber que a jovem sentia-se parcialmente virgem,

insistiu para que ela voltasse à casa do rapaz para terminar o que tinha começado, mas Tamara disse que não ia, porque tinha vergonha.

Após a primeira relação sexual, Tamara logo mudou-se do bairro e não viu mais seu primeiro parceiro. Ela afirma que não estava apaixonada por ele e não o levava a sério, foi só o desejo e a curiosidade. Resolveu iniciar-se sexualmente, apesar das recomendações e ameaças do pai, um pouco por curiosidade, mas também por influência das amigas de sua idade, as quais já tinham experiência sexual. Já morando no novo bairro, a jovem passou a sair mais com as colegas, chegar mais tarde em casa, o que aumentou a ira do pai, que impunha sua autoridade na tentativa de controlar seu comportamento. Por pressão do pai, acabou revelando à família que não era mais virgem. Resolveu contar porque o pai estava ameaçando levá-la ao médico para comprovar sua virgindade. Para evitar essa situação, revelou que tinha mantido relações sexuais com um rapaz, mesmo correndo o risco de ser expulsa. Antecipou-se à expulsão fugindo de casa depois da surra que levou do pai. Alguns dias depois, foi procurada pela mãe, que convenceu-a a voltar.

Vale ressaltar que antes de sofrer violência do pai por ter perdido a virgindade, Tamara já tinha sido surrada por ele em diversas ocasiões, mas foi depois dessa surra em particular que ela fugiu de casa pela primeira vez, e a partir daí, a cada nova surra, fugia novamente. Nessas ocasiões, ia morar com umas colegas que tinha conhecido num clube noturno, as quais faziam programas com homens numa boate em um bairro vizinho. Durante as fugas, Tamara chegou a fazer programas para se sustentar, pois não queria voltar para casa³⁷:

Fugi de casa, aí, fui morar com as minhas colega, elas fazia programa. Aí elas me chamava, aí eu falava: “Não vou, não.” Uma vez eu fui com um velho. Minhas colega me levou num bar, eu fui. Aí teve um velho que gostou de mim e me ofereceu dinheiro. Aí, na primeira vez eu falei que não. Aí, eu cheguei em casa, eu olhei assim e pensei: “Ah, o velho vai me dar dinheiro e eu vou comprar as minhas coisa.” Aí, fui lá e fiquei com o velho. Ele me dava R\$ 100,00, tinha vez que dava R\$ 50,00, aí eu fui ficando com ele. Minhas colega falava que tinha que usar camisinha, que tinha que ir lá com o cara, aí tinha que fazer o que o cara queria, um monte de coisa. Elas falavam pra pegar o dinheiro logo, antes da relação. Que tinha que ir lá, conversar com ele e falar o preço. Aí, depois eu parei, isso não era vida pra mim. Agora, eu paro pra pensar e me arrependo das coisas que eu fiz.

³⁷ Resolvi interromper meu primeiro encontro com Tamara depois de 20 minutos de entrevista (o combinado era 1 hora), pelo caráter imprevisto de algumas experiências relatadas pela jovem. Marcamos um novo encontro para a semana seguinte para que eu tivesse tempo de refletir sobre sua história e reformular as perguntas, uma vez que o roteiro-padrão previamente preparado contemplava um modelo linear e estruturado de trajetória. As perguntas do roteiro foram reformuladas e simplificadas, inclusive no aspecto da linguagem, com o objetivo de melhor abordar as singularidades da trajetória dessa jovem.

Entre as surras do pai, as fugas, os programas e os retornos para casa, a jovem, conheceu um rapaz de 22 anos numa escola de samba, com o qual se envolveu e uma semana depois estava morando com ele e com sua família. Na época, Tamara estava com 15 anos. Esse jovem praticava roubos, estava envolvido com drogas e batia constantemente em Tamara. Apesar da violência e das dificuldades que passava com o companheiro, Tamara planejou engravidar. Esse planejamento incluía somente seu desejo de ser mãe e a iniciativa de manter relações sexuais sem camisinha para que a gravidez acontecesse. Não houve qualquer planejamento sobre onde viveriam, como sustentariam a criança, ou que arranjos familiares seriam feitos para acolhê-la. No fundo, ela nem mesmo acreditava que o companheiro iria ajudá-la, mesmo assim quis engravidar. Ela diz que, se soubesse do sofrimento que seria a perda do filho durante a gravidez, bem como do agravamento da situação com o parceiro, não teria engravidado. Acrescenta que gostaria de ter conversado com alguém sobre seu desejo, na época. Se tivesse conversado com alguém que a tivesse alertado para as responsabilidades da maternidade, chamando a atenção para a sua relação precária com o companheiro, poderia ter mudado de idéia, em sua percepção.

Segundo ela, resolveu engravidar, pois, mesmo com dificuldade, sonhava em ter um filho e cuidar dele. Acreditava que um filho colocaria um fim à vida de solidão e isolamento na qual vivia. Numa entrevista posterior, a jovem declarou que tinha esperanças de que o companheiro mudasse o comportamento ao tornar-se pai, parando com os roubos, as drogas e com a violência. É possível que ela esperasse que a condição da gravidez a protegeria violência do parceiro, mas isto não aconteceu.

Confirmada a gravidez, seus sentimentos eram ambivalentes: “Ao mesmo tempo eu sofria, ao mesmo tempo eu ficava alegre.” Segundo ela, o companheiro ficou feliz com a notícia, bem como a mãe da jovem, ao contrário de seu pai, que questionava como ela teria condições de criar uma criança. Durante a gravidez, ela passou a lavar roupa para fora e fazia trabalhos ocasionais como diarista em casas de família. Dessa forma, com a ajuda da mãe, foi comprando o enxoval para o bebê. O período da gravidez foi marcado por muito “nervoso” que passava com o companheiro. Segundo ela, ele estava sempre sob o efeito de drogas e batia nela com frequência. Esse comportamento a levava a sair de casa e ir para os bailes, onde encontrava as amigas.

Meu namorado não ia, ele tava sempre na “nóia,” eu preferia sair sem ele. Eu dançava mesmo com a barriga, subia até no palco, dançava sozinha no palco. Meus colega da balada falava pra eu parar de beber, pra parar de fumar, mas eu não parei. Minha mãe também, ela mandava eu tomar cuidado, não ficar andando muito, essas coisa. Meu namorado não me respeitava, não, continuava me batendo. Quando eu tava grávida, eu fazia tudo andando.

A rotina da jovem durante a gravidez era fazer “bicos” durante a semana e sair com as amigas para os salões de baile nos fins de semana. Na última entrevista, acabou me revelando que não fez o pré-natal.³⁸

Ia começar a fazer o pré-natal. Já tava de 7 mês. Só quem me falava pra fazer o pré-natal era a minha cunhada. Aí eu falava: “Eu vou, eu vou”, aí eu não ia. Não sei porque, também não entendo. Acho que tinha vergonha. Eu não fui porque acho que, sei lá... Quando eu fiquei grávida, meu namorado levou um tiro, eu ficava no hospital com ele. Aí, não tinha tempo pra nada. Só que aí quando eu falei que ia fazer o pré-natal, o nenê já tava morto, já.

Tamara conta com tristeza o sofrimento que foi a perda do filho. Quando estava no sétimo mês de gravidez, o namorado foi preso em flagrante ao praticar um roubo. Um dia, a jovem estava numa loja fazendo compras com a mãe, quando começou a sentir dores:

Quando eu cheguei na loja, eu escolhi uma roupa, sandália...(...) Aí, a cabeça do bebê já tinha saído pra fora. Aí, ele já tava morto dentro da minha barriga. Aí, os dono da loja pegou e me colocou numa salinha, chamou a ambulância. Aí, a mulher chegou e ajudou a tirar a minha roupa, aí o nenê saiu. Só ficou a placenta. Acho que estava morto há uma semana, já. (...) No hospital, a médica perguntou se eu queria ver o nenê morto, eu falei que não, mas ela insistiu, aí eu mandei trazer. Era um menino. Aí, eu comecei a chorar, né? Aí, não deixaram eu ir no enterro, nem nada, porque eu ainda tava muito nervosa. (...) Sofri mais na hora que eu fui dar as roupinha, né? Minha mãe tinha comprado tudo. Aí, eu fiquei com dó de dar, depois eu dei pra não ficar com lembrança. Aí, eu dei.

Tamara atribui a perda do filho ao fato de ter passado muitos aborrecimentos durante a gestação por causa do comportamento do companheiro. Ao ter alta do hospital, Tamara foi visitar o companheiro na prisão, terminou o relacionamento e voltou para a casa dos pais. Cerca de dois meses depois, conheceu o atual namorado num forró. Na mesma noite *ficou* com ele. No dia seguinte, foi à casa dos pais, pegou suas roupas e foi morar com seu novo namorado e sua família. Estão juntos há um ano, entre rompimentos, durante os quais ela volta para a casa dos pais, e reconciliações. Sobre o atual companheiro, ela diz que ele a trata bem, o que não exclui a violência:

Numa parte assim, ele é bom. Me ajuda, quando ele tem, aí, ele me ajuda. O que eu não gosto dele é que ele bebe, vai pros forró e me deixa sozinha em casa. Eu fico em casa, ou vou na Igreja Assembléia de Deus. (...) Acho que ele paquera outras menina quando sai. Numa parte assim, ele não mente, ele fala, semana passada, ele falou pra mim que dançou com três mulher. Perdi a vontade de sair, não bebo mais, só fumo, agora. (...) Antes ele me batia, quando nós saía, assim. Aí, as minhas colega vinha e ficava fuxicando, e ele pensava que tava falando de home, ele ia lá e me batia.

³⁸Na primeira entrevista, Tamara disse-me que tinha feito o acompanhamento médico durante a gravidez. Acredito que esta revelação tenha sido feita neste momento por conta da relação de confiança que foi se estabelecendo entre nós ao longo dos encontros.

Conta que agora o companheiro não é mais violento com ela, e tem uma explicação para isto. “Ele não me bate mais porque agora eu não faço mais nada de errado”³⁹.

Depois da gravidez que não chegou a termo, Tamara cuida-se para não engravidar novamente, tomando mensalmente anticoncepcional injetável na Casa Ser. Falando sobre seus planos para o futuro, diz que pretende fazer um curso para trabalhar em hospital, embora não saiba bem como seria esta carreira. Os projetos da jovem de voltar para a escola parecem muito frágeis, sua prioridade é o trabalho.

Tamo planejando ter filho, mas não agora. Primeiro é arrumar um serviço, registrado, pra poder ganhar bem, aí depois, sim, nós construir nossa casa, aí, sim. Não quero ser mãe agora, nem ele [o atual companheiro]. Só quando nós tiver mais condições. Como ele tá desempregado agora... então, quando ele começar a trabalhar, vai construir, prá mim e prá ele morar. (...) Ah, eu acho que ser mãe é tudo, né? Porque, você engravidar, tá ali esperando seu filho nascer, querer o melhor pra ele, pra quando ele crescer... (...) Eu acho que um filho é bom pra todo mundo. Ser é mãe é dedicar a vida por ele, dar um ensino melhor, falar pra ele não fazer coisa errada.

A jovem declara-se contra o aborto, em princípio. “Ah, que pra fazer isso é melhor não ter relação sem camisinha, sem tomar remédio. Que tirar a vida de uma criança...que não pediu pra vir no mundo...” Diz que conhece colegas que fizeram aborto e conhece medicamentos e receitas caseiras para abortar; já ouviu falar, também, de uma parteira num bairro vizinho que realiza o procedimento. Na época em que fazia programas, diz ter conhecido um homem que fornecia Cytotec por um quinto do preço de mercado para jovens grávidas que mantivessem relações sexuais com ele. Embora seja contra o aborto, Tamara pensa que existem casos especiais nos quais o aborto deveria ser feito gratuitamente na rede pública, por exemplo, nos casos de estupro ou risco de vida para a mãe, situações já previstas por lei, fazendo uma ressalva: “Se a mulher não puder criar o neném, não ter onde morar, aí, sim. Quem não pode criar devia poder fazer de graça, né?”

Na última entrevista, fornece algumas pistas sobre o rumo que sua vida poderia ter tomado se tivesse vivido sob condições diferentes. Em primeiro lugar, diz que não teria se unido ao primeiro companheiro nem teria engravidado, se na época estivesse trabalhando e pudesse viver por conta própria longe da família. Na última entrevista revelou que, se as condições fossem outras, não estaria nem vivendo com o atual companheiro: “Se eu tivesse um serviço

³⁹Vale ressaltar que, na última entrevista, Tamara apresentava marcas de pontos cirúrgicos no rosto, as quais não estavam lá da última vez que a tinha visto, cerca de três meses antes. Ela me conta que caiu. Nessa última entrevista, ela também disse que se o companheiro batesse nela novamente, “vou pra cima dele, vou bater nele também.”

mesmo, que eu possa dizer, o dinheiro é bom, aí eu mesma não pensava duas vezes: alugava uma casa e ia morar sozinha. Largava ele e ia viver minha vida.”

Se a trajetória escolar da jovem foi irregular e fragmentada, o mesmo acabou acontecendo em suas experiências profissionais, uma sucessão de trabalhos precários, mal-remunerados e não registrados. O primeiro emprego, ao deixar a escola, foi como ajudante numa barraca de feira. Depois, empregou-se como doméstica numa casa de família, onde cuidava de uma criança pequena, além de executar as tarefas domésticas. “Trabalhei na casa de uma mulher, lá. Só que aí ela não me pagou, aí, saí.” No emprego seguinte, também como doméstica, a “patroa gritava muito comigo, aí, saí.” Depois, foi entregadora de folhetos de supermercado, mas também não durou muito, pois “ganha muito pouco, e tem que ficar o dia inteiro em pé. Eles não dão lanche, não dão nada.”

Atualmente faz “bico” numa chácara cuidando de alunos de escolas em visita ao local, alguns dias por semana. A jovem acredita que é importante para a mulher trabalhar porque é importante “ter seu próprio dinheiro e não ficar dependendo de homem.”

Os modelos de gênero presentes na socialização de Tamara tiveram grande impacto em sua trajetória: um pai violento e uma mãe submissa que sofria violência do marido. A violência fazia parte também dos relacionamentos da jovem com os dois companheiros que teve. No entanto, ao contrário da mãe, ela mostra alguns sinais de querer romper com esse modelo: conseguiu terminar o relacionamento com o primeiro companheiro, na época que perdeu o filho e já revela um ponto de saturação e revolta na relação com o segundo companheiro. Por duas vezes ela deixou a casa dos pais para ir viver com namorados que ela tinha acabado de conhecer. Essa jovem parece buscar a construção de uma família que seja diferente de sua família de origem e que esteja estruturada nas suas representações de família feliz: “sem briga, nem violência, nem gritaria.” A revelação de que largaria o atual companheiro para morar sozinha se tivesse condições, pode indicar um certo desencanto com os modelos de relacionamento que teve até hoje.

Quando fala nos motivos pelos quais queria ter um filho, mesmo com as dificuldades, ela diz: “Assim *quando eu ficava sozinha*, ia ter ele pra *conversar*, pra *me ouvir*, pra *chorar*, (...) pra eu *contar a minha vida*.” Essas palavras, ao mesmo tempo que revelam seu desejo por respeito, diálogo e apoio, mostram também uma perspectiva de um futuro de solidão e sofrimento.

Carla⁴⁰: “Não quero perder a minha liberdade tão cedo”

A família de Carla é toda da capital de São Paulo. Quando a jovem nasceu, sua mãe tinha 26 anos, era solteira e foi abandonada pelo namorado. Sua mãe, hoje com 45 anos, é funcionária pública e trabalha numa subprefeitura da zona leste de São Paulo. A jovem conta que a mãe jamais contou a ela quem é seu pai, nem quais foram as circunstâncias de seu nascimento, sendo esse assunto um tabu na família. Carla diz que nunca pensou muito no pai, nunca teve vontade de conhecê-lo e acredita que teve todos os cuidados de que precisava por parte da mãe, que para ela, é a referência mais importante. Sente muita admiração pela mãe e aprecia o que ela considera sua principal qualidade: “Ela corre muito atrás das coisas que ela quer, acho que por isso eu também sou assim.” A mãe de Carla cursou o ensino superior na carreira de educação física até o último ano, mas não chegou a graduar-se por problemas financeiros, antes do nascimento de Carla. Segundo a jovem, sua mãe no momento não professa nenhuma religião, mas já foi “mais católica.” Carla foi batizada na Igreja Católica e costumava ir às missas na infância, levada pela avó. Hoje, só vai à igreja em ocasiões especiais, como casamentos e batizados.

A infância de Carla foi passada num bairro da zona leste de São Paulo, onde vivia com a mãe, os avós maternos e dois tios. Como sua mãe sempre trabalhou, ficava com a avó, que cuidava do cotidiano e dos compromissos escolares da neta. Carla também ajudava sua avó nas tarefas domésticas, mas segundo ela, “só faxina básica, nada de muito pesado, não”. Sua infância foi “normal”, com muitas brincadeiras de casinha, bonecas e pega-pega com as meninas da vizinhança. Quando a jovem estava com 8 anos, sua mãe começou a namorar e foi viver com o companheiro num apartamento que compraram num conjunto habitacional popular em Cidade Tiradentes. A jovem preferiu continuar morando com a avó, pois não queria deixar a escola e os amigos do bairro. Carla diz que, durante sua infância, sempre houve um homem na casa, embora, na sua percepção nenhum deles jamais tenha se envolvido em sua educação.

Carla morava com a avó, mas era assídua na casa da mãe, onde desenvolveu laços afetivos com o padrasto. Ela acredita que o padrasto gostava muito dela, pois como era pai de

⁴⁰Conheci Carla numa oficina de planejamento familiar na Casa Ser, da qual ela participava. A jovem, branca de 18 anos, concedeu as entrevistas entre setembro de 2005 e junho de 2006 nas dependências da Casa Ser. Tem ensino médio completo e não tem filhos. Vive atualmente com a mãe e o irmão de 2 anos num apartamento próprio de um conjunto popular em Cidade Tiradentes. Estava desempregada na época da primeira entrevista, mas havia conseguido emprego como operadora de *telemarketing* na ocasião do último encontro. A jovem não estava namorando no início da pesquisa de campo, encontrando-se num relacionamento numa segunda etapa e voltando a estar descomprometida, na ocasião da última entrevista.

dois filhos homens de um casamento anterior, sempre quis ter uma filha e realizou este desejo acolhendo Carla neste papel. Estando mais presente no cotidiano da menina, a avó de Carla não descuidava do comportamento e dos horários da neta, assim como seu desempenho na escola. A mãe, mesmo morando em outro bairro, fazia questão de conhecer seus amigos e saber exatamente com quem ela andava.

Quando Carla tinha 16 anos sua mãe engravidou do companheiro, porém, pouco menos de dois meses antes do nascimento do bebê, o padrasto da jovem veio a falecer. Foi quando a vida de Carla tomou um rumo diferente e inesperado. Ela conta que a morte do padrasto foi um choque, pois sentiu que teria de mudar e amadurecer para apoiar a mãe num momento em que esta estava fragilizada. Mudou-se da casa da avó para a casa da mãe para auxiliar nas tarefas domésticas, nos cuidados com o bebê e dar apoio emocional à mãe. Para ela, este foi um momento crucial pois, até então, não tinha responsabilidade por nada. Acredita que este ponto de mutação fez com que desse seus primeiros passos rumo ao amadurecimento. Com o nascimento do bebê, algumas novas responsabilidades foram colocadas sobre os ombros da jovem:

Imagina a situação: seu padrasto acaba de falecer, sua mãe grávida, você fica desorientada. Quando as contas do mês venciam, não tinha ninguém pra pagar e minha mãe na maternidade. Eu falei: “Putá! agora ferrou!” Num belo dia, minha mãe falou assim: “Eu confio em você, toma meu cartão de crédito, pega as contas lá em casa e paga.” Tipo, naquele dia foi uma responsabilidade muito grande, porque minha mãe nunca teve confiança em mim. (...) Eu acordava às 5 horas da manhã, ia pra escola, chegava da escola, arrumava a casa. Então, tipo, isso foi... uma menina na adolescência, nunca tinha feito nada, de repente do nada tinha que fazer, realmente foi um passo.

Vivendo com a mãe e o irmão caçula, hoje com 2 anos, a jovem diz que tem bastante liberdade para sair e para viajar. O irmão fica numa creche para que Carla e sua mãe possam trabalhar. Nos momentos de folga, elas combinam os horários para sempre ter alguém em casa cuidando da criança. Carla diz que os conflitos que tem com a mãe, hoje, são mais relacionados às tarefas domésticas, uma vez que a jovem se diz “preguiçosa, muito preguiçosa.” Como já terminou o ensino médio, está trabalhando para juntar dinheiro para fazer faculdade na área de educação física, como sua mãe.

Segundo Carla, sua mãe sempre foi muito presente no tocante à sua educação escolar, conferindo lições, checando as notas, supervisionando o comportamento e o desempenho da filha. Sua avó comparecia às reuniões escolares e passava as informações sobre seu desempenho para a mãe. Carla define sua relação com a escola como “tranqüila”. Sempre estudou em escola pública, no período diurno. Nunca foi reprovada, mas em algumas séries precisou de recuperação

para passar de ano. Durante o ensino fundamental, diz que não gostava das disciplinas escolares, exceto educação física. Por outro lado, a escola era para ela um importante espaço de sociabilidade. Por conta das amizades que fazia na instituição, Carla não perdia os eventos sociais e culturais como festas juninas, excursões e passeios.

Amava ir pra escola. O melhor era encontrar os amigos, o aprender é consequência. Mas acho que os amigos mesmo era o mais importante. Chegava sexta-feira, ninguém fazia mais nada, no fim de semana fazia arte, e chegava na segunda, era fofoca. Era a melhor coisa que tinha.

Só veio a gostar de alguns conteúdos escolares quando chegou ao ensino médio, foi quando começou a pensar mais seriamente sobre o seu futuro profissional e na possibilidade de ir para a faculdade. No geral, a jovem avalia como boa a educação escolar que recebeu, se não foi melhor, foi por culpa dela mesma que não se esforçou mais. Diz que no ensino médio os professores passaram a falar sobre vestibular e ensino superior, e foi só então que ela começou a pensar mais seriamente sobre seu futuro. Pensa que saiu da escola “com outra cabeça”, mais madura para desejar fazer o ensino superior e ter uma carreira profissional.

Carla afirma que nunca manteve um diálogo aberto com sua mãe sobre temas relativos à sexualidade, mas reconhece que a mãe procurou, ao menos, passar-lhe algumas recomendações preventivas. Conta que sua relação com a mãe só ficou mais íntima recentemente, após a morte do seu padrasto, quando passaram a morar juntas. A mãe já tinha conversado com ela sobre a menstruação antes de esta acontecer, mas reconhece que os temas só eram aprofundados quando conversava com as amigas mais velhas. Quando teve sua primeira menstruação, aos 11 anos, contou à mãe, que a orientou sobre o uso de absorventes e os cuidados com a higiene íntima, porém não falou sobre sexualidade e reprodução. A vida sexual da jovem nunca foi discutida entre ela e sua mãe, a não ser as recomendações da mãe sobre o uso da camisinha e cuidados com a saúde, sem um diálogo prévio sobre sexualidade. A jovem pensa que sua mãe presume que ela tem vida sexual ativa, mas não se envolve:

Olha, chegar, assim, ela nunca chegou, né? Mas tipo, sempre quando apareciam aquelas reportagens na televisão, ela falava assim: “Quando você precisar, você me fala, eu marco um ginecologista pra você”, e tal. Eu desconfio que ela sabe que eu não sou mais virgem. Nenhuma mãe é besta, tipo, pra mim eu sei que ela sabe que eu não sou, entendeu? Quando a gente é adolescente a gente sempre fala com as amigas, mas nunca com a mãe.

Ela conta que viver sua sexualidade não foi um problema, pois sua mãe nunca manteve vigilância constante sobre ela, como fazem as mães de suas amigas. Ao contrário, dá liberdade à

filha para sair com as amigas, desde que as conheça, e nunca faz perguntas sobre sua vida sexual, apesar de alertá-la para os perigos do exercício da sexualidade desprotegida.

Na percepção de Carla, ela nunca recebeu o que se costuma chamar de educação sexual formal por parte de sua mãe. Suas fontes de informação, segundo ela, sempre foram as amigas mais velhas, as quais contavam às mais novas sobre suas experiências, sempre insistindo na importância do uso do preservativo nas relações sexuais, orientação que sempre teve muita importância nas decisões de Carla. Na escola, diz que a educação sexual não se fazia presente com frequência, a não ser pela aulas de ciências e biologia e uma palestra sobre doenças sexualmente transmissíveis, ministradas por profissionais de fora do estabelecimento de ensino.

No ensino médio, teve uma professora que foi especial, com quem ela conversava sobre os namorados, pedia conselhos, e, ocasionalmente, alguma informação sobre sexualidade. Apesar de concordar que a escola é um espaço importante para discussão da sexualidade, Carla pensa que é primordial que a família passe as primeiras orientações, o que não ocorreu no caso dela, em sua percepção:

Acho que primeiramente tem que vir de casa, pra depois vir da escola. Mas na escola sempre é bom. Mas teve pouca coisa. Teve uma só. Na minha vida toda acho que teve uma palestra só na escola. Na verdade, foi sobre doenças, não foi sobre a relação, foi sobre doenças. Nunca teve nada sobre gravidez.

Como Carla pontuou ao longo das entrevistas, pensa que praticamente tudo o que aprendeu sobre sexualidade foi com as amigas mais velhas. A importância do uso da camisinha foi a recomendação mais relevante que recebeu das amigas, e que constitui prática essencial para ela no exercício da sexualidade. Hoje, além de ainda conversar sobre sexo com suas amigas, tornou-se uma socializadora das meninas mais jovens, que recorrem a ela para informações e conselhos.

Outra fonte de informações sobre sexualidade, citada por Carla, eram as revistas para adolescentes. O mesmo não acontecia com a televisão. Nunca foi telespectadora assídua, pois sempre preferiu estar com as amigas, conversando e trocando idéias do que ficar em casa vendo televisão. Fora as campanhas sobre Aids, ela diz que não se lembra de nada sobre sexualidade que tenha aprendido na televisão.

Na opinião de Carla, o posto de saúde é a fonte mais confiável para informações e orientações sobre sexualidade e reprodução, embora ela nunca tenha ido ao posto exclusivamente para pedir informações, a não ser nas consultas ginecológicas e nas palestras das quais participou.

Segundo ela, assistiu a duas palestras: uma num hospital, sobre doenças sexualmente transmissíveis, e outra na Casa Ser, sobre saúde sexual e reprodutiva. Embora, em sua percepção, o posto de saúde seja o melhor espaço para informações sobre sexualidade, Carla confessa que ainda não fica à vontade para perguntar suas dúvidas, nem mesmo aos médicos. As informações recebidas do posto vieram sempre na forma de palestras. “É que eu não tenho a coragem de chegar no médico e dizer assim: ‘Meu, eu preciso disso’. Eu sou uma daquelas meninas que tem receio de chegar no médico.” A jovem diz que existem muita diferenças entre a família, a escola, os amigos e os profissionais da área de saúde quando o assunto é sexualidade: a família não tem conhecimentos suficientes, a escola só ensina o básico, com as amigas há mais liberdade para o diálogo e o posto de saúde está mais preparado, em sua opinião.

Se o problema for em relação à saúde, pode até comentar com a mãe, mas só confiará nas instruções do médico. Se o problema for de ordem sentimental, conversará com as amigas ou com o namorado do momento, ou com ambos. No entanto, é na mãe que ela mais confia para apoiá-la em suas decisões e eventuais problemas que possam surgir, sejam eles de ordem sexual, educacional ou profissional. Ela afirma que pretende dar aos filhos uma educação sexual mais liberal, pretendendo ser, no papel de mãe, o canal inicial para esclarecimento das dúvidas dos filhos.

Seu primeiro beijo foi aos 11 anos, com um menino que morava perto de sua casa. Ela diz ter ficado com muitos meninos durante a adolescência, mas sua primeira relação sexual aconteceu aos 14 anos, com um *ficante*: Apesar de a relação ter acontecido de forma não planejada, Carla pediu ao parceiro o uso do preservativo masculino, no que foi atendida. Para ela, deixar de ser virgem foi uma “coisa natural e tranqüila”; afirma não ter tido nenhuma expectativa em relação a uma possibilidade de relacionamento sério com o primeiro parceiro, principalmente porque era um amigo e ela não estava apaixonada. Não contou ao rapaz que era virgem e, segundo ela, ele nem percebeu.

Em conversas anteriores com amigas, nas quais era enfatizada a importância do uso da camisinha, e da importância de a mulher levar consigo preservativos para se proteger de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez, Carla convenceu-se que era essencial ter o dispositivo sempre à mão. Esta importância tinha sido ressaltada também na escola, por sua mãe e nas palestras às quais assistiu. Como reforço preventivo adicional, Carla passou a tomar pílulas anticoncepcionais sem receita médica e acabou engordando, parando em seguida por esse motivo.

Ela diz que nunca teve problema em fazer com que os parceiros utilizassem a camisinha, mas reconhece que alguns não gostam.

Ela diz que teve quatro namorados, os outros eram *ficantes*, daí a importância em sempre andar prevenida. Carla pensa que seus namoros até hoje não foram muito duradouros, pois os homens querem mandar nela e isso ela não admite. Lidar com os homens, segundo ela, exige muita observação e esperteza, coisa que só se aprende na prática cotidiana com eles:

Taí uma coisa que a gente não aprende em palestras e em postos, a gente aprende com nós mesmas. A gente aprende convivendo com os caras. Quando a gente conhece o cara, você sabe o que o cara quer com você. Eu sei quando o cara quer, quando o cara não quer. Então é assim, conforme a idéia que você tá trocando com ele, tem que trocar uma bela de uma idéia pra você saber o que ele quer com você, caso contrário...

Ela acredita que o *ficar* faz parte deste aprendizado de se conhecer os homens, sendo uma forma importante de se conhecer a pessoa antes de começar a namorar. Embora considere o *ficar* a forma ideal de se conhecer um potencial namorado, a jovem reconhece que as jovens que *ficam* com vários rapazes acabam tendo sua reputação questionada.

Carla é uma jovem que planeja com detalhes seu futuro profissional, que passa pelo curso universitário, o ingresso no mercado de trabalho e ascensão em uma carreira. Mas não faz planos para o futuro em relação a casamento e filhos. Pensa que pode vir a se casar, caso encontre um homem com quem queira constituir família. Como pensa que é uma possibilidade para um futuro muito distante, recusa-se a fazer planos neste momento. Seu namoro mais recente, que durou quatro meses, trouxe um novo elemento ao currículo sexual da jovem: pela primeira e única vez, teve uma relação sexual sem o uso do preservativo. Ela conta que conheceu este rapaz, de 21 anos, no trabalho, em seguida começaram a sair, e algum tempo depois tiveram sua primeira relação sexual, que ocorreu com o uso do preservativo. Na segunda relação, durante as preliminares num motel, o rapaz confessou a ela que estava tendo reações alérgicas ao preservativo. Como ela não tomava anticoncepcional, viu-se num dilema sobre o que fazer, pois estava apaixonada por este rapaz e a relação já estava em curso:

Aí eu falei pra ele: “Não, eu não vou, porque eu não tomo remédio e eu não tô a fim de correr o risco de engravidar agora.” Ele falou que não, eu sei e tal, mas não dá, não sei o quê. E eu: “Você assume se acontecer alguma coisa?” E ele: “Eu assumo, como eu não vou assumir, se eu te amo?” Eu falei: “Então, tá”. Mas é assim, foi *um* caso porque ele não podia e porque ambos se responsabilizaram. Da minha parte havia o sentimento e o desejo, aliás, de ambas as partes. Aí acabou rolando. Tipo, eu tive muita confiança nele porque a gente já tinha conversado muito antes. Tudo bem que o cara pode ser falso com você, mas você percebe quando o cara tá sendo falso. Então, foi a única vez que eu fiz, mas eu tava assumindo e ele também tava assumindo a responsabilidade.

Sabendo do risco que estava correndo, Carla resolveu se prevenir logo após a relação desprotegida. Ela já conhecia a pílula do dia seguinte através de palestras e dos meios de comunicação, e concluiu que seria a forma adequada de não correr o risco de engravidar. O atraso da menstruação seguinte, deixou Carla apreensiva, pois pensou que poderia estar grávida. Fez um teste de farmácia e deu negativo para gravidez. Mas a menstruação continuava atrasada. Durante este período, ela conversou sobre suas preocupações com uma amiga do trabalho, que a aconselhou a falar com o namorado. Essa não foi uma conversa fácil para Carla, principalmente porque o relacionamento já tinha terminado nesta época. Ele a acompanhou durante o teste de gravidez e a leitura do resultado negativo. Depois do susto de pensar que estava grávida, Carla concluiu que não valeu a pena ter relação sem preservativo, mesmo tendo sido somente uma vez.

Daqui para a frente, só com camisinha, por favor! Mesmo que ele me adore, mesmo que eu confie. Acho que sempre tem aquela curiosidade, né? Será? Vamos tentar? Acho que eu não queria, mas acabou acontecendo, agora acho que eu não tenho mais coragem. Pelo que eu passei... o susto que dá, meu Deus.

Carla afirma não ter a intenção de ser mãe antes de conquistar seus outros objetivos. Acredita que o fato de ter contribuído com os cuidados com o irmão caçula desde bebê deu a ela uma visão antecipada das responsabilidades que envolvem a maternidade, incompatíveis com seus planos imediatos. Além disso, afirma ter aprendido muito com as experiências de sua própria mãe e de suas amigas:

Todas as minhas amigas ficaram grávidas antes dos 18. É legal é bonito, é lindo e maravilhoso ser mãe e ter um bebê. Mas você perde muita coisa. A sua liberdade você perde. Então, juntei: juntei a minha mãe, pelo fato que também aconteceu com ela, mas minha mãe já tinha 26 anos nas costas, até aí, tudo bem. Mas eu acho que não é a mesma coisa. E juntei, as minhas amigas... Aprendi muito com a experiência não só da minha mãe, mas das minhas amigas também.

A maternidade faz parte dos planos de Carla, mas como parte de um projeto de vida que envolve muitas outras conquistas para os próximos anos. Para ela, “curtir” a juventude, os amigos, as baladas, as viagens para a praia têm muito mais a ver com o momento que ela está vivendo do que ser mãe e ter que deixar tudo isto. A opção pela maternidade, em sua opinião, está mais relacionada à concretização dos projetos de vida de uma jovem do que com a idade. Portanto, não pensa que existe uma idade ideal para ter filhos. Declara-se contra o aborto, a não ser em casos de estupro ou de risco de vida para a mãe, conforme determina a lei. Fala de uma prima que tentou um aborto com o medicamento Cytotec e o resultado foi desastroso. Não só o aborto não aconteceu, como a criança nasceu com deficiência física e mental, o que foi atribuído

pelos médicos ao uso do medicamento. Carla pensa que uma jovem que engravida acidentalmente e não tem condições de criar, deveria entregar a criança para adoção, considerando que muitos casais que não podem ter filhos aguardam anos nas filas para adotar uma criança.

Carla pensa que algumas de suas amigas engravidaram acidentalmente e outras, “de caso pensado”. De qualquer modo, ela pensa que a falta de orientação e a vergonha de recorrer ao serviço de saúde podem ser apontadas como algumas das razões porque tantas jovens engravidam na adolescência.

Pelo meu ponto de vista é assim: elas não fazem porque elas querem. Elas fazem pelo motivo de não ter uma pessoa em casa ajudando, falando, ou que de repente ela tem medo de passar num ginecologista e pedir mais informações. Tem muita menina que tem vergonha de passar no posto e falar: “Eu quero camisinha.” Muita menina que você pergunta, fala assim que foi por causa do tesão, o tesão falou mais alto. Isso não tem nada a ver, eu também fico com tesão e mando colocar a camisinha. Isso é questão de responsabilidade. Você tem noção do que você está fazendo na hora.

Carla acrescenta que existem muitas adolescentes que engravidam porque sentem inveja da gravidez ou maternidade das amigas, ou então, pensam que a gravidez criará um laço mais estável com o parceiro. Seja qual for a razão, ela não acredita que a gravidez aconteça por falta de informação sobre prevenção, ou por falta de recursos para compra de métodos anticoncepcionais:

Acho que tem muita maria-vai-com-as-outras, só porque uma teve a outra também quer ter. E tem muitas daquelas que fazem pra prender o cara. Acho que isso não tem nada a ver. Tem várias coisas que podem influir pra menina ficar grávida. Ah, porque aquele cara é tudo de bom, que eu não quero perder ele pra outra, então eu vou fazer isso. Ou então, ela quer ter porque quer ter. Meu, falta de informação não é. A camisinha tá ali, 24 horas do seu lado, tá todo mundo ouvindo o tempo todo no rádio, na televisão... Essa menina não usa porque ela não quer. Informação ela tem, em qualquer lugar ela tem. Se você não tem condições de comprar um anticoncepcional na farmácia, pega uma camisinha no posto. Pô, se o cara não quer usar, esquece.

Carla atribui seu modo de pensar a maternidade a três bases principais. Em primeiro lugar, sua mãe, que sempre desejou que ela fizesse curso superior, que tivesse uma carreira e fosse independente para depois pensar em constituir família. O desejo de sua mãe transformou-se em seu próprio desejo. Em segundo lugar, as experiências de suas amigas com a gravidez e a maternidade, e, em terceiro, sua própria experiência cuidando do irmãozinho recém-nascido.

A mãe sempre quer se envolver, a menina não tem a mesma confiança na mãe que ela tem nas amigas, a mesma intimidade. Pra mim, a opinião da minha mãe vale. O fato de saber que ela não quer que eu engravide cedo, que ela quer um futuro pra mim, pesa muito nas minhas decisões. A gente tem a mãe desde o começo do seu lado, então você recua. Quando a sua mãe te larga, não quer saber de você, então você não recua, você enfrenta. Eu acho que isso, depende de pessoa. É

importante você pensar muito no que acontece com os outros. Acho que é um espelho do que pode acontecer pra você.

Carla dá muito valor ao ensino superior e coloca-o como meta em sua vida. Acredita pouco na possibilidade de estudar em uma universidade pública, pois sabe que a concorrência é muito grande, mas pensa em ingressar numa faculdade particular com uma bolsa parcial do governo federal. Por ocasião da primeira entrevista, Carla estava desempregada, sendo que sua única experiência profissional tinha sido um estágio de seis meses num programa do governo estadual direcionado a jovens. Depois disso, passou meses preenchendo fichas, enviando currículos e fazendo entrevistas.

No último encontro, informou-me que estava trabalhando numa firma de *telemarketing*. Obteve o emprego graças à indicação da prima que trabalha na mesma empresa. Trabalhando na Avenida Paulista, passou a freqüentar museus cinemas e exposições nas proximidades de seu trabalho, o que trouxe uma bem-vinda mudança ao “tédio” de não dispor de espaços de lazer perto de sua casa. Era perceptível a mudança da jovem, tanto no modo de falar, como na forma de se vestir, neste último encontro. O trabalho também dá ela condições de ajudar a mãe nas despesas da casa, conquistando com isto, certa autonomia. Outro ponto importante, é a possibilidade de gastar um pouco em roupas e “baladas.” Reclama que ganha pouco, mas acredita que poderá desenvolver-se profissionalmente na empresa, de modo que tenha condições de pagar uma faculdade futuramente.

Carla é uma jovem que parece sofrer grande influência da socialização familiar, no tocante aos modelos de gênero. Sua mãe possui um perfil bastante diferente das mães das outras entrevistadas da pesquisa. A figura da mãe, profissional, escolarizada e independente torna-se um espelho do que ela almeja para si. E nesse sentido, suas experiências no campo da sexualidade traduzem-se em condutas de prevenção que harmonizam-se com seus planos de futuro. As relações afetivo-sexuais, também importantes, parecem reforçar na jovem seu caráter de independência. Ela termina os relacionamentos sempre que percebe que os namorados tentam “mandar” nela, o que pode indicar o desejo por uma relação mais igualitária do ponto de vista das relações de gênero.

Um outro agente socializador que parece ter um papel fundamental para Carla é o ambiente de trabalho. Por meio das interações sociais que ocorrem no ambiente de trabalho, ela tem a oportunidade de construir e reiterar modelos de gênero que complementam e reforçam o

modelo representado pela mãe. Essas experiências parecem contribuir para que ela busque uma inserção social feminina diferente das jovens entrevistadas que engravidaram.

Nicole⁴¹: “Não pretendo ter filhos. Quem sabe, um dia?”

A família de Nicole é originária da cidade de São Paulo. Seus pais se conheceram num cinema, começaram a namorar e se casaram quando sua mãe tinha 17 anos e seu pai tinha 18. O casal teve cinco filhos, três meninas mais velhas e dois meninos mais jovens, com idades que variam entre 15 e 28 anos, sendo que Nicole é a filha do meio. A mãe de Nicole concluiu o ensino fundamental e é dona de casa, mas já atuou como empregada doméstica. O pai, que estudou até a 7ª. série do ensino fundamental, já foi da polícia, atuou como chofer de praça, caminhoneiro e mais recentemente, motorista de ônibus, mas estava desempregado durante o período das entrevistas. A família da jovem, apesar de católica, não frequenta a igreja, embora os filhos tenham sido batizados na mesma.

Nicole afirma que, na infância, nunca gostou de brinquedos e brincadeiras normalmente apreciadas por meninas. Ao contrário das irmãs, que viviam às voltas com bonecas e fogõezinhos, a jovem preferia se divertir na companhia dos meninos em jogos de futebol. O comportamento “masculino” de Nicole estendia-se também ao seu modo de se vestir: vestidos, saias, laços, rendas e fitas não entravam em seu guarda-roupa. As únicas fotos de infância nas quais aparece com roupas femininas e delicadas são as fotos de bebê. Tão logo tornou-se crescida para escolher o próprio estilo, adotou o uniforme tipo “menininho”, do qual não abria mão, apesar da insistência dos pais. Chegava a usar as roupas do irmão.

Ela diz que, de todos os filhos, ela era a única que ajudava a mãe nas tarefas domésticas. Havia a exigência familiar de que ela fizesse o serviço de casa, nunca tendo sido imposta esta responsabilidade aos irmãos homens e nem mesmo às irmãs mais velhas, que nessa época já trabalhavam fora. As duas irmãs mais velhas de Nicole, que sempre foram mais caseiras do que ela, engravidaram com 16 e 18 anos e saíram de casa para viver com os companheiros. Por seu

⁴¹O primeiro contato com Nicole, jovem branca de 19 anos, foi feito numa oficina de planejamento familiar da Casa Ser, da qual ela participava. As entrevistas com a jovem, que não tem filhos e tem o ensino médio completo, foram feitas entre setembro de 2005 e abril de 2006 nas dependências da Casa Ser. Vive com os pais e dois dos quatro irmãos numa casa própria em Cidade Tiradentes. A jovem, desempregada na época da primeira entrevista, tinha conseguido um emprego no comércio por ocasião do último encontro. No início da pesquisa, estava namorando, mas o relacionamento tinha terminado na época da última entrevista.

comportamento mais rebelde e independente, os pais da jovem sempre pensaram que ela corria grande risco de engravidar cedo como as irmãs, daí exerciam um controle maior sobre suas saídas e atividades fora de casa, o que gerava conflitos em suas relações. A gravidez na adolescência não ocorreu com Nicole, mas, além das irmãs, aconteceu também com um irmão mais novo, de 18 anos, que engravidou a namorada de 14. A jovem ficava frustrada com a liberdade que seus irmãos tinham para sair, o que não era concedido a ela, que tinha que driblar o controle paterno para poder ficar até mais tarde na rua. Apesar do controle, ela acredita que o pai confia nela, pois das filhas, foi a única que não engravidou cedo e nem pretende engravidar: “Minhas irmãs tão lá cuidando de filho, e eu tô aqui curtindo a vida.”

A condição de maternidade das irmãs trouxe transformações à rotina juvenil de Nicole, pois, desde cedo, ela teve de tomar conta das sobrinhas para que as irmãs pudessem trabalhar. Esse período, que se estendeu até ela própria começar a trabalhar, trouxe-lhe a experiência de cuidar de bebês e crianças pequenas, o que ela cita como um dos motivos pelos quais não quer ser mãe.

A jovem conta que a referência mais importante que teve durante a adolescência foi da tia, irmã de sua mãe. A tia da jovem é uma mulher de 39 anos, que tem seu emprego, sua casa, nunca se casou e nunca teve filhos. Segundo Nicole, sua tia é uma mulher muito batalhadora e determinada, que sempre conquistou seus objetivos de independência e progresso material. Os planos de Nicole para o futuro trazem a marca dessa referência: ter uma carreira profissional, ser independente, morar sozinha e aproveitar bem sua vida. Ela conta, que, como a tia, não pretende ficar “amarrada” a nenhum homem: “Namorar, sim, mas ter alguém mandando em mim, eu não admito. Por isso que eu me espelho na minha tia, porque ela não admite homem mandar nela.” Para Nicole, liberdade significa estar além das fronteiras de controle dos homens.

Nicole e seus irmãos sempre estudaram em escola pública. Ela conta que suas irmãs mais velhas concluíram o ensino fundamental, mas não voltaram a estudar, devido aos compromissos com a maternidade e o casamento. Seu irmão de 18 anos também parou de estudar quando concluiu o ensino fundamental. Talvez por esse motivo, e reconhecendo que Nicole era a única filha a gostar de estudar, seu pai sempre insistiu para que ela concluísse os estudos. As recomendações do pai em relação à escolaridade e profissão sempre tiveram grande peso para a jovem: “O sonho do meu pai é que eu seja policial. Assim, meu sonho é entrar pra polícia. Eu tenho medo, porque tem muita violência contra o policial, mas eu pretendo seguir a profissão.”

Estar numa profissão predominantemente ocupada pelos homens e que a revestiria de um certo poder, parece harmonizar-se com os planos de liberdade e independência de Nicole.

A jovem pensa que a importância que seus pais dão à escolarização dos filhos foi diminuindo ao longo do tempo. Eles tentaram convencer as filhas mais velhas a permanecerem na escola quando elas decidiram parar de estudar, mas quando o filho anunciou sua decisão de interromper os estudos, já não houve uma tentativa veemente de persuadi-lo. Durante sua infância e adolescência, ela conta que seus pais conferiam os cadernos, participavam das reuniões de pais e mestres e eram rigorosos quanto ao cumprimento das obrigações escolares. Nicole conta que sempre gostou de estudar, tendo tido sempre boas notas escolares desde a pré-escola. Diz que já na 4ª. série foi colocada numa sala de alunos mais avançados, na qual tinha aulas com professores diferentes para as diversas disciplinas. “Eu sempre gostei de estudar. Sempre tirava as melhores notas, sempre fui a melhor aluna da turma. O pessoal me zoava me chamando de CDF.”

Nicole considera-se, no geral, reservada. Apesar de ter feito algumas amizades durante o período escolar, a maioria com homens, diz que preferia ficar sozinha em lugar de andar em turminhas de amigos. Durante todo o período escolar só teve duas amigas, mas não ficava o tempo todo com elas. Do final do ensino fundamental em diante, passou a freqüentar o curso noturno, embora não trabalhasse. Diz que identificava-se mais com os alunos desse período, apesar da contrariedade que isso significava para seus pais. Esse desejo pode ter relação com o fato de a jovem querer libertar-se do controle paterno no período noturno, quando o pai estava em casa e ela não podia sair. No final do ensino fundamental, envolveu-se com a “turma do fundão”, o que prejudicou seu desempenho e, sobretudo seu comportamento na sala de aula. Ao ser ameaçada pelos pais de ser transferida para o período matutino, caso não mudasse seu comportamento, a jovem passou a sentar-se na primeira fila e a prestar atenção às aulas. Pensa que a escola é muito importante para o ingresso no mercado profissional, pois todos os empregadores pedem como escolaridade mínima o ensino médio na hora da contratação. Porém, sente falta de ter uma profissão, o que a escola não oferece.

Nicole foi a única das entrevistadas que atribui a um único agente socializador toda a educação sexual que recebeu: a escola. Por suas falas, percebe-se que outros agentes, intencionalmente ou não, também cumpriram este papel, mas não é esta sua percepção. Na família, ela diz nunca ter tido diálogo aberto com a mãe sobre o assunto. Tinha mais liberdade em conversar com as irmãs mais velhas do que com a mãe. Foi com as irmãs que conversou quando

teve sua primeira menstruação, aos 13 anos. Ela conta que a mãe já tinha falado sobre menstruação com as filhas mais velhas, e que ela acabou tomando conhecimento do fenômeno “por tabela.”

As falas de Nicole ao longo das entrevistas revelam que ela sempre confiou muito no pai para conselhos em relação a tudo: namorados, estudos e carreira profissional. As recomendações do pai sobre sexualidade eram sempre voltadas à prevenção, em primeiro lugar da gravidez, e em segundo, doenças sexualmente transmissíveis. A jovem sempre quis transmitir ao pai a imagem de que era uma pessoa responsável e bem diferente de suas irmãs mais velhas. Um episódio envolvendo sua virgindade foi marcante para demonstrar a importância para ela de que seu pai tivesse a certeza que podia confiar nela:

Meu pai já falava pra mim refletir, pelas minhas duas irmãs que engravidaram cedo. Uma engravidou com 16 e a outra com 18, então, era pra mim refletir sobre elas. Que, aí meu pai sempre falava, sempre que eu arrumava um namorado: “Olha bem, lembra que você tem dois espelhos na sua casa”, tudo. Aí só teve uma vez, que ele achava que eu não era virgem, por causa de um namorado que foi falar pra todo mundo que tinha tirado a minha virgindade. Mentiroso, mas aí, meu pai não acreditava mais em mim. Até um dia que eu falei pra ele vim no posto comigo, que eu ia provar pra ele. Depois disso, ele só fica falando: “Usa camisinha, se previne bem, eu não vou falar pra você não fazer, porque aí você vai e faz o contrário.”

A sexualidade era a última das prioridades de Nicole durante a puberdade e a adolescência, pois estava muito ocupada estudando, jogando futebol com os meninos da rua e participando das atividades da “galera.” Ela diz que não se lembra de nenhum momento de sua vida, nesta época, de que tenha sentido a curiosidade em saber alguma coisa sobre sexo, nem mesmo de ter feito alguma pergunta a alguém sobre o assunto. É possível que esta falta de interesse esteja ligada ao fato de que sexualidade e reprodução eram tópicos presentes em seu ambiente familiar porque suas duas irmãs mais velhas terem sido grávidas adolescentes.

Ela se lembra de ter presenciado conversas sobre sexualidade entre suas irmãs: “Elas ficavam comentando: ‘Ah, minha primeira vez foi ruim, a minha foi péssima.’ Nenhuma delas a experiência da primeira vez foi boa.” Nessas conversas, Nicole permanecia calada, mas passou a imaginar como seria sua primeira vez, a qual, em sua opinião, só deveria acontecer na hora certa e com a pessoa certa para que fosse uma experiência diferente daquelas que as irmãs comentavam.

Quando estava com 16 anos, no ensino médio, a professora de biologia levou alguns alunos para um ciclo de palestras sobre sexualidade que durou uma semana e aconteceu em outro estabelecimento de ensino. Nicole atribui a estas palestras tudo o que aprendeu: reprodução,

doenças sexualmente transmissíveis, desejo, afetividade, homossexualidade foram temas discutidos nas palestras. Já conhecia grande parte dos conteúdos sobre reprodução, pois suas irmãs mais velhas, já mães, comentavam.

Afirma nunca ter conversado sobre sexualidade com as poucas amigas que teve, pois não acreditava nas informações que lhe eram passadas por elas. Nicole considerava as colegas muito imaturas, daí sua desconfiança sobre as informações trocadas. Seus amigos rapazes também estavam sempre pedindo conselhos a ela sobre seus relacionamentos. Ela diz que os rapazes sempre a respeitaram muito, seja os parceiros do futebol, os colegas de escola ou os rapazes do moto clube que frequenta atualmente, daí a confiança que sempre tiveram nela. Nicole afirmou várias vezes que jamais iria pelas cabeças das amigas, pois não acredita que elas saibam mais do que ela mesma.

Apesar de reconhecer que a educação sexual que vem da família é importante, ela diz desconfiar de algumas recomendações que são passadas por algumas famílias, principalmente aos filhos homens:

Eu conheci um caso de um menino que falou assim: “Meu pai chegou pra mim e falou que quando eu tiver a fim de uma menina eu vou lá, como ela e mais nada.” É uma coisa que o pai deveria ensinar um pouquinho melhor. Ele comentou com a professora e a professora chamou os pai pra chamar atenção dele, que ele teria que dar um pouquinho mais de educação pro filho.

As revistas para adolescentes também não faziam parte do material de leitura de Nicole, que afirma nunca ter tido a curiosidade de lê-las, pois nas poucas vezes que folheou estas revistas, não aprendeu nada útil. Afirma que também nunca gostou muito de televisão, pois sempre preferiu estar fora de casa, interagindo com os colegas. Só assiste a novelas quando está em casa e não tem mais nada para fazer, apesar de reconhecer que as novelas têm grande penetração no universo juvenil.

Nicole utiliza os serviços do sistema público de saúde para consultas ginecológicas, para pegar preservativos e sempre que pode, comparece às palestras sobre saúde reprodutiva promovidas pela Casa Ser. Já assistiu também a uma palestra sobre prevenção de gravidez na adolescência, a qual ela afirma que reforçou os conteúdos que tinha aprendido no evento na escola. Mas nunca chegou a buscar o serviço de saúde para esclarecer dúvidas sobre sexualidade, embora acredite que, em termos de preparo, os profissionais da área de saúde sejam os mais qualificados para prestar informações sobre saúde sexual e reprodutiva. Considerando a experiência positiva que teve com a escola quanto à educação sexual, Nicole acredita ser a escola

o melhor espaço para se aprender, apesar de reconhecer suas limitações, como a falta de liberdade para fazer perguntas, pois “todo mundo se conhece.”

Na opinião da jovem, a maior parte das famílias não se sente à vontade em falar sobre sexualidade com os filhos, ou não possui conhecimentos suficientes. Daí ser importante que outros agentes socializadores preencham essa lacuna. Destaca que os/as jovens têm um papel central na aprendizagem, pois somente eles são capazes de selecionar as informações que recebem e assimilar aquelas que julgam importantes. Como as demais jovens entrevistadas, Nicole também afirmou que a família é, de todos os agentes socializadores, aquele no qual ela mais confia para apoiá-la nas suas decisões em relação a tudo, também à sexualidade e reprodução:

Teria que vim só da família, porque a família mais do que nunca ensina o melhor né? Porque, vamos dizer assim, no cotidiano deles, eles veio adquirindo essa experiência, aí passasse pros filhos o que era certo e o errado. Então praticamente seria da família, que a família é de confiança pra ta explicando tudo isso. (...) Praticamente são todos importantes, mas, a escola é o principal né? A maioria dos conselho que eu pegava era de se prevenir, que por causa de engravidar cedo, por causa das doença, era mais as que eu pegava, porque de resto eu ia aprendendo sozinha. A mesma coisa na escola, mais sobre as doença e a gravidez, no médico também. Tudo o que aprendi serviu pra mim começar a minha vida sexual.

Nicole teve sua primeira relação sexual aos 19 anos, algumas semanas antes da primeira entrevista. Até então, ela já tinha tido *ficantes*, mas nunca tinha chegado a uma relação completa, apesar da insistência destes. Para ela, era importante que sua primeira relação fosse com uma pessoa especial e em circunstâncias seguras, nas quais não corresse o risco de ficar grávida, seu maior medo. Além da gravidez na adolescência, outros fatores também eram marcantes para Nicole na experiência das irmãs: a dependência financeira em relação aos maridos, a impossibilidade de continuar os estudos, a inviabilidade de trabalhar, e a experiência da violência doméstica sofrida por uma de suas irmãs.

Decidida a permanecer virgem até conhecer a pessoa certa, a jovem enfrentava a pressão das amigas que já tinham perdido a virgindade, por um lado, e acolhia a admiração dos rapazes, por outro:

Minhas amigas me zoavam: “Vai deixar pra terra comer.” Os meninos falavam que era uma virtude uma mulher, assim, de uma pessoa na minha idade ser virgem. Teve um que me falava que eu era uma “bolinha de ouro” que nunca foi tocada. Eu acho a virgindade importante até a pessoa se sentir pronta pra fazer. Não fazer por pressão dos outros. Eu tinha medo de engravidar. É que sempre quando eu saía meu pai falava: “Olhe bem que você tem dois espelhos dentro da sua casa”. Aí toda vez que eu saía eu colocava isso na cabeça. Então eu nunca quis. E outra, vai, aí engravida, eu não quero ter filho cedo, eu quero curtir bastante a vida, posso sair e curtir, então...eu que quis assim.

Embora tenha tido muito convívio com meninos desde cedo em suas brincadeiras na infância e na adolescência, ela conta que nunca foi assediada por nenhum deles, que a viam mais como um menino. Seu primeiro beijo foi aos 12 anos, com um menino que morava a alguns quarteirões de sua casa. Ele queria namorar, ela concordou, mas mudou de idéia uma semana depois, pois passou a sentir-se “presa”, não queria compromisso.

Foi quando eu sofri, chorei, primeira vez, primeiro namorado, eu falei que nunca mais ia sofrer. Namorei uma semana, não durava muito. O máximo que eu durava com um namorado era uma semana. Mesmo gostando, eu me enjoava muito fácil dos cara. É porque passando um tempo, eu começava a ver defeito, eu colocava defeito nas pessoas, aí eu não queria mais. Até hoje eu sou assim, o máximo que eu durei com um namorado mesmo, agora que eu posso dizer, foi 5 meses.

Ela diz que sempre deu preferência a relacionamentos com rapazes que não fizessem parte do círculo imediato dos colegas da escola, nem da vizinhança, a fim de preservar sua privacidade. Encontrou seu espaço mais importante de sociabilidade com outros jovens ao passar a freqüentar um moto clube há dois anos. Com a aprovação do pai, que conhecia muitos dos membros da associação, Nicole freqüenta o moto clube quase todas as noites, voltando para casa de madrugada, na maioria das vezes. Ela descreve o espaço como muito familiar, com pessoas de todas as idades, que se divertem juntas no bar da associação e saem em grupo para passeios pela cidade e viagens de moto. No moto clube, Nicole teve algumas experiências amorosas, em sua maioria, *ficadas*.

Foi no moto clube que Nicole conheceu seu primeiro namorado sério, um jovem de 24 anos, com o qual teve sua primeira relação sexual. Ele tinha sido pai na adolescência, fato que ela considerava uma vantagem, pois segundo seu raciocínio, se ele já tinha sido pai, tomaria todos os cuidados para que não acontecesse de novo. A primeira relação foi bastante tranqüila, pois ocorreu nas circunstâncias que ela tinha planejado: sentia-se pronta, foi com o namorado de quem gostava, em quem confiava e que não se opôs ao uso da camisinha.

Ah, eu me preveni. Eu tive medo de engravidar, de doença...Pra mim, foi muito legal. Perder a virgindade foi bom, virou uma página, muitas coisas mudaram, começou uma nova fase. Era pra demorar ainda mais, mas eu achei que tava na hora. Foi as duas coisas ao mesmo tempo: eu achei que eu estava pronta e achei que ele era a pessoa certa. Na hora eu falei: “Ó, você vai usar camisinha”. Todo mundo falava que a primeira vez é ruim. Já a minha foi ótima. Foi com quem eu queria, na hora que eu queria, então pra mim foi bom.

O namoro durou cinco meses. Nicole resolveu terminar o relacionamento, pois o namorado estava começando a ficar possessivo e ela começou a sentir que estava perdendo sua liberdade e privacidade. Não pensa em ter outro compromisso sério, no momento. Prefere *ficar*

com os rapazes que lhe agradam, em geral, freqüentadores do moto clube. Continua exigindo o uso da camisinha nas relações e acredita que é muito bom quando existe amor para se fazer sexo, mas isto não é imprescindível. A *ficada* pode chegar a uma relação sexual e continuar sendo uma *ficada*, não é preciso que se assuma um compromisso. O desejo basta quando existe o respeito pelo outro, segundo ela. Não costuma falar sobre sexo com os namorados e *ficantes*, a não ser sobre o uso do preservativo.

Nicole não pensa em encontrar o “príncipe encantado”. O que ela realmente quer é atingir seus objetivos profissionais e tornar-se financeiramente independente dos pais para poder morar sozinha, antes de se comprometer seriamente com alguém, se é que isto vai acontecer um dia, segundo ela. Enquanto isto, aproveita sua juventude “curtindo” os rapazes do moto clube.

A jovem diz que não pretende ter filhos. Atribui esta determinação ao fato de suas duas irmãs terem engravidado na adolescência e de ter participado ativamente no cuidado com seis sobrinhas, bem como ter visto muitas de suas colegas e vizinhas engravidarem cedo. Estas experiências “abriram meus olhos” para as responsabilidades da maternidade, por isso tem certeza de que é uma experiência que ela não deseja para seu futuro próximo.

Acredita que a maternidade deve ser fruto de um planejamento muito detalhado, pois não adianta nada ser mãe e não poder criar, ou depois ficar se lamentando pela juventude perdida. “Eu falava que essa menina era irresponsável até demais. Porque a menina foi engravidar com 14 anos? Eu falei: ‘O que ela vai querer da vida?’ Nada. Uma criança cuidando de outra.” Ela acredita que nem o casamento nem a maternidade, ou ambos, promovem a jovem a um status de adulto. “Essas são coisas você já tem que ser adulto pra fazer, não o contrário.” Embora tome todos os cuidados para não engravidar, Nicole diz que, se ficasse grávida acidentalmente, teria o bebê, talvez entregando-o para adoção, pois é contra a prática do aborto, a não ser nos casos previstos por lei.

É assim, eu não pretendo nem ter filho, porque eu não pretendo, e eu não vou querer abortar. Então, se eu novinha engravidar, eu vou ter filho, e quem sabe, dõo pra alguém. Ninguém pede pra vir nesse mundo, eu sou dessa opinião. Então, se não quer a criança, tem como se prevenir, é o que eu sempre falo, tem como se prevenir. Então se teve o filho, tem que ir até o final. Porque tem como se prevenir, não se previne quem não quer, eu sou dessa opinião. Então eu sou contra até o final. Odeio quem aborta.

Os planos de maternidade para esta jovem não estão completamente descartados. Ela diz que pode vir a mudar de idéia se um dia tiver certeza que quer construir uma família e se encontrar um parceiro de quem goste e que a aceite como ela é. Caso contrário, construirá sua

vida sozinha em torno da esfera profissional, aproveitando os momentos de lazer com seus amigos do moto clube. Pensa que muitas adolescentes que engravidam se iludem pensando que, assim, conseguirão consolidar o relacionamento com o namorado:

Eu acho que...não sei de onde elas tira, até hoje é assim: “Vai lá, engravida, que você segura ele”. Aí, o cara te dá um pé da bunda, você fica com a criança e chorando as pitangas. Praticamente, maternidade é a partir do que você vive. Então, você vai vivendo pra ver o que você quer construir na sua vida ou não.

Nicole conta que os pais sempre a incentivaram a trabalhar e ter sua própria renda. Como tinha o exemplo de uma de suas irmãs, que nunca trabalhou e sempre foi dependente do marido, as recomendações dos pais iam ao encontro da conquista da independência: “Só falavam que a gente seja responsável, se sustente sozinha e nunca dependa de homem. Até hoje meus pais falam: ‘Nunca fica dependendo homem’.”

Nicole nunca tinha tido experiência de trabalho no mercado formal. Somente alguns “bicos” como entregadora de folhetos de supermercados. Após a conclusão do ensino médio, procurou emprego por vários meses, tendo inclusive se inscrito no Programa Primeiro Emprego, do governo federal, mas não conseguiu nada por não ter experiência de trabalho comprovada. Duas exigências das empresas eram recorrentes em suas experiências na busca por emprego: experiência profissional anterior e curso profissionalizante. Ela tentou fazer um curso de informática, ainda no ensino médio, mas como era responsável pelo cuidado com as sobrinhas, não pôde concluí-lo. Sua percepção é de que, hoje em dia, existem mais empregos para quem tem cursos profissionalizantes do que para quem tem curso superior.

Conseguiu um emprego depois meses de procura. Está trabalhando como vendedora numa loja de roupas femininas em um shopping da zona leste de São Paulo. Diz gostar do trabalho pela interação com outros profissionais e o atendimento às clientes da loja, no entanto, para ela é uma situação temporária até que atinja seus outros objetivos.

Nicole não tem planos imediatos de cursar o ensino superior. Primeiro ela deseja entrar para a Polícia Militar, onde pretende seguir carreira como policial em serviço externo. Quando essa carreira estiver consolidada, pretende fazer o curso de direito para prestar concursos internos da corporação. Os planos da jovem para o futuro incluem a saída da casa dos pais para morar sozinha, tão logo possua meios para isto. Ela considera a experiência de morar sozinha muito importante em sua formação, mesmo que futuramente resolva dividir o teto com um namorado.

As experiências de socialização familiar de Nicole parecem ser fundamentais em suas representações dos modelos de gênero, no sentido de romper com os modelos. A experiência de gravidez na adolescência das irmãs mais velhas, as recomendações, sobretudo do pai, para que ela não seguisse o mesmo caminho e sua vivência no cuidado com as sobrinhas pequenas parecem somar-se para que ela deseje uma inserção social diferente dos modelos familiares. Nesse sentido, seus planos futuros, que incluem carreira e curso superior, indicam a busca por esse rompimento.

Assim como Carla, Nicole também apreendeu, em suas relações afetivo-sexuais, modelos de dominação masculina aos quais não deseja se submeter. Afirma preferir *ficar* do que *namorar*, pelo caráter mais flexível da *ficada*, uma vez que no namoro, teve a experiência da tentativa de controle de seu comportamento, por parte do namorado, que não harmoniza-se com seu desejo por liberdade e autonomia. O rompimento do namoro indica a rejeição a um modelo desigual nas relações.

Também o trabalho mostrou-se socializador na medida em que, nas interações profissionais, constrói representações de modelos de gênero que reiteram a inserção diferenciada que a jovem pretende construir para si.

CAPÍTULO III – Gênero, sexualidade e socialização

Este capítulo trará, inicialmente, algumas reflexões sobre socialização, gênero, sexualidade e maternidade, as quais demandam um tratamento teórico considerando sua importância na análise do material empírico apresentado no Capítulo II. Em seguida, serão trazidos para análise à luz da teoria, os depoimentos das jovens entrevistadas sobre suas experiências de socialização, com destaque para a socialização para a sexualidade e a construção de identidades de gênero.

Assim como as muitas desigualdades presentes nas relações sociais, as assimetrias nas relações de gênero são experimentadas concretamente pelos indivíduos nas interações sociais da vida cotidiana. É no processo de socialização, que as identidades e papéis de gênero são introjetados nos indivíduos, desde o seu nascimento, vão se consolidando ao longo de suas experiências na vida em sociedade e seguem sendo transmitidas às gerações seguintes, modificadas por avanços e retrocessos nesse campo. A reflexão sobre aspectos da interiorização da realidade pelos indivíduos e do processo de socialização auxilia na compreensão dos motivos pelos quais mudanças nas estruturas das relações sociais ocorrem de forma complexa e morosa. Para esta reflexão, optou-se pela teoria de socialização desenvolvida por Berger e Luckmann (2005)⁴².

Para os autores, a compreensão teórica da realidade deve considerar tanto o seu aspecto objetivo como subjetivo, sendo a sociedade um processo dialético em andamento composto por três momentos simultâneos: *exteriorização*, *interiorização* e *objetivação*. A apreensão do mundo objetivo começa, portanto, com a interiorização da realidade:

O ponto inicial desse processo é a interiorização, a saber, a apreensão ou a interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como a manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim. (...) A interiorização, neste sentido geral, constitui a base, primeiramente da compreensão de nosso semelhantes e, em segundo lugar, da apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido. (Berger e Luckmann, 2005, p. 174)

⁴²Embora haja discussões mais contemporâneas sobre o processo de socialização, com destaque para François Dubet e a noção de experiência social, utilizada para “designar as condutas sociais que não são redutíveis a puras aplicações de códigos interiorizados ou a encadeamentos de opções estratégicas que fazem da ação uma série de decisões racionais” (Setton, 2005, p.343), o pensamento de Berger e Luckmann mostra-se mais adequado ao presente estudo, por trabalhar com a idéia de socialização como a construção de um universo comum de significados subjetivamente partilhados, que se processa nas interações sociais que ocorrem na vida cotidiana, sobretudo nas interações face a face experimentadas pelos sujeitos nos processos de socialização primária e secundária. Esses aspectos teóricos revelaram-se particularmente importantes na análise do material empírico desta pesquisa.

Portanto, o processo de interiorização da realidade objetiva implica também a interiorização do outro. Berger e Luckmann lembram que a realidade da vida cotidiana apresenta-se já objetivada, ou seja, é pré-existente à entrada do indivíduo no mundo objetivo, portanto, encontra-se já estruturada e legitimada, apresentando-se ao indivíduo como eterna e imutável. Dessa forma, o universo de significados construído historicamente e presente nesta realidade definida *a priori* é interiorizado e compartilhado pelos sujeitos, criando assim, condições para que haja reciprocidade na compreensão desta realidade. O indivíduo só se torna membro da sociedade ao atingir este grau de interiorização da realidade e do outro. A socialização é o processo ontogenético através do qual isto se realiza (p. 175). Sendo a sociedade um processo dialético, ao mesmo tempo que indivíduo interioriza a realidade objetiva, exterioriza nela o seu ser; portanto, o ser humano simultaneamente tempo produz a sociedade e é produto dela.

No tratamento da socialização é importante ressaltar a situação de se estar *face a face* com o outro, na qual ocorre um intercâmbio contínuo de expressividades e da qual emergem tipificações recíprocas, situadas no *aqui* e no *agora*. Segundo Berger e Luckmann:

nenhuma outra forma de relacionamento social pode reproduzir a plenitude de sintomas da subjetividade presentes na situação face a face. Somente aqui a subjetividade do outro é expressamente “próxima”. Todas as outras formas de relacionamento com o outro são, em graus variáveis, “remotas”. Na situação face a face o outro é plenamente real. (Berger e Luckmann, 2005, p. 47)

As instituições, de um modo geral, contribuem para controlar a conduta humana, estabelecendo padrões previamente definidos de conduta (p.80)⁴³. Para que as objetivações de ordem institucional possam ser transmitidas a uma nova geração, é preciso que sejam legitimadas. A função da legitimação, que é o processo de “explicação” e “justificação” da ordem institucional, é “tornar objetivamente acessível e subjetivamente plausível as objetivações (...) que foram institucionalizadas” (p. 127). A legitimação da ordem institucional, segundo os autores, pode ocorrer em diferentes níveis, dos quais os principais são as objetivações lingüísticas, as proposições teóricas, as teorias explícitas e os universos simbólicos⁴⁴(p. 131).

⁴³O conceito de *habitus*, desenvolvido por Pierre Bourdieu, embora não tenha sido utilizado nesta pesquisa, também revela-se bastante útil na análise dos processos de socialização. De acordo com Setton, o *habitus* em Bourdieu é considerado como “um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. Pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria *habitus* implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados.” (Setton, 2002b, p. 63).

⁴⁴Para os autores, os universos simbólicos constituem “corpos de tradição teórica que integram diferentes áreas de significação e abrangem a ordem institucional em uma totalidade simbólica (...) Os processos simbólicos são processos de significação que se referem a realidades diferentes das pertencentes à experiência da vida cotidiana. (...)”

Os universos simbólicos, que transcendem a vida cotidiana, constituem a mais poderosa e abrangente ferramenta de legitimação da ordem institucional. Tais universos devem ser analisados em sua historicidade e, como produto humano, não são imutáveis. Porém, enquanto instrumento legitimador da ordem institucional, presta-se à manutenção das estruturas sociais, com todas as suas desigualdades, assimetrias e naturalizações, tornando difícil a transformação a curto prazo de tais estruturas. É no processo de socialização que o indivíduo passa a apreender as diferentes ordens institucionais e interiorizar as lógicas presentes nas esferas de poder da sociedade, como por exemplo, a inserção de homens e mulheres na estrutura social.

O processo de socialização começa a partir do nascimento do indivíduo e estende-se por todo o seu ciclo vital. Os autores reconhecem a existência de dois níveis de socialização, igualmente importantes para a apreensão do mundo objetivo pelo sujeito:

A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade. (Berger e Luckmann, 2005, p. 175)

No processo de socialização primária, o indivíduo conta com seus *outros significativos*, que se encarregam de sua socialização, em geral, os pais. Existe, na socialização primária uma alta carga de identificação e de afetividade entre o indivíduo e seus outros significativos; sem isso, a socialização primária seria uma tarefa bem mais difícil, se não de todo impossível.

É através da mediação da família que a criança é introduzida nas regras do mundo social. O mundo apreendido pela criança na primeira infância é o mundo de seus pais, os quais não representam a sociedade em seu sentido geral, mas um recorte determinado por classe social, raça, escolaridade, entre outros fatores. Comportamentos, atitudes e posicionamentos são mediados à criança na perspectiva da classe à qual a família pertence, sobretudo do acervo de conhecimento dos pais. Portanto, segundo Gomes (1994, p.59) “tornar a criança um ser social é torná-la um membro típico de uma classe específica em uma estrutura social objetiva e ampla, mas antes de tudo, de classes.” Esta “metamorfose” também sofre a importante influência das relações de gênero, uma vez que é na família que a criança inicia o processo de construção de

A legitimação, agora, realiza-se por meio de totalidades simbólicas que não podem absolutamente ser experimentadas na vida cotidiana. (...) todos os setores da ordem institucional acham-se integrados num quadro de referência global que constitui então um universo no sentido literal da palavra, porque *toda* a experiência humana pode agora ser concebida como se efetuando no interior dele. O universo simbólico é concebido como a matriz de todos os significados socialmente objetivados e subjetivamente reais.” (Berger e Luckmann, 2005, p. 131-132)

identidades e incorporação de papéis, determinado socialmente por seu sexo biológico. A criança, por outro lado, não se submete docilmente ao processo de socialização, mas participa ativamente, por vezes reagindo, rejeitando e não incorporando todos os ensinamentos de seus outros significativos ou seus modelos.

A vida cotidiana traz ao indivíduo a necessidade de adquirir um amplo conjunto de conhecimentos e habilidades para resolver as questões que emergem em diferentes situações. A divisão social do trabalho gera a necessidade da assimilação de conhecimentos que estão socialmente distribuídos. Quando surge a necessidade de tais conhecimentos, a socialização secundária torna-se necessária⁴⁵, sendo a escola o seu agente socializador mais tradicional. Ao contrário da socialização primária, a socialização secundária não requer a identificação e a carga emocional necessárias na socialização primária.

Berger e Luckmann ressaltam que a realidade já interiorizada na socialização primária tende a ter uma força muito grande na biografia do indivíduo, gerando, muitas vezes, uma luta interna de realidades durante a socialização secundária, considerando que os novos conteúdos terão de ser acomodados e muitas vezes sobrepostos à realidade já presente (p. 187). Portanto, mudanças que possam resultar em relações sociais mais igualitárias, inclusive nas relações de gênero, esbarram em questões relacionadas aos processos de socialização, sobretudo porque tais questões, por estarem naturalizadas na sociedade, não são sequer abordadas no processo. A socialização, em seu sentido mais amplo, inclui todas as instâncias socializadoras, não somente as mais tradicionais como a família e a escola, mas também a mídia, as religiões, as leis, o mercado de trabalho, entre outras, tratando-se, portanto, de uma abrangência totalizadora e histórica que requer amplos investimentos no sentido da promoção de mudanças.

O processo de socialização pode ser considerado, então, como um espaço plural de múltiplas relações sociais. Pode ser considerado como um campo estruturado pelas relações dinâmicas entre instituições e agentes sociais distintamente posicionados em função de sua visibilidade e recursos disponíveis. Portanto, o processo de socialização deve ser compreendido como um fenômeno histórico, complexo e temporalmente determinado. (Setton, 2002a, p. 109)

Inspirada por Norbert Elias, Setton afirma que na sociedade contemporânea, a família, a escola e a mídia devem ser consideradas como instâncias socializadoras não antagônicas, que coexistem numa relação de interdependência, num equilíbrio de forças, configurando-se numa

⁴⁵ Segundo Berger e Luckmann, a socialização secundária é “a interiorização de ‘submundos’ institucionais (...) Podemos dizer que a socialização secundária é a aquisição do conhecimento de funções específicas, funções direta ou indiretamente com raízes na divisão do trabalho.” (Berger e Luckmann, 2005, p. 185).

forma permanente e dinâmica de relação, que pode ser de continuidade ou ruptura (Setton, 2002a). As particularidades do processo de socialização na contemporaneidade – devem, portanto, considerar essas novas configurações.

A compreensão dos processos de socialização, pois, torna-se fundamental no entendimento do modo pelo qual as estruturas desiguais nas relações de gênero, entre outras, são legitimadas e avançam ao longo da história, podendo facilitar a busca de mecanismos, sobretudo educacionais, que possam contribuir na promoção de transformações substantivas no campo social. O gênero, como elemento organizador das estruturas sociais, refere-se à construção social e histórica das identidades feminina e masculina e ao modo como as relações derivadas de tais identidades são hierarquizadas, consolidando o poder do masculino sobre o feminino. A abordagem do presente estudo estará limitada às desigualdades nas relações de gênero entre homens e mulheres, embora essas desigualdades, por não se restringirem ao sexo biológico, estejam presentes também nas relações entre homens entre si e mulheres entre si.

Retomando o conceito elaborado pela historiadora norte-americana Joan Scott (1995), o gênero é, primeiro, um “elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, e segundo, “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (p. 86). A autora enfatiza a necessidade do emprego do gênero como categoria de análise no estudo dos fenômenos históricos, uma vez que a categoria *classe*, privilegiada durante grande parte do século XX, mostra-se insuficiente para explicar as desigualdades sociais que envolvem relações de poder e de dominação dos homens sobre as mulheres. A primeira parte da definição de gênero de Scott encerra quatro elementos, que para a autora, são indissociáveis: os *símbolos culturalmente disponíveis*; os *conceitos normativos*; a *noção de oposição binária fixa* do significado de homem e mulher, de masculino e feminino; e, por último, a *identidade subjetiva*.

Scott destaca que as representações simbólicas, passíveis de serem evocadas a partir dos símbolos culturalmente disponíveis, podem ser contraditórias, situando-se em pólos opostos, como por exemplo, Eva e Maria como símbolos de mulher. Os conceitos normativos, que fornecem interpretações dos símbolos, podem ser expressos nas doutrinas religiosas, práticas educativas, teorias científicas, concepções artísticas, entre outras, normalmente assumindo a forma de uma oposição binária fixa, implicando a rejeição ou a repressão de outras possibilidades, sendo a posição dominante estabelecida como a única possível, considerada historicamente como se fosse o resultado do “consenso social e não do conflito” (p. 87). Scott

desafia a pesquisa histórica a desconstruir a noção de fixidez na representação binária do gênero e a explorar as tensões, conflitos e contestações presentes na aceitação ou não dos conceitos normativos. Semelhantemente, na opinião da autora, a pesquisa histórica deve ir além das teorias psicanalíticas na análise da construção das identidades subjetivas generificadas, uma vez que “os homens e as mulheres reais não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de sua sociedade” (p. 88).

Outro desafio importante colocado por Scott aos pesquisadores e pesquisadoras, aqui referindo-se mais diretamente a profissionais do campo da antropologia, é a ampliação dos horizontes dos estudos das relações de gênero para além das relações de parentesco. Scott reconhece a importância dos estudos que enfocam a família como produtora de modelos de gênero, mas alerta sobre a necessidade da análise de outras instâncias, sobretudo o mercado de trabalho (“um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção do gênero” p. 87), a educação e o sistema político:

O gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia e na organização política, que, pelo menos em nossa sociedade, operam atualmente de maneira amplamente independente de parentesco. (Scott, 1995, p. 87)

Por último, Scott afirma que a teorização do gênero encontra-se na segunda parte de sua definição (“o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”), uma vez que o gênero constitui o primeiro campo no interior do qual (ou por meio do qual) ocorre a articulação do poder: “Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social” (Scott, 1995, p. 88). A legitimação do gênero é exemplificada por Scott na pesquisa histórica, com destaque para trabalhos nas áreas da religião, arte e literatura. A autora afirma que é possível perceber nesses trabalhos caráter dialético do gênero:

Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. (Scott, 1995, p. 89)

A construção subjetiva das identidades generificadas inicia-se na infância, durante a socialização primária, atravessando a vida dos indivíduos como um processo nunca concluído. É na mais tenra infância que o indivíduo percebe, das mais variadas maneiras, as expectativas sociais que recaem sobre ele, fundamentadas em seu sexo biológico. No entanto, os sujeitos não são passivos nesse processo. Ao contrário, mostram-se bastante participativos na construção de

suas identidades sociais, rejeitando, avaliando e fazendo escolhas que lhes permitam melhor situar-se na estrutura social. Faria e Nobre destacam que a expectativa social que repousa sobre o sexo biológico é a primeira incorporação que o indivíduo faz no processo de socialização:

É a primeira coisa que incorporamos do que a sociedade espera de nós e envolve aspectos sutis, como a forma como somos tratados, o tom da voz, a observação de quem tem mais poder em casa (...) As pessoas não são 100% gênero feminino ou masculino, e não introjetam sem resistências padrões e normas que não lhes agradam. Às vezes, acreditam que este é o padrão correto, às vezes temem a condenação do meio em que vivem. Afirmar-se de forma diferente depende das possibilidades de negociação. (Faria e Nobre, 2000)

As relações assimétricas de gênero repercutem não somente no mundo público das relações sociais, mas também no aspecto privado e individual da sexualidade dos sujeitos. Weeks (2003) ressalta que é importante reconhecer que o conceito que se tem hoje de sexualidade não pode ser visto fora de sua construção histórica e que tanto sua dimensão subjetiva como sua dimensão social devem ser consideradas. O autor propõe a seguinte definição para sexualidade:

Série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas que se relacionam com o que Foucault denominou “o corpo e seus prazeres.” (Weeks, 2003, p. 43)

As dimensões pública e privada da sexualidade, bem como seu aspecto de construção no ciclo biográfico, são apontados por Louro (2001) e devem ser considerados na reflexão sobre os desafios colocados pela sexualidade na contemporaneidade. A autora enfatiza o aspecto cultural das relações de gênero como o modo pelo qual os corpos sexuados são “marcados”:

O primeiro deles remete-se à compreensão de que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política; o segundo, ao fato de que a sexualidade é “aprendida”, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos. (...) A inscrição dos gêneros – feminino e masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (Louro, 2001, p. 11)

Como um dos elementos organizadores das relações sociais, as relações de gênero estão na base da construção social e histórica da sexualidade. As crenças e comportamentos, mencionadas por Weeks, são modelados ao longo da história e no contexto social na perspectiva da desigualdade entre homens e mulheres, legitimada e disseminada por conceitos normativos, em graus diferenciados, em todas as instâncias socializadoras. Essas crenças estabelecem historicamente identidades e comportamentos distintos para cada sexo, do que é socialmente aceitável ou não:

Nessa compreensão, o papel feminino tradicional estabelece a maternidade como principal atribuição das mulheres, e com isso, também o cuidado da casa e dos filhos, a tarefa de guardiã do afeto e da moral na família. Ela é uma pessoa que deve sentir-se realizada em casa. O homem típico é considerado o provedor, isto é, o que trabalha fora, traz o sustento da família, realiza-se fora de casa, no espaço público. Para uma mulher, ainda é considerado mais adequado ser meiga, atenciosa, maternal, frágil, dengosa; e do homem, o que ainda se espera, é que tenha força, iniciativa, objetividade, racionalidade. (Faria e Nobre, 2003, p. 30)

No entanto, Faria e Nobre reconhecem que este modelo rígido de vida e de conduta polarizada entre os sexos jamais existiu de fato. A história traz vários exemplos que contradizem essa visão organizada, pacífica, cordata e conformista nas relações entre homens e mulheres. Trata-se de ideais de homem e mulher que persistem no senso comum, fundamentados na naturalização das funções de cada sexo. Com as transformações sociais ocorridas principalmente durante o século XX, não são muitas as famílias que se estruturam dessa forma, porém, estes ideais de homem e mulher parecem subsistir no senso comum, em maior ou menor grau, conforme a classe social, o momento histórico e outros fatores culturais:

A naturalização dos papéis e das relações de gênero faz parte de uma ideologia que tenta fazer crer que esta realidade é fruto da biologia, de uma essência masculina e feminina, como se homens e mulheres já nascessem assim. Ora, o que é ser mulher e ser homem não é fruto da natureza, mas da forma como as pessoas vão aprendendo a ser, em uma determinada sociedade, em um determinado momento histórico. Por isso, desnaturalizar e explicar os mecanismos que conformam essas identidades é fundamental para compreender as relações entre homens e mulheres, e também seu papel na construção do conjunto das relações sociais. (Faria e Nobre, 2003, p. 30-31)

Uma das naturalizações mais presentes na construção das identidades de gênero é o destino biológico da mulher à maternidade. Obviamente, a gestação, o parto e a amamentação só podem ser realizados pelas mulheres, porém, o caráter de inexorabilidade destas funções subsiste no senso comum, sendo alimentado durante as fases iniciais da socialização das meninas, as quais são normalmente incentivadas a brincar com bonecas, numa espécie socialização antecipada para o futuro papel de mãe. Certamente a incorporação deste caráter de “destino” da maternidade não se concretiza da mesma forma por todas as meninas, considerando que algumas delas resistem e rejeitam as tentativas do mundo adulto em torná-las “femininas e maternais.” Porém, permanece a expectativa de seus outros significativos, uma vez que em alguns casos, os recursos lúdicos oferecidos pelos adultos excluem ou diminuem a força de outros estímulos importantes associados a diferentes possibilidades de construção da identidade de gênero.

Os significados da maternidade, assim como as representações do amor materno, foram sendo construídos e modelados ao longo da história e nas diferentes culturas. Badinter (1980)

aponta que, no imaginário social, o amor materno é um sentimento natural, inato e que a maternidade constitui o desejo e destino de todas as mulheres, sendo a maternagem a completude e realização deste desejo. Essa certeza do senso comum tem raízes na cultura, sobretudo na cultura cristã, que criou e perpetuou a imagem estereotipada da mulher como a da sagrada mãe, dotada de amor incondicional pelos filhos. Um rápido olhar pela iconografia do Renascimento revela o grande número de imagens que retratam a Virgem Maria, sempre com o olhar bondoso e amoroso sobre seu bebê, Jesus, que retribui o olhar à mãe, estabelecendo uma espécie de fusão relacional, imaculada e perfeita. Este é um dos símbolos culturalmente disponíveis dos quais falava Scott, os quais, interpretados por conceitos normativos, como por exemplo as religiões e até mesmo a ciência, constroem e solidificam as representações de maternidade vigentes na cultura ocidental.

Apoiada por uma extensa pesquisa histórica, Badinter (1980) afirma que o amor materno, tal como conhecemos hoje, é criação recente, tendo florescido a partir do século XVIII, com a publicação de obras que enfatizavam a importância dos cuidados maternos com as crianças, entre elas o *Emílio ou Da Educação*, de Jean-Jacques Rousseau, que deram grande impulso à configuração da família moderna, que passou a ver na criança um ser com necessidades específicas (Ariès, 1981). A partir de então, cada vez mais a figura da mãe natural foi sendo exaltada e reforçada por símbolos de maternidade que foram sendo criados e difundidos em todas as esferas da estrutura social.

Impulsionadas pelo sucesso das idéias de Simone de Beauvoir em seu livro “O Segundo Sexo”, de 1949, o movimento feminista fez novas leituras da maternidade, as quais passaram, basicamente, por três momentos principais (Scavone, 2001b). No primeiro momento, a maternidade foi concebida como uma *desvantagem* social para a mulher, na medida em que limitava suas possibilidades de inserção profissional, devido às funções de gestação, parto, amamentação e cuidados com as crianças. Na segunda corrente, inspirada na psicanálise, a maternidade era interpretada como um poder insubstituível, possuído somente pelas mulheres e invejado pelos homens, fazendo parte da identidade feminina. No terceiro momento, desconstrói-se a noção de *desvantagem* social, e conclui-se que não é o fato biológico da reprodução que define a posição social inferior das mulheres na sociedade, mas as relações de dominação que conferem à maternidade um significado social, pois não há a divisão equitativa dos cuidados com as crianças entre pais e mães.

Giddens (1992) afirma que a construção da maternidade moderna alimentou-se na idéia de idealização da mãe, propagada pelo amor romântico, que também nutriu a associação entre maternidade e feminilidade. Scavone (2001a) lembra que a opção pela maternidade é um fenômeno recente, tendo sido consolidado na segunda metade do século XX com o advento da pílula anticoncepcional, que desvinculou o prazer sexual da reprodução. A maternidade, no entanto, culturalmente enraizada no senso comum, faz parte da construção da identidade feminina das mulheres, por sua ligação com o corpo e com a natureza (Scavone, 2001a), constituindo uma etapa maturativa da mulher (Coin-Bariou, 2005). Portanto, ao caráter de feminilidade atribuído à maternidade, soma-se o de maturidade. Ambas atribuições são importantes na compreensão dos elementos relevantes na ocorrência da gravidez e maternidade em idades socialmente consideradas precoces, assim como a incorporação de modelos e discursos sobre sexualidade e gênero produzidas pelos agentes socializadores.

O objetivo desta parte inicial do Capítulo III foi sistematizar a fundamentação teórica básica para análise do material empírico que virá a seguir. Outras considerações teóricas, mais específicas a cada caso, serão acrescentadas ao longo das análises.

1. O aprendizado das “regras” da sexualidade: a bricolagem

Num momento de tantas descobertas, experimentações e dúvidas que caracterizam o início da juventude, muitos são os agentes⁴⁶ que concorrem para formar e informar adolescentes e jovens sobre aspectos importantes da sexualidade, seja com o objetivo de alerta, proteção ou controle. Embora a família e a escola sejam tradicionalmente apontadas como os principais espaços nos quais ocorre a educação sexual de crianças e adolescentes, nossa era assiste a uma multiplicação de agentes socializadores que agem, de forma intencional ou não, na transmissão de conhecimentos e orientações ou na veiculação de representações de sexualidade e gênero.

Essa pluralidade e tipos de agentes que, na maioria dos casos, interagem com adolescentes e jovens, trazem importantes e diferentes contribuições ao processo de socialização para a sexualidade, alguns deles produzindo representações de gênero que são igualmente relevantes na construção de identidades subjetivas genericadas. As condutas sexuais se orientam também com base na sistematização das informações e orientações recebidas dos agentes. Inspirada por Anthony Giddens, Setton (2002b) discorre sobre a reflexividade que permeia as decisões e escolhas na modernidade:

Conhecimentos técnicos e específicos de várias ordens estão permeando as ações, opções e práticas. A conduta passa a ser baseada em conhecimentos com origem em discussões das quais os sujeitos não participam e nem teriam condições de participar. Estão em um nível de elaboração em que, como leigos, não poderiam contribuir. Apenas assumem e respeitam a legitimidade que esses sistemas adquirem na sociedade. (...) A reflexividade moderna consiste no fato de que as práticas sociais são freqüentemente examinadas à luz de informações renovadas sobre essas práticas, podendo alternar sempre o seu caráter. (Setton, 2002b, p. 67-68)

No entanto, Pais (2001) lembra que a busca pela segurança, no sentido de armar-se de um conjunto de informações antes da tomada de uma decisão pode, paradoxalmente, ter um efeito contrário:

Tem-se argumentado que vivemos numa modernidade de “reflexividade social” onde as decisões são tomadas na base de informações apropriadas, mas paradoxalmente, quanto mais informado se está, menos segurança se sente (...) De fato, vivemos numa época marcada por “dilemas de

⁴⁶ A presente pesquisa apurou, como se verá, a emergência do sistema público de saúde como uma instância socializadora importante para as jovens entrevistadas no campo da sexualidade. Porém, a escassez de pesquisas sobre programas de educação sexual promovidos por estas instituições, bem como sobre a percepção de jovens e adolescentes sobre tais programas, não permitiu um exame mais profundo sobre esse agente socializador, sobretudo nos modos como constroem modelos das relações sociais de gênero. Em pesquisa recente que abordava agentes socializadores para a sexualidade, por exemplo, “os médicos e serviços de saúde raramente foram mencionados como fontes de informação.” (Bozon e Heilborn, 2006, p. 157) Este constitui, portanto, um importante nicho de investigação.

insegurança,” onde os esforços bem intencionados para alcançar a segurança se traduzem, muitas vezes, num reforço da insegurança. (Pais, 2001, p. 66-67)

Historicamente, a tutela, o controle e a prevenção tem marcado o modo com que a família e a escola têm tratado a sexualidade de jovens e adolescentes (Castro, Abramovay e Silva, 2004). A família, que geralmente promove a socialização primária dos indivíduos, é uma das instituições que mais sofreu mudanças ao longo de sua história. A chamada família nuclear tradicional (pai, mãe e filhos morando juntos, vivendo numa relação hierárquica) tem perdido espaço para outros tipos de configuração. Giddens (2000, p.63) afirma que a família tradicional costumava ser, antigamente, acima de tudo, uma unidade econômica. Portanto, quanto maior a quantidade de filhos, maior a produção agrícola da unidade familiar. A manutenção dessa família tradicional estava fundamentada na desigualdade entre os sexos e na autoridade das gerações mais velhas sobre as gerações mais novas. Com o processo gradativo do ingresso da mulher no mercado de trabalho e também com a possibilidade do controle sobre o número de filhos, portanto, da desvinculação entre prazer e reprodução, as famílias entraram num processo irreversível de mudança. Lenoir lembra que a universalidade da idéia de família como unidade de reprodução biológica e social deve-se à naturalização do conceito de família, o qual pressupõe uma determinada representação social dos grupos:

Todo mundo sabe, ou julga que sabe o que é a família na medida em que, inscrevendo-se de forma tão evidente na nossa prática cotidiana, ela aparece implicitamente a cada um como um fato natural e, por extensão, como fato universal. (Lenoir, 1996, p. 73)

Por causa dessa naturalização, continua o autor, torna-se compreensível o motivo pelo qual ainda é difícil, mesmo na contemporaneidade, nomear estruturas familiares que não correspondam a esta representação inconsciente da família, surgindo daí termos como família “recomposta”, “incerta”, “desestruturada”, etc., na tentativa de caracterizar novos modelos familiares (Lenoir, 1996). Szymanski (1995) destaca que, a partir do século XIX, com as teorias de Freud, enfatizou-se a importância dos anos iniciais da vida do ser humano no desenvolvimento emocional posterior, e isto, colocava a família como “lócus potencialmente produtor de pessoas saudáveis, emocionalmente estáveis, felizes equilibradas, ou como núcleo gerador de inseguranças, desequilíbrios e toda a sorte de desvios de comportamento.” A autora chama a atenção para o fato de que a família contemplada por estas observações é a família-modelo nuclear, ou seja, pai, mãe e filhos vivendo sob um mesmo teto; qualquer modelo que se afastasse deste padrão era enquadrada como “incompleta” ou “desestruturada”. Para a autora, esse modelo

burguês de família, consolidado historicamente a partir do século XVIII, é centrado na estrutura, e não na qualidade das inter-relações. Na modernidade, as famílias vêm sofrendo transformações de diversas ordens, de modo especial, em sua estrutura. Essas transformações, conseqüentemente, trouxeram mudanças à socialização familiar.

Para Gomes (1992) a função socializadora da família na modernidade deve ser problematizada. A introdução precoce da criança no mundo institucional dos berçários, escolas maternais e creches, numa idade em que as gerações anteriores eram socializadas pelos pais, sobretudo pela mãe, no espaço doméstico, indubitavelmente traz grandes transformações ao processo de socialização. Mesmo nas camadas populares, nas quais muitas vezes o acesso aos serviços de creches ainda é limitado, muitas crianças são cuidadas por irmãos mais velhos, vizinhas e outros parentes, sendo socializadas praticamente por estes outros significativos. Mesmo com todas estas transformações nos modos de socialização, a família continua a ser a referência mais importante para os indivíduos na interiorização da realidade objetiva.

As famílias, como primeiras instâncias de socialização, têm contribuído para a educação sexual dos filhos e filhas por meio de modelos e de discursos, que nem sempre estão em harmonia. Os modelos familiares estão fundamentados nas relações desiguais de gênero, em maior ou menor grau dependendo da inserção social de classe. A diminuição da importância da virgindade feminina até o casamento parece estar se universalizando em todas as classes, havendo hoje, uma maior aceitação da atividade sexual dos filhos e filhas fora do contexto do matrimônio. Quanto aos discursos, a educação sexual familiar continua pautada por prescrições e “aconselhamentos” de cunho moral, baseados em valores e normas (Aquino et al., 2006b).

Assim como os demais cuidados com os filhos atribuídos à mulher, a mãe surge como a grande interlocutora dos filhos também quando o assunto é sexualidade (Aquino et al., 2006b). Na pesquisa *Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil (Pesquisa Gravada)*⁴⁷, os autores reconhecem a importância da mãe do diálogo sobre sexualidade com jovens e adolescentes, sobretudo no caso das meninas:

A mãe é sempre uma das principais fontes de informação das adolescentes do sexo feminino, mas exerce também papel importante na socialização dos meninos, sobretudo no que diz respeito à

⁴⁷ A Pesquisa Gravada, realizada em três capitais brasileiras (Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador), “consistiu numa investigação interdisciplinar, que combinou técnicas qualitativas e quantitativas de produção e análise de dados, visando a compreensão dos fenômenos da gravidez e da parentalidade na juventude, bem como de suas conseqüências como parte das trajetórias biográficas e sociais dos indivíduos entrevistados.” (Aquino, Araújo e Almeida, 2006a, p. 97)

gravidez e à contracepção. (...) O pai nunca é um informante de primeiro plano. (Bozon e Heilborn, 2006, p. 158)

Como referência moral, a mãe também fornece modelos de gênero que não podem ser desprezados na análise das experiências de socialização de jovens e adolescentes. A importância da mãe como referência de valores do núcleo familiar nas classes populares é também apontada por Monteiro:

A importância da mãe como núcleo de orientação de valores morais fica evidente nas respostas *[dos entrevistados da pesquisa]* sobre as pessoas de confiança capazes de influenciar o comportamento e ajudar nas situações de dúvida. A função da mãe como referência moral nos remete à predominância dos papéis tradicionais femininos e masculinos nas expectativas e práticas de grupos populares. O compromisso social do pai (homem) está relacionado ao papel de provedor e articulador com o mundo público; a mãe, mulher, por sua vez, representa a força moral e a referência do mundo privado (a casa) Tal perspectiva tem sido assinalada em vários estudos antropológicos voltados para segmentos populares. (Monteiro, 1999, p. 119)

Principalmente pelo alto teor prescritivo dos diálogos sobre sexualidade travados pela família com filhos e filhas (Aquino et al., 2006b), além de lacunas de conhecimento, jovens e adolescentes contam também com outras instâncias para obter informações que lhes permitam tomar decisões no campo da sexualidade, entre estas, a escola, instância de socialização secundária. Castro, Abramovay e Silva consideram que a sexualidade no contexto da escola constitui questão controversa, se considerada a pluralidade de posições dos atores envolvidos:

A sexualidade, no universo escolar, é tópico polêmico, considerando a multiplicidade de visões, crenças e valores dos diversos atores (alunos, pais, professores e diretores, entre outros), assim como os tabus e interditos que social e historicamente cercam temas que lhe são relacionados. Para alguns pais a escola não é lugar para “ensinar saliências”, mas também se documenta que a maioria dos pais, e em maior proporção professores e alunos, são favoráveis à discussão sobre sexualidade nas escolas. (Castro, Abramovay e Silva, 2004, p. 33)

Ainda segundo as autoras, a intervenção escolar no campo da sexualidade pode parecer um paradoxo, pois a escola é historicamente orientada para o disciplinamento, no qual se enfatiza a razão e o controle em sua função de ministrar saberes especializados, enquanto a sexualidade exige o cuidado com os desejos, a individuação e o prazer (Castro, Abramovay e Silva, 2004). Os poucos programas de educação sexual existentes nas escolas da rede pública brasileira, em geral não abarcam todas as possibilidades da sexualidade e geralmente não discutem questões importantes como relações de gênero, afetividade e homossexualidade. Para Louro (2001), a escola depara-se com uma tarefa contraditória no que diz respeito à sexualidade:

Nesse processo, a escola tem uma tarefa bastante importante e difícil. Ela precisa se equilibrar sobre um fio muito tênue: de um lado, incentivar a sexualidade “normal” e, de outro,

simultaneamente, contê-la. Um homem ou uma mulher, “de verdade” deverão ser, necessariamente, heterossexuais e serão estimulados para isso. Mas a sexualidade deverá ser adiada para mais tarde, para depois da escola, para a vida adulta. É preciso manter a “inocência” e a “pureza” das crianças (e, se possível, dos adolescentes), ainda que isso implique no silenciamento e na negação da curiosidade e dos saberes infantis e juvenis sobre as identidades, as fantasias e as práticas sexuais. (Louro, 2001, p. 26)

Souza (1997) lembra que, no pensamento de Foucault, haveria duas formas básicas de apropriação dos saberes sobre sexualidade: via *scientia sexualis*, que enfatiza o discurso científico sobre a sexualidade, sobretudo os aspectos reprodutivos, ou pela *ars erotica*, que privilegia os aspectos do prazer e a subjetividade. Apesar das grandes transformações comportamentais no campo da sexualidade observadas nas últimas décadas, os programas escolares de educação sexual, ainda hoje, concentram-se no discurso biologizante e científico da *scientia sexualis*. Parece existir uma tendência atual da educação sexual em fornecer informações sobre sexo com uma predominante marca médica, na qual a sexualidade é reduzida ao seu aspecto procriador, relegando questões importantes relacionadas à dimensão experimental, ligada ao prazer e à emoção (Melucci e Fabbrini, 1992). Essa observação dos autores corroboram pesquisas sobre educação sexual nas escolas que afirmam que o aspecto biológico da sexualidade é priorizado, em detrimento do aspecto erótico e afetivo (Aquino et al., 2006b). Os programas tendem a enfatizar as conseqüências socialmente negativas do exercício livre da sexualidade, com ênfase na gravidez na adolescência e nas doenças sexualmente transmissíveis, as quais, quando ocorridas no contexto da pobreza, podem agravar as condições difíceis nas quais vivem grande parte das pessoas jovens no Brasil.

A escola, enquanto instituição, também constrói modelos das relações de gênero em suas práticas, na utilização de livros didáticos de conteúdos sexistas, nas expectativas acadêmicas diferenciadas para meninos e meninas, no silenciamento diante de discriminações de gênero, só para citar alguns exemplos. Vianna não acredita na neutralidade da escola na transmissão de modelos:

A educação tem, entre suas funções, a transmissão de modelos culturais, valores e concepções; com eles, determina padrões de conduta, modelos de pensamento. A escola parece ter um papel – científico-pedagógico - considerado neutro nesse processo, dissociado de preconceitos de gênero/sexismo, mas não tem. Ela colabora, e muito, no esclarecimento do que é ser menino/a, muitas vezes de forma dissimulada, por meio de gestos, posturas que transmitem sistemas de pensamento e atitudes sexistas. (Vianna, 2003, p. 48)

As representações de gênero incorporadas na socialização primária, com a família, são normalmente reforçadas na socialização secundária, cujo agente mais tradicional é a escola. Os

modelos, assim como os discursos escolares, também constituem experiências socializadoras, na medida em que geram, reiteram, incentivam e reprimem determinadas representações de masculinidade e feminilidade, contribuindo para a persistência das desigualdades.

Na trilha da socialização para a sexualidade, os pares também constituem importantes fontes de discursos e de modelos. À medida que o/a adolescente vai conquistando certa autonomia em relação à família, passa a buscar novos modelos de identificação, considerando que os adultos com os quais se identificava podem já não servir como modelos nessa fase. É o momento no qual os pares passam a emergir como referencial de modelos de identificação mais fortes do que os modelos familiares:

As representações, valores e comportamentos que modelam a construção de gênero vão se consolidando no decorrer da adolescência. Duas agências são centrais na transmissão desses valores: a família e o grupo de pares. A autonomia progressiva frente à família expõe fortemente os jovens à cultura do grupo de pares” (Heilborn et al., 2005, p. 42)

Nessa fase de ampliação do universo social, os pares emergem como modelos de identificação e comportamento, seja nos modos de vestir-se, na utilização de expressões de linguagem específicas, ou como companhia para as atividades de lazer:

O grupo parece representar uma fonte de socialização menos repressiva do que a família, assumindo importante papel como fonte de referência social. Entre pares, com frequência, os adolescentes são menos exigidos a negociar perspectivas e encontram oportunidade de legitimar os próprios sentimentos e visões de mundo, norteados pela intensa identificação, compreensão e aceitação pelo grupo. (Marques, 1996; apud Oliveira, Camilo e Assunção, 2003, p. 63)⁴⁸

A pesquisa Gravad apurou que o grau de importância dos amigos/as como fontes de informação sobre sexualidade apresenta diferenças de gênero e também na qualidade das informações trocadas:

O grupo de amigos (as) e de colegas exerce um papel mais relevante junto aos rapazes do que junto às moças, sendo seu peso relativo mais forte, nesse caso, do que o da mãe no que se refere às relações sexuais em geral. Já para as moças entrevistadas, o papel da mãe continua a ser mais central do que o dos pares.(...) Os pares têm uma importância menor no que se refere a informações precisas (contracepção, Aids). (Bozon e Heilborn, 2006, p. 157-158)

Os amigos, para os rapazes, parecem ser os interlocutores mais importantes, talvez porque funcionem como elementos de validação de sua conduta sexual e de gênero. Mas, parece que tanto os rapazes como as moças reconhecem os limites de conhecimento de seus pares quando a dúvida se refere a algum aspecto importante da vivência sexual, como as doenças sexualmente transmissíveis, o que torna necessária a consulta a outro agente de maior idade ou com

⁴⁸ MARQUES, J. Estilos de relações inter-pessoais na adolescência. *Psico*, 27, (1), p. 23-27, 1996

conhecimentos mais sólidos sobre o assunto. Portanto, os pares, apesar de importantes nas trocas sobre sexualidade, também não são exclusivos e devem ser analisados com cautela no processo de socialização.

Para Setton (2005) os meios de comunicação de massa tem se constituído, nas últimas décadas, uma poderosa instância socializadora. Mesmo estando distante da interação social face a face apresentada por Berger e Luckmann, a mídia, sobretudo a televisão, invade os espaços de socialização, veiculando modelos e formas de comportamento e consumo, os quais, ainda que de modo inconsciente, são incorporados em graus diversos pelos indivíduos.

Werebe (1998) reconhece que a ação da mídia pode ser instrutiva e positiva, como no caso de transmissão de informações e mensagens sobre a AIDS, por exemplo. No entanto, o impacto dos modelos comportamentais e sexuais veiculados pela televisão, por exemplo, tem sido apontado como um dos elementos responsáveis pelas crescentes transformações ocorridas no campo do comportamento sexual de adolescentes e jovens nas últimas décadas.

Conforme foi mostrado ao longo deste tópico, o indivíduo moderno está imerso em redes de socialização que se multiplicam à medida que adentra novos espaços, cada uma trazendo diferentes tipos de contribuição à sua construção identitária. No que se refere à socialização para a sexualidade, os diversos agentes trazem diferentes contribuições, que são sintetizadas e apreendidas pelo indivíduo. Compreender como o indivíduo se apropria de elementos que surgem a partir dessas redes, e que significados assumem para ele os novos conhecimentos, constituem importantes desafios.

O indivíduo da modernidade é cada vez mais responsável pela construção de sua própria identidade (Martuccelli, 2002). O que antigamente era de responsabilidade coletiva das instituições, cada vez mais é transferido ao próprio indivíduo, que deve, portanto, assumir seu próprio destino sob a forma de trajetória pessoal, processo denominado pelo autor de *desinstitucionalização*. Martuccelli acrescenta que, outras vezes, é pela idéia de *destraditionalização* que conseguimos sintetizar este processo, ou seja, o de construir uma moral descolada da tradição, permitindo aos indivíduos estabelecer sobre novas bases, princípios universais de vida em comum, ou empenhar-se em buscas existenciais pessoais. Essas novas exigências e possibilidades conferem ao indivíduo moderno, consumidor de sinais do mundo, a capacidade de juntar diferentes fragmentos através de uma criatividade combinatória, sendo capaz de numerosos remanejamentos, dotando-se apenas de arranjos temporários, num

verdadeiro trabalho de *bricolagem*. Na definição metafórica de Martuccelli, o indivíduo *bricoleur* é aquele capaz de permanecer na mudança.

Bricolagem, portanto, foi o termo escolhido para denominar o processo através do qual as jovens entrevistadas na pesquisa formam seu acervo de conhecimentos sobre sexualidade, constroem identidades de gênero e pensam a reprodução.

A idéia central é que as atitudes sexuais dos indivíduos devem ser analisadas mais como resultados de uma elaboração, de um itinerário e de uma síntese de influências diversas do que como efeito de uma transmissão vertical simples. (Bozon e Heilborn, 2006, p. 155)

Esse processo, do qual o indivíduo participa ativamente, pode ser dividido em dois níveis simultâneos. Em primeiro lugar, a socialização proveniente dos discursos dos agentes socializadores percebidos pelas jovens como presentes em sua educação sexual: a família, a escola, os pares, a mídia e o sistema público de saúde. Em segundo lugar, a socialização que tem origem nos modelos de gênero apreendidos nas interações face a face com a família, posteriormente com os pares e nas interações afetivo-sexuais. Na continuação, busca-se apresentar e analisar as falas das jovens em relação a esses dois níveis de socialização, com o objetivo de mostrar como ocorre o processo de *bricolagem*, no qual todas as peças são importantes na composição do todo que será o repertório de saberes que orientam as jovens em suas trajetórias sociais.

1.1 A socialização e os discursos sobre sexualidade e reprodução

Para o diálogo com as jovens sobre suas fontes de informação sobre sexualidade, julguei necessário perguntar a elas, primeiramente, o que entendem por educação sexual. O conjunto das falas revela que, na percepção das entrevistadas, a educação sexual é um conjunto de informações e conselhos preventivos acerca dos riscos envolvidos na atividade sexual, transmitidos principalmente pela família e pela escola. Neste sentido “ensinar a se prevenir de gravidez e doenças” foi a expressão mais utilizada por elas para a definição, como mostram as falas seguintes, que demonstram uma concepção de sexualidade como risco:

Acho que é ensinar a se prevenir de gravidez e doenças. (Gabriele)

Sabe, tem que falar a verdade, sobre as doença, gravidez...(Giovana)

Explicar como evitar gravidez e doenças, a ter responsabilidade, acho que é isso. (Nicole)

Ensinar a tomar remédio, usar camisinha pra se prevenir das doença. (Tamara)

Algumas falas vão um pouco além da gravidez e das doenças para acrescentar a necessidade do respeito à autonomia da jovem para tomar suas próprias decisões:

Acho que tem que explicar e dar liberdade, ensinar sobre doenças, gravidez, mas sem ficar falando pra não fazer, que não adianta, a gente acaba fazendo escondido. Então, eu acho mais fácil ser liberal e respeitar, se a pessoa ta a fim, ta pronta. Então, alguém leva no médico, conversa bonitinho, mas tem que ficar aberta.(Carla)

O caráter sempre inacabado do aprendizado da sexualidade e a necessidade de se explicar as diferenças entre homens e mulheres foram mencionados por uma das jovens. Esta percepção sintetiza o caráter inacabado da socialização:

É um trajeto da sua vida, que você tem sempre que colocar isso em mente. Tem que ter o básico, aprender a se prevenir, cuidar de si mesmo, tem cuidar de você do seu parceiro, explicar as diferenças entre um homem e uma mulher, como que funciona...(Maria Clara)

No entanto, contrariamente ao que as jovens declararam sobre o que pensam ser educação sexual, durante as entrevistas era comum ouvi-las dizer que não percebiam determinado agente socializador como fonte de informações sobre sexualidade, afirmando que este “só falava pra usar camisinha por causa de gravidez e doenças”, o que, teoricamente, preencheria os requisitos estabelecidos por elas para a caracterização da educação sexual, no entanto, não era percebido como tal. Portanto, parece haver uma expectativa mais ampla em relação à educação sexual, que transcende a própria definição das jovens.

Outro aspecto importante sobre a educação sexual recebida pelas jovens entrevistadas, segundo sua percepção é que, não importando a fonte ou a qualidade das informações, todas percebem o conjunto de informações recebidas como suficiente para tomar decisões sobre sua vida sexual, entendendo que as lacunas existentes foram sendo preenchidas na construção das experiências afetivo-sexuais. Aliás, a experiência foi bastante citada como fonte de aprendizagem, não só das práticas sexuais, mas dos cuidados com o corpo, com a prevenção à gravidez e às doenças sexualmente transmissíveis, a relação com os parceiros e o desejo sexual.

Todas afirmam ter recebido algum tipo de informação sobre sexo na família, sobretudo com a mãe, mesmo que esta orientação tenha vindo em forma de “conselhos” ou recomendações quanto à proteção à gravidez ou doenças. Aqui, mais uma vez, quando questionadas se tiveram algum tipo de educação sexual na família, algumas diziam que não, lembrando-se das recomendações familiares somente quando questionadas especificamente sobre estas.

A escola, de uma forma ou de outra, contribuiu com informações julgadas importantes pelas jovens. As amigas, importantes interlocutoras sobre sexualidade, são apontadas por elas como fundamentais no compartilhamento das experiências afetivo-sexuais. A igreja não foi citada por nenhuma das entrevistadas como agente socializador para a sexualidade, embora seja instituição importante na construção de representações simbólicas de gênero. Os parceiros, presentes nas interações afetivo-sexuais, também não são percebidos por elas como fontes de informação sobre sexualidade, embora também sejam agentes socializadores de modelos de gênero. Já os meios de comunicação foram citados mais como entretenimento do que como fontes de informação. Por fim, o sistema público de saúde também foi mencionado como um espaço fundamental no esclarecimento de dúvidas sobre a sexualidade.

O repertório de conhecimentos, portanto, é formado a partir da articulação das informações e orientações recebidas de diversas instâncias, todas julgadas importantes e complementares, nenhuma delas sendo exclusiva. Passa-se a detalhar as falas das entrevistadas com suas percepções sobre os aprendizados e os agentes socializadores.

“A família só falava pra usar camisinha e pra não engravidar”

De um modo geral, a educação sexual na família é percebida pelas jovens como essencialmente prescritiva e preventiva. Quase todas afirmaram serem as mães suas mais importante interlocutoras, mas na maioria das vezes estas não possuíam conhecimentos suficientes para sanar suas dúvidas. Há que se considerar que a maioria das jovens atingiu escolaridade superior a de seus pais, portanto, o nível e a complexidade de suas dúvidas e a diversidade das situações vividas acabou por criar um distanciamento de conhecimentos e necessidades entre as gerações, criando obstáculos na interlocução. Muitas das situações com as quais as jovens se deparavam na vivência de sua sexualidade eram diferentes daquelas enfrentadas por suas mães quando tinham sua idade, seja pela época ou pelo contexto diferente das situações.

Ao serem perguntadas sobre como tinha sido a educação sexual familiar, ou seja, exatamente do que falavam as mães, já que não havia o envolvimento da maior parte dos pais, elas respondiam que estas recomendavam “tomar cuidado” e proteger-se da gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis. A palavra *conselho* apareceu muito na fala das jovens.

Portanto, a educação sexual que afirmam ter recebido tinha um componente forte de alerta contra as conseqüências consideradas negativas da atividade sexual.

O grande marco, a partir do qual as famílias passaram a preocupar-se em dar informações, recomendações e “conselhos” sobre sexualidade às jovens, foi a primeira menstruação, que elas descrevem como um acontecimento importante em seu desenvolvimento (Louro, 2001, p. 24). O período anterior à menarca é cercado de expectativas e ansiedade pelas jovens, que passam a trocar informações sobre o tema com suas coetâneas. Ainda que nem todas as famílias tivessem conversado com elas previamente à ocorrência da primeira menstruação, todas as jovens tinham informações, algumas vezes rudimentares, sobre o fenômeno, sobretudo obtidas com as amigas e em folhetos dos postos de saúde. Na maioria das vezes, a conversa pós-primeira menstruação entre mães (ou pai, em um dos casos) e filhas vinha acompanhada de recomendações sobre cuidados com a prevenção à gravidez dali para frente, e a referência à atividade sexual como perigosa, conforme mostram estas falas:

Eu tinha 12 anos, mas eu já sabia que ia acontecer, porque minha mãe já tinha me falado, mesmo assim ela me levou no médico ginecologista. Antes de me levar no médico, ela falou: “Agora você já é uma moça, agora você já sabe que qualquer coisinha errada que você fizer é perigoso, arrumar filho, gravidez indesejada.” (Gabriele)

Ele [o pai] começou a conversar comigo quando eu fiquei moça, fiquei com 10 anos. Aí eu contei pra ele. E ele: “Ai meu Deus, minha filha virou moça, agora tem que conversar, que agora que é o perigo”. Ele que ia no mercado, comprar absorvente pra nós. Porque como a gente não tinha mãe, ele falava que o papel era dele (...) Aí, ele falava: “Agora nós vai sentar, vai conversar, porque você já é moça, já vai correr os riscos.” (Maria Clara)

Em alguns casos, o diálogo sobre a primeira menstruação só foi travado após a ocorrência da mesma. Algumas jovens mencionaram ter sentido vergonha de conversar com a mãe sobre o ocorrido. A falta de conhecimentos sobre a menstruação e sobre o próprio corpo levou Giovana ao estranhamento do que estava acontecendo com ela, confundindo a ocorrência da menstruação à perda da virgindade. Para Tamara, as informações transmitidas por amigas sobre a menstruação foram assimiladas e cristalizadas pela jovem, que até hoje entende a menstruação como a *limpeza do corpo*:

Eu tinha 11 anos. Eu pensei “Meu Deus o que aconteceu comigo? Será que eu perdi a virgindade?” Eu pensei que eu tinha perdido e não quis contar pra minha mãe, mas ela descobriu. Eu não queria falar pra ela, eu fiquei com vergonha de contar pra ela, ela falou assim: “Você tá com vergonha de quê?” Aí, ela começou a me ensinar a colocar o absorvente.” (Giovana)

Minhas colega que falava: “Você já menstruou?” Eu falava que não. Elas falava que era sangue que descia, que dava cólica. Elas falava que era que nem tirar sujeira, saía a sujeira. Quando eu

perguntava porque descia, elas falava que era pra limpar, que limpava as coisa por dentro, assim, saía sujeira. (...) Eu fiquei com 13 anos. Quando desceu, eu falei pra minha mãe. Ela falou que tinha que comprar absorvente. (Tamara)

Quanto à abertura que tinham com os pais para esclarecer suas dúvidas sobre sexualidade, somente Gabriele declarou sempre ter tido liberdade para conversar com a mãe sobre o assunto. Maria Clara relatou os esforços do pai em tentar transmitir-lhe os saberes que julgava importante sobre sexualidade e de colocar-se à disposição para esclarecer suas dúvidas. As demais afirmaram ter vergonha de fazer perguntas aos pais, até mesmo à mãe, preferindo informar-se com outras fontes:

Minha mãe sempre falou abertamente. Ela sempre falou com a gente: “Tudo o que vocês quiserem saber, vocês não precisam ir procurar na rua, não precisa querer saber com outras pessoas, por outros meios, você vê e conversa comigo, assim, que eu sempre vou dar um conselho para vocês.” (...) Meu pai nunca falou sobre isso com a gente, mas minha mãe falava que se a gente se relacionasse com alguém antes de casar, ou ficasse grávida, meu pai botava a gente pra fora de casa. (Gabriele)

Meu pai chamava pra falar: “Quando você começar a namorar, vai surgir coisas diferentes, no corpo.” Ele falou que eu ia arrumar um namorado, e que ia acontecer entre casal, um relacionamento assim aberto, ele só falava assim: “Você vai ter um relacionamento aberto, no dia que isso acontecer cê conta pro pai, porque é arriscado, cê pode ficar grávida, cê pode pegar uma doença. A primeira vez sua, cê conta pro pai”. Eu não sabia nem o que era isso, ele não explicou o que era isso. (Maria Clara)

É interessante observar nessas falas as diferenças de posicionamento dos pais das jovens em relação à virgindade: enquanto um deles ameaçava a filha de expulsão, caso esta se iniciasse sexualmente antes do casamento, o outro colocava-se à disposição da filha para informá-la e apoiá-la quando ela tivesse sua primeira relação. Esta posição aberta deste pai não deixa de ser conflitante com os modelos de masculinidade normalmente propagados, principalmente porque ele tem baixa escolaridade (estudou somente até a 2ª. série do ensino fundamental) e criou a filha sem a mãe, falecida quando a jovem tinha 5 anos.

Giovana contou-me sobre suas tentativas de manter um diálogo sobre sexualidade com a mãe, antes de recorrer a outras fontes, mas, em sua percepção, a mãe tinha muita vergonha de tocar nesse assunto, evitando suas perguntas.

Eu que perguntava para minha mãe. Quando eu tinha curiosidade de saber alguma coisa, só que ela não falava, então eu ficava perguntando na rua. Ela falava, não sei... Aí, eu falei: “Se não sabe como você teve dois filhos, caramba?” E ela: “Ah, não sei, aconteceu...” Ela não gostava, ela não gosta de falar sobre sexo comigo. A única coisa que ela falava era pra não engravidar e se proteger de doenças. (Giovana)

Para Tamara, que acredita não ter tido educação sexual em casa, as recomendações familiares, sobretudo do pai, eram no sentido da manutenção da virgindade. As informações que teve sobre reprodução vieram do serviço de saúde e também de amigas:

A única coisa que eles falava era pra eu tomar cuidado pra não perder a virgindade, pra não engravidar, pra não arrumar um homem que não presta, que depois que perde a virgindade não ia ter mais valor, a mulher. O meu pai falava: “Se perder a virgindade eu vou pôr pra fora de casa.” Eu sabia que não usar camisinha, engravida. Sabia que os bichinho criava o nenê dentro de mim. O médico falou, na consulta. (Tamara)

A socialização para a sexualidade na família, seja na forma de informações, conselhos ou recomendações, vinha não somente dos pais. Nicole mencionou que tinha um diálogo mais aberto com as irmãs mais velhas do que com a mãe, mas reconheceu que as recomendações do pai e as experiências das irmãs mais velhas sempre tiveram grande importância para ela. Giovana lembrou-se das recomendações do irmão mais velho. Os estudos que tratam da socialização familiar normalmente enfatizam os pais como agentes socializadores, não destacando o papel de irmãos e irmãs também como produtores/as de informações sobre sexualidade:

Eu tinha mais liberdade com as minhas irmãs do que com minha mãe. A minha mãe é muito, assim, nunca conversei com ela porque a única coisa que ela falava pra mim é não engravidar, ela falava: “Ah, usa camisinha, se previne”, essas coisas, só isso. Aí, meu pai já falava pra mim refletir, pelas minhas duas irmãs que engravidaram cedo. Sempre falava, sempre que eu arrumava um namorado: “Olha bem, lembra que você tem dois espelhos na sua casa.” (Nicole)

Meu irmão me falava pra tomar cuidado com as amizade. Falava pra eu não andar com uma menina que era falada, pra eu não ficar falada, também. Ele falava pra eu curtir, mas pra não ficar saindo com um e com outro, se não ia ficar falada. (Giovana)

Cinco das seis jovens declararam que suas famílias nunca recomendaram que elas não se relacionassem sexualmente, mas que se prevenissem com o uso do preservativo. A recomendação sobre o uso do preservativo parece indicar uma maior aceitação por parte das famílias da sexualidade das filhas. Essa constatação representa um avanço nas relações de gênero, uma vez que décadas atrás, havia um maior controle da sexualidade das filhas solteiras por parte das famílias e menor controle sobre as atividades sexuais dos filhos. Esta flexibilização do controle dos pais foi observado em quatro dos seis casos da pesquisa.

Ele [o pai] falou que não cria as filha dele pra ele. Porque da mesma forma que ele casou com uma filha de um homem, ele já sabia do risco que ele tava correndo. Ele falou assim que eu podia engravidar ou podia pegar alguma doença e o dia que eu chegasse a ter um relacionamento aberto, era pra mim procurar falar com ele, que ele ia procurar me levar no médico, pra ver como que ia ser, tomar remédio. (Maria Clara)

Ela [a mãe] chegava pra mim e falava assim: “Toma cuidado, quando você for, toma cuidado, usa camisinha.” Ela nunca falou pra eu não transar. Ao contrário, sempre falou: “Sai, mas toma cuidado.” Eu não tenho o que reclamar da minha mãe, minha mãe é super liberal. Acho que ela me respeita como indivíduo.(Carla)

Ela [a mãe] falou: “Você toma remédio, ou então, você usa camisinha. Camisinha não evita só gravidez, evita vários tipos de doença, porque você não conhece homem. Homem, ele tá com você ali, ele fala que tá só com você, mas ele não tá só com você.” (Giovana)

Todas as jovens afirmaram que os conselhos, recomendações e eventuais informações da família, embora prescritivos, foram importantes na composição do conjunto de conhecimentos que possuem sobre sexualidade, embora reconheçam que não foram suficientes, tendo sido necessário recorrer a outras fontes.

“Escola só ensina o básico: o homem tem isso e a mulher tem aquilo”

A educação sexual escolar⁴⁹ é percebida pela maioria das jovens entrevistadas na presente pesquisa como fraca, insuficiente e biologizante. Apesar de todas considerarem importantes as informações recebidas na escola, a maioria consegue perceber as limitações da educação sexual escolar. Suas experiências mostram que a educação escolar ocorreu de três formas distintas: nas aulas de ciências ou biologia, nas palestras ocasionais com profissionais externos à escola e por meio de professores que se dispuseram a conversar com os alunos sobre o assunto. De um modo geral, elas não percebem os conteúdos transmitidos em sala de aula sobre reprodução como educação sexual, mas como *informação*, o mesmo ocorrendo em relação às palestras sobre sexualidade, nas quais as doenças sexualmente transmissíveis e o risco da gravidez adolescente eram sempre enfatizados. Na opinião das jovens, as informações transmitidas pela escola são de cunho biológico, no caso da reprodução, e preventivo, no caso da sexualidade. Nenhuma das jovens teve a experiência de um programa de educação sexual sistemático e contínuo na escola, mas somente de atividades esporádicas e descontínuas:

Escola é aquela coisa básica. Em ciências ensinam que o homem tem isso, que a mulher tem aquilo. E aquela palestra sobre relação, mais nada. Então, pra mim, eu não aprendi nada na escola. Tem aquelas matérias que comentam isto: ciências e biologia. Mais, assim, palestras, essas coisas, eu não tive, não. Quando falam o que é o homem e o que é a mulher, eles falam de penetração da vagina pelo pênis, só isso. (Carla)

⁴⁹ Não foi possível colher as impressões de Tamara sobre a educação sexual na escola, pois a jovem deixou a instituição na 5ª. série do ensino fundamental. Segundo ela, o tema não tinha sido abordado até sua saída da instituição.

Na escola tive só sobre reprodução. Acho que na escola é mais em termos de informação mesmo. (Gabriele)

Educação sexual, não. Mas, uma vez teve uma palestra na escola, de um pessoal que veio de fora, e falaram sobre Aids, sobre doença e sobre camisinha. (Giovana)

De todas as jovens, somente Nicole afirmou ter tido uma boa experiência com a educação sexual na escola, mas tratava-se de uma série de palestras numa outra unidade escolar. Ela afirma que, antes disso, não tinha participado de nenhuma atividade sobre sexualidade, sendo que os conhecimentos que tinha até então, eram transmitidos a ela pelas irmãs mais velhas e informações sobre reprodução nas aulas de ciências no ensino fundamental. As palestras às quais ela se refere ocorreram durante o 1º. ano do ensino médio:

Eu aprendi tudo na escola, numa semana de palestra que a professora de biologia levou a gente, foi numa outra escola. Ensinavam sobre o corpo, o que podia acontecer, de doenças, essas coisas. Eu tive as palestras e foi nisso que eu tirei da cabeça a idéia que eu podia engravidar. Porque eu sempre tinha medo de começar, iniciar minha vida sexual e engravidar. Através da palestra, aprendi que podia me cuidar e não engravidar. Cada dia era um tema, era tipo um debate, todo mundo fazia pergunta. Ensinaram tudo, passavam vídeo, aí fazia um teatro com os próprios alunos. Falava sobre doenças, modo de se reproduzir, a tabela, tudo, essas coisas. Foi muito importante porque eu gostei muito da palestra e eu aprendi muito com ela. (Nicole)

O fato de as palestras descritas pela jovem terem sido promovidas em outra escola, com uma platéia desconhecida por ela, pode ter contribuído para sua percepção do sucesso do evento. E é possível, também, que a série de palestras das quais ela participou tenha sido uma forma de organizar e sintetizar alguns conhecimentos que ela foi construindo ao longo da adolescência. Um dos problemas apontados pelas jovens quanto à educação sexual feita na escola diz respeito à falta de liberdade dos alunos e alunas para fazer perguntas, seja aos professores e professoras ou ministrantes das palestras, uma vez que estavam num meio onde todos se conheciam, podendo algumas perguntas constituir motivo de constrangimento diante dos colegas em outros momentos do turno escolar. A fala destas jovens ilustra esta situação:

Teve uma vez, um médico ginecologista que fez uma palestra. Foi num posto de saúde perto da escola, e o pessoal da escola levou a gente O pessoal fez uma volta de cadeira, ninguém falava, ninguém abria a boca. E também eles tinham curiosidade e vergonha de perguntar, porque se o médico perguntasse se alguém tinha alguma dúvida, podia até ter uma dúvida martelando na cabeça, mas não perguntava. Acho que eles tinham medo dos outros ficar zoando com ele depois. (Gabriele)

Escola também tem esse porém, nem todos os alunos pergunta as coisa por causa de vergonha dos outros alunos, aí começam a zoar ele. (Nicole)

Maria Clara e Gabriele mencionaram professoras de ciências e biologia que abordaram o tema da sexualidade em sala de aula como parte dos conteúdos escolares, reconhecendo que essas professoras foram além dos conteúdos, mostrando interesse em esclarecer as dúvidas dos alunos.

Até na 8ª série a gente pegou a mesma professora de ciências. Ela mandava nós trazer uma camisinha pra colocar na mão pra ver como que põe, pras menina aprender. Minha professora de ciências falava muito bem sobre o que era isso. Ela explicava: “Isso é o útero da mulher, aqui vai ficar o nenê...” Nós nunca vai esquecer ela. (Maria Clara)

Professores que falaram sobre reprodução, a gente teve uma só. Foi no 1º. colegial, a professora de biologia, que era bem baixa [vulgar], ela falou, várias coisas. Tinha palestra de vez em quando, mas quem pegou pra falar o ano inteiro sobre reprodução foi ela. Ela falou, ela explicou todos os métodos, todas as doenças, ela explicou da gravidez, explicou do nascimento da criança, explicou bem as coisas, só que ela era uma professora bem baixa [vulgar], então, assim, eu procurava até entender as aulas dela, gostava das aulas dela como professora, mas como mulher pra mim, ela era um fracasso sinceramente. Ela se igualava muito as alunos, falava palavrões. (Gabriele)

No depoimento de Gabriele, crente evangélica, apesar de reconhecer que essa professora era a única que se dispunha a discutir sobre sexualidade com os alunos, refere-se a ela como “baixa” por causa de um episódio ocorrido em sala de aula. Segundo ela, esta professora, ao comentar uma observação de um aluno sobre masturbação, empregou a palavra *punheta*, a qual a jovem julgava ofensiva e não apropriada ao ambiente escolar. Gabriele foi à diretoria e reclamou do comportamento da professora, atitude que colocou todos os seus colegas de classe contra ela. “Ficou todo mundo contra mim porque eles acham que ela tava corretíssima em ser baixa que nem eles. Falavam que a ‘crentinha’ foi na diretoria reclamar.” Na verdade, não foi o conteúdo sexual embutido no significado da palavra o que verdadeiramente incomodou a jovem, pois ela não se sentiu agredida enquanto a palavra *masturbação* estava sendo utilizada no diálogo. O sentimento de revolta só veio quando começou-se a utilizar a palavra popular *punheta*, que apesar ser sinônima de masturbação masculina, carrega um significado associado ao sexo *despudorado*, *sem-vergonha*. Certas palavras, mesmo que correntes no vocabulário de jovens e adolescentes, para ela assumem o caráter de palavrão, devendo ser, portanto, excluídas de conversas em espaços públicos. A palavra evocava um símbolo, que era possivelmente interpretado por ela dentro do conceito normativo de sua religião, daí sua revolta.

Giovana, Carla e Nicole mencionaram a experiência de estabelecer diálogos sobre sexualidade com um professor ou professora, que se prontificavam a conversar sobre sexualidade com alunos e alunas, fora do espaço da sala de aula. As jovens que tiveram esta experiência,

afirmaram procurar o professor ou a professora fora dos horários de aulas para fazer perguntas e confidências:

A gente tinha um professor de física que era muito legal, a gente podia perguntar tudo pra ele. Ele ensinou a colocar a camisinha... A gente, às vezes, ia falar com ele em grupo, ou então, procurava ele, na sala dos professores. Quando era dia dos professores a sala juntava e dava presente só pra ele. Porque a gente gostava mais daquele professor. É um que dava mais atenção pra gente, se interessava mais pela gente. (Giovana)

Eu tive uma professora de história que ficou super minha amiga. Ela era um pouquinho mais velha, ela devia ter uns 25 anos. Então, eu contava tudo pra ela, dos meus namorados dos meus rolos... Uma vez, minha menstruação atrasou e a primeira pessoa que eu fui falar foi com ela. No fim não era nada, mas ela foi muito legal, falou pra eu ir no médico. E depois sempre perguntava como eu estava, o que eu tava aprontando... (Carla)

Era a professora de biologia, eu me identificava demais com ela. Tudo o que acontecia com ela, ela me contava, e eu contava pra ela. Ela confiava em mim e eu confiava nela. Às vezes eu fazia pergunta sobre sexo, quando tinha dúvida, ela sempre explicava muito bem. (Nicole)

As jovens que mencionaram a experiência de interlocução com professores e professoras sobre sexualidade parecem perceber claramente que esta abertura vinha não da escola, mas daquele/a professor/a específico/a. Tanto que algumas delas que afirmaram não ter tido educação sexual na escola, lembraram-se de mencionar o professor ou professora somente quando questionadas especificamente sobre esta possibilidade. Um aspecto importante mencionado pelas jovens sobre a educação sexual escolar, era que esta, quando ocorria, concentrava-se majoritariamente no ensino fundamental, passando tornar-se mais rara no ensino médio:

Eu acho que no ensino médio ele falam muito pouco, acho que deviam falar mais, porque as pessoas tão mais adultas, precisam mais de orientação. Só na minha classe tinha quatro meninas grávidas, cinco, contando comigo. Só que eu sou casada, elas eram solteiras, os namorados largaram... (Gabriele)

Na 6ª. série teve uma palestra sobre gravidez na adolescência e doenças sexuais. Só que nesta época eu já tava grávida, não adiantou muito. (...) No ensino médio, pelo menos até agora, ainda não teve nada. (Maria Clara)

Todas as jovens reconhecem que os conteúdos sobre sexualidade aprendidos na escola, denominados por elas como *informações*, foram importantes, mas, por serem básicos, superficiais e sem a possibilidade de interlocução, não foram suficientes para compor seu repertório sobre o tema, sendo mais uma vez, necessário recorrer a outras fontes.

“As amigas? Bom, as mais velhas às vezes sabem mais”

A troca de informações com os pares é vista pela jovens com muita cautela. Das seis entrevistadas, somente duas consideram as amigas como a principal fonte de informações no campo da sexualidade. Nenhuma mencionou trocar informações com rapazes. As demais, vêm estas trocas com reservas, seja por considerarem as amigas imaturas, ou por já terem recebido uma informação incorreta ou “conselhos” considerados inapropriados, como mostram os depoimentos seguintes, que corroboram as conclusões da pesquisa de Bozon e Heilborn (2006) sobre a importância relativa dos pares nas trocas sobre sexualidade feitas pelas meninas com as amigas.

Eu sou muito reservada. Eu acho que as minhas colegas são menos desenvolvidas que eu. Então, elas não ia ter conselho bom para me dar. Nas minhas decisões, sinceramente, o que menos pesa é as amigas, com certeza. O que mais pesa mesmo é opinião de pai e mãe, o que eu acho que eles vão pensar. (Gabriele)

Essas amiga chegaram pra mim e falaram assim: ‘Ó, vai lá, não precisa se preocupar com nada, mesmo que se for sem camisinha, ele não vai te engravidar, se engravidar, engravidou, você segura ele.’ Vê se isso é coisa que se fale! Nunca fui de falar com as amigas sobre sexo, elas sabem menos do que eu. (...) Elas sabiam que eu era virgem e ficavam falando: “Vai deixar pra terra comer, os bichos”. Se eu fosse seguir os conselhos das amigas, eu tava perdida. (Nicole)

Em colegas eu não confio, não. Minha colega me falou que se você tivesse relação e vocês usasse camisinha, mas depois ele tirasse, (...) o lubrificante dava coceira, então não deveria usar. Hoje eu sei que isso é bobagem, mas como eu era bobinha, não usei mais. (...) A maioria das minhas amigas tiveram filho cedo, também, então, elas não sabe mais do que eu. (...) Eu prefiro falar com alguém mais velho, ou então venho no posto de saúde, mesmo. (Maria Clara)

As duas jovens que consideram as amigas como principal fonte de informações sobre sexualidade tiveram experiências positivas nessa interlocução. Em ambos os casos, as amigas em questão eram mais velhas do que elas:

Ela [a mãe da colega] falava que engravidava, que tinha que usar preservativo, se não, remédio. Ela mandava nós ir no posto buscar. A mãe da minha amiga falava que os home só quer engravidar e depois cair fora. Quando eu tinha uma dúvida, perguntava pra ela. Eu não perguntava pra minha mãe, não. Acho que minha mãe tinha vergonha, eu também não gostava de conversar com ela sobre esses assunto, não. Quase tudo o que eu aprendi foi com a mãe da minha amiga. E com as minhas colega. (Tamara)

Com as amigas aprendi tudo, a usar camisinha, a me prevenir. A gente tinha uma turma de amigas, então, as mais velhas iam falando pras mais novas o que acontecia com elas. Eu acho que aprendi tudo com as minhas amigas, com as mais velhas. (Carla)

Enquanto as amigas nem sempre são consideradas fontes de informação confiáveis sobre sexualidade, elas tornam-se indispensáveis e insubstituíveis quando o assunto a situação é a relação amorosa ou a descoberta de uma gravidez, por exemplo. Insubstituíveis, pois, segundo as jovens, ninguém mais é capaz de entendê-las e apoiá-las de modo imparcial num momento de crise que envolva sentimentos amorosos ou decisões importantes no campo familiar ou mesmo de saúde. Essas trocas, com tom de “desabafo”, não parecem ter como objetivo a busca de uma solução para o problema, mas o simples compartilhar da situação e o consolo de um “ombro amigo”:

Ah, com as colegas, a gente falava dos namorado, das relações. Quando uma perdia a virgindade contava pras outra, como foi, se doeu, se sangrou... A gente falava também o que usava pra não ficar grávida, como cuidava da saúde... Às vezes, eu perguntava alguma coisa sobre relações sexuais, mas elas também não sabiam muito, não. Então, a gente só conversava.(...) Mas se era uma amiga com mais experiência, aí eu até escutava.(Giovana)

Eu fiquei desesperada quando descobri que tava grávida, não sabia o que fazer, quem procurar. Aí, eu fui conversar com uma amiga que já tinha feito um aborto, pra ela me dizer como se faz, porque eu queria fazer. (Maria Clara)

Quando nós brigava [com o namorado], eu procurava a minha amiga, pra conversar, desabafar, chorar... a gente ficava um tempão conversando. E ela também, quando tinha problema, me procurava. (Tamara)

Elas ficavam me falando sobre os namorados, era só essas coisa, pediam conselho, tipo, “acho que meu namorado tá me traindo”, essas coisa. (Nicole)

A iniciação sexual foi tópico de conversa com amigas no caso de algumas jovens, antes de a primeira relação acontecer. No entanto, após a primeira relação, quatro das seis contaram o ocorrido a uma amiga. Tamara e Giovana afirmaram terem sido influenciadas por amigas quando decidiram ter sua primeira experiência sexual.

Ela [a amiga] falava que era bom, pra eu fazer. Ela não era mais virgem, ela já tinha transado. Então, eu ficava curiosa pra saber se doía, ou se não doía. (...) Eu tava ficando com um rapaz, e ela falou pra eu fazer com ele, que se eu não fosse, ela ia. Aí, eu fui. (...) Acho que foi porque ela falou que ia transar com ele. (Tamara)

Minha amiga já tinha perdido a virgindade, então, eu conversei com ela, porque o meu namorado tava pedindo demais. Ela me falou pra pensar bem, e não fazer só porque ela já tinha feito, nem porque o meu namorado tava pedindo, mas pra pensar bem, pra eu não me arrepende depois. (Giovana)

Diante dos depoimentos das jovens, a influência dos pares ou a confiança em seu conhecimento devem ser relativizadas, pois as situações são diversas. Ao passo que existe a

identificação com as amigas, seja por idade ou por compatibilidade, as jovens, em sua maioria parecem selecionar, a partir das próprias experiências, a quem ouvir, porque ouvir, quando ouvir e a quem recorrer em caso de dúvida ou necessidade. Além disso, parecem conhecer os limites do conhecimento das amigas, recorrendo a outras fontes, quando necessário. Portanto, apesar de esta troca de experiências, informações e confidências com as amigas ser importante para elas, este agente socializador não é exclusivo, de modo geral.

“A televisão não ensina nada e revista eu não posso comprar”

As jovens entrevistadas pouco citaram os meios de comunicação de massa como fonte de informações sobre sexualidade. Quando instigadas, citaram a televisão somente como fonte de informações nas campanhas de Aids, reconhecendo que tais conteúdos reforçaram o discurso de outros agentes socializadores quanto à importância da utilização de preservativos. Além dessas campanhas, algumas jovens não percebem outros conteúdos televisivos como passíveis de influência em suas vidas no tocante à sexualidade, nem mesmo as telenovelas, das quais todas são telespectadoras. No entanto, algumas têm uma postura crítica em relação à televisão, julgando-a perniciosas, não para elas, mas para as crianças que acabam assistindo a programas inadequados à sua idade.

Eu não assisto muito televisão, só assisto novela. A maioria da novelas mostra o que poderia acontecer na vida real. Mas a televisão nunca me influencia em nada. Só que passa coisa que não é boa pra criança. Tem uma menina, a vizinha, a menina tem 4 anos, tava com um menino de 5, tinha acabado de tomar banho, pelado, chamou o menino pra deitar em cima dela. É o que mostra na televisão, que a menina fica até de madrugada assistindo televisão, imagina! (Nicole)

Carla ressalta a passividade do telespectador diante dos conteúdos televisivos, em sua percepção. Segundo ela, a televisão não ensina, mas somente entretém. Carla também preocupa-se com o fato de as crianças não serem capazes de diferenciar a realidade da ficção na televisão. A diferenciação entre realidade e ficção também foi citada por Gabriele, que considera a televisão inofensiva, se estiver bem clara essa diferença:

Televisão, você não aprende, você só vê. Então, automaticamente se você vê, você não aprende, você não sabe o que acontece. De repente, uma menina de 8 anos, que não sabe de nada, mas vê alguma coisa na televisão, pode pensar que é verdade. (Carla)

Novela, televisão, filme, eu nunca procurei conciliar na minha vida, porque é tudo uma ficção. É tudo ficção, eles gravam, mas não acontece na vida real. Eu não procuro me firmar nisso. Pra criança, eu não acho bom, não. (Gabriele)

Havia por parte da mãe de Giovana e do pai de Maria Clara, a tentativa de controlar os conteúdos assistidos por suas filhas na televisão:

Minha mãe não gostava que eu visse filme pornô na televisão. Minha mãe não gosta que eu assisto, não, ela fala que isso é muita safadeza. Quando tem cena de sexo, ela não deixava, me mandava ir dormir, ou então, desligava a televisão. Porque tem criança que fica acordada até tarde. (Giovana)

Meu pai implicava até com as novela, acho que era por causa das cena de sexo, né? (Maria Clara)

Giovana percebe a televisão como um veículo que tenta transmitir mensagens e modelos de comportamento, incluindo em seu conteúdo situações que poderiam acontecer na vida real:

Tinha uma novela, *Senhora do Destino*, passou sobre a Daiana que engravidou na adolescência. Aí ela teve a primeira gravidez e teve a segunda, entendeu? Igual a Daiana da novela, arrumou um filho muito cedo. Aí ela teve o segundo e não foi por falta de conselho, porque a mãe dela deu, pediu pra ela se segurar, deu vários conselhos pra ela e ela acabou engravidando de novo na novela. Eu acho tipo que eles quer passar assim pra gente não engravidar muito cedo, sabe? Acho que foi pra se conscientizar melhor, pra gente pensar melhor. (Giovana)

As revistas para adolescentes só foram citadas por três jovens como fontes de informação, sendo que nenhuma delas comprava revistas, lendo somente quando chegavam-lhe às mãos por meio de terceiros, em geral, de amigas. Além dos artigos sobre sexualidade, as jovens citaram as matérias sobre beleza e moda como bastante interessantes:

Eu lia a *Capricho*, a *Atrevida*, aquelas mais antigas, eu tinha uma amiga que assinava e ela me emprestava. (...) O que mais marcou na revista foi saber sobre a TPM, pelo fato de que ninguém tinha me falado ainda. Porque é assim, na verdade eles até explicam camisinha, pílula, e mais uma coisas. (Carla)

Quando eu vejo assim, alguma parte da revista comentando sobre essas parte de relação sexual, eu costume ler sim, pra saber. Revista é aquilo, são fatos de informação que eles tiram com a própria população, então é bem mais ou menos. Mas eu não compro, não, porque é caro. Se alguém me emprestar, eu até que leio. (Gabriele)

Eu lia, assim, a *Capricho*, quando minha mãe trazia do serviço, porque eu não tinha dinheiro pra comprar essas revistas. Ah, às vezes vinha falando assim sobre beijo. Teve uma vez que veio sobre o corpo da mulher. (Giovana)

As jovens não citaram jornais ou a internet como fontes de informação sobre sexualidade, provavelmente por não terem acesso a essas instâncias. Os meios de comunicação não são percebidos por elas como fontes confiáveis de informação sobre sexualidade, sendo que os aspectos socializadores da televisão só são percebidos no que se refere ao público infantil, e elas se sentem imunes a tais aspectos.

“O posto de saúde ensina tudo, vai até o fim”

As entrevistadas declararam sua confiabilidade nas informações e orientações transmitidas em programas de educação sexual no sistema público de saúde, o qual é considerado pela maioria delas, o melhor espaço para se aprender e discutir sexualidade⁵⁰. As falas demonstram que o aspecto da confiança nas informações e no preparo dos profissionais contribuem para que considerem a instituição mais adequada do que a família ou a escola para tratar o tema da sexualidade. Um aspecto destacado pelas jovens foi a possibilidade de interlocução com os profissionais da saúde:

Porque no posto você vem no planejamento familiar, ou em palestras, porque eles sempre fazem palestras, passam filmes. No planejamento familiar que eu participei, eles explicaram muito bem, a gente pode fazer pergunta...(Gabriele)

Porque no posto eles ensinam melhor, explicam direitinho, a gente pode perguntar o que a gente pensa, entendeu? Aí eles vão respondendo, eu acho que eles explicam muito melhor que na escola. (Tamara)

Com o médico você pode falar tudo o que você quiser. O médico te entende, se você não entendeu, ele vai te explicar até você entender. Os profissionais agora, eles tão demonstrando que tem aquela segurança. (Carla)

O nível de detalhamento das informações prestadas e a importância do anonimato no atendimento também foram citados como justificativas para a preferência pelo posto de saúde por algumas jovens:

Porque eles explica, eles mostra pra você, as palestra são bem organizada. Porque, numa roda de amigos, ou com seu pai mesmo, seu pai não vai chegar tocar mesmo no assunto até o final. No posto, não, eles sentam com você, abre, como que é, vai até o final. Pra mim é o posto mesmo, ensina até o final.(...) E eles fala sobre tudo. (...) Quando é no posto, eu tenho mais liberdade de falar, porque a pessoa do posto, ela não me conhece. É bom, podia ser todos os posto assim, que você aprende bastante. (Maria Clara)

Outro aspecto ressaltado pelas jovens é a objetividade e a imparcialidade do posto de saúde no tratamento da sexualidade. Enquanto em algumas outras instâncias as informações vêm carregadas de valores morais e prescritivos, na percepção das jovens, o posto de saúde limita-se a

⁵⁰É necessário considerar que as jovens entrevistadas na pesquisa são usuárias da Casa Ser, que constitui um espaço diferenciado no tratamento da sexualidade, incluindo a perspectiva de gênero no desenvolvimento de suas atividades no campo educativo.

informar, orientar e esclarecer as dúvidas, sem que haja um envolvimento nas decisões das usuárias:

Eu acho que no posto eles são mais preparados pra isso. Acho que o melhor lugar, onde a gente tem mais informação é no posto, a gente tem a certeza do que deve fazer. A família e a escola até poderia ser, mas tem muito *conselho*. (Carla)

Uma vez também, fui no médico, e ele me explicou sobre menstruação. Ele foi muito ético, só explicou mesmo, sem dar conselho nenhum, sem se envolver, assim, na minha vida. (Gabriele)

Existe uma maior liberdade das jovens para esclarecer as dúvidas com as agentes de saúde e com as enfermeiras do que com o médico. O atendimento médico é reservado às consultas ginecológicas, exame Papanicolau, atendimento pré-natal, ou quando ocorre algum problema de saúde sexual como corrimentos vaginais, atraso na menstruação, cistos, entre outros. Para o esclarecimento das dúvidas do cotidiano, ou para falar sobre métodos anticoncepcionais, a preferência é pelas enfermeiras e agentes de saúde. Há também uma preferência das jovens por profissionais mulheres no atendimento, pois afirmam sentir-se à mais vontade com as mulheres. A maior facilidade no acesso à equipe de enfermagem também foi citado como justificativa para uma maior procura pelas enfermeiras:

Quando eu vou perguntar alguma coisa, eu prefiro falar com as enfermeira, ou então com alguma agente. Porque às vezes, a consulta com o médico pode demorar, tem que marcar e esperar. Com a enfermeira é só chegar, qualquer dia, não precisa marcar. (...) Eu prefiro que seja mulher, porque certas coisas não dá pra falar com homem. (Maria Clara)

Eu sempre preferi mulher, tanto que pra fazer ultra-som transvaginal eu não deixei o homem me examinar, fiquei dentro do banheiro trancada até vim a mulher. Minha mãe fala que homem é mais delicado que mulher, mas eu prefiro mulher. (Giovana)

Nicole, que considera a escola o melhor espaço para se tratar da sexualidade, reconhece que os profissionais do posto de saúde têm muito a oferecer às escolas na área de treinamento para o trabalho com a educação sexual. Porém, acredita que nem todos/as jovens frequentam o posto de saúde:

Eu acho que o pessoal da escola deveria ter, tipo, umas aula com o pessoal do posto pra adquirir mais experiência e poder ensinar melhor sobre educação sexual. (...) O posto é ótimo, só que nem todo mundo vai no posto, mas todo mundo vai na escola. (Nicole)

No caso das jovens desse grupo, é necessário considerar que são usuárias da Casa Ser, que constitui um espaço diferenciado para discussão da sexualidade da mulher, o qual adota em seu trabalho educativo uma perspectiva de gênero, apresentando uma abordagem diferenciada para o tratamento da sexualidade. Na percepção do grupo estudado, o posto de saúde possui basicamente

três características importantes que o diferenciam da família e da escola na abordagem da sexualidade: 1) localiza-se próximo a suas residências e fica aberto o dia todo; 2) confidencialidade e anonimidade no atendimento; 3) melhor preparo dos profissionais para tratar de assuntos referentes à sexualidade.

É importante também ressaltar que nem sempre o sistema público de saúde oferece um atendimento isento e acolhedor. Maria Clara, atendida num hospital após uma tentativa de aborto, foi repreendida pela equipe médica por seu ato:

Eu não contei o que eu fiz, não, eu falei que eu caí. Mas a minha sogra contou. Mas, aí, quando eles vieram, eles falaram assim: “Cê não pensou em fazer aborto não, né? Porque isso é o maior pecado.” Falaram um monte: “Imagine se eu pegar você e começar a te furar. Você não vai sentir dor? É a mesma coisa com a criança.” Aquilo me deu um remorso que se eu soubesse, eu não tinha feito. Eu agradeço todo dia a Deus por meu filho não ter nascido com seqüela, que tem criança que nasce. (Maria Clara)

Essa admoestação da equipe médica mostra o despreparo de alguns profissionais da saúde em lidar com questões polêmicas como o aborto, que envolve uma série de aspectos complexos que incluem as relações de gênero. O atendimento prestado pelo hospital revela o moralismo que ainda permeia os discursos de alguns agentes socializadores, os quais também são construtores das representações de gênero presentes na estrutura social.

“Juntando tudo, a gente forma uma coisa só”

O processo de bricolagem, ou seja, a capacidade de juntar fragmentos, reorganizar, remanejar e construir conhecimentos a partir da “colagem” de sinais do mundo (Martuccelli, 2002) surge como a principal característica dos modos como as jovens entrevistadas edificam seu acervo de saberes sobre sexualidade. Buscam ativamente por conhecimentos que permitam a elas resolver as situações que emergem em seu cotidiano sexual e reprodutivo. Quando as instâncias tradicionais de socialização não conseguem cumprir o papel de informá-las e formá-las, recorrem a outros espaços, buscam a interlocução com outros agentes e articulam uma base de conhecimentos que lhes permita tomar decisões e resolver as situações que se apresentam.

Das seis jovens, quatro afirmam que gostariam de ter recebido mais informações sobre sexualidade da família, sempre citando a figura da mãe. A ausência de informações na família é mencionada pelas jovens como justificativa para a busca de informações em outros espaços, embora haja o reconhecimento de que outros espaços de discussão também são necessários:

Se minha mãe me ensinasse, né? Aí não precisava ficar perguntando pros outro. Queria que fosse na família. Na escola, também, mas não teve. (Tamara)

Quando a mãe conversa com a pessoa, eu acho o melhor lugar, mas poucas mães falam. (Gabriele)

Eu preferia que fosse com a minha mãe, mas como ela nunca falou comigo sobre isso, eu tive que perguntar pra outras pessoa. (Giovana)

Eu preferia saber mais na minha casa, mas na escola pra mim também é importante falar sobre isso, porque é muito difícil em escola falar. (Nicole)

As jovens demonstraram buscar informações sobre sexualidade de modo bastante ativo, sempre que precisam. Fazem perguntas em diversas instâncias, somam, avaliam e comparam informações. Reconhecem a importância de todos os agentes socializadores no processo, muitas vezes, estabelecendo uma hierarquia entre eles:

Quando eu tenho alguma dúvida, eu pergunto primeiro pra minha mãe. Se ela me fala com certeza o que já aconteceu com ela e ela sabe que é igual, então às vezes eu nem pergunto pro médico pra saber. Mas assim, se ela não dá certeza, que nem, não aconteceu com ela, aí eu procuro o médico. (...) Ou então procuro num livro. (...) Já aconteceu de eu perguntar pra minha mãe, pro meu marido, pro médico e também procurar num livro. Assim, para ver se a informação é a mesma. (Gabriele)

O depoimento de Carla sintetiza de forma mais clara o processo de bricolagem, no qual, a partir de fragmentos dispersos e pulverizados pelos diversos espaços, as jovens dão sentido e unidade ao conjunto:

No meu caso, a família contribuiu com os conselhos. O médico, porque ele tá te auxiliando no que você deve fazer em relação à saúde, e também é mais preservado. Com as amigas, aprendi tudo. Professoras, algumas coisas sobre relações e sobre preservativos. Namorado, também aprendi tudo. (...) Aquela sua amiga mais velha que já tinha relação, você vai juntando tudo assim... mais o pouco que eu aprendi na escola e eu vendo as minhas amigas, a gente vai juntando um pouquinho das coisas. Na verdade, de pouquinho em pouquinho, cada coisa a gente vai aprendendo com uma pessoa. Juntando um pouquinho de cada lugar que você pega informação, você vai juntando e acaba formando uma coisa só. (Carla)

A idéia de complementaridade surgiu nas falas das jovens quanto ao papel de cada agente. Parece existir entre elas clareza sobre as diferenças entre a educação sexual familiar, mais prescritiva e carregada de valores morais, e a educação sexual nos espaços institucionais, como a escola e o posto de saúde, segundo elas, mais objetiva. A educação sexual em espaços institucionais parece ser importante pela possibilidade de discussão das diversas opiniões, situações e experiências, o que confere a elas uma ampliação do conhecimento sobre sexualidade. As dimensões pública e privada da sexualidade, mencionada por Louro (2001) também aparecem

como características importantes no processo de bricolagem. A discussão pública do tema é ressaltado pelas jovens como forma de conhecer o pensamento e a experiência de outros/as jovens sobre a questão.

Quando é com a mãe, ela ensina o que ela acredita, o que ela aprendeu, e não é generalizando, envolvendo outras pessoas. Eu acho, sim, que tem que se envolver outras pessoas, pra saber outros tipos de opiniões, mesmo se a gente tem uma mãe que sempre incentiva assim, mas é sempre bom. Você estar com outras pessoas, saber se elas têm os mesmos pensamentos que você, ou se com elas aconteceram as mesmas coisas do que com você, ou até você no futuro, você pode se prevenir pra não acontecer com você o que aconteceu com elas. Mas não substitui aquilo que minha mãe me ensina. Acho que se complementam, assim, se juntam, mas não substitui. Sempre tem que juntar uma com a outra, e cabe a nós saber qual ta certa e qual ta errada. (Gabriele)

Eu acho que tem que falar com os jovens, na família, na escola, no posto... Quanto mais informação, melhor, né? (Maria Clara)

As jovens recorrem aos diversos agentes socializadores, guiadas por motivações e situações distintas. Embora a confiança seja a principal base para as consultas, a disponibilidade de acesso ao agente também é importante. As jovens do grupo entrevistado recorrem ao posto de saúde para suas dúvidas cotidianas, sobretudo para esclarecer dúvidas sobre métodos contraceptivos. Recorrem às amigas para trocas de confidências, ou em busca de apoio emocional em situações de crise, como a desconfiança ou a certeza de uma gravidez. Recorrem à família para obter apoio às suas decisões já tomadas ou situações ocorridas. Todas as jovens declararam ser a família a instância mais importante para apoiá-las em qualquer situação, seja no campo educacional, profissional, afetivo, sexual ou reprodutivo.

Minha mãe pra mim é a pessoa mais importante, porque eu sei que ela nunca vai me abandonar. Eu não tenho pai, mas pra mim não importa, porque eu sei que ela é o meu pai e minha mãe. (Giovana)

O que pesa pra mim é o que a minha mãe e meu pai vão pensar. Eles me orientam, me ajudam, me apóiam. Eu sei que eles sempre vão tá me apoiando. É isso que conta (Gabriele)

Eu sigo muito o que o meu pai fala, em tudo. Porque eu sei que ele quer o melhor pra mim, e que eu sou pra ele a única filha que não deu trabalho. Ele sabe que pode confiar em mim. (Nicole)

Tudo eu pergunto para o meu pai. Até hoje, que eu já tô casada, mas tudo é ele que me aconselha. (Maria Clara)

Minha mãe. Porque eu sei que ela nunca vai me virar as costas. (...) Com o meu pai, eu não conto, não, porque ele não sabe conversar, só sabe bater. Mas a minha mãe, não. (Tamara)

Eu sei que posso contar com a minha mãe em qualquer situação. É com ela que eu conto pra tudo. (Carla)

Apesar de as jovens reconhecerem que todos os espaços de educação sexual são relevantes, existe um limite de ação de todos os agentes socializadores que é a subjetividade do próprio sujeito. Informações e orientações são muito importantes e servem de base para a tomada de decisões no campo da sexualidade, porém, em última instância, é o sujeito quem decide o que fazer. A fala desta jovem ilustra esta afirmativa:

Eu vi no posto uma palestra, com uns cartaz assim sobre as doenças, a gravidez, sobre o aborto. É, eles fala, assim: “Isso aqui é pra vocês que tá novo, que precisa curtir a vida antes de pensar em ter filho, porque filho não é assim, filho é responsabilidade, você tem que pensar muito antes de fazer um filho.” Minha mãe sempre me disse isso também; na escola, também. Mas, assim, eu quis ter o meu filho, sabe? Agora, isso serve porque eu não quero ter o segundo. Ele vai ser o primeiro único, eu não quero ter mais. Se eu pudesse operar, eu queria. (Giovana)

A influência de fatores culturais e subjetivos parece ser bastante relevante na vivência da sexualidade e da reprodução. Todas as jovens entrevistadas tinham conhecimentos sobre a utilização de métodos contraceptivos e da importância da proteção às doenças sexualmente transmissíveis. No entanto, coube somente a elas a decisão de utilizar ou não os métodos, de arriscar-se ou não a uma gravidez, e mesmo de planejar a maternidade.

1.2 A socialização e os modelos de gênero

Para além dos discursos informativos sobre sexualidade, estão os modelos de gênero representados pelos agentes socializadores⁵¹ nas interações face a face experimentadas pelas jovens em sua vida cotidiana. Esses modelos constituem o pano de fundo no processo de bricolagem, e sobre ele são costurados os discursos dos agentes socializadores. Nesse sentido, a análise das experiências de socialização a partir dos modelos buscará ressaltar três aspectos que parecem fundamentais.

⁵¹Esta pesquisa procurou ater-se aos agentes socializadores percebidos pelas jovens como importantes em sua socialização para a sexualidade. Quanto aos modelos de gênero, as falas ressaltam a família, as amigas e os parceiros como produtores de experiências que forjam modelos relevantes nas construções de identidades generificadas. A igreja mostrou-se importante somente no caso de uma jovem; a mídia não é percebida como agência socializadora e produtora de modelos nesse grupo. O trabalho, importante espaço de construção de representações de gênero, foi de fundamental importância para as duas jovens que não engravidaram na adolescência. As experiências de trabalho dessas duas jovens, por serem essenciais em suas representações de maternidade, serão descritas no item 2 deste capítulo. Não foi possível empreender a análise detalhada da escola e do sistema público de saúde como produtores de modelos de gênero no âmbito desta pesquisa. Sobre a escola como instância importante nas construções identitárias, uma boa quantidade de trabalhos tem sido produzidos nos últimos anos. O sistema público de saúde como produtor de modelos, constitui um importante caminho investigativo a ser explorado.

O primeiro aspecto, é que a socialização familiar constitui o fundamento das trajetórias sociais dos indivíduos jovens. As experiências de socialização familiar das entrevistadas na pesquisa, como se verá, trazem a marca das estruturas desiguais das relações de gênero, que estabelecem determinados caminhos identitários a serem trilhados. Porém, a identificação com os modelos, que é automática na socialização primária, não segue a mesma regra na socialização secundária. A identificação é tecida a partir de reiteraões e tensões com esses modelos. Nessas tensões é possível observar pequenas mudanças que se processam no interior das relações. Nesse sentido, buscando desconstruir a noção de fixidez mencionada por Scott (1995), que confere às relações de gênero um caráter bipolar inflexível, buscou-se destacar as tensões e os conflitos que surgem no questionamento dos modelos familiares com o objetivo de enfatizar que as mudanças podem parecer pequenas, mas estão ocorrendo.

O segundo aspecto, é que a família não é o único agente socializador a fornecer modelos que impactam as construções das identidades de gênero. As trocas com os pares e as interações afetivo-sexuais também apresentam modelos que serão essenciais nas construções identitárias jovens, seja pela identificação ou rejeição a esses modelos.

O terceiro e último aspecto é que a socialização para a sexualidade e reprodução está ligada de forma indissociável da socialização para a educação e para o trabalho, e é neste ponto que os discursos familiares tentam ser mais contundentes do que os modelos. As perspectivas educacionais e profissionais das jovens têm grande peso em suas práticas contraceptivas e no modo como pensam a maternidade.

As famílias das jovens entrevistadas na pesquisa da pesquisa são originárias de São Paulo, capital e interior, e de cidades do nordeste brasileiro. As composições familiares são diversas. Três das jovens vêm de famílias nucleares tradicionais, ou seja, com pai, mãe e filhos vivendo juntos, organizados na hierarquia tradicional de gênero e geração, sendo que a composição básica permanece a mesma desde sua formação. Duas outras jovens vêm de famílias chefiadas por mulheres, nunca tendo conhecido seus pais. Uma das jovens foi criada pelo pai, com o auxílio da tia materna quando perdeu a mãe aos 5 anos de idade, tendo o pai unido-se a uma nova companheira. As mães das jovens, em sua maioria, foram mães adolescentes, em idades que variam de 15 e 18 anos à época do nascimento do primeiro filho. A exceção fica por conta de uma das mães, a qual, solteira, teve a primeira filha aos 26 anos. As diferenças de idade entre pais e mães variam de 3 a 10 anos, sendo eles sempre mais velhos do que elas.

A maioria das jovens entrevistadas afirma que elas e suas famílias são católicas, porém, não frequentam a igreja, a não ser em batizado e casamento, e não reconhecem a igreja como agências socializadoras⁵². O caráter socializador da religião parece ser importante somente para a família de Gabriele. O cotidiano da família dessa jovem é organizado em função da religião evangélica da qual a família é seguidora. Suas relações sociais circunscrevem-se no âmbito da igreja. Os conflitos do cotidiano, não solucionados por meio do diálogo em família, são levados à igreja para aconselhamento com os líderes, sendo que a solução resultante do diálogo é considerada a “vontade de Deus.” Para as jovens que afirmam frequentar esporadicamente alguma igreja, parece haver uma resignificação da religião em função de suas próprias convicções construídas a partir de suas experiências, conforme mostram essas falas:

O padre falava assim que a gente tinha que ficar virgem até o casamento. Eu já tava transando, mas mesmo assim, ia na igreja [Católica]. (...) Mas eu acho que Deus me aceita (...) Sempre fui católica praticante. (...) Agora, já faz tempo que eu não vou. (Giovana)

Os irmão da igreja [Assembléia de Deus] vive me convidando pra eu me batizar, mas eu acho que ainda não tô pronta. Eu gosto de ir lá, porque quando a gente tá triste, fica alegre. (...) Eu não quero me batizar agora, porque ia ter que parar de fumar, parar de sair... (...) E se eu me batizar, e depois desviar da igreja, vai ser mais um pecado que eu vou levar nas costa. (...) Então, eu prefiro ir como visita, quando eu tô triste. (Tamara)

Quase todas as jovens atingiram um nível de escolaridade superior ao de seus pais e bastante semelhante ao de seus irmãos e irmãs. A maior parte de pais e mães cursou o ensino fundamental completo ou incompleto, enquanto a maioria das jovens concluiu ou está cursando o ensino médio. A mãe de uma das jovens cursou o ensino superior por quatro anos, desistindo no último ano por questões financeiras.

Na metade das famílias, as mães trabalham fora, sendo que duas são chefes de família. Todos os pais presentes nas famílias exercem atividades remuneradas, sendo sua remuneração a principal fonte de renda da unidade doméstica. Das mães que têm empregos fora de casa, uma é auxiliar de limpeza em um hospital, outra é empregada doméstica e a última, funcionária pública da prefeitura; as demais mães são donas de casa. Os quatro pais presentes nas famílias ocupam postos de trabalhos nas seguintes ocupações: motorista de caminhão, entregador de leite, varredor de ruas e motorista de ônibus.

⁵² É importante frisar que as religiões, sobretudo a Igreja Católica, no Brasil, são poderosas produtoras de representações simbólicas de gênero, sobretudo por meio de seus discursos e de seu posicionamento político em relação a questões que envolvem a mulher, como a sexualidade, o aborto e a maternidade. Portanto, embora as religiões não sejam reconhecidas como agências socializadoras pela maioria das entrevistadas, as representações produzidas por estas, por vezes, são evocadas pelas jovens para justificar algumas de suas posições.

Pelas lembranças de infância e adolescência das jovens, é possível perceber que cresceram em ambientes nos quais as identidades e papéis de gênero eram bem marcados conforme o sexo biológico, cabendo aos pais as resoluções familiares importantes, pedindo a opinião das mães na hora da tomada de decisões. A educação dos filhos e filhas era geralmente delegada à mãe, principalmente em relação a seu comportamento e desempenho escolar. Gabriele mencionou que sua mãe, que antes realizava trabalhos esporádicos como diarista, decidiu parar de trabalhar quando a jovem engravidou, para cuidar dela e também para poder dedicar-se mais à educação do filho mais novo. A figura da mãe abnegada, principal cuidadora dos filhos, surge na figura dessa mãe:

Porque ela falou que ela [a mãe] prefere ficar comigo, cuidar de mim. (...) Ela também tá se dedicando agora pro meu irmão que está numa idade difícil. Ela tem que aconselhar, ela tem que ficar perto dele, ele é um pouco rebelde, mas se ela não ficar agora na idade que ele ta... Ele ta com 13 anos. (Gabriele)

A infância é lembrada por maior parte das jovens como o período no qual os brinquedos e brincadeiras ocupavam a maior parte de seu tempo, sendo que a maioria delas brincava com bonecas, fogõezinhos, pulavam corda e jogavam amarelinha, em geral com outras meninas, enquanto os irmãos jogavam futebol, saíam de bicicleta, soltavam pipas e envolviam-se em outras atividades com outros meninos fora de casa. Essa socialização familiar diferenciada para meninos e meninas não era aceita sem resistência por todas as jovens. Essas pequenas resistências não eram bem aceitas por alguns pais, que tentavam, por meio dos discursos, fazer aflorar a “feminilidade” das filhas:

Eu só brincava com coisa de homem. Era carrinho de rolimã, futebol, empinava pipa. Era só com os menino da rua, ficava jogando futebol, até hoje eu jogo. Meu pai falava que eu tinha que brincar com boneca, não de brincadeira de homem. Quando eu era menorzinha, que não tinha peito ainda, eu andava de bermuda, sem camisa. Eu nunca me vesti de mulherzinha. Aí minha mãe falava que eu tinha que usar camiseta, que eu era menina, mas como eu tinha o cabelo curtinho todo mundo falava que eu era menininho. (...) Também não gostava de ficar ouvindo historinha de princesa, de Banca de Neve, essas coisa. Achava isso daí coisa pra menina. (Nicole)

Eu era chamada de Maria-João ou Maria-Machinho, uma coisa assim. Porque eu não gostava de boneca, não gostava de brincar de casinha, não gostava de pular corda, nada que menina gosta, eu gostava. Eu gostava de jogar bola no meio dos marmanjos. (Gabriele)

Estes depoimentos mostram que os símbolos considerados socialmente femininos, como cores e estilos de roupa e brinquedos “apropriados” eram rejeitados por essas jovens na infância. Nicole e Gabriele contaram-me que não aceitavam as interferências familiares em seus brinquedos e brincadeiras, até que as famílias acabaram por aceitar suas escolhas.

A divisão de tarefas domésticas na maioria dos lares das entrevistadas também era percebida por elas como diferenciada, cabendo às mulheres da casa arcar com a maior parte do trabalho, mesmo quando trabalhavam fora, sendo que os homens, ou não realizavam tarefas domésticas, ou se encarregavam de tarefas selecionadas, mais “fáceis” e com menor frequência. No grupo de entrevistadas, a importância das tarefas domésticas era enfatizada pelas mães com base em duas justificativas, além da necessidade de que *alguém* as fizesse: treinamento explícito para o futuro papel de dona de casa, e a aquisição de habilidade para o mercado de trabalho doméstico:

Minha mãe fala: “As minhas filhas podem ter se casado nova, mas casaram sabendo fazer tudo, comida, limpar a casa.” A gente sempre soube fazer tudo. (...) Quando ele [o marido] trabalhava, ele não ajudava, mas eu nunca tirei a razão dele. Eu sempre procurei fazer a minha parte, à modinha antiga. Quando ele chega, a janta tá pronta, a casa tá arrumada. Porque estressa o marido chegar e não ter nada pronto, não ter uma janta pronta, a pia cheia de louça, ou a casa criando bicho, como se diz. (...) (Gabriele)

Minha mãe é empregada doméstica (...) Desde que eu era pequenininha, ela falava que eu tinha que aprender a fazer tudo dentro de casa, pra eu aprender, pra poder trabalhar depois, pra arrumar um serviço (...) E também pra eu cuidar da minha casa quando eu casasse (...) Meu irmão nunca fez nada dentro de casa, minha mãe nunca pediu pra ele. Só pra mim e pra minha outra irmã. Meu pai também, nunca ajudou, não. (Tamara)

Quando eu morava com a minha avó, eu fazia uma faxina básica, nada de muito pesado, não. Como agora é só eu, minha mãe e o meu irmãozinho (...) as duas trabalham e ainda tem que tomar conta dele, ficou mais pesado, tem que fazer. Mas eu sou super preguiçosa, quando não precisava fazer eu sempre dava um jeito de escapar. Mas agora não dá mais. (Carla)

A jovens que têm irmãos, reclamam da pouca ou nenhuma ajuda destes no trabalho em casa, mas nunca se recusaram a realizar as tarefas domésticas por este motivo, segundo elas por “pena da mãe”, que teria que arcar sozinhas com todo o trabalho, caso elas não ajudassem. Esse posicionamento mostra o quanto o serviço doméstico se inscreve simbolicamente no campo feminino de ação:

Só eu ajudava a minha mãe no serviço de casa. Meus dois irmão nunca fazia nada, nem o meu pai, então, sobrava pra mim e pra minha mãe. Eu ficava com raiva, porque eles só sujavam as coisas, e não ajudavam em nada. (...) mas eu ficava com pena da minha mãe. (Nicole)

A maioria das jovens que têm pais declararam que eles não ajudam suas esposas no serviço de casa, mesmo quando estão desempregados ou de folga do trabalho. O pai de Gabriele constitui a única exceção a esta regra:

O meu pai sempre ajudou a minha mãe. Mesmo ele trabalhando fora e ela não, nos fins de semana, eles fazem a faxina da casa juntos, ele ajuda em tudo. Durante a semana, ele chega tarde

do serviço, mas mesmo assim, lava a louça depois da janta. Sempre foi assim, desde que eu me lembro. (Gabriele)

Uma ruptura no modelo da divisão de tarefas domésticas entre meninos e meninas surge no depoimento de Giovana que me revelou que, durante sua infância e adolescência, sua mãe delegava as tarefas domésticas não a ela, mas ao filho mais velho, não permitindo que a filha se envolvesse em tal serviço. Na percepção de Giovana, sua mãe queria que ela se dedicasse aos estudos, e por este motivo a liberava das obrigações domésticas, o que já pode ser considerado um sintoma de mudança na busca por um lugar feminino diferente para a filha, já que ela, mãe, trabalha como auxiliar de limpeza. Giovana declarou também que o atual companheiro de sua mãe, que vive com a família, reclama constantemente que a jovem não colabora no serviço da casa, ao que a mãe retruca: “Não reclama, é minha filha e eu criei ela assim, a culpa é minha, mas eu quis assim.” As tarefas domésticas mais leves só foram sendo delegadas a Giovana numa idade em que muitas meninas das classes populares já são responsáveis por todo o serviço doméstico da casa:

Ele [o irmão] reclamava, mas ela queria que ele fizesse, não me deixava fazer nada. Aí, meu irmão falava: “Não vejo a hora dessa menina crescer pra ela te ajudar, porque ela é mulher.” Ele lavava a louça, varria o chão, cozinhava e eu ficava em casa e não fazia nada, ela não queria que eu fizesse. Eu acho que ela queria que eu estudasse. Acho que quando eu tinha uns 11 anos ela já pedia pra eu lavar a louça, só isso. Mas cozinhar até hoje, eu mal sei fazer um arroz. (Giovana)

Na percepção de algumas jovens, só cabia aos meninos as tarefas mais “fáceis” e aquelas que implicassem sair do espaço doméstico, como por exemplo, fazer compras, limpar o quintal, ou que envolvessem força física, como erguer móveis ou ajudar a mãe com sacolas de feira, numa típica estrutura de gênero, baseada nas diferenças percebidas entre os sexos. Maria Clara parece ter se conformado a esse modelo, afirmando considerar importante que o irmão aprenda algumas tarefas domésticas essenciais, mas não todas:

Meu pai não gostava que meu irmão lavasse roupa, antes eu não entendia, mas acho que homem não tem que ficar lavando roupa, mesmo. Cozinhar é mais fácil, ele [o irmão] vai ter que aprender a fazer isso, se não vai morrer de fome, ou se não, vai ter que arrumar uma mulher que só cozinhe pra ele. Lavar roupa é coisa de mulher. (Maria Clara)

Quase todas as jovens citam os pais como adultos de referência, sobretudo a figura da mãe, a qual consideram como exemplo de força, coragem e dedicação aos filhos e à família. A brecha fica por conta de Nicole, que, ao contrário das outras jovens, raramente menciona a mãe em suas falas. Sua referência é uma tia paterna, modelo de independência e de inserção diferente das outras mulheres da família:

Ela [a tia] é solteira, não pensa em ter filho, que nem eu, mora sozinha, tem 39 anos. Ela não admite homem mandar nela, por isso que eu me espelho na minha tia. Eu gostava do jeito dela, ela batalhava pelo que ela queria, sempre o que ela queria, ela sempre conseguia. Ela sempre trabalhou pra sustentar meus avós. Eu admiro a força de vontade dela, determinada no que ela queria. Tudo o que ela fazia eu aprendi com ela, até hoje. (Nicole)

As jovens entrevistadas citam como principais motivos de conflitos com os pais a desigualdade na distribuição de tarefas domésticas, a pouca liberdade que tinham para sair, em comparação com os irmãos e também a discordância dos pais em relação às roupas que gostavam de usar. A maioria delas afirma que os conflitos com os pais eram resolvidos na base do diálogo, sem o emprego de violência. Tamara mencionou a violência do pai na resolução de conflitos entre as gerações:

Como pai pra gente ele era ruim, muito ruim. Ele só sabia bater, ele não conversava, já ia batendo. O meu irmão, então, ele espancava, pisava na cabeça do meu irmão. Aí, teve um dia que ele bateu tanto na gente que eu fugi de casa umas quatro vezes. Aí depois minha mãe veio atrás de mim, sempre a minha mãe, né? Porque ele, não. (...) Se a gente comia alguma coisa ele já queria bater, falava que nós ia acabar com tudo. Aí batia, aí nós ia embora, eu e o meu irmão. (Tamara)

As jovens mencionaram que seus pais, sobretudo o pai, para aquelas que o tinham, procuravam controlar seus horários e saídas de casa, sendo que este controle estendia-se às amizades que podiam ou não cultivar e aos programas que podiam ou não assistir na televisão. Enquanto a mãe opera como a orientadora e cuidadora, o pai se responsabiliza pelo estabelecimento das regras e pela disciplina das filhas, no caso de desobediência às regras. Elas percebem esse controle como bem menor sobre as atividades de seus irmãos. A obediência às regras gerais era observada por algumas jovens, mas de um modo que pudessem quebrá-las por meio de negociações, sem entrar em confronto direto com os pais:

Meu irmão podia fazer tudo, sair, namorar, e eu tinha que ficar em casa, porque minha mãe não me deixava sair. Eu não podia nem usar calça com o cós baixo porque minha mãe falava que mostrava tudo. (...) Eu usava calça baixa, uso até hoje, mas não muito baixa, mesmo assim ela reclama. (Giovana)

Nunca me deixaram ir pra baile, salão, essas coisa. Só podia ir nas festinhas de aniversário e na igreja. (...) Meu pai nunca deixou a gente usar roupa transparente, nem curta, nem muito apertada. Ele gostava que a gente se reservasse, que a gente não tinha que ser aquelas mulheres toda apresentada. (...) Eu já fui uma pessoa que usava roupa escandalosa, como calça comprida, miniblusa. Mas parei depois que a gente entrou pra igreja. (Gabriele)

Meu irmão de 18, assim, ele pode sair, ele sai, dorme fora, meu pai não fala nada. Porque eu saio e volto de madrugada, ele pega no meu pé. Só o horário de chegar que eu não obedeco muito. Agora, ele [o pai] não põe mais horário, eu chego a hora que eu quero. Ele fala: “Você é de maior, você faz o que você quer”. Menos tatuagem. E piercing. Ele fala pra eu não colocar porque senão fica cicatriz feia. (Nicole)

Bom, lá em casa é só eu, né? Eu sou quase filha única, meu irmãozinho ainda é bebê. Mas com a minha mãe nunca tive problema pra sair, não. Só que ela quer saber tudo, onde eu tô, com quem eu tô, pra onde eu vou, quem vai buscar. E também ela quer conhecer todo mundo, meus namorados, rolos, *ficantes*, amigas, todo mundo. Mas minha mãe é super liberal. (Carla)

Por outro lado, as resistências que causavam conflitos diretos, também ocorriam. Tamara, inconformada com o duplo padrão de gênero estabelecido por seu pai para ela e o irmão, assumia o risco e confrontava a autoridade paterna:

O meu irmão podia levar as namorada pra dormir em casa e eu não podia namorar nem fora de casa. (...) Mas eu ia pros baile com as colega, fugia e ia, nem que fosse pra apanhar depois, mas eu ia. Já apanhei muito do meu pai por causa disso. (Tamara)

Os discursos familiares sobre educação e trabalho demonstram o desejo dos pais de que as filhas tivessem um futuro melhor que o deles próprios, ou no mínimo, pudessem estudar o bastante para inserir-se no mercado de trabalho. A maioria das mães acompanhava a vida escolar das filhas, conferindo cadernos, comparecendo às reuniões de pais e mestres na escola, conversando com professores e professoras sobre seu desempenho e comportamento. Nesse grupo, pode-se perceber que o envolvimento de pais e mães na educação dos filhos deu-se de maneira distinta. Enquanto as mães acompanhavam a rotina escolar dos filhos, cabia aos pais exortá-los quanto à importância da educação para seu futuro e discipliná-los quando não cumpriam com suas obrigações escolares. Os discursos dos pais sobre a importância da educação eram reforçados também pelas mães. Na ocorrência de mau desempenho escolar ou questões de disciplina, cabia às mães informar-se sobre o problema, e aos pais, repreender as filhas:

Meu pai falou: “O que eu quero pra vocês é um futuro melhor, por isso eu dou de tudo pra vocês, e a única obrigação que vocês tem é o estudo. É a única coisa que vocês tem que se preocupar.” Então, eles sempre influenciaram. Eu acho que o maior conselho que eles me deram é pra continuar sempre nos meus estudos, pra poder ser alguém na vida, e é o que até hoje eu sigo por base. (Gabriele)

Meu pai sempre falou que o bom dos filhos é a nota, porque amanhã no futuro, você vai precisar delas, ele reclamava porque ele nunca estudou, ele só sabe escrever o nome dele. Então, ele fala: “Aprenda a estudar enquanto pode, porque depois cê não volta mais atrás o tempo.” (Maria Clara)

O pai de Nicole a alertava sobre a importância dos estudos para a conquista da independência, usando as experiências das duas filhas mais velhas como exemplo de destino possível a uma jovem que pára de estudar por causa da gravidez. A condição de dependência, violência e privação vivida pelas filhas mais velhas era vista por este pai como resultado de escolhas erradas no campo da sexualidade e da reprodução:

Como as minhas irmãs engravidaram cedo e pararam de estudar, meu pai sempre me falou que era muito importante eu estudar para não acabar que nem elas. Mas, eu sempre gostei de estudar, nunca tive problema, sempre tive ótimas notas. (Nicole)

Giovana conta que sua mãe, chefe de família, sempre trabalhou muito para sustentar os filhos, mas mesmo assim, comparecia às reuniões da escola, olhava os cadernos e acompanhava as notas de perto. Seu objetivo era que os dois filhos terminassem os estudos, o que significa, em sua concepção, a conclusão do ensino médio. Essa mãe não permitia que a filha realizasse tarefas domésticas, nem trabalhasse fora para que pudesse dedicar-se inteiramente aos estudos. Aparentemente, almejava para a filha um destino profissional diferente e melhor que o seu:

Uma vez meu irmão parou de estudar, ela [a mãe] falava assim que se ele não estudasse, ele não ia morar mais aqui dentro, aí ele foi e voltou a estudar de novo, aí agora ele terminou. Eu falava: “Mãe, quero parar de estudar.” Ela falava assim: “Para quê? Você vai ser uma faxineira que nem eu?” Porque eu falava pra ela assim, que eu queria ser auxiliar de enfermagem, aí ela falou assim: “Então, você estuda, porque com estudo já tá difícil, sem então, você nem imagina, tá pior.”(Giovana)

A necessidade do trabalho sobrepõe-se à importância da escola no caso de Tamara, conforme o discurso de seus pais. Aparentemente, os pais não alimentavam expectativas em relação à escolaridade de seus/suas filhos/as; a expectativa repousava em sua inserção no mercado de trabalho o mais cedo possível. Segundo Tamara, seus pais não compareciam às reuniões de pais e mestres, nunca perguntaram por seu desempenho na escola e não acompanhavam o cotidiano escolar dos filhos/as. A jovem pensa que o fato de sua mãe ser analfabeta e o pai ter estudado muito pouco contribuíam para seu desinteresse na trajetória escolar dos/as filhos/as. Na infância, Tamara cuidava do irmão pequeno para que seus pais pudessem trabalhar, e para isso, faltava constantemente na escola, a pedido da mãe. Quando resolveu abandonar de vez a escola na 5ª. série para trabalhar como empregada doméstica, como a mãe, não encontrou resistência por parte dos pais.

Quando eu parei de estudar, eles não falaram nada. Quando meu irmão parou de estudar, eles também não ligaram, não. Eles só falaram assim: “Não quer estudar, então fica aí burro, analfabeto, quando precisar de um emprego, vai trabalhar aí nas cozinha dos outro, ou então, puxando enxada.” (...) O meu pai falava que a gente tinha que trabalhar para se sustentar, que ele não ia ficar sustentando vagabundo, não. Aí, eu parei de estudar e fui trabalhar. Não tinha nada pra comer em casa, nem leite pro meu irmão. (Tamara)

O ingresso das filha no ensino superior constitui o desejo de uma mãe. A mãe de Carla, que é chefe de família, a incentiva para que continue os estudos, propondo-se inclusive a ajudá-la financeiramente para que isso se concretize:

Minha mãe quer tanto que eu faça faculdade, porque ela fez, só parou no final porque não teve dinheiro pra terminar, mas foi quase até o fim. (...) Antes eu não ligava muito, mas depois, no ensino médio, comecei a pensar... e resolvi que eu quero mesmo estudar, ter uma carreira, ser independente. É importante ter um diploma pra ter um futuro melhor. (...) Quero até fazer a mesma faculdade que a minha mãe fez: educação física. (Carla)

O sonho do ensino superior também se faz presente nos planos de outra jovem (Nicole), com a diferença de que o sonho foi se construindo a partir de suas próprias experiências. Apesar de contar com o incentivo dos pais, conta somente com seus próprios recursos para que o sonho do ensino superior se materialize. Para isso, pretende primeiramente ingressar e fazer carreira na Polícia Militar (seu pai já foi policial), e depois de alguns anos, iniciar o ensino superior para aumentar suas chances de promoção na carreira.

As aspirações profissionais das jovens parecem estar bem próximas às expectativas que suas famílias depositam sobre elas. As duas jovens que não engravidaram na adolescência têm planos educacionais e profissionais mais ambiciosos do que as demais. Elas falam com entusiasmo sobre seus planos de carreira e curso superior, dando ênfase na realização pessoal que estes planos possam trazer. Parecem buscar uma inserção social que suas famílias não atingiram. As quatro jovens que engravidaram na adolescência têm sonhos profissionais bastante semelhantes: fazer um curso técnico profissionalizante que lhes aumente a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho formal.⁵³ Aqui, o curso surge como o instrumento para ingresso no mercado de trabalho formal, e o trabalho surge como meio de sobrevivência.

A independência, ou pelo menos a autonomia financeira feminina, é um discurso recorrente em todas as famílias das jovens entrevistadas, sobretudo no discurso das mães das jovens. Aquelas que tinham irmãos percebem diferenças nos discursos dos pais em relação ao trabalho, quando dirigidos a elas e a seus irmãos. Enquanto para os irmãos as recomendações enfatizavam a importância do trabalho para que possam se sustentar, e futuramente às esposas e filhos, para elas, os pais e mães ressaltam a importância de ter seu próprio dinheiro para ter certa autonomia, para não ficar dependendo só dos homens, ou para poder ajudar os maridos nas despesas domésticas. Nesse sentido, o trabalho e a renda surgem como desejáveis, porém não

⁵³ Coincidentemente, todas as quatro jovens que engravidaram na adolescência desejam ingressar na área da saúde como campo profissional, seja como enfermeira, auxiliar de enfermagem ou técnica de RX. A área da saúde emprega um grande número de mulheres nas carreiras mencionadas pelas jovens e é uma das áreas nas quais as características normalmente associadas ao feminino, como o cuidado com o outro, revela-se de maneira mais explícita no exercício profissional. Minha hipótese é de que as referências positivas com os modelos profissionais da área de saúde sejam mais estruturantes para elas do que suas experiências na escola, por exemplo, ou em outros espaços institucionais. Mais uma vez, é importante frisar que as entrevistadas são usuárias da Casa Ser, cujas características diferenciais estão descritas no Capítulo II.

imprescindíveis. Acredito que essa constatação possa significar uma pequena mudança na direção de uma maior independência feminina, ainda que seja parcial:

Ela [a mãe] sempre falou pra gente terminar os estudos e que é bom ter uma estabilidade financeira no futuro, porque não é bom ficar dependendo só do marido. (...) Meu pai falava que é bom ter um dinheirinho a mais pra gente gastar com a gente. (Gabriele)

Meu pai falava para eu estudar para poder arrumar um emprego pra ajudar o meu marido nas despesas da casa. (Maria Clara)

Eles falava pra nunca ficar dependendo de homem, que eu tinha que arrumar um serviço, pra me sustentar e ajudar a família. Eles falava isso desde que nós era criancinha, que a gente tinha que trabalhar para ajudar a comprar comida. Aí, eu fui trabalhar com 13 anos. (Tamara)

Porque meus pais falam: “Nunca fica dependendo homem”. Porque eu tenho o exemplo da minha irmã, ela quer comprar alguma coisa, tem que ficar à disposição do marido dela; quer trabalhar não pode; quer estudar, não pode. (Nicole)

As recomendações sobre a importância da independência financeira feminina, em oposição a somente uma certa autonomia, parecem ser mais contundentes nas duas mães que criaram suas filhas sozinhas, sem companheiros:

Minha mãe falava isso, que eu tinha que ser independente, trabalhar, ganhar meu dinheiro. Eu quero trabalhar, quero ser independente, porque eu quero ter minha casa, quero morar sozinha com meu filho, eu e ele. Do jeito que a minha mãe me criou, sozinha, sem depender de homem. (Giovana)

Minha mãe sempre falou que eu tinha que ser independente, poder me sustentar e ter as minhas coisas, independente de eu casar ou ter filho. Ela sempre foi independente, me criou sozinha, sempre estudou e sempre correu atrás do que ela queria. (...) Ela sempre fala que a gente tem que trabalhar no que gosta, então eu escolhi fazer educação física porque eu adoro. (Carla)

Os modelos familiares parecem ter maior influência na trajetória das jovens do que alguns dos discursos das famílias sobre prevenção e adoção de métodos anticoncepcionais. Do ponto de vista reprodutivo, quatro das seis jovens parecem seguir bem de perto as trajetórias de suas mães, tendo filhos por volta da mesma idade e em condições semelhantes de pobreza e escassez material. Embora tenham atingido escolaridade superior às das mães, a maternidade parece ter sido a escolha dessas jovens como decorrência de um modelo de gênero assimilado. No entanto, é importante frisar que a identificação com os modelos é tensa, apresentando rupturas. O depoimento seguinte ilustra como Nicole planeja romper com os modelos familiares, com a busca de uma inserção social diferente da mãe e das irmãs, por meio da educação e do trabalho:

Eu não pretendo ter filhos. Eu quero fazer carreira na polícia, fazer faculdade pra subir de cargo (...) quero morar sozinha, viajar, curtir muito a minha juventude. (...) Eu tenho as minhas irmãs

que engravidaram cedo e eu vejo como é a vida delas, só cuidando de criança, dependendo do marido pra tudo, não podem estudar, nem trabalhar. (...) Eu quero ter uma vida muito diferente das minhas irmãs. (Nicole)

Observa-se alguns pontos em comum nas trajetórias afetivas sexuais e reprodutivas das jovens e as de suas amigas, como por exemplo a idade da primeira relação sexual e o fato de terem ou não filhos. As jovens contam que começaram a namorar mais ou menos na mesma época que as amigas mais íntimas, tendo sua primeira relação sexual também por volta da mesma época. Portanto, os modelos de trajetória até aí se assemelham. O que parece afastar os laços de convívio entre as amigas é a reprodução.

Torna-se difícil ter certeza se as trajetórias são parecidas porque elas são amigas, e constituem modelos mútuos de gênero, ou se a aproximação ocorreu em função da semelhança das trajetórias. Aquelas que têm filhos, em geral são amigas das que também têm filhos, o mesmo acontecendo com as que não são mães. Parece haver um distanciamento entre as amigas quando uma delas engravida e a outra não, provavelmente por conta das novas responsabilidades assumidas pelas jovens mães, que passam a dispor de tempo mais restrito para o cultivo de interesses comuns. As jovens que tiveram filhos mencionaram que quase todas as suas amigas também já são mães. As jovens que não tiveram filhos mencionaram seu afastamento das amigas que se tornaram mães em decorrência da dedicação das jovens mães a seus bebês, conservando em seu círculo de amizades mais próximo as jovens também sem filhos. A afinidade de projetos e interesses parece ser o fator mais importante na formação e manutenção dos laços de amizade. Uma vez que já não haja essa compatibilidade, os laços de amizade tendem a enfraquecer:

As minhas amiga, tudo já tem filho. Eu fui a última. Tinha uma que estudou comigo, mora aqui no prédio. Ela também ta desempregada, então, a gente sai junta pra procurar emprego. (Giovana)

Eu tenho a minha comadre, que é madrinha do meu filho. Ela já é mais velha do que eu, já têm dois filhos. A gente conversa bastante enquanto as criança tão brincando. (Maria Clara)

Na minha classe tinha quatro grávidas bem na época que eu fiquei. Mas era só colega. A minha melhor amiga é a minha irmã, que também teve nenê depois de mim. Conheço algumas meninas que não têm filho, mas não são amigas, só conhecida aqui da rua. (Gabriele)

As experiências reprodutivas das amigas na mesma faixa de idade parecem ter tido impactos diferentes sobre as jovens. Aquelas que engravidaram na adolescência, em geral, parecem ver as experiências de suas amigas que também engravidaram com maior solidariedade, ressaltando os aspectos positivos da vivência da gravidez e da maternidade:

Teve uma que engravidou com 15 anos e o namorado não assumiu. Foi difícil pra ela contar pra família, o pai dela ficou bravo, mas hoje o menininho é a alegria da casa, ela agora tem mais responsabilidade. (Giovana)

A minha colega ficou grávida com 16 anos e teve uma menininha que é a coisinha mais linda. (...) A família acabou aceitando, ajuda, tudo... (Maria Clara)

Tem a minha amiga que engravidou com 14 anos. Agora o nenê já tem uns três anos e ela teve que trabalhar pra ajudar os pais dela a criar ele, a mãe dela cuida quando ela vai pro serviço. (...) Ela é empregada doméstica e tudo o que ela ganha vai pra aquele menino, compra roupinha, sapato... (Tamara)

As duas jovens que não engravidaram na adolescência, tendem a considerar as experiências das amigas que engravidaram como negativas, servindo tais experiências para reforçar seu desejo de não ter filhos na juventude:

Eu tenho uma amiga de 18 anos que engravidou, o cara não quis nem saber, falou que o filho não era dele. (...) Uma outra amiga minha, engravidou porque achou que o cara ia ficar com ela, mas não adiantou nada, ele se mandou. (...) Minha prima engravidou com 19 anos, o namorado foi embora e ela tentou fazer um aborto, o menino acabou nascendo deficiente. (...) Muitas amigas que cresceram comigo hoje já têm filho, não tão trabalhando, nem estudando, e os pais é que ajudam. (Carla)

Conheço várias. As minhas duas irmãs engravidaram na adolescência. Uma com 16, a outra com 18. Hoje, tão aí, nem trabalhando, nem estudando, cuidando de criança, uma apanha do marido... (...) Tem a minha vizinha de 14 anos que engravidou, ficou com medo de morrer, porque ela era muito nova e acabou fazendo um aborto, a mãe dela acabou descobrindo... (...) As meninas que estudaram comigo, quase todas já têm filho, algumas tão criando o filho sozinha, porque o pai não assumiu. (Nicole)

As experiências acumuladas no convívio com namorados, maridos e companheiros também revelam-se socializadoras para as jovens. Elas reconhecem que sua relação com os parceiros, de um modo geral, não é fácil, apesar dos laços afetivos que os unem. A reclamação mais comum é sobre a característica, tida por elas como masculina, de querer tomar as decisões no relacionamento, tentando assumir o controle sobre o comportamento delas. Ciúmes também foram citados como motivos para desentendimentos com namorados e maridos.

As representações de homem que elas têm são modeladas a partir das características do namorado, marido, companheiro e dos *ficantes* em geral, e a partir dos comentários das amigas sobre seus próprios parceiros, além dos modelos dos próprios pais, irmãos, amigos, parentes e conhecidos. Parece haver uma generalização das representações de homem a partir dos modelos que elas conhecem e a partir de representações do senso comum:

Ah, homem você tem que saber lidar com ele, né? São tão cabeça dura, teimoso, quer mandar. (Maria Clara)

Homem, você sabe, é um bichinho danado, ele não agüenta muito tempo [ficar sem manter relações sexuais]. A gente é que tem que segurar. (Gabriele)

Homem, se você não souber levar... Minha mãe fala: “Giovana, cuidado, não deixa ele [o namorado] mandar em você, homem, se você deixar mandar, ele aproveita.” Mas eu tento ir levando ele, com jeito. (Giovana)

De um modo geral, as jovens que estão num relacionamento amoroso, tentam aceitar as regras do convívio impostas pelo parceiro, contando com a “astúcia” para tentar manipulá-los, mantendo uma relação de aparente igualdade. Algumas, apesar de certas atitudes de resistência, parecem acomodar-se nos papéis tradicionais de gênero, delegando ao parceiro o poder de decisão sobre os rumos do relacionamento. Porém, outras questionam fortemente as regras e por vezes se rebelam contra esta dominação, desafiando o poder dos parceiros. Parece haver um aprendizado na relação com os parceiros que as leva, por vezes a questionar os modelos de gênero presentes em sua socialização familiar:

O meu ex-namorado, o pai do meu filho, não queria que eu trabalhasse, só se fosse em firma que só trabalha mulher. Uma vez, eu soube de uma vaga de frentista de posto de gasolina pra mulher, e eu fui lá ver. Ele falou pra mim: “Você não vai. Não vou te deixar trabalhar lá.” Eu falei: “Eu vou, sim.” Ele falou: “Se você for, eu vou terminar com você”. Eu falei: “Por mim, tudo bem.” E fui, só que quando eu cheguei lá já tinha gente trabalhando na vaga. Se eu conseguisse o emprego, eu ia trabalhar, ele que se conformasse. Minha mãe falava pra eu não deixar ele mandar em mim. (Giovana)

O três depoimentos seguintes, colhidos Gabriele, em momentos diferentes ao longo de quase um ano, mostram que a convivência com o marido foi mudando suas representações sobre os papéis atribuídos a homens e mulheres no relacionamento. Durante o período de entrevistas, o marido, desempregado, procurava, sem sucesso, uma colocação no mercado de trabalho. Esta jovem vem de uma família evangélica, na qual os papéis tradicionais de gênero modelam as condutas e constituem parte importante da socialização das filhas.

Pra mim, eu já te falei: é dever do homem trabalhar e trazer o sustento pra mulher e pros filhos, e o dever da mulher é tomar conta da casa e das crianças. É o que eu acho. (Gabriele, na 1ª. entrevista, quando ela estava grávida de quatro meses)

Ele fala que não quer que eu trabalhe. Só que prefiro trabalhar, ter a minha independência, porque uma pessoa ficar socada 24 horas dentro de casa estressa, não tem como, estressa, e principalmente cuidando de filho. Agora, minha filha depende de mim, ela precisa da mãe ali do lado dela. Eu quis ter ela, então eu tenho que também querer cuidar dela. (Gabriele, na 3ª. entrevista, quando sua filha estava com dois meses)

Porque eu falei pra ele que eu ia arrumar emprego: “Se você não consegue arrumar nada, eu consigo.” Eu falei pra ele: “Eu não casei pra isso, pra depender da minha mãe. Se você não consegue, eu te garanto que eu consigo arrumar emprego.” (...) Ele acha que eu ia mudar minha cabeça, porque a maioria das mulheres que trabalham, elas começam a ver o movimento.(...) Com

certeza, eu acho que eu vendo outros tipos de pessoas, homens melhores do que ele, eu não ia agüentar o que ele faz comigo. Eu acho que todas mulheres que trabalham, têm sua vida própria. (Gabriele, na última entrevista, quando sua filha estava com sete meses)

Portanto, as experiências acumuladas no convívio com o marido foram socializadoras, no sentido de que provocaram o questionamento dos modelos de gênero assimilados na socialização familiar. Os seguintes depoimentos também exemplificam esse processo de mudança. Tamara sempre sofreu violência por parte do pai, e posteriormente do primeiro companheiro, do qual engravidou e teve um aborto espontâneo. Com o segundo companheiro, que também era violento, as coisas começaram a mudar:

Eu sentia medo, porque ele era violento e tinha uma arma. Batia na minha cabeça com a arma, batia com o revólver na minha cabeça, dava bicuda nas perna, às vezes apontava a arma pra mim, falava que ia me matar, na nóia. Continuava lá porque gostava dele, né? Agora não gosto mais. O mundo ensina a gostar e a desgostar. (Tamara, sobre o primeiro companheiro, na 1ª. entrevista)

Ele me batia no começo, mas agora bate mais, não. Agora eu não faço mais nada errado, não. (Tamara, sobre o segundo companheiro, na 3ª. entrevista)

Eu briguei com ele e falei pra ele nunca mais bater ni mim. Porque se ele bater, eu também parto pra cima dele, não vou mais aceitar isso, não. (Tamara, sobre o segundo companheiro, na última entrevista)

Outro exemplo de mudança a partir das experiências no convívio com o namorado é o caso Giovana, que terminou o relacionamento de oito anos com o pai de seu filho, após o nascimento da criança, por não concordar com o comportamento dele com o uso de drogas.

Eu engravidei por insistência dele [o namorado], eu preferia deixar pra depois. Quando eu engravidei, ele queria alugar uma casa pra gente ir morar junto, mas eu não quis, por causa de que eu não quero morar de aluguel. Mas, assim que der a gente vai morar junto. (Giovana, grávida de oito meses na 1ª. entrevista)

Ele achava que eu tava muito gorda. Ele falava assim: “Eu sou acostumado com você bem magrinha, de repente você fica gorda”. Eu falava pra ele: “Você ta me achando feia né?” Ele falava assim: “Não, você tá esquisita, nunca vi você assim, gorda desse jeito”. Ele falava que eu tava gorda, só que eu me achava bonita. Ele começou a me maltratar. (Giovana, grávida de nove meses, na 2ª. entrevista)

Falei pra ele assim: “Eu não quero esse exemplo pro meu filho. Quando a gente começou a namorar não tinha isso, não vai ser agora que eu vou aceitar”[o uso de drogas pelo namorado]. Durante a minha gravidez que eu fui vendo e falei que não dava mais pra continuar desse jeito. (...) Eu falei pra ele: “Eu não preciso disso, eu tenho o meu filho, não vou me sentir tão sozinha assim.” (Giovana, quando seu filho estava com um mês, na 3ª. entrevista)

Eu terminei com ele. Ele não mudou, não tinha jeito.(...) Eu ainda gosto dele, oito ano de namoro a gente não esquece assim, né? Mas eu não quero esse exemplo pro meu filho. Agora, só quero arrumar um emprego pra criar o meu filho. (Giovana, quando seu filho estava com sete meses, na última entrevista)

As duas jovens que não tiveram a experiência da gravidez na adolescência declararam não ter conseguido, até o momento, manter um relacionamento duradouro com nenhum namorado, pois, mais cedo ou mais tarde, eles tentam ditar as regras e “mandar” nelas, e isso elas afirmam não admitir:

Tava tudo bem, mas depois de cinco meses de namoro, ele começou a tentar controlar os meus horários, as minhas roupas, as minhas amigas. Aí, eu falei que não dava mais. Nunca deixei homem mandar em mim, não era agora que ia começar. (...) Eu ainda gostava dele, mas achei que não dava mais. (Nicole)

O máximo que eu já consegui namorar foi quatro meses. Mas aí, ele começou a ficar com ciúmes de tudo, dos meus amigos. Mande ele passear. Estou bem melhor sozinha. Pó isso que eu prefiro só ficar, não tem compromisso, a gente fica, depois cada um vai pra sua casa. (Carla)

Alguns namorados, maridos e companheiros, mostram algumas atitudes de maior flexibilidade nas relações com as jovens, conforme mostram os depoimentos seguintes. Essas exceções parecem confirmar que não há fixidez nos modelos de gênero, conforme querem fazer parecer os conceitos normativos (Scott, 1995) e que ninguém é 100% masculino ou feminino, conforme Faria e Nobre (2000). As tensões existem e são elas que fazem com que haja mudanças nas estruturas sociais.

Quando eu engravidei, eu quis parar de estudar, um pouco por vergonha da gravidez, mas também pra me preservar da correria que ia ser a escola. Foi o meu marido que não deixou. Ele falou: “Não pára, falta só um ano e meio pra acabar, não vale a pena, eu te ajudo no que for preciso pra você não parar.” Aí, de tanto ele insistir, eu resolvi terminar o curso. Ele me ajudava com o serviço da casa, pra eu fazer lição, ia me buscar na escola... Só não parei porque ele insistiu muito. (Gabriele)

Ah, ele me ajuda em casa, faz tudo, até cozinha. Ele fica com o menino pra eu poder ir pra escola à noite, dá banho, coloca ele pra dormir. Quando eu chego tá tudo arrumado. Se não fosse ele, eu ia ter que parar de estudar de novo. (...) No fim do ano passado eu consegui um “bico” bom numa agência do correio, só que tinha que trabalhar de madrugada. Ele cuidava do menino e da casa pra eu poder trabalhar e dormir de dia. (Maria Clara)

Os maridos, namorados e companheiros, em sua maioria, não querem que as jovens trabalhem fora de casa. Porém, é importante ressaltar que o tipo de trabalho que se apresenta a essas jovens é bastante precário, além de informal e mal-remunerado. Talvez seja possível aventar a hipótese de que esses parceiros desejem poupá-las das condições precárias nas quais estariam trabalhando, sendo exploradas, ganhando pouco e não dando conta dos serviços domésticos e dos cuidados com os filhos. Estamos falando de jovens que vivem há 35 km do centro de São Paulo, num bairro onde o emprego é escasso, e quando surge uma oportunidade, é em forma de “bico”, normalmente na entrega de folhetos em semáforos, ou panfletos de

supermercados. Nesse tipo de emprego, as jovens passam horas de pé, no sol, sofrendo assédios de diversas ordens, sem alimentação e sem nenhum direito. Nessas condições, poderia ser precipitado afirmar categoricamente que a posição dos parceiros quanto ao trabalho feminino seja fruto do machismo presente nas relações de gênero.

Nesta parte do trabalho, analisou-se as experiências de socialização das jovens entrevistadas, com destaque para suas experiências na família, na relação com os pares e na interação com os parceiros. Foi possível perceber, por meio das falas das jovens, a importância da socialização familiar em suas trajetórias, sendo essa socialização baseada nas desigualdades das relações de gênero, porém apresentando rupturas e tensões na apreensão dos modelos, indicando que esta apreensão não se dá de maneira passiva e sem questionamentos.

Foi também possível explorar um pouco as experiências de socialização com as amigas e os parceiros, o que mostra que a família, apesar de importante, não está sozinha na produção dos modelos. As interações com os parceiros mostrou-se altamente socializadora para as jovens. É no momento da interação com o sexo oposto num contexto afetivo-sexual que as relações de gênero tornam-se mais reflexivas para as jovens. O que antes havia sido experimentado majoritariamente pela observação dos outros significativos e das amigas passa a fazer parte das experiências de vida das moças, desencadeando tensões e questionamento dos modelos.

Outro aspecto explorado, foi a importância da socialização para a educação e para o trabalho na construção dos modelos de gênero, pois esta fundamenta os modos pelos quais as jovens fazem planos e avaliam suas perspectivas educacionais e profissionais. O resultado dessa elaboração pode ser fundamental na construção da trajetória sexual e reprodutiva dessas jovens.

O próximo tópico trará as experiências das jovens entrevistadas no campo da sexualidade e da reprodução, a partir das experiências de socialização narradas nesta parte.

2. Experiências de sexualidade e reprodução: assimetrias de gênero

Antes de descrever as experiências de sexualidade e reprodução das jovens entrevistadas, fazem-se necessárias algumas considerações iniciais sobre a descoberta da sexualidade como uma etapa importante na construção das identidades sociais das pessoas adolescentes. Na adolescência, com a conquista progressiva de maior autonomia frente à família, o indivíduo adentra novos espaços de sociabilidade, nos quais as interações com os pares, aí incluindo as interações afetivo-sexuais, se intensificam. Essas novas interações trazem modelos de gênero que também são muito importantes na construção identitária.

Entre as descobertas importantes que o indivíduo faz na adolescência está a conscientização do corpo como poderoso instrumento de prazer. Essa descoberta envolve dimensões importantes que incluem a identidade sexual, a orientação sexual, bem como o erotismo e o desejo, e são experimentadas por meio de pensamentos, crenças, atitudes e valores (Castro, Abramovay e Silva, 2004). Nesse sentido, a descoberta do corpo, base material da sexualidade, torna-se também um processo do descobrimento de suas possibilidades e limites:

(...) embora o corpo biológico seja o local da sexualidade, estabelecendo os limites daquilo que é sexualmente possível, a sexualidade é mais do que simplesmente o corpo. (...) estou sugerindo que o órgão mais importante nos humanos é aquele que está entre as orelhas. A sexualidade tem tanto a ver com nossas crenças, ideologias e imaginações quanto com nosso corpo físico. (Weeks, 2001, p. 38)

Num momento em que a consciência do corpo aflora, a iniciação sexual pode, em diferentes dimensões, condicionadas por fatores diversos, constituir o primeiro portal atravessado pela pessoa jovem em direção à vida adulta. No entanto, o mundo adulto atua no sentido de controlar essa sexualidade, numa tentativa de evitar suas possíveis conseqüências, como as doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez. Esse controle pode surgir dissimulado na forma de dogmas religiosos, modelos moralizantes ou até mesmo em programas de educação sexual.

A sexualidade pressupõe aprendizado. Esse aprendizado ocorrerá dentro de determinadas regras sociais pré-determinadas, sobre as quais o indivíduo adolescente construirá suas experiências:

A sexualidade, em seu sentido mais amplo, é uma forma de pensar e sentir que se caracteriza por conter uma existência que está para além das consciências individuais, é um domínio da vida social em que o indivíduo é levado a agir de acordo com um conjunto de disposições previamente estabelecido e fundado nas representações sociais. (Leal, 2005, p. 63)

Portanto, a inserção da pessoa adolescente nos domínios da sexualidade também significa o aprendizado e a incorporação dos modelos de gênero construídos socialmente e presentes também em seus novos espaços de sociabilidade e em sua interação com diferentes agentes socializadores.

O aprendizado da autonomia se faz permeado pela descoberta das regras que presidem a relação entre os gêneros e as dificuldades daí decorrentes. (...) Está em questão o aprendizado do domínio das regras sociais que presidem a exposição do sentimento, o contato entre os corpos e o exercício sexual, o que requer certo tempo. (Brandão, 2004, p. 65)

A iniciação sexual, assim como o exercício da sexualidade em seu sentido mais amplo, faz emergir as desigualdades socialmente construídas entre homens e mulheres, dentro das quais ocorrem as interações. Nesse sentido, as regras construídas e consolidadas historicamente se fundamentam basicamente na premissa de que o impulso sexual dos homens é mais forte e urgente do que o das mulheres (Salem, 2004), e de que as mulheres, além serem dotadas de um impulso sexual menos vigoroso, detêm um maior controle sobre suas atitudes na esfera da sexualidade. Essa premissa básica acaba por gerar conseqüências de diversas ordens, sobretudo no campo da prevenção da gravidez e das doenças sexualmente transmissíveis, que podem colocar mulheres jovens em posição de desvantagem em suas experiências no âmbito da sexualidade.

As interações afetivo-sexuais que ocorrem na adolescência são importantes para a construção identitária. Tais interações têm sofrido modificações ao longo da história e se processam de modo diferente nas diversas culturas. Até algumas décadas atrás, as relações afetivas juvenis ocorriam majoritariamente no âmbito do chamado *namoro sério*, no qual havia um compromisso formal, que muitas vezes envolvia as famílias, com o objetivo de casamento num futuro não muito distante. Como eram limitadas as possibilidades de exploração da sexualidade permitidas socialmente aos namorados, sem que houvesse um comprometimento da reputação, sobretudo da jovem, grande parte dos jovens casais iniciava sua vida sexual somente após o casamento. Isso não impedia, no entanto, que o jovem rapaz se iniciasse mais cedo, em situações menos formais, não sendo permitido o mesmo à jovem. Mesmo com as transformações sociais ocorridas nas últimas décadas, as quais trouxeram uma maior liberalização dos costumes, a conduta esperada das mulheres ainda pressupõe uma subordinação do desejo sexual ao contexto afetivo:

A literatura sobre iniciação sexual feminina tem destacado ser recorrente que esta aconteça subordinada a um vínculo afetivo, em conformidade com a hierarquia de gênero que organiza as relações sociais no país. (Brandão, 2004, p. 67)

Com os ares da mudança soprando sobre todos os setores das relações sociais nas últimas décadas, o comportamento sexual juvenil também se viu afetado por transformações. As representações da virgindade feminina como valor a ser preservado até o casamento foram sofrendo mudanças e, ao longo da segunda metade do século XX, sua importância vem diminuindo gradativamente nas relações afetivo-sexuais.

Essa estrutura mais flexível propicia o surgimento de novos contextos nos quais se dão as primeiras experiências no campo da sexualidade. Como parte dessas mudanças, adolescentes e jovens brasileiros/as vêm explorando um modo de relação que permite a exploração da sexualidade de forma mais livre e descompromissada: o *ficar*. Para Rieth (1998), o *ficar* é diferente do namorar, pois trata-se de um envolvimento passageiro, que não pressupõe compromisso entre os jovens, pautando-se pelo interesse na variedade de conquistas e na necessidade da auto-afirmação.

O caráter de experimentação do *ficar* confere às pessoas jovens a possibilidade de conhecer-se através do outro e explorar sua sexualidade, com menor risco de sofrimento por desilusões amorosas. Porém, embora o *ficar* pareça, à primeira vista, um tipo de relacionamento no qual as relações de gênero são menos desiguais, a premissa básica que estabelece o que é adequado a homens e mulheres no campo sexual, a partir das diferenças biológicas entre os sexos, continua válida nesse tipo de interação. Uma grande variedade de *ficantes*, ao passo que depõe contra a reputação da jovem, consolida socialmente a representação viril do jovem rapaz.

Simultaneamente às transformações ocorridas nas relações afetivo-sexuais juvenis, o surgimento da Aids no início da década de 1980, trouxe um componente de perigo ao exercício livre da sexualidade, mobilizando governos do mundo todo à adoção e divulgação de medidas de proteção, por meio da utilização do preservativo masculino. A juventude do início do século XXI, portanto, já entrou na adolescência sob novas condições restritivas à sua iniciação sexual. Neste sentido, o *ficar*, que traz a possibilidade da ocorrência de relações sexuais, pode acrescentar um elemento a mais de vulnerabilidade às relações ainda desiguais entre homens e mulheres jovens:

O *ficar* radicaliza a imprevisibilidade e a intermitência que caracterizam as relações sexuais juvenis. Esta modalidade de relacionamento parece comprometer, ainda mais, o exercício da decisão feminina no que diz respeito à prevenção, tendo em vista a pouca intimidade entre os

parceiros, cujas repercussões são agravadas em um cenário regido pela lógica assimétrica de gêneros. (Heilborn, 2002, p.22)

A prevenção à gravidez e às doenças sexualmente transmissíveis constitui questão complexa nas interações afetivo-sexuais entre jovens, sobretudo na adolescência. A resistência por parte de alguns jovens ao uso do preservativo masculino, associada à falta de assertividade de algumas jovens em exigí-lo, têm sido responsáveis por um grande número de relações sexuais desprotegidas, que podem levar à gravidez ou às DSTs. O tema é complexo porque não se trata de simples informação ou acesso ao preservativo. Trata-se de decisões em um campo íntimo, no qual as relações afetivas e as representações de gênero desempenham um papel central.

A falta de assertividade das jovens em exigir do parceiro o uso do preservativo pode ocorrer por diversas razões, quase todas com raízes nas relações de gênero: não querer dar ao namorado a impressão de que mantém relações sexuais paralelas, provar ao parceiro que confia nele e no caráter estável e monogâmico do relacionamento, ceder ao desejo dele de não usar o preservativo, entre outras. Não são muitas as jovens que carregam consigo o preservativo masculino, pois isto poderia indicar o planejamento antecipado da relação sexual, a previsão da eventualidade de esta acontecer, ou ainda, indício de um comportamento sexual promíscuo:

Conforme os ditames culturais internalizados pela socialização de gênero e das atitudes na esfera sexual prescritas, é mais difícil para as mulheres se preparar para uma primeira relação sexual protegida, pois isto implicaria uma forma de previsão e, portanto, de postura ativa, deixando entender que elas são “experientes”, o que levanta dúvidas sobre sua moralidade. (Heilborn, 2006, p. 37)

O aprendizado da contracepção, ao invés de uma simples incorporação de conhecimentos, é construído a partir das experiências das pessoas jovens em suas interações afetivo-sexuais, tendo caráter processual (Brandão, 2004). Os depoimentos das jovens entrevistadas na pesquisa, descritos a seguir, exemplificam as diversas lógicas que regem a utilização da contracepção nas relações sexuais juvenis.

Iniciação sexual, paixões, descobertas e decisões

O contexto de ocorrência da primeira relação sexual foi diverso para as seis jovens entrevistadas na presente pesquisa. Apesar de cinco delas viverem com suas famílias de origem na época da iniciação sexual, a decisão da primeira relação parece ter sido tomada com bastante autonomia por elas. Não houve diálogo ou consulta às famílias na época da decisão, mas em

alguns casos, houve uma diálogo das jovens com amigas. Analisando as condições da primeira relação sexual das jovens, um aspecto que fica bastante evidente é que elas chegaram à primeira relação sexual num contexto de diversas assimetrias com seus primeiros parceiros.

A primeira desigualdade observada entre as entrevistadas e seus parceiros foi a diferença de idade do casal à época da iniciação sexual. As jovens tinham de 13 a 19 anos, sendo os parceiros mais velhos do que elas, com diferenças variando entre 4 e 10 anos. Essa diferença corresponde aproximadamente às diferenças de idade entre os pais e as mães das jovens. A superioridade etária do homem nos relacionamentos amorosos parece subsistir na cultura brasileira, mas não se restringe a ela. Das seis jovens, cinco tiveram sua primeira relação sexual sendo solteiras, situação que também se assemelha à de suas mães.

Todas as jovens afirmaram conhecer a escolaridade do primeiro parceiro sexual. Em cinco dos casos, eles tinham mais anos de estudo do que elas e em um caso, o casal tinha a mesma escolaridade. Essa situação difere um pouco daquela presente nos relacionamentos dos pais e mães das entrevistadas, os quais tinham majoritariamente um nível escolar bastante próximo (ensino fundamental completo ou incompleto). Todos os parceiros tinham o ensino médio completo à época da primeira relação sexual com elas, ao passo que elas, ou estavam cursando o ensino fundamental, ou cursando o ensino médio, e em um caso, a jovem tinha abandonado a escola no ensino fundamental. A maior escolaridade dos rapazes pode ser explicada, em parte, pela idade superior deles em relação a elas.

Pelas falas das jovens, foi possível constatar que seus parceiros compartilhavam condições socioeconômicas bastante semelhantes às delas e de suas famílias à época do início dos relacionamentos. Embora não tenha sido uma das perguntas, quatro jovens mencionaram algumas das características dos primeiros parceiros que mais lhes chamaram a atenção: “alto, bonito e tinha curso técnico”, “ele era alto e lindo”, “ele era gostoso” e “ele tinha moto” foram expressões utilizadas pelas jovens.

Em todos os seis casos, a abordagem das jovens, seja para aproximação amorosa ou sexual, foi feita por iniciativa dos jovens namorados ou *ficantes*, o que também parece ocorrer nas demais faixa etárias. Cinco delas relatam, também, terem mostrado certa resistência às investidas sexuais dos parceiros num primeiro momento, concordando em manter relações sexuais com eles numa fase posterior. Esta também é uma característica bastante comum nos relacionamentos amorosos entre homens e mulheres. Diante da insistência deles, para serem

consideradas moças “sérias”, elas devem mostrar certa resistência às primeiras investidas sexuais, caso contrário, temem serem consideradas “fáceis” pelos rapazes.

Outra diferença que se destaca no contexto da primeira relação é a experiência sexual anterior do parceiro. Quatro entrevistadas afirmaram que o primeiro parceiro sexual já tinha experiência sexual anterior. O conhecimento sobre a experiência sexual anterior do parceiro nem sempre foi resultado de um diálogo entre o casal. Das quatro entrevistadas que declararam que o primeiro parceiro tinha experiência sexual anterior, três tinham certeza do fato por saberem que o primeiro parceiro já tinha tido um filho, a outra foi informada sobre sua condição de não-virgem pelo próprio parceiro. As duas entrevistadas que julgavam que os parceiros ainda eram virgens quando se relacionaram sexualmente com elas fizeram a suposição baseadas no fato de que o parceiro era “muito moleque”, na percepção de uma, e de que “ele é da igreja, na doutrina da igreja sexo antes do casamento é considerado fornicação da carne”, na percepção da outra, sendo que nenhuma das duas fez a pergunta diretamente ao rapaz. Todas as seis entrevistadas afirmaram que o fato de o primeiro parceiro ter ou não experiência anterior não era importante para elas. Esta desigualdade de posições naturaliza a concepção de que o desejo sexual masculino é mais *forte* e mais *urgente* do que o feminino (Salem, 2004), portanto mais passível de compreensão e tolerância sociais.

Cinco das seis entrevistadas contaram ao primeiro parceiro sexual que eram virgens, antes da primeira relação sexual, seja porque eles perguntaram ou porque elas próprias resolveram fazer a revelação, sobretudo pela insistência deles em relacionar-se sexualmente com elas. No grupo entrevistado, a revelação da virgindade pelas jovens deu-se por dois motivos: para justificar a razão pela qual não queriam manter relação sexual naquele momento, ou, reconhecendo a experiência anterior do parceiro, tratava-se de um e um *pedido* para que eles fossem cuidadosos com elas, por ser sua primeira vez.

Quando a gente era noivo, ele perguntou se eu era virgem e eu falei que sim. (...) Eu acho que se eu não fosse virgem ele não ia querer casar, porque na doutrina da igreja a gente tem que casar virgem. (Gabriele, primeira relação sexual aos 16 anos)

Ele sabia que eu era virgem, porque eu falei pra ele, porque eu era muito nova e ele queria transar. (Maria Clara, primeira relação sexual aos 14 anos)

Ele sabia, porque a gente começou a namorar muito novo. Ele tava sempre pedindo, e eu vivia falando pra ele que eu não queria perder a virgindade antes do casamento porque eu tinha medo da minha mãe descobrir. (Giovana, primeira relação sexual aos 14 anos)

Eu contei pra ele que eu era virgem, ele sabia, ele não ligou, não. Ele falou a mesma história que todo homem fala: que não vai doer, que é bom, essas coisa. (Tamara, primeira relação sexual aos 13 anos)

Eu esperei até 19 anos pra transar porque eu queria que fosse na hora certa, com a pessoa certa e que fosse bom. Então, eu contei pra ele que eu era virgem pra ele ter cuidado comigo. (Nicole, primeira relação sexual aos 19 anos)

Carla foi a única jovem a não contar ao primeiro parceiro sobre sua virgindade. Afirma não tê-lo feito por não julgar o fato relevante. Ela pensa que alguns homens nem percebem a condição de virgindade da mulher por estarem mais preocupados com seu próprio prazer no momento da relação sexual:

Ele não chegou a perceber e não ia perceber se eu não falasse. Porque foi assim, a gente fez tudo, aí eu fiquei com aquele pensamento: “Putá! Agora deve ter sangrado no lençol dele, no mínimo ele vai me xingar, vai me botar os cachorro a grito.” Mas foi assim: terminou tudo, eu me vesti, ele se vestiu, tudo bonitinho. Aí eu falei, deixa eu ver o lençol, aí eu fui ver o lençol. Aí ele: “Putá! Você era virgem!” Tem uns que não percebem, não. Se o negócio ta bom, eles não percebem, não. (Carla, primeira relação sexual aos 14 anos)

Quanto ao status do relacionamento na iniciação sexual, três das jovens afirmaram ter tido sua primeira relação sexual no contexto do namoro, duas iniciaram-se com um *ficantes* ocasionais e uma, no casamento. Das quatro que afirmaram terem iniciado-se sexualmente com o namorado ou marido, duas o fizeram com o primeiro namorado e duas com o primeiro “namorado sério.” O tempo de relacionamento amoroso antes da primeira relação variou de duas semanas a três anos para as que tiveram a primeira relação sexual com o namorado ou marido.

A prática do *ficar* é visto de modo negativo pela maioria das jovens entrevistadas, sobretudo por aquelas em contexto de namoro. O aspecto negativo do *ficar*, segundo as jovens, é que a moças que *ficam*, acabam *faladas* e *difamadas* pelos homens. Elas reconhecem que existe um duplo padrão de comportamento para homens e mulheres, nos quais, os homens que ficam com diversas jovens são chamados de “garanhões”, e às mulheres, cabe a designação de “galinhas.”

Não, não é uma maneira legal. Hoje eu fico, termino, não tem responsabilidade. Amanhã eu vou e fico com o outro, fulano de tal. Você fica com uma pessoa pra você conhecer ela, pra você falar assim: “Pode dar certo, a gente vai se dar bem”. Antes tinha que namorar. Mas esse negocio de ficar não tem... eu não acho bom. (Maria Clara, primeira relação sexual aos 14 anos)

Eu acho que ficar é bom pra conhecer a pessoa antes de ter relação, só que as menina que fica, fica falada, os menino não dá valor. (Tamara, primeira relação sexual aos 13 anos)

Na minha opinião...eu também não gosto de ficar. Porque eu tenho um filho, e ficar “ficando”, tipo assim, pra mim não é legal, entendeu? Porque eu penso no meu filho, eu não posso ficar com um, depois ficar com outro. Mas assim, na minha opinião pra gente ficar com alguém a gente também precisa conhecer, a gente não pode chegar namorando também, a gente precisa conhecer, entendeu? (Giovana, primeira relação sexual aos 16 anos)

Aquelas que consideram importante *ficar* com um parceiro, antes de iniciar um namoro, reconhecem a existência de dois tipos de *ficada*: quando a jovem fica várias vezes com o mesmo rapaz, que é visto positivamente por elas, ou quando a jovem *fica* poucas vezes com vários rapazes, num curto intervalo de tempo. Esse segundo tipo de *ficada* é considerada pelas jovens como a mais *perigosa* para a reputação da jovem. A variedade de *ficantes* é considerada mais negativa do que a *ficada* com um só parceiro:

Uma coisa é ficar com um a cada mês e outra coisa é ficar com cinco a cada dia. Se você ficar com cinco a cada dia, você já é uma galinha, você já é uma puta. Agora, se você fica assim, olha tô ficando com o cara hoje, daqui a 3 semanas o cara termina comigo, mas eu só vou conseguir ficar com outro cara daqui a um mês, aí você não é uma galinha. (...) Os meninos nunca ficam falados, quanto mais eles ficam, mais eles são os garanhões. Lógico. Acho que tem uns que até acabam sendo chamados de “galinha”, sim. Mas é diferente da mulher galinha. A mulher é bem mais fácil ser chamada de “galinha”. (Carla, primeira relação sexual aos 14 anos)

Das seis jovens, cinco afirmam não terem planejado a primeira relação sexual, nem quando ou onde ocorreria, não tendo havido um diálogo prévio com o parceiro sobre o assunto. As relações aconteceram, segundo elas, no calor do momento das carícias, que se transformaram em preliminares e posteriormente na relação completa. Gabriele, que teve sua primeira relação na noite de núpcias, já sabia antecipadamente quando e onde iria acontecer a relação, mas não manteve um diálogo prévio com o noivo sobre o evento.

Das seis jovens, quatro declararam ter iniciado sua vida sexual com aquele parceiro específico, sobretudo por estarem apaixonadas por eles, mas a paixão não parece ter sido o único fator que desencadeou a primeira relação. Outros motivos para a primeira relação apontados pelas jovens apaixonadas foram a insistência do namorado, o tempo de relacionamento, julgado por elas suficiente para o próximo passo, a convicção de que estavam prontas para iniciar-se sexualmente, e a confiança no parceiro e na estabilidade do relacionamento:

Foi com meu primeiro namorado, não tive outro. Ele foi muito legal, ele nunca forçou. Ele falava que a gente só ia fazer quando eu achasse que tava na hora. Aí, depois de uns dias... acabamo fazendo. (Maria Clara, primeira relação sexual aos 14 anos)

Ele foi meu primeiro e único namorado. Ele ficava insistindo, desde que a gente começou a namorar, mas eu só tinha 11 anos. Aí, quando eu fiz 14, achei que já tava na hora. (Giovana, primeira relação sexual aos 14 anos)

Ele era meu primeiro namorado sério, até então eu só tinha ficado, nunca tinha namorado e nunca tinha tido relação. (...) Eu tava apaixonada por ele, achei que ele era a pessoa certa e eu me sentia pronta pra transar. (Nicole, primeira relação sexual aos 19 anos)

Carla, que teve sua primeira relação sexual com um *ficante* ocasional, afirma ter sido movida pelo *tesão* e pela *curiosidade* quando resolveu ter sua primeira relação sexual. Para esta jovem, a primeira relação não foi planejada, embora ela considere importante o planejamento prévio:

Era um cara da rua de cima que eu morava (...) Ele era bonitinho, bonitinho, não, ele era gostosão. Aí eu conheci ele, a gente começou a ficar. Aí, num belo dia, eu fui na casa dele (...) a gente começou a conversar, aí começou a rolar um clima. Então a gente acabou... Eu não tinha programado, aconteceu. Acho que é bom programar, mas comigo, eu não programo nada, não. Raramente programo estas coisas. (Carla, primeira relação sexual aos 14 anos)

Tamara foi a única jovem que declarou ter iniciado sua vida sexual ativa naquele momento específico por ter sido pressionada por uma amiga a manter relações sexuais com o rapaz com quem estava *ficando*. Essa pressão teve o tom de desafio, uma vez que a amiga de Tamara também estava interessada no rapaz:

Eu tava ficando com ele (...) Aí, ele me chamou, entrei lá no quarto, na casa dele. Aí, eu peguei e fui, com medo. Acho que foi por curiosidade, e também ele tava insistindo. Eu falava que ia pensar. Acho que foi porque minha colega me falou pra ir, que ele era bonito. Ela falou que se eu não fosse com ele, ela ia no meu lugar. Aí, eu tive que ir. Ah, eu ficava pensando, eu falava, ah, todo mundo não era mais virgem. Eu não segui o conselho do meu pai, fui mais pela minha cabeça. (Tamara, primeira relação sexual aos 13 anos)

As jovens, majoritariamente, declararam que o início da vida sexual com parceiro ocorreu no momento certo de suas vidas. A maioria comentou nas entrevistas que passou a sentir-se diferente após a experiência da perda da virgindade. “Mais mulher” foi a expressão mais utilizada por elas para descrever como se sentiram após a primeira relação. Das seis jovens, somente Maria Clara confessou que gostaria de ter esperado mais tempo para ter tido sua primeira relação sexual, o que, em sua opinião, ocorreu muito precocemente. Ela reconhece que a perda da virgindade tem um significado, conferindo um lugar diferente à mulher:

Se eu tivesse a cabeça que eu tenho hoje, eu nem tinha começado a namorar naquela idade. Eu acho que a melhor idade para começar é depois dos 18, depois de terminar os estudos, porque aí a gente tem mais cabeça, né? Eu pensava: “Ah, perdi, agora vou ter que ter mais responsabilidade com meu próprio corpo”. Eu pensava que eu já era uma mulher. (Maria Clara, primeira relação sexual aos 14 anos)

A virgindade tem pesos diferentes para as entrevistadas. Quatro delas disseram ser importante manter a virgindade até que se sentissem prontas para a primeira relação. Para Gabriele e Giovana, a manutenção da virgindade até o casamento era importante, mas somente Gabriele casou-se virgem.

Pra mim era importante casar virgem, era um sonho, era uma vontade assim, que a primeira pessoa que eu casasse seria aquela pessoa (...) Se entregar assim pra aquele homem, porque tinha que ser um momento especial, não uma coisa passageira que você chega, pronto e acabou e depois você nunca mais vê a pessoa. (Gabriele, primeira relação aos 16 anos)

Era importante porque hoje os menino fala que as menina tá muito fácil. Eu acho assim, se você for um pouco mais difícil, eles dão mais valor. Quando eu era virgem, eu sonhava casar de véu e grinalda na igreja. Aí, eu falava isso pra ele [o namorado], que eu queria casar virgem. Aí, ele falava que não ia agüentar esperar. (Giovana, primeira relação sexual aos 14 anos)

Eu acho que a virgindade é importante, até a pessoa se sentir pronta pra fazer. Não fazer por pressão dos outros. Só isso. (Nicole, primeira relação sexual aos 19 anos)

Eu nunca achei que a virgindade era importante, nunca tive este pensamento de esperar até casar. Eu sabia que ia fazer antes. (Carla, primeira relação sexual aos 14 anos)

Algumas jovens mencionaram o medo da dor da perda da virgindade como uma preocupação prévia à primeira relação sexual. Ao comentarem sobre seus temores, as jovens deixaram transparecer que o medo era mais da *dor física*, embora esse medo possa ter raízes na perda simbólica da virgindade:

Minha madrasta falava que doía, que machucava por ser a primeira vez... Minhas amigas, eu acho já tinha duas que já tinha feito, e elas falava: “Isso daí dói demais, machuca”. Aí me assustava. (Maria Clara, primeira relação sexual aos 14 anos)

Minha amiga perdeu a virgindade primeiro do que eu e eu tive curiosidade de saber como é que era. Eu falei: “Aí, me conta, foi legal?”. E ela falou assim: “Ah, a primeira vez não é muito bom não, eu não gostei muito não, mas depois de você perde aí você começa a gostar”. Eu falei: “Não, mas eu tenho medo...doeu muito?”. Ela falou: “Ah, é uma dorzinha suportável.” Aí, depois que eu tentei, eu fui e falei pra ela: “Meu Deus, é ruim demais.” (Giovana, primeira relação sexual aos 14 anos)

Eu perguntei pra minha colega, dói pra perder a virgindade? Ela falou que não. Aí eu falei: “Mas me falaram que dói.” Tinha umas que falava que não doía, tinha outras que falava que doía, na primeira vez. Aí, eu peguei e falei: “Ah, eu vou ver mesmo se dói.” Aí, eu fui. (Tamara, primeira relação sexual aos 13 anos)

Antes eu morria de medo. Porque falavam: “Aí, a primeira vez é horrível, dói demais”. Minhas irmã ficavam comentando: “Ah, minha primeira vez foi ruim, a minha foi péssima”. Nenhuma a primeira vez foi boa. Já a minha foi ótima. Foi com quem eu queria, na hora que eu queria, então pra mim foi bom. (Nicole, primeira relação sexual aos 19 anos)

A maioria das jovens afirmaram ter gostado da primeira experiência sexual, mas reconhecem que as relações seguintes formam melhores. Para Giovana, no entanto, a primeira relação sexual não traz boas lembranças, em especial pelo constrangimento em ficar nua na frente do namorado:

Não gostei não, a primeira vez é muito ruim. Não gostei não. Me deu um calor, eu sai apavorada da casa dele. Fiquei morrendo de medo. Aí ele falou assim: “Não, eu vou continuar com você, eu gosto de você.” Aí, eu falei: “Eu entendi, mas mesmo assim eu tô com vergonha de você.” Porque eu nunca fiquei pelada na frente de um homem, Ele perguntava, ele falava assim: “Tô te machucando?” Todo mundo fala que a dor passa né? (Giovana, primeira relação sexual aos 14 anos)

A falta de conhecimentos sobre o próprio corpo e sobre as práticas sexuais fez com que Tamara pensasse que não tinha perdido a virgindade após a primeira relação.

Porque na hora que ele foi colocar o negócio, eu não deixei ele pôr tudo, eu fiquei com medo. Sangrou um pouquinho, não muito, não. Só que ele não tinha tirado virgindade toda né? E aí, eu peguei e fiquei com medo. Falam que pra tirar a virgindade tem que pôr tudo, se não colocar tudo não tira a virgindade toda, não é?. (Tamara, primeira relação sexual aos 13 anos)

Após a primeira relação sexual, as expectativas das jovens em relação aos parceiros eram distintas. Para as quatro jovens que estavam apaixonadas pelos parceiros, namorados ou marido, havia a expectativa de que o relacionamento amoroso prosseguisse, o que ocorreu nos quatro casos. Para as duas jovens que tiveram sua primeira relação sexual com *ficantes* ocasionais, Carla e Tamara, não havia expectativa de continuidade da relação amorosa, mesmo porque essas jovens declaram não terem se apaixonado pelos parceiros, sendo que a primeira relação sexual com os mesmos foi também a última.

A necessidade de compartilhar com alguém a ocorrência da primeira relação sexual surgiu em quase todas as jovens. Três delas contaram para uma amiga; uma comentou com a mãe, e outra contou para sua irmã mais velha. A primeira relação sexual é um dos acontecimentos em que a amiga constitui a interlocutora mais importante, com quem as jovens se sentem mais à vontade para conversar. Maria Clara, que não compartilhou sua primeira vez com nenhum interlocutor afirma não tê-lo feito pois tinha muita vergonha e tinha medo de que o pai viesse a descobrir:

Nunca consegui comentar com ninguém, nem com uma amiga. Eu tinha medo que o meu pai descobrisse, não confiava em ninguém. (Maria Clara, primeira relação sexual aos 14 anos)

Contei pra minha amiga, uma que eu confio. Mas o meu maior medo era a minha mãe saber, porque ela me falou que quando uma menina perde a virgindade, ela sabe só de olhar. (Giovana, primeira relação sexual aos 14 anos)

Eu contei pra minha irmã, como ela não sabe guardar segredo, acabou chegando nos ouvidos dos meus pais. (Nicole, primeira relação sexual aos 19 anos)

As famílias das jovens que vieram a saber sobre a perda da virgindade das filhas, souberam-no em tempos e de modos diversos. As jovens que contaram à família sobre sua primeira experiência sexual, fizeram-no por medo de que a família viesse a saber por outras pessoas, revelando o fato sobretudo à mãe. Maria Clara teve sua vida sexual tornada pública quando engravidou:

Todo mundo só ficou sabendo quando eu engravidei. Meu pai me apoiou, ele me apóia em tudo. (Maria Clara, primeira relação sexual aos 14 anos)

Minha mãe soube dois anos depois que eu tinha transado, fui eu mesma que contei, porque fiquei com medo que outra pessoa falasse. Mesmo assim, ela ficou dois dias sem falar comigo. Aí, eu falei pra ela: “Não é ó fim do mundo não, você não perdeu com 16?” (Giovana, primeira relação sexual aos 14 anos)

Eu comentei com a minha irmã mais velha, aí a minha irmã é fofoqueira, comentou com a outra, a outra mais fofoqueira ainda, comentou com os meus pais. Aí, meus pais chegaram em mim e perguntaram, aí eu falei, sentei e falei. Eles perguntaram se eu me cuidei, mas o meu pai sabia que eu tinha cabeça pra isso. Eu falei: “Me cuidei tudo, certinho”. (Nicole, primeira relação sexual aos 19 anos)

As mães que vieram a ser informadas pelas filhas sobre a primeira relação sexual perguntaram a elas se tinham tomado precauções em relação à prevenção à gravidez e às doenças sexualmente transmissíveis. Tamara foi a única jovem a ser castigada fisicamente por ter perdido a virgindade:

Eu contei porque o meu pai me falou que ia me levar no médico pra ver se eu tinha perdido a virgindade, que eu tava muito danada, chegando tarde em casa. Aí eu contei pra ele, minha mãe tava do lado escutando. Primeiro ele me deu uma surra, foi aí que eu fugi de casa. Ele falou que me bateu porque eu tinha perdido a virgindade. Aí, ele falou, assim, pra minha irmã não fazer o que eu fiz, porque depois que a mulher perde a virgindade, a mulher perde o valor, essas coisa. (Tamara, primeira relação sexual aos 13 anos)

Carla, embora jamais tenha contado à mãe que já não é mais virgem, tem a impressão de que a mãe sabe, mas evita conversar com ela sobre o ocorrido. Diz que prefere não comentar esses assuntos com a mãe, não havendo também por parte da mãe a iniciativa de tocar no assunto:

Porque é assim, não sei se ela [a mãe] sabe que eu já perdi, mas desconfio que ela sabe que eu não sou mais virgem. Teve um dia que ela marcou ginecologista pra mim e pra ela, no mesmo lugar. Então, tipo assim, o médico me pediu o Papanicolau, e o médico nunca pede o Papanicolau pra menina virgem. Ela falou: “Ele marcou pra você, né?” Então, tipo, pra mim, caiu a ficha que ela sabe. Então, daquilo eu fui juntando, ela não é besta. Nenhuma mãe é besta, tipo, pra mim eu sei que ela sabe que eu não sou, entendeu? (Carla, primeira relação sexual aos 14 anos)

A primeira relação sexual, para todas as jovens parece ter constituído o segundo marco importante em direção à sexualidade adulta, mais precisamente, em direção à feminilidade plena, tendo sido a menstruação a primeira etapa. Como foi exposto, a primeira relação sexual das jovens entrevistadas ocorreu num contexto de desigualdades de diversas ordens entre as jovens e seus parceiros: elas sendo mais novas, menos escolarizadas e menos experientes que eles. O declínio da importância da virgindade feminina até o casamento também se comprovou nas entrevistas com esse grupo. Do mesmo modo, a maioria das famílias também mostram uma aceitabilidade maior em relação à atividade sexual das filhas.

A maioria das jovens iniciou a vida sexual no contexto de namoro, dizendo-se apaixonadas pelos parceiros, no entanto, algumas tensões a este modelo propagado pela literatura sobre iniciação sexual (Brandão, 2004, p. 67) podem ser observadas: Carla e Tamara iniciaram a vida sexual com *ficantes*, pelos quais não estavam apaixonadas e não tinham nenhuma expectativa de continuidade do relacionamento. Esse pode ser um sinal de um posicionamento mais igualitário de algumas jovens diante da sexualidade, indicando uma possibilidade de certa desvinculação entre sexo e amor.

O processo de aprendizagem da prevenção à gravidez

Na tentativa de compreender as representações e as práticas preventivas das jovens entrevistadas na pesquisa, foram feitas a elas perguntas sobre a ocorrência ou não da prevenção à gravidez e às doenças sexualmente transmissíveis na primeira relação sexual e nas relações seguintes, bem como suas percepções sobre a quem cabe a responsabilidade pela prevenção do casal.

A prevenção é tratada de modo diferente pelas jovens. As doenças sexualmente transmissíveis são citadas como preocupação adicional à gravidez mais pelas jovens que iniciaram sua vida sexual com parceiros ocasionais. Tamara, que sempre pede aos parceiros a utilização do preservativo, citou o medo do câncer como motivo para a exigência. A Aids foi citada como preocupação adicional à gravidez somente por Carla e Nicole, as quais costumam exigir dos parceiros o uso do preservativo. De um modo geral, a Aids não parece ser uma preocupação para as jovens do grupo entrevistado. O contraceptivo oral foi citado por três jovens

como um recurso que “engorda”, portanto, não gostam de usar, embora, muitas vezes, acreditam não ter outra alternativa.

Para aquelas em contexto de namoro, a preocupação com a prevenção está mais voltada à gravidez e não às doenças sexualmente transmissíveis. Das seis entrevistadas, cinco utilizaram algum tipo de proteção à gravidez na primeira relação sexual, sendo que destas, uma utilizou o anticoncepcional oral. O preservativo masculino foi utilizado por quatro dos parceiros na primeira relação sexual. Giovana foi a única jovem a não utilizar nenhum tipo de proteção na primeira relação sexual com o namorado.

Gabriele, que utilizou o anticoncepcional oral, mencionou que o motivo da utilização foi a prevenção à gravidez, pois, segundo ela, não havia razões para preocupar-se com doenças sexualmente transmissíveis no contexto de casamento que se deu sua primeira relação sexual. Como a primeira relação de Gabriele seria legitimada pelo casamento, ela pôde iniciar o uso do contraceptivo oral um mês antes da cerimônia, o que não ocorreu com as outras jovens, que não planejaram a ocorrência da primeira relação:

Eu comecei a tomar pílula um mês antes do casamento. Eu nunca pedi camisinha pro meu marido, a gente nem nunca conversou sobre isso. Não fazia sentido, eu era virgem, ele também, então, não tinha problema de doença, né? E nós dois era da igreja. (...) Só parei de tomar pílula quando resolvi engravidar. (Gabriele, primeira relação sexual aos 16 anos, gravidez na mesma idade)

A utilização do preservativo masculino pelo parceiro de Maria Clara foi feita somente nas primeiras relações sexuais, por iniciativa dele próprio, tendo sido abandonada posteriormente por ser considerada desconfortável pelo casal. Maria Clara também declarou que o uso da camisinha tinha como objetivo a contracepção, uma vez que a relação de confiança estabelecida com o namorado tornava a preocupação com doenças sexualmente transmissíveis desnecessária:

No começo, nós usamo camisinha, pra não engravidar. Ele mesmo falou pra nós usar. Mas não falamo sobre doença, não. Paramo depois de um tempo, porque incomodava. (...) Eu tinha medo de ficar grávida, aí comecei tomar pílula, mas tomava um dia sim, dois não, esquecia. Aí, engravidei (...) a gente tava namorando fazia uns cinco meses. (Maria Clara, primeira relação sexual aos 14 anos, gravidez na mesma idade)

A única jovem a não utilizar nenhum tipo de proteção, Giovana, afirma não tê-lo feito por ter *vergonha* de conversar com o parceiro sobre o assunto e também porque não houve o planejamento da primeira relação para que ela pudesse ter iniciado o tratamento com o anticoncepcional oral com antecedência. Adicionalmente, ela temia que a exigência do preservativo masculino ao parceiro pudesse torná-lo desconfiado sobre fidelidade dela:

Quando a gente transou pela primeira vez, nós não usamos nada, nem camisinha, nem pílula. Eu não fiquei com medo de doença, essas coisa, eu confiava nele, e também porque a gente já namorava fazia três anos. Nem falava essas coisa com ele porque eu tinha vergonha. (...) Eu sabia que podia engravidar, mas mesmo assim não usava nada. Meu namorado era muito ciumento e desconfiado, eu tinha vergonha de falar em camisinha e ele pensar... Só comecei a tomar pílula uns seis meses depois, porque a minha mãe ficava ameaçando de me expulsar de casa se eu ficasse grávida.(...) Só engravidei uns anos depois, quando parei de tomar pílula porque tava fazendo um tratamento pra cisto no ovário. (Giovana, primeira relação sexual aos 14 anos, gravidez aos 18 anos)

Três das jovens afirmaram terem exigido do parceiro o uso do preservativo masculino na primeira relação sexual, citando como motivos para a exigência o medo de engravidar e de contrair doenças, em especial, doenças sexualmente transmissíveis. Embora essas três jovens já tivessem tomado a decisão prévia de só manter relações sexuais com proteção, nenhuma delas carregava o preservativo consigo no momento da relação, cabendo ao parceiro provê-lo. Todas as três afirmam que se o parceiro não dispusesse da camisinha no momento da relação, não teriam cedido. A iniciativa da utilização da camisinha partiu do parceiros somente em um caso, o de Maria Clara, cabendo às outras duas jovens solicitar o uso do dispositivo.

Na minha cabeça, desde o começo, tipo assim, eu tinha claro que só ia transar na primeira vez de camisinha. Aliás, não só na primeira vez.(...) Não foi planejado, mas o cara tinha camisinha e ele mesmo falou que ia pôr. Ainda bem, porque se ele não quisesse pôr, não ia rolar nada. (Carla, primeira relação sexual aos 14 anos)

Desde que eu ouvi na palestra da escola que era importante usar camisinha pra não pegar doença e não ficar grávida, eu resolvi que não ia me arriscar. Na primeira vez, com o meu namorado, eu já fui falando: “Sem camisinha, nada feito.” Ele reclamou um pouquinho, mas usou, sem problema. (...) Tenho pavor de gravidez, por isso, nunca transo sem camisinha. (Nicole, primeira relação sexual aos 19 anos)

Eu tenho uma tia e uma conhecida que morreram de câncer porque fizeram sem camisinha. Então, pra mim, eu sabia que tinha que pedir camisinha pra ele para não acontecer comigo o que aconteceu com elas. Ele queria pôr sem, mas aí eu falei: “Não, vamo usar a camisinha que é melhor pra mim e pro cê.” Então, ele pôs a camisinha.(...) Eu tinha muito medo de ficar grávida, mesmo com a camisinha, e também de pegar câncer. (Tamara, primeira relação sexual aos 13 anos, gravidez aos 15 anos)

A utilização de métodos contraceptivos parece ser um processo de aprendizagem, fruto das experiências pessoais de cada jovem. Das quatro que engravidaram na adolescência, três passaram a fazer uso freqüente de anticoncepcionais após o nascimento do bebê (anticoncepcional oral ou injetável), por temerem a ocorrência de nova gravidez. Giovana, por ter terminado o relacionamento com o pai de seu filho e não estar namorando, não voltou a utilizar anticoncepcional após o nascimento do filho. A ocorrência da gravidez parece ter sido o elemento

mais determinante para a intensificação dos cuidados com a prevenção à reprodução, no caso dessas jovens:

Depois que a minha filha nasceu, eu comecei a tomar pílula. A gente não pode ter mais um filho agora, ele [o marido] ainda tá desempregado...(Gabriele, primeira relação sexual aos 16 anos, gravidez na mesma idade)

Depois que o nenê nasceu, eu comecei a tomar pílula. Eu não podia engravidar de novo. (Maria Clara, primeira relação sexual aos 14 anos, gravidez na mesma idade)

Eu tomo a injeção anticoncepcional todo mês no posto. Eu não quero engravidar agora, ele [o companheiro] também não. Eu não uso camisinha com ele porque a gente já mora junto faz um ano, acho que não tem perigo de doença, só de gravidez. Então, eu tomo a injeção. (Tamara, primeira relação sexual aos 13 anos, gravidez aos 15 anos)

Das seis jovens entrevistadas, três mencionaram a utilização do contraceptivo de emergência, a pílula do dia seguinte, por temerem engravidar após uma relação sexual desprotegida. As três conseguiram elaborar uma explicação detalhada sobre a forma de utilização do medicamento. Nos três casos, a iniciativa de tomar o contraceptivo de emergência foi delas, com o conhecimento e apoio dos parceiros. A pílula do dia seguinte parece ser um método contraceptivo que está se tornando bastante conhecido pelas jovens das classes populares: todas afirmaram conhecer o medicamento, sendo que somente Gabriele desconhecia sua forma de utilização:

Teve um dia que eu tinha parado de tomar pílula, mas ele [o companheiro] quis transar, mas nós não tinha camisinha na hora e acabamos fazendo assim mesmo. No outro dia, eu tomei a pílula do dia seguinte.(...) Só quero ter filho de novo quando a gente tiver emprego, uma casa... (Maria Clara, primeira relação sexual aos 14 anos, gravidez na mesma idade)

Eu já tinha terminado o namoro quando o meu filho nasceu, então, não tava tomando nada. Mas aí, o pai dele pediu pra voltar e nós voltamos. (...) A gente transou sem usar nada, depois eu falei pra ele: “Agora você tem que ir atrás daquele remédio, essa tal de pílula do dia seguinte.” Eu acabei de fazer, desci na farmácia, comprei e tomei. Agora que eu não tô namorando mais, não tô tomando nada, mas se arrumar outro namorado, vou me cuidar. (Giovana, primeira relação sexual aos 14 anos, gravidez aos 18 anos)

Só teve uma vez, eu tava namorando, que eu fiz sem camisinha, porque o meu namorado tinha alergia. A gente já tinha transado com camisinha uma vez. Na segunda vez, ele me falou que tava com problema de alergia. Só que ele me falou isso quando a gente já tava na cama do motel. Então, a gente acabou fazendo sem camisinha, mas na saída do motel, a gente já foi numa farmácia e comprou a pílula do dia seguinte e eu tomei a primeira na farmácia mesmo. Mesmo assim, tomei um susto, porque minha menstruação seguinte atrasou. Pensei que tava grávida, mas foi só um susto. (...) Daqui pra frente, só com camisinha. (Carla, primeira relação sexual aos 14 anos)

Todas as jovens concordam que tanto o jovem quanto a jovem devem ser responsáveis pela reprodução do casal, embora reconheçam que a iniciativa pela utilização de um contraceptivo normalmente parta delas. A premissa preventiva geral, do ponto de vista dos parceiros, parece seguir a seguinte lógica: se a jovem não fala nada sobre prevenção, o parceiro entende que ela está se cuidando; se ela não está tomando anticoncepcional, *ela* é quem deve informar o parceiro que não está se prevenindo. O depoimento seguinte ilustra esta situação:

A gente teve relação, depois ele perguntou se eu tava tomando remédio e eu falei que não, aí ele falou: “Eita meu, porque você não falou? Eu fiz dentro de você!” (Giovana, primeira relação sexual aos 14 anos, gravidez aos 18 anos)

Essa premissa reforça a idéia de que a contracepção, em princípio, é um assunto feminino. Porém, ao longo dos depoimentos será possível constatar que nem sempre essa é a regra. Alguns parceiros envolvem-se de forma ativa na prevenção à gravidez do casal.

Todas as jovens afirmam dialogar com seus parceiros atuais sobre prevenção à gravidez, embora essa negociação não tenha ocorrido à época da primeira relação sexual. Este “diálogo” pode assumir diferentes formas, conforme os depoimentos que se seguem. Por exigirem sempre o uso do preservativo, três das jovens deparam-se com a necessidade de negociações com cada novo parceiro, ou mesmo ao curso de um único relacionamento. Estas reconhecem que a iniciativa da contracepção sempre parte delas e que nem todos os namorados ou *ficantes* usariam a camisinha por vontade própria, caso elas não exigissem:

Eu acho que a responsabilidade tem que ser dos dois, cada um fazendo a sua parte. Eu faço a minha: peço a camisinha; ele tem que fazer a dele: usar. Até hoje não tive problema, todos aceitaram usar, mas eu tive que pedir. (Nicole, primeira relação sexual aos 19 anos)

Os dois têm que assumir a responsabilidade. Nem todo cara topa usar camisinha. É chato, cê tá lá no maior bem bom, assim, aí cê pega e pára tudo, calma, vamos devagar, toma, coloca... Agora, se eu chegasse e o cara falasse assim: “Ah, não, incomoda, não quero usar...” Então, foda-se, não rola. Assim, todos os caras que eu fui, eu pedi, ou eu nem precisei pedir, eles mesmos colocaram.(...) Até hoje eu sempre carrego camisinha. (Carla, primeira relação sexual aos 14 anos)

Eu peço pro cara usar camisinha (...) porque eu tenho medo de pegar câncer. Mas tem homem que não gosta, fala que dói, que machuca. (Tamara, primeira relação sexual aos 13 anos, gravidez aos 15 anos)

A decisão pela utilização ou não de contracepção, e de que tipo, pode ser resultado da vontade do próprio parceiro, restando à jovem acatar sua resolução, embora em sua percepção, a decisão tenha sido negociada e represente uma resolução conjunta. No depoimento a seguir, o

desejo do companheiro de não ter filhos harmonizava-se com o desejo de Tamara, mas a decisão sobre o método contraceptivo a ser utilizado era tomada por ele:

Ah, eu acho que a mulher tem que tomar remédio, e o homem se prevenir com a camisinha. Ah, ele [o companheiro] conversa comigo, eu também converso com ele. Aí ele pega e fala assim: “Vamo usar camisinha.” Quando ele não quer usar, eu tomo remédio... Nós conversa, mas ele gosta de mandar. Ele dá a última palavra. (Tamara, primeira relação sexual aos 13 anos, gravidez aos 15 anos)

É possível, também, que não haja uma negociação explícita do casal sobre a prevenção da gravidez: a jovem toma a decisão quanto ao uso do anticoncepcional e comunica ao parceiro, o qual concorda, sem maiores questionamentos. Nesse caso, o parceiro entende que não tem que se preocupar com a gravidez, pois presume que o controle da reprodução está sob responsabilidade da parceira:

Eu acho que a responsabilidade é dos dois. Tem que cuidar um do outro porque, o que adianta ter filho e depois não ter condição de criar? Lá em casa a gente toma cuidado, porque nenhum dos dois quer ter mais um filho agora. Eu tomo pílula, ele sabe que eu tomo, eu falei pra ele quando eu comecei a tomar, então, ele não pergunta nada. (Maria Clara, primeira relação sexual aos 14 anos, gravidez na mesma idade)

Pode ocorrer também a tentativa de controle do parceiro sobre a reprodução do casal, seja para que esta ocorra ou não. As duas jovens que passaram por esta situação relatam que os parceiros perguntavam constantemente se elas estavam ou não tomando o anticoncepcional, tentando impor sua própria vontade de ter filhos ou não, sem conhecer, ou levar em consideração, o desejo das próprias jovens:

Meu marido, ele olhava todo santo dia na cartelinha [de anticoncepcionais]. “Gabriele, você tomou hoje?” Só às vezes que ele esquecia, assim, uma semana ou outra, que era que eu esquecia também, porque sempre quem me lembrava mais era ele, com a desconfiança dele. Ele participava, ficava em cima, ele falava: “Ó, você não vai esquecer! Você não tá jogando fora, não, né?” (...) Ele não queria que eu engravidasse porque ele ainda não tinha um emprego bom, mas eu queria engravidar. Falei pra ele que eu tava tomando, mas não tava. (...) Quando eu engravidei, eu falei pra ele que a pílula falhou. (Gabriele, primeira relação sexual aos 16 anos, gravidez na mesma idade)

Pra se proteger de gravidez, acho que a responsabilidade tem que ser dos dois. Mas no meu caso, ele queria que eu engravidasse, ele não queria que eu tomasse nada, mas eu tomava pílula escondido, só engravidei quando eu parei. Ele vivia insistindo, que queria ter filho, e eu tentando segurar a onda dele, porque eu ainda tava na escola, eu não queria engravidar. (...) Por ele, a gente tinha tido filho logo que a gente começou a transar, mas eu só tinha 14 anos. (Giovana, primeira relação sexual aos 14 anos, gravidez aos 18 anos)

Os dois depoimentos anteriores mostram que Gabriele e Giovana, não tendo revelado claramente aos parceiros que não concordavam com a decisão deles em relação à reprodução,

lançaram mão de estratégias para fazer prevalecer sua vontade sem entrar em confronto explícito com os companheiros. A “astúcia” feminina utilizada para controlar os homens por meio de artimanhas, mentiras e dissimulações, tão presente no senso comum, é descrita no seguinte depoimento de Gabriele, que acredita que, embora a reprodução deva ser de responsabilidade e decisão do casal, a mulher, em última instância, detêm o poder sobre a atividade sexual e sobre a reprodução. Gabriele vê na possibilidade de contracepção um instrumento de poder da mulher, sobre o qual o homem não tem controle:

Eu acho, assim, se a mulher não quer, ela que se previne. Agora, se o homem não quer, dificilmente ele consegue impedir uma gravidez. Eu acho que se ela quer engravidar, facilmente ela engravida. O homem é um bichinho danado, ele não agüenta muito tempo. Agora, a mulher consegue se prevenir através de DIU, anticoncepcional... Se o homem não quer que ela tome anticoncepcional, ela toma escondido, ele não vai ver. Ela tem como se prevenir de várias formas, mas ele não tem. Se ele usa camisinha, a mulher pode furar a camisinha dele. Como ele vai saber? Já vi acontecer. (Gabriele, primeira relação sexual aos 16 anos, gravidez na mesma idade)

O depoimento de Gabriele confirma a percepção naturalizada de que o homem, por sentir mais desejo sexual do que a mulher e não ter controle sobre este desejo, tem menor poder sobre a ocorrência da gravidez. A mulher, no entanto, por ter um maior controle sobre seu desejo, pode controlar também a reprodução do casal de modo mais consciente (Salem, 2004). A falta de um diálogo franco sobre o desejo ou não da gravidez, levou Gabriele e Giovana a recorrerem à dissimulação e à “astúcia” feminina na tentativa de fazer prevalecer sua vontade de engravidar ou não (“eu tomava pílula escondido”, ou “eu falei pra ele que tava tomando pílula, mas não tava”). Esse posicionamento parece indicar que as duas jovens não queriam entrar em confronto direto com seus parceiros, mas desejavam deter o controle sobre a reprodução. O desejo das duas jovens de não entrar em conflito com os parceiros parece ter origem nas relações de gênero: as jovens reconheceriam maior poder dos parceiros no relacionamento, recorrendo, não ao diálogo e à negociação em caso de impasses, o que implicaria o desafio desse poder, mas a recursos que pudessem simultaneamente evitar o conflito e permitir a elas deter o controle.

A prevenção, no grupo estudado, diz mais respeito à gravidez do que às doenças sexualmente transmissíveis e parece ser resultado de um processo de aprendizagem que se faz ao longo da experiência da vida sexual ativa (Brandão, 2004). As doenças sexualmente transmissíveis, assim como a Aids, não constituem uma preocupação para a maioria das jovens, sendo a confiança no parceiro o motivo mais citado para a pouca preocupação com as doenças. O método de prevenção mais utilizado na primeira relação foi o preservativo masculino, tendo sido

substituído posteriormente pelo anticoncepcional oral, em alguns casos. Somente uma jovem, entre as seis, não utilizou qualquer forma de prevenção à gravidez em sua primeira relação sexual, mencionando a vergonha e o medo de pedir ao parceiro a utilização da camisinha como justificativas para o não-uso.

As jovens que se tornaram mães na adolescência passaram a utilizar com regularidade o anticoncepcional oral após o nascimento do filho para evitar uma segunda gravidez, o que reforça hipótese do caráter processual da aprendizagem da prevenção. O conhecimento sobre o contraceptivo de emergência, a pílula do dia seguinte, parece estar se difundindo entre as jovens de classes populares: todas já tinham ouvido falar do método, sendo que três já o tinham utilizado com o conhecimento e o apoio dos parceiros.

Embora todas as jovens concordem que a prevenção à gravidez seja responsabilidade do casal, reconhecem, na maioria dos casos, que a iniciativa do uso parte delas e não dos parceiros. A decisão pela prevenção ou não nem sempre é resultado do diálogo e da negociação entre o casal. Entre os seis casos, somente em dois os parceiros participavam ativamente da prevenção, procurando acompanhar o uso do anticoncepcional oral pela jovem. Esses dois casos também mostram uma tensão nos modelos tradicionais de gênero, considerando que literatura sobre sexualidade na adolescência aponta para uma tendência masculina em delegar às parceiras a responsabilidade pela prevenção à gravidez (Salem, 2004).

As seis jovens entrevistadas possuíam conhecimentos sobre prevenção, os quais foram transmitidos pelos agentes socializadores, sobretudo a família, a escola e o posto de saúde. Os discursos dos agentes socializadores, nesse grupo, parecem ter sido incorporados pelas jovens, pelo menos no que se refere à primeira relação, considerando que cinco delas utilizaram algum tipo de proteção à gravidez na primeira relação.

A seguir, serão apresentadas as experiências de gravidez e maternidade de quatro jovens, bem como as representações de maternidade das duas que não tiveram a experiência da gravidez na adolescência.

Experiências de gravidez e maternidade

Para analisar as experiências reprodutivas das jovens, é importante lembrar, mais uma vez, que todas elas tinham conhecimentos sobre métodos contraceptivos e sobre o risco da

gravidez na ausência dos métodos. Essa constatação é importante para desmistificar a idéia que persiste em alguns setores sociais de que as adolescentes engravidam por falta de informações sobre métodos contraceptivos ou de conhecimentos sobre as conseqüências do ato sexual (Aquino et al., 2006b). Para conhecer as experiências, foram elaboradas perguntas sobre o processo de decisão e de planejamento da gravidez, quando estes ocorreram, o significado da maternidade, as reações dos parceiros e das famílias à notícia da gravidez, bem como as mudanças trazidas pela maternidade às jovens mães. Das seis jovens entrevistadas, quatro tiveram a experiência da gravidez na adolescência, por motivos que serão descritos ao longo da exposição. Das quatro que engravidaram, uma teve um aborto espontâneo no sétimo mês de gravidez. As experiências e percepções das jovens que não engravidaram na adolescência também serão abordadas.

As jovens que engravidaram tinham entre 14 e 18 anos à época da gravidez, idades bem próximas das que suas mães tinham quando engravidaram pela primeira vez. Três das jovens eram solteiras e uma estava casada. Nem sempre a gravidez aconteceu como decisão consciente da jovem ou do casal. Em alguns casos, as jovens deixaram a gravidez acontecer, mantendo relações sexuais com os parceiros sem a utilização de métodos contraceptivos. Embora a idéia da gravidez pudesse não ter sido consciente, nesses casos, não estava completamente descartada. Para cada caso, serão retomados alguns aspectos da socialização familiar das jovens, com o objetivo de situar a ocorrência da gravidez em suas trajetórias.

Das quatro jovens que engravidaram na adolescência, duas delas, Gabriele e Tamara, decidiram deliberadamente engravidar. A socialização familiar de Gabriele sempre esteve voltada à família. As tarefas domésticas eram ensinadas pela mãe à filha como parte de um conjunto de outros ensinamentos e modelos que eram antecipatórios para o papel de mãe e dona de casa. A mãe de Gabriele também casou-se e engravidou jovem. Valores tradicionais das identidades e papéis de gênero sempre se fizeram presentes na socialização das filhas. A socialização familiar era reforçada pela socialização religiosa, também com grande ênfase nos valores da família nuclear tradicional. Para Gabriele, casar-se e ter filhos fazia parte natural de seus projetos de vida. Fazê-los na juventude, também, uma vez que esta era uma escolha naturalizada entre as fiéis da igreja freqüentada pela jovem. Na família de Gabriele, a socialização para a educação e para o trabalho feminino estava subordinada à importância da família; portanto, eram desejáveis,

porém, não imprescindíveis. Quando resolveu casar-se aos 16 anos, teve todo o apoio da família.

A decisão pela gravidez aconteceu logo após o casamento:

Logo depois do meu casamento, eu queria engravidar, mas o meu marido não queria porque ele ganhava pouco. Eu resolvi ter filho cedo porque eu acho que, eu quero logo...como se diz...encerrar minha carreira cedo. Eu quero ter pelo menos dois filhos logo cedo e aí, encerrar mesmo. Cuidar dos meus filhos enquanto eu sou nova ainda, cuidar deles pra poder ver eles crescerem. Aí, quando eles tiverem mais velho, é só cuidar dos netos, mesmo, igual minha mãe. (Gabriele, 16 anos, gravidez na mesma idade)

O desejo pela maternidade de Gabriele mostra bastante coerência com sua socialização familiar e também com as experiências na vida religiosa. Surge como o cumprimento do destino ou da função de ser mulher; tornar-se mãe de família ainda jovem, aproveitando a energia da juventude para criar seus filhos e dedicar-se à casa.

Quanto à Tamara, sua mãe engravidou pela primeira vez aos 15 anos. A infância e a adolescência dessa jovem foram marcadas pela violência do pai sobre a esposa e sobre os filhos. A educação não era enfatizada na família como um fator importante de ascensão social, tanto que todos os filhos abandonaram a escola antes do término do ensino fundamental. O trabalho, no entanto, era fortemente valorizado como importante meio de sobrevivência. A jovem deixou a escola na 5ª. série do ensino fundamental para trabalhar como empregada doméstica, mesma ocupação da mãe. As condições de pobreza e violência que sempre marcaram a vida de sua mãe também faziam parte dos relacionamentos amorosos da jovem. Na primeira entrevista, Tamara estava com 18 anos e já vivia com o segundo companheiro. A decisão pela gravidez veio quando ainda vivia com o primeiro companheiro:

A gente não tinha nada, nem emprego, nem casa, meu namorado roubava, me batia, usava droga... (...) Mesmo assim eu quis ter um filho. Ao mesmo tempo, eu queria, ao mesmo tempo, não. Eu queria ter um filho por causa que quando ele crescer, eu ia conversar com ele, *ia contar a minha vida*. Aí quando eu ficava *sozinha*, ia ter ele pra poder *conversar, chorar*. Eu tinha vontade de ter um filho, nem que fosse *sozinha*. Eu sabia que ele [o companheiro] não ia me dar nada. Eu pensava em dar pro nenê uma vida que eu não tive, mesmo sem ter grana. Eu me virava. Eu pensava em trabalhar pra criar ele. (Tamara, 18 anos, gravidez aos 15 anos)

O desejo de Tamara pela maternidade em condições materiais tão adversas, além da violência que sofria do parceiro, parece, à primeira vista, não ter nenhuma coerência e ser fruto da irresponsabilidade da adolescência. No entanto, para uma jovem que teve experiências familiares e pessoais tão conflituosas, parece compreensível a esperança de recriar uma estrutura familiar estável, diferente daquela que teve. Ela se refere ao filho como uma companhia, alguém com quem pudesse criar laços, conversar e contar sua vida, enfim, alguém para ouvi-la. Em sua

fala, menciona a solidão, apesar de estar vivendo com um companheiro (“Aí, *quando eu ficava sozinha*, ia ter ele pra *poder conversar, chorar*”). A jovem parece prever um futuro de tristeza e solidão, no qual o filho seria seu único apoio. O desejo pela maternidade, na trajetória desta jovem, parece fazer todo o sentido.

Nos dois exemplos citados acima, a decisão de engravidar partiu das duas jovens, sem a participação do parceiro no processo de tomada de decisão. As condições socioeconômicas das duas jovens na época eram desfavoráveis, mas ambas acreditavam que poderiam realizar seu desejo, apesar das condições adversas. Gabriele resolveu concretizar o desejo de engravidar, sem comunicar sua intenção ao marido. Como o controle da reprodução era feito por meio de pílulas anticoncepcionais, sobre as quais ela tinha o controle, bastou a interrupção do tratamento para que a gravidez acontecesse.

Eu queria engravidar, mas eu sabia que ele [o marido] não queria agora, porque ele queria primeiro arrumar um emprego melhor e ele queria que eu terminasse a escola. Então, eu decidi não falar nada pra ele, porque eu queria engravidar, entendeu? Então, eu tomava a pílula só de vez em quando, mas falava pra ele que tava tomando direitinho. Depois de um tempo, engravidei. (Gabriele, 16 anos gravidez na mesma idade)

Tamara comunicou seu desejo ao companheiro, que acabou concordando, embora não tenha participado posteriormente dos desdobramentos desta concordância. Como o casal controlava a contracepção com uso do preservativo masculino, a comunicação da jovem de seu desejo ao companheiro era necessária para a ocorrência da gravidez:

Cheguei nele [o companheiro] e falei assim: “Vamo fazer um filho.” Ele perguntou: “Você quer mesmo?” Eu falei: “Eu quero.” Aí, ele pegou e falou assim: “Tá bom, então vamo fazer um filho.” Então nós fomo. Antes de engravidar, eu usava camisinha e não tomava anticoncepcional. Aí nós fomo lá e fizemo relação sem camisinha e eu engravidei. (Tamara, 18 anos, gravidez aos 15 anos)

As outras duas jovens que engravidaram na adolescência, Giovana e Maria Clara, fizeram-no sem um planejamento consciente. Giovana foi criada somente pela mãe, que também foi mãe na adolescência, tendo engravidado aos 16 anos. A mãe sempre a incentivou a estudar, inclusive delegando ao filho mais velho as tarefas domésticas para que a filha se dedicasse aos estudos. A independência financeira também era enfatizada pela mãe da jovem como importante para a mulher. Giovana engravidou aos 18 anos, após terminar o ensino médio, segundo, ela, por insistência do namorado.

Eu falava pra ele [o namorado] que não queria filho agora. Aí ele falava assim que era por causa que eu não queria estragar meu corpo. Porque eu era bem magrinha assim, com cinturinha bonitinha. Aí, eu falava que não tinha nada a ver. Aí ele falava: “É, você não quer ter filho comigo

porque você não gosta de mim, que se você gostasse você me dava um filho. Você deve estar pensando em outra pessoa.” Ele já tava desconfiado. (Giovana, 19 anos, gravidez aos 18 anos)

A insistência do namorado teve um grande peso na ocorrência da gravidez. Mas a história de Giovana traz um elemento adicional para reflexão: a jovem tinha muito medo de jamais poder ter filhos, por causa dos cistos no ovário que lhe acometeram quando ela tinha 17 anos, apesar de ter sido informada pelo médico de que não teria problemas de engravidar após o tratamento:

Ele [o namorado] queria muito ter um filho. (...) O médico me falou que eu podia ter filho depois do tratamento, mas eu fiquei com a pulga atrás da orelha. (...) Eu parei de tomar a pílula, e eu achei que não ia engravidar, porque tava tomando remédio pros cistos. (...) Mas aí, eu engravidei. (Giovana, 19 anos, gravidez aos 18 anos)

A gravidez de Giovana, apesar de não ter sido conscientemente planejada, parece ter sido desejada. O namorado já vinha dizendo a ela há anos que queria ter um filho, além disso, ela dizia que não queria engravidar enquanto não terminasse os estudos, o que já tinha ocorrido. A gravidez da jovem pode ter tido também o significado de verificação da integridade de seus órgãos reprodutivos (Coin-Bariou, 2005; Brandão, 2006; Aquino et al., 2006b), em função do diagnóstico médico de cistos no ovário. A dúvida sobre a possibilidade de engravidar ocorreu também com outra jovem do grupo entrevistado:

Uma vez ficou dois meses sem vir [a menstruação], e eu tinha certeza que eu tava grávida, mas eu não tava, o teste deu negativo. Aí eu fiquei martelando na minha cabeça que tinha algum problema, porque não é possível, né? (...) Aí, eu resolvi tomar o anticoncepcional certinho e parar no período fértil, pra saber se eu tinha algum problema, ou não.” Aí, problema, não tinha nenhum, eu engravidei. (Gabriele, 16 anos, gravidez na mesma idade)

A gravidez de Maria Clara traz as características da típica gravidez na adolescência não planejada, da qual falam os programas de educação sexual, as políticas públicas e os estudos sobre o tema: jovem no início da adolescência, como poucos conhecimentos sobre sexualidade e pouca familiaridade com métodos contraceptivos. A mãe de Maria Clara teve o primeiro filho aos 15 anos e faleceu quando Maria Clara tinha 5 anos. O pai sempre a incentivou a estudar para que pudesse se inserir no mercado de trabalho quando tivesse mais idade. Segundo ela, o pai sempre se dispôs a conversar com os filhos sobre sexualidade e colocou-se à disposição da filha para conversar com ela sobre métodos contraceptivos quando ela tivesse sua primeira relação sexual. Mas Maria Clara não contou ao pai quando isto ocorreu. Ela tentou evitar a gravidez com os conhecimentos e meios de que dispunha, mas acabou engravidando mesmo assim:

Nem eu nem ele [o namorado] queria filho porque a gente era muito novo e tava namorando fazia pouco tempo. Mas eu esquecia de tomar a pílula, nem sempre dava pra tomar porque eu não

queria que ninguém em casa soubesse. Eu escondia a pílula pra meu pai não ver, tinha dia que tava todo mundo lá e não dava pra tomar, acabava esquecendo. (Maria Clara, 20 anos, gravidez aos 14 anos)

A descoberta da gravidez trouxe sentimentos contraditórios a algumas das jovens entrevistadas. Tanto as que planejaram a gravidez quanto as que não planejaram, ficaram surpreendidas com o resultado positivo do exame. As solteiras temiam as reações das famílias e dos namorados. Para Gabriele, que tinha planejado a gravidez, o momento foi de alegria, compartilhada pela família e pelo marido, o que não excluiu uma certa surpresa:

Minha mãe foi no posto comigo fazer o teste, e deu positivo. Eu fiquei meia assim...anestesiada. Eu planejei ficar grávida, mas não conseguia acreditar que tava. Reação nenhuma. Minha mãe ficou muito feliz, na hora, ficou super feliz, pra ela, um neto era a coisa que mais ela queria. (...) Conteí pro meu marido (...) Depois, mais tarde, ele tomou banho, se trocou como se fosse sair, aí eu falei assim: “Você vai sair?” Aí, ele falou: “Não, agora eu vou ser pai, eu tenho que me vestir que nem pai.” Todo mundo ficou feliz. (Gabriele, 16 anos, gravidez na mesma idade)

O companheiro de Tamara, embora tenha ficado inicialmente feliz ao saber de sua gravidez, não mudou seu comportamento violento, o que trouxe várias situações de brigas entre o casal. A jovem atribui a ela mesma o comportamento do companheiro, uma vez que ela o pressionava para parar de roubar e usar drogas em função da futura paternidade:

A minha menstruação não desceu, aí eu fui no posto e fiz exame, aí deu que eu tava grávida. Eu fiquei muito alegre, né? Minha mãe ficou alegre, falou que ia ter um neto. Meu pai não gostou muito, não, falou como eu ia sustentar, o que eu ia fazer...Aí, eu cheguei nele [o companheiro] e falei que tava grávida. Aí, ele ficou alegre, né? Só que *eu* perturbava muito ele. Eu falava que eu ia tirar o nenê porque ele não ia dar nada, por causa que ele só vivia roubando, me batendo, usando droga. Que ele não ia ver o filho dele nunca, que eu ia sumir com o filho dele, pra ver se ele parava de roubar, de usar droga... Aí, ele ficava nervoso e nós brigava. (Tamara, 18 anos, gravidez aos 15 anos)

Maria Clara, que engravidou sem planejamento, só percebeu a gravidez com as mudanças corporais. Por não ter planejado nem desejado a gravidez, o momento da confirmação do resultado do teste no posto de saúde foi de muita ansiedade e desespero. Ela temia a reação do pai, além de não querer interromper os estudos:

Meu corpo começou a mudar, meu peito começou a doer, a inchar, a minha cintura começou a ficar muito larga, minhas calça não entrava mais. Aí eu vim no posto, fiz o teste e confirmou mesmo. Ele falava: “Ai meu Deus, e agora, o que nós vai fazer?” Veio o desespero...Depois de um tempo, eu tentei fazer um aborto, sem ele saber. Mas não deu certo. (Maria Clara, 20 anos, gravidez aos 14 anos)

Giovana também só percebeu a gravidez próximo ao terceiro mês de gestação. Pelo caráter inesperado do evento, ela só cogitou a possibilidade da gravidez a partir dos comentários

das vizinhas, que perceberam as mudanças em seu corpo. Ao ser informada sobre as suspeitas das vizinhas, decidiu fazer o exame médico:

Eu não sabia que eu tava grávida. Aí, já tava todo da rua mundo comentando, cheguei a brigar com uma vizinha. Aí, no outro dia eu fui fazer o teste e deu positivo. Aí, minha mãe só falou: “Bom, só espero que ele te ajude.” Meu irmão odiou, ficou a gravidez toda sem falar comigo. Meu namorado ficou feliz demais, era ele que mais queria. (Giovana, 19 anos, gravidez aos 18 anos)

Todas as famílias das jovens aceitaram bem a gravidez, ainda que no início, tenha havido um abalo familiar inicial na família de Maria Clara. Após o desespero inicial da descoberta da gravidez, Maria Clara decidiu fazer um aborto, sem o conhecimento do companheiro e de mais ninguém, exceção feita à amiga que a ajudou. Sabia que o pai não ficaria contra ela, mas o medo de decepcioná-lo e perder sua confiança pesaram muito em sua decisão de interromper a gravidez. A tentativa de aborto não deu certo.

Eu conversei com uma amiga minha que já tinha feito um aborto, só que assim, eu era inexperiente. Comprei chá de maconha, pinga, coca e Cibalena e tomei a mistura na casa da minha amiga. (...) Depois de umas hora comecei a passar mal, aí minha amiga contou pra mãe dela, me levaram para o hospital e avisaram minha família. (Maria Clara, 20 anos, gravidez aos 14 anos)

O pai de Maria Clara, ao tomar conhecimento da gravidez da filha, colocou-se à disposição para apoiá-la, afirmando que as mulheres da casa, no caso a madrasta e a irmã da jovem, poderiam ensiná-la e ajudá-la nos cuidados com o bebê, reforçando assim, a representação do caráter “feminino” no cuidado com crianças pequenas. O pai do namorado da jovem, por outro lado, ressentiu-se se que seu filho tivesse de assumir a responsabilidade pela paternidade:

A reação do meu pai foi completamente diferente do que eu esperava, ele me apóia em tudo, meu medo era esse. Ele falou: “Engravidou agora vamo criar, vamo ter responsabilidade, o que você não souber sua madrasta tá aqui, suas irmã, elas vão te ajudar”. Eu não sabia que meu pai ia ter uma atitude assim, já o pai dele [do namorado] ficou falando que filho dele não era pra ter filho, era pra curtir a vida. Meu sogro não aceitou muito, mas meu pai e a mãe dele aceitou. (Maria Clara, 20 anos, gravidez aos 14 anos)

Após um período de gravidez bastante conturbado, segundo ela, do qual fez parte a violência e as brigas com o companheiro, Tamara teve um aborto espontâneo, o que foi motivo de bastante tristeza para ela. Nessa época, o companheiro havia sido preso por roubo e ela só contou com a ajuda da mãe para superar a perda do filho:

Eu já tava de 7 mês quando o nenê saiu, caiu, assim...Aí ele já tava morto dentro da minha barriga. Acho que estava morto há uma semana, já, era um menino. Aí eu comecei a chorar, né? Aí, não deixaram eu ir no enterro, nem nada, porque eu ainda tava muito nervosa. Sofri mais na hora que eu fui dar as roupinha, né? (...) Eu acho que foi muito nervoso e raiva que eu passei com ele [o companheiro]. Também, porque ele dava muito murro ni mim. Ele fazia muita coisa errada, ele roubava, usava droga. Aí, teve um dia que eu fui atrás dele, ele começou a me bater, eu já tava de

7 meses, já. Eu acho que o nenê morreu por causa de nervoso. (Tamara, 18 anos, gravidez aos 15 anos)

As três jovens que tornaram-se mães na adolescência, entrevistadas na pesquisa, afirmam que a maternidade não trouxe mudanças muito significativas ao modo como viviam antes da gravidez, pois consideram-se caseiras, seja por falta de recursos financeiros para sair ou o controle dos pais, namorados e companheiros às suas saídas do espaço doméstico. Todas reconhecem, no entanto, que os filhos restringiram sua liberdade de alguma forma, obrigando-as a passar longos períodos dentro de casa. A mudança mais importante percebida pelas jovens foi a diminuição no convívio com as amigas sem filhos, o que fortaleceu de certa forma o relacionamento com as amigas que também são mães. Mas as jovens afirmam gostar de ser mães, ressaltando que se tornaram mais responsáveis após terem tido os filhos e apesar do trabalho que a maternidade implica.

Das três jovens que tiveram filhos, somente Maria Clara acredita ter engravidado muito cedo. Ela gostaria de não ter precisado interromper os estudos duas vezes, o que foi obrigada a fazer quando o filho nasceu e também gostaria de estar trabalhando. Acredita que se não tivesse engravidado aos 14 anos, poderia ter terminado os estudos há muito mais tempo, e poderia já estar trabalhando, para aí, então, pensar em casar e ter filhos. A gravidez também antecipou a união com o companheiro, que foi o único namorado que ela teve:

Se eu tivesse trabalhando, podia dar uma vida melhor pro meu filho. (...) O que eu quero mesmo é terminar a escola, arrumar um emprego e fazer um curso técnico de RX, pra trabalhar em hospital, ou numa clínica. (Maria Clara, 20 anos, gravidez aos 14 anos)

Gabriele e Giovana crêem que estavam numa idade adequada quando engravidaram (16 e 18 anos, respectivamente), o que mostra que o caráter de precocidade da gravidez é discutível, sobretudo nas classes populares. Essas duas jovens afirmaram não ter sido a idade o problema, mas o desemprego e as condições financeiras que não permitiram a elas dar uma vida melhor a seus filhos:

No namoro eu pensava assim as vezes, até em arrumar um emprego, ajudar meu marido, terminar o período de aula pra não ter tanta complicação que nem eu tô tendo agora. Eu pensava, mas aconteceu a gente não pode evitar o destino com certeza. (...) Vou esperar minha filha crescer um pouco e arrumar um emprego, pra poder pagar um curso de enfermagem pra poder arrumar um bom emprego, assim, em hospital. (Gabriele, 16 anos gravidez na mesma idade)

As duas dizem que teriam adiado a maternidade, se tivessem podido prever, o desemprego do marido, no caso de Gabriele, e o fim do relacionamento com o pai do filho, no caso de

Giovana. Foram, portanto, decisões contingentes ao momento vivido. Para Giovana, o filho tornou-se um projeto de vida, que trouxe uma completa transformação ao seu modo de ver a educação e o trabalho:

Meu filho me dá mais força. Eu tenho mais vontade, assim...porque eu não tinha tanta vontade de trabalhar antes sabe? Eu não tinha nada, não tinha filho, não me preocupava com nada. Só que ele me dá mais força pra conquistar tudo o que eu quero, porque eu sei que ele precisa de mim, entendeu? E pra não ver ele fazendo nada de errado, eu prefiro dar pra ele, entendeu? (...) Quando eu arrumar um emprego, eu quero fazer um curso de auxiliar de enfermagem pra trabalhar em hospital. (Giovana, 19 anos, gravidez aos 18 anos)

Não se pode esquecer que essas jovens vivem numa realidade na qual é bastante freqüente a gravidez de jovens nessa idade. Todas elas mencionaram conhecer muitas outras jovens da idade delas que estavam grávidas ou já eram mães. Portanto, nesse contexto, parecem destacar-se as jovens que *não* se tornam mães em idades socialmente consideradas precoces.

No grupo de entrevistadas, são duas as jovens que não tiveram a adolescência pontuada pela gravidez: Carla e Nicole. Com o objetivo de tentar compreender as trajetórias de Carla e Nicole, bem como o que diferencia essas jovens daquelas que engravidaram na adolescência, torna-se essencial retomar alguns pontos importantes de sua socialização familiar e de seus aprendizados sobre sexualidade em outros espaços.

Carla foi criada somente pela mãe, tendo sido filha única até os 16 anos quando nasceu seu irmão, fruto da união de sua mãe com o padrasto. O nascimento do irmãozinho obrigou Carla a um amadurecimento rápido, pois teve que cuidar dele, considerando que seu padrasto faleceu antes do nascimento do bebê. Sua mãe freqüentou o ensino superior até o último ano, não tendo se formado por falta de condições financeiras. Talvez por isso, a mãe da jovem a incentiva não somente a estudar, mas a *fazer faculdade*. Esse se tornou o objetivo de Carla, que deseja cursar educação física, o mesmo curso feito pela mãe. A mãe da jovem não foi mãe na adolescência, quando Carla nasceu, sua mãe tinha 26 anos. Todas essas referências da mãe foram absorvidas por Carla durante sua socialização:

Minha mãe é funcionária pública, trabalha numa sub-prefeitura. (...) Ela luta muito para conseguir as coisas, trabalha muito, se esforça muito. (...) Ela sempre foi um modelo para mim.(...) Sempre pegou no meu pé pra eu estudar, não me deixava faltar na escola, mandava a minha avó nas reuniões pra contar pra ela o que eu andava fazendo, olhava os cadernos pra ver se eu tinha feito a lição... era um saco!

Outro ponto mencionado por Carla, que justifica sua admiração pela mãe, é o fato de esta nunca ter se envolvido em sua vida sexual. Apesar das tradicionais recomendações para o uso de

preservativos que todas as mães fazem, a mãe de Carla nunca fez perguntas sobre seus namorados, *rolos e fíchantes*, mas sempre mostrou interesse em conhecer todos os amigos de Carla:

Minha mãe é assim... super liberal. Ela nunca me falou pra não transar, só falava pra eu ter cuidado, pra me proteger, essas coisas (...) Também nunca ficou me perguntando dos meus casos.(...) Desde que eu fale pra ela onde eu estou e com quem, eu posso ir onde eu quiser, posso voltar a qualquer hora, mas sempre tem que avisar.(...) Eu acho que a minha mãe me respeita como indivíduo. (Carla, 18 anos)

Os planos de maternidade de Carla estão guardados para o futuro. Apesar de ela querer ser mãe, pretende primeiro fazer o curso superior, iniciar uma carreira profissional na área escolhida, conquistar a independência financeira, para aí, então, pensar em ser mãe:

Quando o meu irmãozinho nasceu, eu tava com 16 anos, meu padrasto tinha morrido e minha mãe tava sozinha. Então, tipo assim, fui eu que tomei conta dele. (...) Eu acompanhei os esforços do meu irmão, tipo, a primeira vez que ele começou a engatinhar, a primeira vez que ele falou... Cada coisa que ele faz, é um lance pra mim, pois eu penso, afinal de contas ele poderia ser meu, mas não é. Quero ter filho, mas só depois que eu terminar a faculdade de educação física, ter um bom emprego e conhecer um homem especial pra aí, sim, ter uma família. Sei lá, é uma responsabilidade muito grande. Até lá, eu só quero aproveitar bem a minha juventude, sair pras baladas, viajar pra praia, *ficar* bastante, curtir tudo o que eu tiver direito. Filho, só depois de tudo isto. (...) Eu tive uma prima que engravidou na adolescência e foi super ruim pra ela, teve que parar de estudar, de trabalhar, só fica cuidando do bebê. (Carla, 18 anos)

Nicole vem de uma família mais numerosa: pai, mãe e cinco filhos, sendo a jovem, a filha do meio. Sua mãe teve o primeiro filho aos 18 anos, quando já estava casada, mas fez um aborto antes disso. As duas irmãs mais velhas de Nicole engravidaram aos 16 e 18 anos, o que obrigou a jovem a passar a infância e a adolescência cuidando das seis sobrinhas, filhas de suas irmãs.

Minhas duas irmãs mais velhas engravidaram com 16 e 18 anos.(...) Como elas tinham que trabalhar, eu é que ficava cuidando das minhas seis sobrinhas, desde que elas nasceram. Por cuidar de seis crianças, eu vejo o que é cuidar, imagina tendo um filho? (Nicole, 19 anos)

O pai de Nicole sempre a alertou para que atentasse para as experiências de gravidez na adolescência das irmãs, para que o mesmo não acontecesse com ela. A educação também era enfatizada pelo pai como importante para a conquista da independência financeira, “pra você não acabar como suas irmã”, as quais vivem numa situação de dependência dos maridos. “E meu pai sempre me falava pra eu olhar pro exemplo das minhas irmãs e ter mais juízo do que elas.”

Os planos de Nicole incluem o ingresso na Polícia Militar e posteriormente no ensino superior, no qual pretende fazer o curso de direito para aumentar suas chances de ascensão profissional na carreira policial. Por isso, diz que não pretende ter filhos.

Eu nem penso em ter filho, porque eu quero curtir a minha vida, quero morar sozinha, ser independente, quero fazer carreira na polícia, depois quero fazer faculdade de direito... Eu vejo lá minhas irmãs cuidando de criança, sem poder estudar, dependendo do marido pra tudo, tem uma que o marido bate nela. Eu não quero esta vida pra mim. (Nicole, 19 anos)

Essas duas jovens, além das experiências de gravidez adolescente na família, percebem os aspectos negativos das experiências de gravidez e de maternidade entre as amigas. Comentam sobre namorados das amigas que negaram a paternidade, que abandonaram as companheiras, que não ajudam no sustento dos bebês; sobre jovens que ficaram grávidas na tentativa de solidificar o relacionamento com o namorado, outras que abortaram e muitas que sofreram. Esses aspectos observados nas experiências das amigas tornam-se, para essas jovens, reflexos do que acreditam poderia acontecer também com elas. As duas também acreditam que não querem ter filhos na juventude por terem cuidado de bebês e crianças pequenas durante a adolescência, além de priorizarem seus planos educacionais e profissionais. Essas experiências socializadoras conferiram-lhes uma visão mais ampla das responsabilidades que a maternidade implica, não as desejando para si. As duas jovens têm um grande apreço por sua condição juvenil, e neste contexto, a maternidade não se encaixa, na opinião delas. Gostam de sair para as “baladas”, cultivar amizades, viajar, *ficar* e estar junto de outros jovens.

Carla e Nicole são as únicas jovens do grupo entrevistado que estão inseridas no mercado de trabalho formal. A socialização no ambiente de trabalho parece contribuir para uma ampliação da percepção das possibilidades de inserção feminina na sociedade e para a construção de novos modelos e identidades de gênero. Elas saem de casa todos os dias, utilizam transporte público, interagem com os clientes e os colegas das empresas nas quais trabalham, assumem responsabilidades. Estes fatores têm um grande peso na ampliação de seu mundo social, possibilitando-lhes construir novas referências, que vão além dos modelos familiares.

Ambas têm planos educacionais e profissionais mais ambiciosos do que os planos das outras jovens entrevistadas. Enquanto os planos educacionais e profissionais das jovens que engravidaram na adolescência envolvem cursos técnicos profissionalizantes e ingresso no mercado de trabalho em profissões técnicas, Carla e Nicole almejam o curso superior, o que demanda investimentos de tempo e de recursos mais substanciais, e o ingresso em carreiras que ofereçam a possibilidade de ascensão profissional.

Elas acreditam que vão conquistar seus sonhos de escolaridade e carreira, independentemente de fatores externos, pois atribuem mais a elas mesmas a possibilidade de

estes planos acontecerem, valorizando o esforço na tentativa de alcançar seus objetivos, vendo o trabalho como espaço de realização pessoal, além de meio de subsistência. Os pais das duas jovens são grandes entusiastas dos planos educacionais e profissionais das filhas, dando-lhes apoio e incentivo para que nunca desistam.

Carla e Nicole detêm o controle de sua vida reprodutiva. Ambas têm vida sexual ativa e sempre exigiram do parceiro o uso da camisinha. Carla diz ter aprendido sobre a importância do uso do preservativo com as amigas mais velhas e mais experientes, as quais sempre a alertaram sobre os riscos da atividade sexual desprotegida. Nicole diz que foi na escola que ela aprendeu numa palestra, que deveria sempre pedir ao parceiro o uso da camisinha, tendo sempre seguido à risca esta recomendação. Outro ponto em comum entre elas, é que ambas tiveram um número maior de parceiros sexuais do que as jovens que engravidaram na adolescência.

Creio que o ponto mais importante a ser ressaltado no conjunto das experiências das jovens entrevistadas é a heterogeneidade das situações e das escolhas que fizeram, considerando suas experiências de socialização e os acontecimentos que pontuaram suas trajetórias. Pelos depoimentos, foi possível perceber que algumas jovens engravidaram na adolescência por desejarem realmente ser mães, e nesse ponto a socialização familiar muito contribuiu com modelos de gênero e família que associam a maternidade à feminilidade. As interações com os parceiros conferiu, de certo modo, a algumas jovens o desejo da união conjugal e da maternidade, como destino e continuidade do processo de tornar-se mulher.

Mesmo que a gravidez não tenha sido conscientemente planejada por algumas jovens, não era um plano totalmente descartado por elas, considerando suas representações de maternidade e seus modelos familiares. Suas formas de inserir-se socialmente e de promover a transição para a vida adulta parecem estar mais próximas dos modelos das famílias de origem, das trajetórias de suas amigas e também dos modelos de gênero nas relações com os parceiros, do que da busca por formas diferenciadas de inserção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de sintetizar as principais conclusões deste estudo, retomarei, de forma resumida, os objetivos propostos e as opções metodológicas empregadas. O objetivo geral deste estudo qualitativo, foi o de analisar as singularidades das trajetórias afetivas, sexuais e reprodutivas de mulheres jovens de estratos populares do município de São Paulo, a partir de suas experiências de socialização, sobretudo na perspectiva de gênero. Nesse sentido, dois foram os objetivos específicos: compreender como as jovens constroem seu acervo de conhecimentos sobre sexualidade a partir dos discursos e modelos dos agentes socializadores, e entender como esses discursos e modelos forjam suas decisões pela concretização da maternidade ou por seu adiamento. Foram feitas entrevistas semi-estruturadas com seis jovens residentes no distrito de Cidade Tiradentes, zona leste de São Paulo, usuárias da Casa Ser, uma unidade especializada no atendimento à saúde sexual e reprodutiva da mulher. Quatro das jovens entrevistadas tinham tido a experiência de gravidez na adolescência.

A sexualidade, assim como qualquer outro campo da vida do indivíduo, requer um aprendizado que se faz socialmente, não somente a partir de informações e orientações das instâncias socializadoras, mas também a partir de interações sociais, nas quais são incorporados determinados modelos de gênero. No entanto, as informações sobre sexualidade também são necessárias, e buscá-las faz parte dessa aprendizagem. As seis jovens entrevistadas na pesquisa apontaram como agentes socializadores que contribuíram para a sua educação sexual a família, a escola, os pares, os meios de comunicação e o sistema de saúde. As jovens mostram preferência por fontes com as quais possam estabelecer interlocução face a face, ao invés de fontes anônimas e distantes, como os meios de comunicação de massa. Embora tenham preferência por fontes que prestem um atendimento personalizado, elas reconhecem a importância das intervenções coletivas, nas quais diferentes questionamentos possibilitam a ampliação dos conhecimentos.

Para as jovens, a família possui um cabedal insuficiente de conhecimentos sobre as diferentes dimensões da sexualidade, além de ser prescritiva em suas informações e orientações. Apesar disso, o caráter prescritivo das informações e orientações transmitidas pelas famílias é valorizado pelas jovens devido ao alto grau de afetividade embutido nas relações entre pais e filhos/as. Elas têm consciência de que seus pais só querem o melhor para elas, e nesse sentido, o caráter prescritivo das informações também é considerado importante. A interlocução na família ocorre com mais frequência entre mães e filhas, mantendo-se o pai a determinada distância;

porém, observa-se casos nos quais os pais tornam-se os principais interlocutores das filhas. Os pais e mães das camadas populares parecem estar hoje mais abertos à possibilidade de que as filhas adolescentes tenham vida sexual ativa. Embora não discutissem abertamente a sexualidade, os pais e mães das entrevistadas, no mínimo, preveniam-nas sobre os riscos de doenças e de gravidez e recomendavam o uso do preservativo masculino em suas relações. Além dos pais, as jovens entrevistadas mencionaram manter diálogos e troca de informações sobre sexualidade com irmãos e irmãs de mais idade.

As entrevistadas reconhecem que a escola de alguma forma contribuiu para sua educação sexual, ainda que a abordagem dada pela instituição ao tema seja básica, centrada em informações biológicas sobre os corpos e sobre reprodução, além de ser insuficiente do ponto de vista da profundidade. As intervenções escolares, na percepção das entrevistadas, ocorrem basicamente de três formas: nas aulas de ciências e biologia, nas palestras feitas por pessoal externo à escola, e por meio de professores e professoras que se dispõem a manter diálogo com os/as alunos/as sobre o assunto. As intervenções feitas nas aulas ou por meio de palestras, segundo elas, ocorre com maior frequência no ensino fundamental, tornando-se mais raras no ensino médio. A escola também foi apontada pelas jovens como um espaço no qual a liberdade para perguntas durante as intervenções sobre sexualidade é muito restrita, pois todos se conhecem, o que pode tornar certas perguntas motivos de constrangimento na relação com os/as colegas.

As trocas de informações sobre sexualidade feitas com os pares, em geral ocorrem com as amigas. No entanto, as jovens tendem a confiar mais nas informações transmitidas pelas amigas mais velhas e com mais experiência do que elas. Com suas coetâneas, contudo, a confiança nas informações é mais cautelosa, sendo cada caso avaliado separadamente. As jovens parecem reconhecer os limites de conhecimentos das amigas da mesma idade, avaliando as informações em função disso. No entanto, o diálogo e o apoio das amigas torna-se fundamental quando o problema se relaciona ao campo amoroso, ou em momentos de crise, quando o objetivo é mais compartilhar o problema do que buscar soluções.

Os depoimentos revelaram que os meios de comunicação, como a televisão e revistas para adolescentes, por não oferecerem a possibilidade de interlocução, surgem como fontes secundárias e esporádicas de informações sobre sexualidade, também por serem anônimas, unidirecionais e distantes da situação face a face. Todas são telespectadoras assíduas de

programas de televisão, sobretudo de novelas, mas não percebem esta como fonte de informações sobre sexualidade, assumindo uma postura crítica sobre os “perigos” da televisão ao público infantil, mais vulnerável às mensagens televisivas⁵⁴. Quanto às revistas para adolescentes, as mesmas só são consultadas quando chegam às mãos das jovens por meio de amigas, não havendo, portanto, uma busca por essa fonte de informação, também devido ao seu alto custo. A internet e jornais não foram mencionados como possíveis fontes de informação pelas jovens, possivelmente por não terem acesso a esses meios de comunicação.

Uma unanimidade entre as entrevistadas foi a confiabilidade nas informações e orientações transmitidas em programas de educação sexual no sistema público de saúde, que é considerado pela maior parte delas, o melhor espaço para a discussão da sexualidade. As falas das jovens demonstram que o aspecto da confiança nas informações e no preparo dos/as profissionais contribuem para que considerem a instituição mais adequada do que a família e do que a escola para tratar do tema da sexualidade. A possibilidade de interlocução com os/as profissionais da saúde, o nível de detalhamento das informações prestadas e a importância do anonimato no atendimento também foram citados como justificativas para a preferência pelo posto de saúde. Outro aspecto ressaltado foi a objetividade e a imparcialidade do posto de saúde no tratamento da educação sexual. Enquanto em outras instâncias a transmissão de informações é carregada de valores morais e prescritivos, o trabalho do posto de saúde limita-se, na percepção das jovens, a informar, orientar e esclarecer as dúvidas, sem que haja envolvimento nas decisões das usuárias. Apesar de haver um conteúdo prescritivo também no trabalho educativo do sistema de saúde, elas não o percebem como tal.

Existe maior liberdade das jovens para esclarecer suas dúvidas com as agentes de saúde e com as enfermeiras do que com os/as médicos/as. Para o esclarecimento das dúvidas do cotidiano, ou para falar sobre métodos anticoncepcionais, a preferência é pelas enfermeiras e agentes de saúde. Há também preferência das jovens por profissionais mulheres no atendimento, pois afirmam sentir-se mais à vontade com estas. No caso dessas jovens, é necessário considerar que são usuárias da Casa Ser, que constitui um espaço diferenciado para discussão de sexualidade da mulher, o qual adota em seu trabalho educativo uma perspectiva de gênero, além de outros diferenciais.

Essa constatação precisa ser melhor estudada em diferentes contextos, mas na percepção do grupo estudado, o posto de saúde possui três características importantes que o diferenciam da

⁵⁴ Os modelos de gênero veiculados pelos meios de comunicação, embora importantes na construção das identidades sociais dos indivíduos da contemporaneidade, não constituíram objeto de estudo desta investigação.

família e da escola no atendimento e na abordagem da sexualidade. Em primeiro lugar, o fácil acesso: os postos de saúde possuem horário de atendimento que se estende por todo o dia e se situam a uma proximidade confortável do local de residência das jovens. Em segundo lugar, a confidencialidade e a anonimidade: as jovens sentem mais liberdade de expor suas dúvidas às profissionais do posto de saúde, pois estas não conhecem suas vidas e suas famílias, tornando mais objetivas e isentas as informações e orientações das profissionais. Esse aspecto estende-se às palestras sobre sexualidade promovidas pelos postos de saúde, as quais possuem platéia diferenciada, na qual raramente encontra-se alguém conhecido. Em terceiro lugar, as jovens percebem os/as profissionais da saúde como os mais preparados/as para lidar com as questões de sexualidade, revelando, portanto, uma confiança muito maior nesses/as profissionais, do ponto de vista do conhecimento, do que na família ou na escola.

A capacidade de juntar fragmentos, construir conhecimentos a partir da “colagem” dos sinais do mundo, numa espécie de *bricolagem*, emerge como a principal característica do modo como as jovens entrevistadas formam seu acervo de saberes sobre sexualidade. Elas demonstraram buscar informações de modo bastante ativo, sempre que precisam, fazendo perguntas em diversas instâncias, somando, avaliando e comparando informações. Quando as instâncias tradicionais de socialização não conseguem cumprir o papel de informá-las e formá-las, as jovens recorrem a outros espaços, buscam a interlocução com outros agentes e articulam uma base de conhecimentos que lhes permita tomar decisões e resolver as situações que se apresentam. O repertório de conhecimentos, portanto, é formado a partir da articulação das informações e orientações recebidas de diversas instâncias, nenhuma delas exclusiva, todas julgadas importantes e complementares. As jovens preferem recorrer aos agentes socializadores com os quais possam manter interlocução face a face, ou seja, com os quais possam interagir, fazer perguntas, ouvir respostas e elaborar novas perguntas.

Elas recorrem aos diversos agentes socializadores, guiadas por motivações e situações distintas. Embora a confiança seja a principal base para as consultas, a disponibilidade de acesso ao agente também é importante. As jovens do grupo entrevistado recorrem ao posto de saúde para suas dúvidas cotidianas, sobretudo para esclarecer dúvidas sobre métodos contraceptivos; recorrem às amigas para trocas de confidências, ou em busca de apoio emocional em situações de crise; as recomendações da família são importantes, ainda que sejam prescritivas, pelo caráter emocional e de confiança existente entre pais/mães e filhas. Na percepção das jovens, todos os agentes socializadores são importantes e suas informações e orientações são complementares, não

havendo um agente exclusivo que possa atender a todas as suas necessidades. A constatação da recorrência aos múltiplos agentes por motivações diferenciadas, bem como a construção do repertório dos saberes a partir da seleção e sintetização das informações recebidas confirma a primeira hipótese levantada no início do trabalho de campo.

A socialização para a sexualidade não se faz somente por meio dos discursos dos agentes socializadores. Os modelos de gênero presente nas famílias e nas interações com os pares, incluindo as interações afetivo-sexuais, mostram-se importantes nas trajetórias das jovens. No entanto, vale ressaltar que não há identificação integral com os modelos, assim como não há modelos rígidos e estereotipados. As identidades generificadas são construídas a partir de tensões e reiterações aos modelos existentes, os quais também não são estáticos.

Os pais e mães das jovens entrevistadas enfatizavam a importância da escolaridade para o futuro das filhas. Quase todas elas têm o ensino médio concluído ou em está em curso, portanto, parecem estar seguindo as prescrições familiares quanto à educação, pelo menos quanto à educação básica, uma vez que o ensino superior está fora do alcance da maioria delas. Semelhantemente, todos os pais e mães preconizavam a importância da autonomia financeira feminina, para que elas não dependessem somente dos futuros maridos. Embora isto indique mudanças, ainda não significa uma nova forma de inserção social feminina, por meio do conhecimento e da realização numa carreira profissional. A importância da educação e do trabalho remunerado aparece, portanto, primeiro como instrumento. Quatro das jovens desejam fazer cursos técnicos profissionalizantes que lhes possibilitem a inserção no mercado de trabalho em profissões técnicas; duas, têm planos mais ambiciosos: sonham com o curso superior e com o crescimento numa carreira profissional. De qualquer forma, a importância do trabalho remunerado, ainda que seja para obter certa autonomia, parece ter sido incorporado pelas jovens a partir dos discursos familiares.

Se os discursos familiares quanto à educação e trabalho parecem ter sido assimilado pelas jovens, o mesmo não ocorreu com os discursos sobre reprodução, para a maioria delas. Todas as famílias recomendavam às suas filhas prevenir-se da gravidez, incentivando-as à utilização do preservativo em suas interações afetivo-sexuais, o que não impediu que algumas delas optassem pela maternidade na juventude. No grupo entrevistado, as estruturas das famílias de origem, sobretudo as trajetórias sociais das mães das entrevistadas, bem como os modelos de gênero presentes nas famílias e nas relações afetivo-sexuais, parecem ter influenciado as jovens de modo

mais intenso do que os discursos familiares nesse sentido. Em outras palavras, para a maioria das jovens do grupo entrevistado, a socialização para a sexualidade e reprodução por meio dos modelos familiares parece ter tido mais força do que os discursos preconizados pelas famílias, o que confirma a segunda hipótese da pesquisa.

As interações com os parceiros mostraram-se também socializadoras do ponto de vista dos modelos no grupo estudado. Foi possível observar questionamentos aos modelos tradicionais de gênero presentes na socialização familiar, a partir do convívio com os parceiros. Se as entrevistadas ainda vêem as relações entre os sexos conforme os modelos socialmente estabelecidos, por outro lado, desafiam o poder dos parceiros, buscando estratégias de fazer respeitar suas posições e opiniões, ainda que muitas vezes, esse processo não seja resultado de um confronto explícito, mas de uma negociação que tem por base a “astúcia” e o “jeitinho” feminino de convencimento. Contudo, o grupo estudado também trouxe exemplos de confrontos diretos e de não-aceitação da dominação masculina.

O mundo, tal como interiorizado na socialização primária, já surge fundamentado numa estrutura hierarquizada e desigual das relações de gênero, e é desta forma apreendido pelas jovens. Buscar novas formas de inserção social, que não seja por meio do casamento e da maternidade, para as jovens de segmentos populares, implicaria dois movimentos. Por um lado, a capacidade de questionar os modelos vigentes nas relações de gênero e de vislumbrar outras alternativas possíveis de inserção; por outro lado, acreditar na possibilidade de promover esta inserção por meio dessas outras alternativas, concebendo um plano de ação. Entre uma alternativa possível, como a maternidade, e outra bastante difícil nos meios de origem dessas jovens, como cursar o ensino superior e construir uma carreira profissional, a escolha da união e da maternidade pode parecer a mais viável. A maternidade parece ter entrado na vida daquelas que tiveram filhos como o cumprimento de uma função feminina, de um destino já traçado pela socialização familiar, isto acrescido à ausência de outras oportunidades de inserção educacional e profissional.

O desejo de ser mãe das jovens entrevistadas é construído, sobretudo, a partir de valores culturais de seu meio, suas representações de família, casamento, maternidade, educação e trabalho. E nesse ponto, a socialização familiar, bem como os aprendizados com os pares e nas relações afetivo-sexuais, são fundamentais.

Portanto, parecem-me ambiciosos - e ao mesmo tempo, ingênuos - os programas de educação sexual que têm por objetivo promover a mudança do comportamento sexual de adolescentes e jovens, aumentar a utilização de preservativos e reduzir os números de adolescentes grávidas e mães. A concepção de tais programas parece desconsiderar o aspecto subjetivo dos significados e das motivações de adolescentes e jovens na vivência de sua sexualidade e em suas escolhas quanto à reprodução. Adicionalmente, os programas parecem minimizar o caráter ativo de adolescentes e jovens na busca por informações, relegando-os a um papel passivo de receptores de discursos.

Além disso, programas que não apresentam a discussão sobre as relações desiguais de gênero, tendem a ser apenas informativos, não contribuindo para promover o questionamento das estruturas sociais patriarcais presentes na sociedade. Informações e acesso aos meios preventivos são importantes, porém, cabe somente ao indivíduo tomar as decisões que afetarão sua vida. Essas decisões dependem de uma multiplicidade de fatores culturais, subjetivos, familiares, socioeconômicos, entre outros, não havendo, portanto, ação isolada que possa atingir esses objetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo nrs. 5 e 6, p. 25-36, mai-dez 1997. Número especial: Juventude e Contemporaneidade
- ALMEIDA, M. C. C.; AQUINO, E. M. L.; GAFFIKIN, L.; MAGNANI, R. J. Uso de contracepção por adolescentes de escolas públicas na Bahia. **Rev. Saúde Pública**, 37(5):555-575, 2003
- AQUINO, Estela M. L.; ARAÚJO, Maria J.; ALMEIDA, Maria C. C. Aspectos metodológicos, operacionais e éticos da Pesquisa GRAVAD. In: HEILBORN, M. L. et al.(Orgs). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Garamond, p. 97-136, 2006a
- AQUINO, Estela; M. L.; ARAÚJO, Maria J.; ALMEIDA, Maria C. C.; MENEZES, Greice. Gravidez na adolescência: a heterogeneidade revelada. In: HEILBORN, M. L. et al.(Orgs). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Garamond, p. 309-360, 2006b
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981
- BADINTER, Elisabeth. **L'amour en plus – histoire de l'amour maternel (XVIIe-XXe. Siècle)** – Paris: Flammarion, 1980
- BERGER, L. LUCKMANN, T. **A construção social da realidade – tratado da teoria do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 25ª. Edição, 2005
- BOZON, M. HEILBORN, Maria Luiza. Iniciação à sexualidade: modos de socialização, interações de gênero e trajetórias individuais. In: HEILBORN, M. L. et al.(Orgs). **O**

aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros.

Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Garamond, p. 155-206, 2006

BRANDÃO, Eliane Reis. Gravidez na Adolescência: um balanço bibliográfico. In: HEILBORN, M. L., AQUINO, E. M. L., BOZON, M., KNAUTH, D. R. **O aprendizado da Sexualidade – reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros.** Fiocruz/Garamond: Rio de Janeiro, p. 61-95, 2006

BRANDÃO, Elaine Reis. Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil. In: HEILBORN, Maria Luiza. **Família e Sexualidade.** Rio de Janeiro: FGV, p 63-86, 2004

CALAZANS, Gabriela J. **O discurso acadêmico sobre gravidez na adolescência: uma produção ideológica?** 2000, 326p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP, 2000

CAMARANO, Ana Amélia. Fecundidade e anticoncepção da População 15-19 anos. In: VIEIRA, Elisabeth M., FERNANDES, Maria E. L., BAILEY, Patricia e McKAY, Arlene. (orgs.). **Seminário Gravidez na Adolescência.** Rio de Janeiro: Associação Saúde da Família, 1998

CAMARANO, A. A., MELLO, J., PASINATO, M. T., KANSO, S. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. **Revista Última Década** Nr. 21, p. 11-50, Valparaíso, CIDPA, dezembro, 2004

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; SILVA, L. B. **Juventudes e Sexualidade.** Brasília: UNESCO, 2004

CAVASIN, Sylvia. Gravidez na adolescência: diversificando o olhar. In: COSTA, Moacir (org.). **Amor e Sexualidade – a resolução dos preconceitos.** São Paulo: Editora Gente, p. 31-46, 1994

- COIN-BARIOU, Laura. **Grossesse à l'adolescence: evenement de vie, avenement d'un sujet.** 2005, 175p. Tese (Doutorado em Medicina Psiquiátrica). Faculdade de Medicina da Université de Angers, 2005
- CORTI, Ana Paula; SOUZA, Raquel. **Diálogos com o mundo juvenil** – subsídios para educadores. São Paulo: Ação Educativa/Fundação Ford, 2005
- COSTA, M. G.; MAGNO, V. **Educação sexual nas escolas de ensino fundamental e médio: realidade ou utopia?**. 2002, 62 p. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia), Centro de Ciências Humanas e Educação, Universidade da Amazônia, 2002
- DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice.** São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1999
- ELIZALDE, Silvia. El androcentrismo en los estudios de juventud: efectos ideológicos y aperturas posibles. **Revista Última Década**, Valparaíso, CIDPA, No. 25, p. 91-110, diciembre/2006
- FARIA, Nalu. NOBRE, Miriam. O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero. In: **Gênero e Educação**. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, p. 29-43, 2003
- FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **Curso Gênero. SAA/EMATER-RS: relatório de junho de 2000.** São Paulo: SOF- Sempreviva Organização Feminista, 2000, disponível em <http://www.sof.org.br/>, consulta feita em 02/12/2006
- GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole – o que a globalização está fazendo de nós.** Rio de Janeiro: Record, 2000
- GIDDENS, Anthony. **As transformações da intimidade.** São Paulo: Editora UNESP, 1992
- GOMES, Jerusa V. Socialização primária: tarefa familiar? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.91, p.54-61, 1994

GOMES, Jerusa V. Família e Socialização. **Psicologia USP**, São Paulo, 3(1/2) p. 93-105, 1992

HEILBORN, Maria Luiza et al. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, Ano 8, n.17, p. 13-45, junho de 2002

_____, Maria Luiza. Uniões precoces, juventude e experimentação da sexualidade. In: HEILBORN, M. L., DUARTE, L. F., PEIXOTO.C., BARROS, M. L. (orgs). **Sexualidade, família e ethos religioso**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 39-53, 2005

_____, Maria Luiza. Experiência da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis. In: HEILBORN, M. L. et al.(Orgs). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Garamond, p. 29-59, 2006

LEAL, Ondina F.; FACHEL, Jandyra M.G. Jovens, sexualidade e estratégias matrimoniais. In: HEILBORN, Maria L. **Sexualidade – o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 96-116, 1999

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: Champagne et al. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Editora Vozes, p. 59-106, 1998

LEÓN, Oscar D. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, M. V. (org.) **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, p. 9-18, 2005

LEÓN, Oscar D.; GHIARDO, Felipe; MEDRANO, Carlos. **Los Desherdados – Trayectorias de vida y nuevas condiciones juveniles**. Viña Del Mar: CIDPA EDICIONES, 2005

LOURO, Guacira L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 7-34, 2001

- MANNHEIM, Karl. Funções das gerações novas. in FORACCHI, M e PEREIRA, L. **Educação e Sociedade**. São Paulo: Cia Editora Nacional, p. 91-97, 1975
- MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud és mas que una palabra. In: MARGULIS, Mario. **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. Buenos Aires: Editorial Biblos, p. 13-30, 1998
- MARTINS, Heloísa H. T. S. Metodologia Qualitativa de Pesquisa. **Educação e Pesquisa – Revista da Faculdade de Educação da USP**. São Paulo, v.30 n.2, p. 289-300, maio/ago, 2004
- MARTUCCELLI, Danilo. **Grammaires de l’individu**. Paris: Gallimard, 2002
- MELUCCI, Alberto, FABBRINI, Anna. **L’età dell’oro. Adolescenti tra sogno ed esperienza**. Milão: Feltrinelli, 1992
- MONTEIRO, Simone. Gênero, sexualidade e Juventude numa favela carioca. In: HEILBORN, Maria L. **Sexualidade – o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 117-145, 1999
- MOMBERGER, Christine D. Formação e socialização: os ateliês biográficos de projeto. **Educação e Pesquisa – Revista da Faculdade de Educação da USP**. Vol 32/02, p. 359-371, Maio/ago 2006
- MOTTA, Maria Antonieta P. **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. São Paulo: Editora Cortez, 2005
- OLIVEIRA, Cláudia S. L.; CAMILO, Adriana A.; ASSUNÇÃO, Cristina V. Tribos urbanas como contexto de desenvolvimento de adolescentes: relação com pares e negociação de diferenças. **Temas em Psicologia da SBP**, vol. 11, No. 1, p. 61-75, 2003
- PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates**. Lisboa: Âmbar, 2001.

- PIROTTA, Kátia C. M. **Não há guarda-chuva contra o amor: estudo do comportamento reprodutivo e de seu universo simbólico entre jovens universitários da USP**. 2000, 317p. Tese (Doutorado em Saúde Materno-Infantil). Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2000
- RAMIRES NETO, Luiz. **Habitus de gênero e experiência escolar: jovens gays no ensino médio em São Paulo**. 2006, 170p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2006
- REIS, Vânia Teresa Moura. **Jovens Pais e Jovens Mães: experiências em camadas populares**. 2004. 264p. Tese (Doutorado em Serviço Social). PUC-SP, 2004
- RIETH, Flávia. Ficar e namorar: conhecer-se através do outro. In: BRUSCHINNI, C. HOLANDA, H. B. (orgs) **Estudos de gênero no Brasil**. São Paulo: Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 1998
- SÁ JÚNIOR, L.S.M. **Desconstruindo a definição de saúde**. *Jornal do Conselho Federal de Medicina*, jul/ago/set/2004, p. 15-16. Disponível em <http://www.unifesp.br/dis/pg/Def-Saude>, acesso em 27/06/2005
- SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J. G. **Sexualidade na Escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus Editorial, p. 107-117, 1997
- SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface – Comunic, Saúde, Educ.* 8, p. 47-59, fevereiro, 2001a
- SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, (16) p. 137-150, 2001b

- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, n. 20, v.2, p.71-100, jul/dez, 1995
- SALEM, Tânia. “Homem... já viu, né?”: representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular. In: HEILBORN, Maria Luiza. **Família e Sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, p 15-61, 2004
- SETTON, Maria das Graças J. Família, escola e mídia: um campo com novas configurações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, jan/jun, p. 107-116, 2002a
- SETTON, Maria das Graças J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, No. 20, mai/jun/jul/ago, p. 60-70, 2002b
- SETTON, Maria das Graças J. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. **Tempo Social**, vol. 17, n.2, p.335-350, 2005
- SOUZA, Maria Cecília Cortez C. Sexo é uma coisa natural? A contribuição da psicanálise para o debate sexualidade/escola. In: AQUINO, J. G. **Sexualidade na Escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus Editorial, p. 11-23, 1997
- SPINK, Mary Jane P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9 (3): p. 300-308, jul./set. 1993
- SPOSITO, Marília Pontes. Estudos Sobre Juventude e Educação. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, no. 5/6, Número especial “Juventude e Contemporaneidade”, p. 37-52, maio-dezembro, 1997
- SPOSITO, Marília P. **Juventude e Escolarização** (1980-1998). Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2002

SPOSITO, Marília. CARRANO, Paulo C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, No. 24, Set/Out/Nov/Dez/2003

SUPLICY, M. et al. **Sexo se aprende na escola**. São Paulo: Olho d'água, 1995

SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e 'teorias' de famílias. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo; EDUC/Cortez, p. 23-27, 1995.

TRAVERSO-YÉPEZ, M. PINHEIRO, V. S. Socialização de gênero e adolescência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1): 216, p. 147-162, janeiro-abril, 2005

VIANNA, Cláudia. Educação e gênero: parceria necessária para a qualidade do ensino. In: **Gênero e Educação**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher/Secretaria Municipal de Educação, p. 45-52, 2003

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira L. **O corpo educado – Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 35- 82, 2001

WELLER, Wivian. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. **Educação e Pesquisa – Revista da Faculdade de Educação da USP**. Vol 32/02, p. 241-260, maio/ago 2006

WEREBE, Maria José. **A educação sexual na escola**. Lisboa: Moraes Editores, 1977

WEREBE, Maria José Garcia. **Sexualidade, política e educação**. Campinas: Editora Autores Associados, 1998

ANEXO 1

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

ANEXO 1

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

1. Dados pessoais da jovem

- 1.1 Quantos anos tem?
- 1.2 Qual a sua escolaridade?
- 1.3 Professa alguma religião? Em caso positivo, como chegou a esta igreja? Com que frequência vai à igreja? Qual o lugar da religião na sua vida?
- 1.4 Mora com quem? Em casa própria ou alugada?
- 1.5 Qual é a renda mensal da sua família?
- 1.6 O que gosta de fazer nos momentos de lazer? Sai com amigos/as? Onde costumam ir? Sobre o que conversam?

2. Família

- 2.1 Qual a origem, idade, escolaridade, religião e ocupação de seus pais ou responsáveis?
- 2.2 Como foi formação da sua família? Como seus pais se conheceram? Que idade tinham quando se casaram ou se uniram?
- 2.3 Que idade tinha sua mãe quando teve o primeiro/a filho/a?
- 2.4 Como era a educação dada por seus pais a você e a seus/suas irmãos/ãs? Havia diferença no modo de educar os meninos e as meninas, na sua percepção?
- 2.5 Quando era criança, com que brinquedos gostava de brincar? Com quem brincava? Quais eram as brincadeiras?
- 2.6 Como era a divisão das tarefas domésticas entre os membros da família? Havia diferença na distribuição de tarefas entre os meninos e as meninas? Seu pai colaborava no serviço doméstico?
- 2.7 Você acha que houve alguma influência religiosa na educação dada por seus pais a você e a seus/suas irmãos/ãs?
- 2.8 No caso de conflitos entre pais e filhos/as, qual era a origem destes conflitos e como eram resolvidos?
- 2.9 Seus pais tinham interesse em conhecer seus/suas amigos/as e namorados? Como eles se posicionavam em relação a suas amizades e relações fora de casa?

2.10 Seus pais controlavam seus horários fora de casa? Havia diferença para meninas e meninos? Que lugares estavam autorizados/as ou não a freqüentar?

2.11 Qual era a opinião de seus pais sobre educação escolar para as meninas e para os meninos? Eles mostravam interesse na escolarização dos/as filhos/as? Conferiam o dever de casa, acompanhavam as notas, o comportamento, iam às reuniões de pais e mestres na escola?

2.12 Que conselhos seus pais davam aos/às filhos/as sobre a preparação para o trabalho? E sobre o trabalho da mulher?

2.13 Como o tema da sexualidade era tratado em família? Como era a educação sexual dada a você e a seus/suas irmãos/irmãs por seus pais? Era diferente para meninos e meninas? Que peso tinham estas orientações sobre as suas decisões no campo sexual?

2.14 Em alguma ocasião recorreu à sua família (pai, mãe ou irmãos/ãs ou outros/as) para esclarecer alguma dúvida sobre sexualidade? Como foi?

2.15 Na sua família ou entre seus parentes, já houve algum caso de gravidez na adolescência? Se houve, qual foi a opinião de seus pais sobre o ocorrido? E a sua opinião?

2.16 Quando você teve sua primeira experiência sexual, sua família ficou sabendo? Como? Qual foi a reação dos seus pais? E no caso de gravidez? (se aplicável)

3. Escola

3.1 Quais são suas lembranças da fase escolar: professores/as, funcionários/as da escola, autoridades escolares, o círculo de amigos, colegas de classe, as aulas, as brincadeiras ?

3.2 De quais aspectos você gostava na escola e de quais não gostava? Gostava de estudar? Tinha boas notas? Já teve alguma reprovação? Tinha boa relação com os/as professores/as? Tinha algum/a especial? Por quê ele/ela era especial?

3.3 Quais suas lembranças sobre sexualidade na escola? Brincadeiras dos/as colegas; namoros; posição das autoridades escolares quanto aos relacionamentos entre alunos e alunas; casos ocorridos com colegas, professores/as; situações em sala de aula, etc.

3.4 Nas escolas em que você estudou, o tema da sexualidade era discutido? O tema era tratado nas aulas? De que modo?

3.5 Você se lembra de alguma palestra ou atividade promovida pela escola no campo da educação sexual? Qual sua opinião sobre estes eventos? O que você aprendeu? O que acha que ficou faltando?

3.6 Em alguma ocasião recorreu à escola ou a algum professor/a para esclarecer alguma dúvida sobre sexualidade? Como foi?

4. Pares

4.1 Quem eram seus/suas melhores amigos/as na infância e na adolescência? Eram da escola, da vizinhança, parentes? Sobre o que conversavam? Que atividades faziam juntos/as? Por que escolheu estes pares?

4.2 Conversava com seus pares sobre sexo na adolescência? O que conversavam? Quais eram as fontes de informação destes pares?

4.3 Você tinha confiança nas informações trocadas sobre sexo com seus pares?

4.4 Em alguma ocasião recorreu a um/a amigo/a para esclarecer alguma dúvida sobre sexualidade? Como foi?

4.5 Que peso tinham as opiniões e informações destes pares nas suas decisões sobre a vivência de sua sexualidade?

5. Relações afetivo-sexuais

5.1 Como foram suas relações amorosas (namorados, “ficantes” ou outros)?

5.2 Qual foi o contexto da primeira relação sexual? Qual a sua idade e de seu parceiro? Ele era seu namorado?

5.3 Por que você decidiu iniciar a vida sexual naquele momento? Conversou com alguém antes? Com quem? Que orientações recebeu?

5.4 Você acha que teve sua primeira relação no momento certo? Gostaria de ter esperado mais?

5.5 Você acha que existe uma idade ideal para uma jovem ter sua primeira relação sexual? Que idade? Que outras condições são necessárias?

5.6 Você e seu parceiro conversaram sobre prevenção antes da primeira relação sexual? Houve proteção contra doenças e gravidez? Qual? Após a relação sexual, houve continuidade no relacionamento?

5.7 Em que contexto ocorreram relações sexuais com parceiros seguintes? Houve proteção à doenças e gravidez? Qual? Costumavam conversar sobre prevenção?

5.8 O que você acha do “ficar”? Qual a diferença do “ficar” para homens e mulheres?

6. Gravidez e maternidade

6.1 Qual o significado da maternidade para você? Em sua opinião, todas as mulheres deveriam ser mães? Por quê?

6.2 Em sua opinião, existe uma idade ideal para a mulheres terem o primeiro filho? Que idade? Por quê?

6.3 Em sua opinião, qual é a situação ideal para a mulher ter o primeiro filho? É importante estar casada ou em união com o parceiro? É importante já ter terminado os estudos? É importante estar já estar trabalhando? Ter um domicílio próprio?

6.4 Para as grávidas e mães: você acha que seu filho veio na hora certa? Você gostaria de ter esperado um pouco mais? Por quê? Em que contexto ocorreu a gravidez? Qual foi a reação do seu parceiro?

6.4.1 A maternidade vai mudar alguma coisa nos seus planos para o futuro? Você teve que adiar algum plano por causa da gravidez?

6.4.2 Como o bebê foi (ou está sendo) recebido na família?

6.4.3 A gravidez/maternidade interrompeu seus estudos?

6.4.4 Você acha que ser mãe vai dificultar seu ingresso no mercado de trabalho? Por quê? Como se sente em relação a isto?

6.4.5 Quais você acha que são os principais problemas enfrentados pela jovem mãe que precisa trabalhar?

6.4.6 Você acha que a maternidade dificulta a vivência de sua condição de jovem, ou seja, seus momentos de lazer e diversão com gente da sua idade? Como se sente em relação a isto?

6.5 Para as não-mães: Como a maternidade se situa no seu futuro? Que fatores a levaram a adiar a opção pela maternidade?

6.5.1 Você acha que ser mãe pode dificultar o ingresso da mulher no mercado de trabalho? Por quê?

6.5.2 Quais são os principais problemas enfrentados pela jovem mãe que precisa trabalhar?

6.5.3 Você acha que a maternidade dificulta a vivência de condição juvenil de uma mulher? Tem impacto nos seus momentos de lazer e diversão com gente jovem? Por quê?

6.5.4 Você acha que a maternidade pode ter impacto na escolarização de uma jovem? Por quê?

6.6 Na sua percepção, em que medida as informações recebidas sobre sexo, em especial sobre prevenção (seja da família, da escola, do posto de saúde, dos pares, etc), a auxiliaram decidir o melhor momento para ser mãe?

6.7 A legislação brasileira prevê que o aborto só pode ser feito em duas situações: em caso de estupro ou risco de vida para a mãe. O que você pensa sobre o aborto? Você faria um aborto? Por quê? Você acha que a lei deveria permitir o aborto em outros casos? Que casos? Por quê?

7. Educação Sexual

7.1 Quais foram as pessoas ou instituições que você reconhece como presentes na sua educação sexual?

7.2 Quais as diferenças entre estas fontes? Qual o grau de confiança que você tem em cada uma?

7.3 Entre a família, a escola, os/as amigos/as, o posto de saúde, qual deles foi o mais importante na construção de seus conhecimentos sobre sexo? Qual a importância de cada uma das instâncias no processo?

7.4 Que tipo de informações você recebeu de cada uma destas instâncias? Em que momentos você recorre a cada uma?

7.5 Você aprendeu alguma coisa sobre sexualidade lendo revistas femininas ou para adolescentes? E na televisão? O que aprendeu? Você confia nestas fontes?

7.6 Em sua opinião, qual o melhor lugar, ou a melhor pessoa, para orientar o jovem em relação ao sexo?

7.7 Como seria a educação sexual ideal para você? Com quem você gostaria de ter aprendido e de que forma? Por quê?

7.8 Você sente que a educação sexual recebida por você foi suficiente para a tomada de decisões em relação a sua vida sexual?

7.9 Como pretende transmitir conhecimentos sobre sexo para os seus/suas filhos/as?

7.10 Qual a contribuição de cada instância (família, escola, pares, ou outros) para a tomada de decisão em relação à vida sexual?

7.11 O que você pensa sobre a família como ambiente para se aprender sobre sexualidade?

7.12 O que você pensa sobre a escola como ambiente para se aprender sobre sexualidade?

7.13 O que você pensa dos amigos como fontes de informação sobre sexualidade?

7.14 O que você pensa sobre o namorado (ou “ficante”, ou marido) como fonte de informações sobre sexualidade?

ANEXO 2

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS EM GRUPO

ANEXO 2

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS EM GRUPO

1. Dados pessoais das jovens

- 1.1 Idade
- 1.2 Escolaridade
- 1.3 Composição familiar
- 1.4 Com quem mora e situação de moradia
- 1.5 Está trabalhando? Está procurando emprego?
- 1.6 Está estudando? Em que série?

2. Educação Sexual e vivência da sexualidade

- 2.1 Como foi a educação sexual que vocês receberam? Com quem foi? Foi na família, na escola, no posto de saúde, ou com amigas, ou em outros lugares, com outras pessoas? Qual foi a principal fonte de informação de vocês?
- 2.2 Além desta fonte principal, houve outras? Quais?
- 2.3 O que vocês pensam sobre a escola como espaço para se falar de sexualidade? Tiveram alguma experiência nesse sentido na escola? Como foi?
- 2.4 Como era tratado o assunto da sexualidade em casa? Alguém conversava com vocês a respeito?
- 2.5 Na opinião de vocês qual é o melhor espaço, ou a melhor pessoa, para orientar os jovens e as jovens em relação à sexualidade?
- 2.6 Com que idade iniciaram a vida sexual? Foi com o namorado? Acha que foi no momento certo?
- 2.7 Houve proteção em relação a doenças e gravidez nesta primeira relação? E nas demais?

3. Maternidade

- 3.1 O que significa ser mãe pra vocês? Vocês acham importante que ser mãe é importante para todas as mulheres?
- 3.2 E ser mãe na adolescência? O que acham sobre isso?
- 3.3 O que vocês acham que muda na vida de uma adolescente que engravida?

- 3.4 Quais são as principais dificuldades de uma jovem que se torna mãe na adolescência?
- 3.5 Para as grávidas ou mães: o que mudou na sua vida, agora que estão grávidas ou que já são mães?
 - 3.5.1 Quais foram as circunstâncias da sua gravidez? Foi planejada?
 - 3.5.2 Qual foi a reação da família e do namorado ao saberem da gravidez?
 - 3.5.3 Seu/sua filho/a está vindo, ou veio, no momento certo?
 - 3.5.4 Você teve que adiar algum plano por causa da gravidez/maternidade?
- 3.6 Para as não-mães: Você pretende ter filhos?
 - 3.6.1 Como vocês situam a maternidade em seus planos futuros?
 - 3.6.2 Como se protegem para não ficarem grávidas?
 - 3.6.3 Qual o momento certo para uma mulher ter o primeiro filho?
 - 3.6.4 O que pensam sobre as jovens que ficam grávidas na adolescência?

ANEXO 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ANEXO 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada _____

Estou realizando uma pesquisa com a finalidade de melhor conhecer a percepção das jovens de Cidade Tiradentes sobre educação sexual e maternidade. O objetivo geral desta pesquisa é conhecer o que as jovens pensam sobre a educação sexual que receberam e como constroem seus planos de maternidade. Para isto, convido você a conceder uma entrevista sobre este assunto.

Se você concordar em dar a entrevista, esta será gravada para fins de pesquisa, sendo que as fitas utilizadas serão mais tarde destruídas ou devolvidas a você após a transcrição. Tudo o que for dito na entrevista será confidencial e anônimo, e as informações reunidas serão utilizadas unicamente nesta pesquisa e seus desdobramentos. Mesmo tendo concordado em dar a entrevista, você poderá a qualquer momento desistir de participar da pesquisa. Se você for menor de 18 (dezoito anos), seus pais ou responsáveis deverão também assinar esta autorização. A pesquisa será desenvolvida por mim, **Elisabete Regina Batista de Oliveira**, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo durante o ano de 2005 e 2006. Para qualquer esclarecimento adicional, meus telefones para contato são 3207-3255 ou 7345-8195, e-mail: eoliver@uol.com.br.

Qualquer questão, dúvida, esclarecimento ou reclamação sobre os aspectos éticos desta pesquisa, entre em contato com: Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo – Rua General Jardim, 36 – 2º. Andar - Centro – São Paulo - Telefone: 3218-4043. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, sob o parecer Nr. 080/2005, de 01/09/2005.

Agradeço, desde já, sua colaboração e espero poder contar com sua participação.

São Paulo, _____/_____/_____

Eu, _____ declaro que fui informado/a dos objetivos e justificativas desta pesquisa de forma clara e detalhada. Todas as minhas dúvidas foram respondidas e sei que poderei solicitar novos esclarecimentos a qualquer momento.

Assinatura da entrevistada

Assinatura do pai, mãe ou responsável (para menores de 18 anos)

Assinatura da Pesquisadora